

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

TAÍSA MAROTTA BROSLER

**O DIREITO À MORADIA NO MEIO RURAL: SIGNIFICADOS,  
ENTRAVES E POTENCIALIDADES PARA SUA CONQUISTA**

CAMPINAS  
JUNHO DE 2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

TAÍSA MAROTTA BROSLER

***“O DIREITO À MORADIA NO MEIO RURAL: SIGNIFICADOS,  
ENTRAVES E POTENCIALIDADES PARA SUA CONQUISTA”***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, na área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA TAÍSA  
MAROTTA BROSLER, E ORIENTADA PELA PROFA.  
DRA. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA  
BERGAMASCO.



CAMPINAS  
JUNHO DE 2015

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura  
Elizângela Aparecida dos Santos Souza - CRB 8/8098

B793d Brosler, Taísa Marotta, 1984-  
O direito à moradia no meio rural : significados, entraves e potencialidades para sua conquista / Taísa Marotta Brosler. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Assentamentos rurais. 2. Comunidades rurais. 3. Habitação rural - Brasil. 4. Indicadores sociais. 5. Observação participante. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The housing rights in rural area : meanings, difficulties and potentialities for their achievement

**Palavras-chave em inglês:**

Agrarian reform settlement

Rural communities

Rural housing - Brazil

Social indicators

Participant observation

**Área de concentração:** Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

**Titulação:** Doutora em Engenharia Agrícola

**Banca examinadora:**

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Rosemeire Aparecida Scopinho

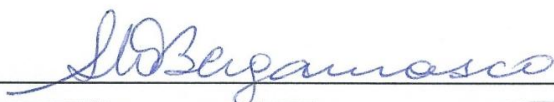
Maria de Lourdes Zuquim

Julieta Teresa Aier de Oliveira

**Data de defesa:** 23-06-2015

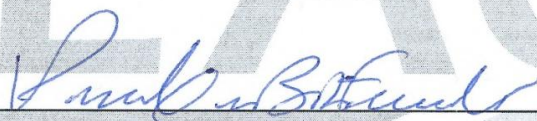
**Programa de Pós-Graduação:** Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Táisa Marotta Brosler**, aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de junho de 2015, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



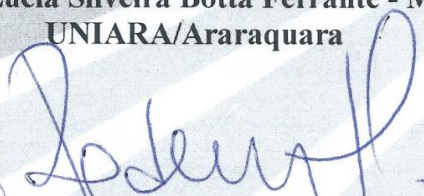
---

**Prof.ª Dr.ª Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora  
FEAGRI/UNICAMP**



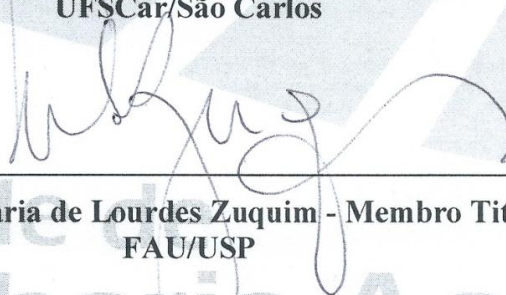
---

**Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante - Membro Titular  
UNIARA/Araraquara**



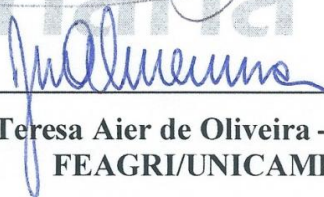
---

**Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida Scopinho – Membro Titular  
UFSCar/São Carlos**



---

**Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Zuquim - Membro Titular  
FAU/USP**



---

**Dr.ª Julieta Teresa Aier de Oliveira - Membro Titular  
FEAGRI/UNICAMP**



## RESUMO

A questão da habitação no meio rural passa por modificações através de políticas públicas específicas, buscando sanar problemas constantemente encontrados como a falta de moradia ou a sua precariedade. Uma habitação de qualidade faz parte da luta diária dos agricultores familiares, principalmente quando se trata da garantia a uma moradia digna. Ao considerar que a conquista da moradia está estreitamente vinculada ao acesso à terra, a inobservância do seu direito estará fortemente presente no meio rural brasileiro, como consequência histórica da exclusão e marginalização desses agricultores no processo de formação do País. Porém, os financiamentos e recursos direcionados à moradia no meio rural são escassos e as políticas públicas habitacionais se consolidam tendo como base diretrizes vinculadas aos problemas e necessidades observados no meio urbano. Assim, a pesquisa teve por objetivo diagnosticar entraves e potencialidades para a conquista do direito à moradia digna no meio rural, analisando o significado e a função da moradia dentro da unidade familiar. O trabalho de campo foi realizado em um assentamento de reforma agrária, localizado em Tremembé-SP, no qual houve a atuação do Estado na construção das casas, e em um bairro rural, localizado em Pindamonhangaba-SP, onde há ausência do Estado na garantia da moradia, totalizando 336 famílias participantes. O estudo foi feito através de questionários estruturados formulados a partir das diretrizes apontadas pela ONU para um direito à moradia adequada, tendo como proposta a elaboração de indicadores gerados a partir de análise multivariada, com o intuito de avaliar os fatores que influenciavam a conquista desse direito nas comunidades. Realizaram-se, também, entrevistas semiestruturadas e histórias de vida com famílias de ambas as comunidades e observações em um grupo familiar do Assentamento. Os fatores de saída dos indicadores apresentaram pequenas variações entre as comunidades, apesar de ter havido a atuação do Estado no Assentamento. Foi possível identificar os arranjos familiares para a constituição da moradia, tanto em seu aspecto físico como nas representações subjetivas da mesma, identificando-a como representativa do passado desses agricultores, com influências presentes e significadas a partir de um grupo familiar que extrapola os limites da própria comunidade. Todavia, o direito à moradia não estava garantido para as famílias de ambas as comunidades, onde a ausência do Estado e a insegurança de posse relacionada à precariedade do acesso à terra são os principais elementos que determinam esta realidade.

Palavras-chave: assentamentos rurais, bairros rurais, habitação rural, indicadores sociais, observação participante





## **ABSTRACT**

The issue of housing in rural areas passes through modifications by means of specific public policies, seeking constantly to solve the problems as homelessness or the unevenness of the house. However, quality housing remains part of the daily struggle of family farmers, especially when it comes to the warranty of decent housing. When considering that the housing achievement is closely associated to land access, the violation of their rights will be strongly present in the Brazilian rural areas, as a historical consequence of the exclusion and marginalization of those farmers in the country training process. Nevertheless, it is observed that funding and resources for the rural housing are insufficient and the public housing policies are consolidated from guidelines based in urban problems. Therefore, the objective of this study was to analyze the difficulties and potentials of the housing rights achievement in rural areas from the housing meaning within the family unit. The field work was carried out in an agrarian reform settlement, located in Tremembé-SP, where there was the state's role in the houses construction, and a rural district, located in Pindamonhangaba-SP, in which there is the absence of the state in housing guarantee. The methodology was made through the proposal of the development of indicators to identify the factors that influence the achievement of the housing rights, based in United Nations (UN) guidelines, from structured questionnaire applied in both communities and using multivariate statistics. Also, there were made semi-structured interviews and life stories with families of both communities identified during the questionnaires and participatory observation in a family group of the settlement, to understand how the process of the housing achievement was. The output factors indicators showed small variations between communities, even though it had been the state's action in the settlement. The output variables represent five of the seven UN guidelines. Moreover, it was possible to identify the family arrangements for the housing establishment, both in its physical aspect as in the subjective representations and its position within the family. In their houses, it was identified the past of those farmers, with present influences signified by the family group that goes beyond the boundaries of the community. However, the housing rights were not guaranteed to those families in both communities. The absence of the state and the tenure insecurity (related to the unsure access to land) are the principal elements that determine those realities.

**Keywords:** rural settlement, rural district, rural housing, social indicators, participant observation



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	DIREITO À MORADIA - questões emergentes para o meio rural .....	9
2.1	Políticas públicas habitacionais e o meio rural .....	14
3	POR TRÁS DO HABITACIONAL HÁ UM SUJEITO .....	17
3.1	O meio rural brasileiro – as influências do meio nesse sujeito.....	21
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	29
4.1	Escolha do local de estudo .....	29
4.2	Indicador de direito à moradia adequada para o meio rural .....	30
4.2.1	Elaboração dos questionários .....	34
4.2.2	Aplicação dos questionários .....	41
4.2.3	Elaboração do Indicador de Direito à Moradia .....	44
4.3	Processos de conquista da moradia no meio rural .....	49
4.4	Elaboração e entrega dos Livretos .....	54
5	AS COMUNIDADES ESTUDADAS.....	55
5.1	Assentamento Conquista.....	55
5.2	Bairro Ribeirão Grande.....	77
6	INDICADOR DE DIREITO À MORADIA ADEQUADA PARA O MEIO RURAL ...	97
7	PROCESSOS DE CONQUISTA DA MORADIA .....	111
7.1	Casa de roça é assim!.....	113
7.2	O que de roça é assim? .....	122
7.3	Há muitas moradas na casa do pai .....	135
7.4	O bairro Ribeirão Grande – Só sei que a raiz da gente aqui é profunda! .....	157
7.5	A “presença” do Estado e a sua influência nas casas.....	169
7.5.1	Assentamento Conquista – É um ninho de pombo! .....	169
7.5.2	Bairro Ribeirão Grande –Ia acontecer uma desgraça aí. ....	177

8	O DIREITO À MORADIA E O NÓ DA TERRA .....	183
8.1.1	Repensando o próprio Indicador .....	188
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	191
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	195
	APÊNDICES .....	205

*Dedico,*

*À casa rural, aquela que já foi sua, minha, de todo brasileiro.*

*Àquela que se desmanchou com o tempo, mas que está  
imutável nas lembranças de muitos e na escrita de poucos.*

*A todos que viveram nessas casas ou que ainda vivem.*

*Aos sujeitos do meio rural e principalmente àqueles  
que me receberam com muito carinho  
abrindo as portas de sua casa e de sua vida.*



“Quem disse que eu me mudei?  
Não importa que a tenham demolido:  
A gente continua morando na velha casa em que nasceu.”

*Mario Quintana*





## AGRADECIMENTOS

Quando chegamos ao fim do doutorado, os agradecimentos parecem ter se transformado com o amadurecimento desse caminhar na vida acadêmica após 12 anos de experiências e convívios. Portanto, começo agradecendo à minha eterna orientadora, Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, que de nossa relação de rosas e espinhos floresceu um lindo jardim, sou fruto de sua competência enquanto educadora e de sua ideologia enquanto ser sensível a um povo que sempre mereceu a devida atenção.

Agradeço a todos que passaram por esse grupo coordenado pela mesma, sou muito grata aos conhecimentos ofertados e aos momentos de prazer e amizade, em especial ao Lourival de Moraes Fidelis, que tem em mim uma grande fã.

Às famílias de todos os campos realizados até hoje, pois foram também os principais mentores do que me tornei como pesquisadora.

Às famílias do Assentamento Conquista e do bairro Ribeirão Grande, que com muito carinho nos receberam em suas casas, parando os seus trabalhos para responder as inúmeras perguntas que tínhamos tornando possível a realização dessa tese. Em especial, à família da Nice e seu Agostinho, que abriram as portas da casa e do aconchego do lar, compartilhando de todos os momentos vividos por eles em seu dia a dia e de meu trabalho de campo. E a todos da família da Dona Lucrecia e seu Clóvis, que me adotaram e foram adotados, estando sempre na saudade e nas lembranças.

À Jaqueline Santafosta de Oliveira, uma grande mulher, filha de assentado, futura agrônoma, sem ela essa tese não teria o conteúdo que tem. Obrigada por me aguentar nos momentos mais delicados deste trabalho.

A toda a equipe do Projeto “Segurança alimentar no campo”, coordenado pela Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira, Feagri/Unicamp, por ter possibilitado o pontapé inicial para a execução desse trabalho.

Aos órgãos de financiamento, sem eles seria impossível realizar um trabalho com a qualidade que foi possibilitada através dos equipamentos adquiridos e recursos para campo. À FAPESP pela Bolsa de Doutorado (Proc. 2011/21058-1) e Auxílio à Pesquisa (Proc. 2011/21082-0).

Ao CNPq pela bolsa inicial e Auxílio à Pesquisa. À CAPES pela Bolsa de Doutorado Sanduíche, possibilitando a experiência de um ano no México. E à Faculdade de Engenharia Agrícola – Unicamp por toda a infraestrutura disponibilizada.

Ao Prof. Dr. Hubert C. de Grammont, meu orientador francês mexicanizado, por ter aberto as portas do Instituto de Investigaciones Sociológicas da Universidad Nacional Autónoma de México. Sou muito agradecida às suas contribuições para a elaboração final desta tese.

Ao técnico Benedito Antônio Gomes, Eng.º Agr.º da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, e aos Agrônomos Francisco Solt Sorroche e Mario Correa da Silva, técnicos do Departamento de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba, por toda a atenção dada e os dados disponibilizados.

Por fim, mas não menos importante, àqueles que são responsáveis pela formação da minha pessoa. Primeiramente, à minha querida Joana, que decidiu nascer em um ninho de “cientistas malucos” e que por isso tem que aguentar idas a reuniões, palestras, congressos, além do tempo distante para a escrita dessa tese.

Um agradecimento muito especial aos meus pais, responsáveis pela formação do meu caráter, dos meus valores, do meu olhar para a realidade que me rodeia. E aos meus irmãos, que acrescentam sempre novos olhares, conflitantes, para o que eu achava já ter entendido.

Ao meu companheiro Francelino Augusto Rodrigues Junior, por seu apoio em todos esses anos, pelas conquistas obtidas, nas frustrações e medos passados e das alegrias recebidas.

Aos amigos de Campinas e de Guaratinguetá, amigas para enfrentar a vida adulta, amigas para relembrar o tempo bom da infância. Em especial, à Danuta Medeiros, pelas ricas discussões entre uma engenheira e uma psicóloga enfiadas no mundo das metodologias qualitativas. E à Cinthya e à Mariana, pelo apoio dado durante todo o caminhar deste doutorado.

E, acima de tudo, àquele que me ampara, que ilumina o meu caminho e me conforta, que dá razão a cada passo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Assentamento Conquista e do bairro Ribeirão Grande como zona rural de Pindamonhangaba. ....	30
Figura 2 – Localização das casas nos bairros Ribeirão Grande, Piracuâma e Estrada dos Martins, Pindamonhangaba-SP. ....	42
Figura 3 – A divisão das áreas e dos lotes do Assentamento Conquista, Tremembé-SP.....	56
Figura 4 - Assentamento Conquista e a identificação das casas onde foram aplicados os questionários, 2013.....	57
Figura 5 - Distribuição etária da população entrevistada no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.....	58
Figura 6 - Nível de escolaridade da população entrevistada no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.....	58
Figura 7 - Região em que viviam os titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, antes de entrarem para a luta pela terra, 2013.....	59
Figura 8 - Estado de origem dos titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013	60
Figura 9 – Exemplo de casas de titulares e agregados, 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.....	70
Figura 10 – Bairro Ribeirão Grande, do município de Pindamonhangaba-SP, e a identificação de suas casas. ....	77
Figura 11 - Distribuição etária da população entrevistada no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	79
Figura 12 - Nível de escolaridade da população entrevistada no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	79
Figura 13 – Exemplo de casas, 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.....	87
Figura 14 - Representação gráfica ( <i>biplot</i> ) da homogeneidade dos indivíduos do banco de dados do Assentamento Conquista, através de ACM, antes e após a retirada de <i>outliers</i> . ....	101
Figura 15 - Representação gráfica ( <i>biplot</i> ) da homogeneidade dos indivíduos do banco de dados do Bairro Rural Ribeirão Grande, através de ACM, antes e após a retirada de um <i>outlier</i> . ....	102
Figura 16 – Esboço da divisão do espaço da casa da família Bustos, Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2012. ....	125
Figura 17 – A cozinha de lenha, casa da Dona Laurinda, dez. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.....	129

Figura 18 – Família e a casa de adobe do pai de Dona Lucrecia, 1971, Monte Aprazível-SP. .....	137
Figura 19 – Localização das casas do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	138
Figura 20 – Planta baixa da Casa 1 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis , Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	139
Figura 21 – Planta baixa da Casa 2 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	140
Figura 22 – Planta baixa da Casa 3 e 4 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis , Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	141
Figura 23 – Planta baixa da Casa 5 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	141
Figura 24 – Planta baixa da Casa 6 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	142
Figura 25 – Planta baixa da Casa 7 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	143
Figura 26 – Dona Lucrecia e seu filho Acácio na casa de adobe do seu pai, 1971, Monte Aprazível-SP.....	144
Figura 27 – A varanda, a porta aberta e a receptividade, casa da Dona Lucrecia, mai. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	146
Figura 28 – A varanda, o sofá antigo e a construção da divisória, casa da Dona Lucrecia, set. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	149
Figura 29 – Visita dos netos Aline e Fábio e a figueira centenária, lote da Dona Lucrecia, 1996, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	154
Figura 30 – O provisório e o moderno, casa da Nice e Seu Augustinho, mai. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP. ....	156
Figura 31 – Os pertences da identidade, quarto da Dona Marina na casa de fundo cedia pela filha, nov. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.....	166
Figura 32 – Planta baixa fornecida pela Caixa e a planta baixa da casa construída pelo Seu Pedro, respectivamente, Assentamento Conquista. ....	170
Figura 33 – Placas identificando áreas de Ocupação irregular ou Loteamento ilegal, nov. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP. ....	178

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questões de percepção referentes a cada diretriz da ONU.....	45
Tabela 2 - Condição habitacional das casas existentes no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013 .....	57
Tabela 3 – Atividade profissional dos titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, antes de entrarem para a luta pela terra, 2013 .....	61
Tabela 4 – Relação de parentesco dos agregados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, com o titular do lote em que vivem, 2013 .....	62
Tabela 5 – Criações animais para consumo ou animais de uso das famílias do Assentamento, 2013.....	63
Tabela 6 – Cultivos e criações animais produzidos para comercialização pelas famílias do Assentamento, 2013. ....	64
Tabela 7 – Atividades profissionais realizadas pelos membros das famílias do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.....	66
Tabela 8 – Presença dos bens materiais nas casas das famílias do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013 .....	67
Tabela 9 – Forma de construção das casas do Assentamento Conquista, 2013 .....	69
Tabela 10 – Material da parede, do telhado, do forro e do piso das casas dos titulares e agregados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013 .....	72
Tabela 11 – Tipo de tratamento de esgoto das casas dos titulares e agregados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013 .....	73
Tabela 12 – Satisfações com relação a casa e seus elementos construtivos, no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.....	74
Tabela 13 – O que faltava realizar na casa, para os entrevistados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013 .....	75
Tabela 14 – Condição habitacional das casas existentes no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	78
Tabela 15 – Profissão dos pais dos entrevistados do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	81
Tabela 16 – Criações animais para consumo ou animais de uso, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	82
Tabela 17 – Produção agrícola e animal para comercialização, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	83

Tabela 18 – Atividades profissionais realizadas pelos moradores do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	85
Tabela 19 – Presença dos bens materiais nas casas das famílias do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	86
Tabela 20 –Dono da casa e proprietário do terreno das famílias entrevistadas no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013 .....	88
Tabela 21 – Idade do casal e a condição de proprietário da terra, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	89
Tabela 22 – Idade do casal e a condição de proprietário da casa, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	89
Tabela 23 – Material da parede, do telhado, do forro e do piso das casas no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013 .....	91
Tabela 24 – Tipo de destino dado ao lixo de residência das casas do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	92
Tabela 25 – Satisfações com relação a casa e seus elementos construtivos, para o Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013 .....	92
Tabela 26 – Forma de construção das casas no Bairro Ribeirão Grande, 2013 .....	94
Tabela 27 – O que faltava realizar na casa, para os entrevistados do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.....	94
Tabela 28 – Quantidade final de variáveis de entrada em cada diretriz da ONU.....	97
Tabela 29 - Variáveis de entrada para a análise fatorial, para o Assentamento Conquista.....	98
Tabela 30 - Variáveis de entrada para a análise fatorial, para o Bairro rural Ribeirão Grande	99
Tabela 31 – Variáveis de saída, cargas fatoriais e valores de alpha de Cronbach para cada fator, para o banco de dados do Assentamento Conquista .....	103
Tabela 32 – Variáveis de saída, cargas fatoriais e valores de alpha de Cronbach para cada fator, para o banco de dados do Bairro rural Ribeirão Grande.....	104
Tabela 33 – Quantidade final de variáveis de saída por cada diretriz da ONU, para as duas comunidades .....	104
Tabela 34 – Fatores extraídos e suas respectivas variáveis com as cargas fatoriais, para o banco de dados do Assentamento Conquista.....	106
Tabela 35 – Fatores extraídos e suas respectivas variáveis com as cargas fatoriais, para o banco de dados do Bairro rural Ribeirão Grande .....	107

## **SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

APEP – Associação de Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba

Caixa – Caixa Econômica Federal

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CCEB-ABEP – Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

CCU – Contrato de Concessão de Uso

Comevap – Cooperativa de Laticínios do Médio Vale do Paraíba

Cooat – Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé

Feagri – Faculdade de Engenharia Agrícola

Fehidro – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FJP – Fundação João Pinheiro

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

NUDH – Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

PSF – Programa Saúde da Família

Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

## **ABREVIACÕES**

ACM – Análise de Correspondências Múltiplas

AFE – Análise Fatorial exploratória

MSA – Medidas de Adequação da Amostra

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SM – Salário Mínimo





## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice 1 – Questões de percepção do Questionário das famílias assentadas .....	205
Apêndice 2 – Questões de percepção do Questionário das famílias dos bairros rurais.....	211
Apêndice 3 – Tabelas de saída da última análise fatorial para o banco de dados do Assentamento Conquista .....	219
Apêndice 4 – Tabelas de saída da última análise fatorial para o banco de dados do bairro Ribeirão Grande.....	222



# 1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a nossa trajetória com a casa no meio rural, percebemos que a casa, por si só, orientou nossos olhares e nossa atenção. Desde o primeiro trabalho de campo realizado em janeiro de 2007<sup>1</sup>, ela nos foi apresentada como elemento importante para o agricultor, a agricultora e a família assentada, como parte da conquista da terra, do retorno ao meio rural. Porém, se mostrava imbuída de muita luta e esforço para que conseguissem alcançar a mais simples das construções, aquela que possibilitasse à sua habitação<sup>2</sup>. Sua voz se fazia presente e urgente principalmente por não representar os desejos e necessidades daqueles que a habitariam, pela demanda da força de trabalho e, por consequência, os impactos causados no próprio trabalho despendido na agricultura, como produção de alimento para consumo e venda, e no balanço financeiro para assegurar outras necessidades básicas da família. Nesse momento, não foi possível realizar um estudo aprofundado sobre a mesma, pois não era o nosso objetivo.

Ao realizar uma vivência no Peru entre 2007 e 2008<sup>3</sup>, novamente a casa se colocava à nossa frente, mostrando seus delineamentos culturais, na relação do homem com o meio natural. Os conhecimentos e práticas de se fazer as casas apresentavam suas diferenciações entre regiões e com as adaptações e melhorias realizadas, além da chegada de materiais exógenos e industrializados em áreas distantes dos centros urbanos, trazendo principalmente a chamada “praticidade”, mesmo que estes não representassem melhoria efetiva no conforto e habitabilidade.

Ao realizar o Mestrado em outro assentamento do estado de São Paulo<sup>4</sup>, a casa já estava concebida como elemento principal para os nossos olhares e reflexões, mas mesmo assim houve a tentativa de se orientar os estudos para os seus aspectos construtivos, com o objetivo de identificar os saberes locais sobre as construções em que se utilizavam materiais

---

<sup>1</sup> Estudo realizado no Assentamento Dom Tomás Balduino, localizado em Franco da Rocha-SP, sobre a situação da produção agrícola nos lotes, bem como as técnicas utilizadas, com bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, de agosto de 2006 a julho de 2007 (BROSLER e BERGAMASCO, 2010).

<sup>2</sup> A conceitualização e distinção entre casa, habitação e moradia considerada neste trabalho é apresentada no capítulo subsequente.

<sup>3</sup> Estudo realizado sobre as formas de se fazer o adobe na região de Cuzco e Altiplano Peruano, durante o estágio realizado no Grupo de Apoyo al Sector Rural, da Pontificia Universidad Católica de Perú, e no Centro Internacional de la Papa – CIP entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008.

<sup>4</sup> Estudo realizado no Assentamento 12 de Outubro, o “Horto Vergel”, localizado em Mogi Mirim-SP, entre 2009 e 2010, com bolsa da CAPES e apoio financeiro do CNPq.

do próprio meio, sabendo que o Brasil e seus povos construíram e foram construídos a partir desses conhecimentos e suas adaptações (BROSLER, 2011).

Porém, a casa gritou, dizendo que seus problemas eram atuais e urgentes, nas muitas casas inacabadas e desabitadas, se desmantelando com as intempéries. Ela já não era feita de materiais locais e, como parte disso, seus delineamentos estavam marcados pela precariedade do processo de sua construção, pela falta de autonomia da família assentada em realizar à casa de seus sonhos, consequência tanto dos limites financeiros que não possibilitavam a liberdade no construir quanto da própria proposta dos recursos disponibilizados pelo Estado. Foi nesse momento que decidimos encará-la de frente, entramos com os dois pés juntos em seu interior.

Ao estudar o universo dos assentamentos de reforma agrária, temos como pano de fundo a questão da importância da conquista da terra, a luta desses agricultores pelo direito à terra, ao retorno ao meio rural, e, por consequência, à qualidade de vida da família. Portanto, ao olhar para a casa decidimos abrir sua porta a partir de sua representação enquanto conquista de um direito humano, o direito à moradia.

Quando se trata do direito à moradia, do déficit habitacional bem como das políticas habitacionais, o foco está nos problemas urbanos, com a premissa “confirmatória” de que o Brasil é um País urbano. Porém, se considerarmos os apontamentos que José Eli da Veiga (2002) faz em suas reflexões sobre os critérios adotados no nosso País para classificar o que é urbano e o que é rural, temos que considerar que o Brasil é mais rural do que se imagina (ou menos urbano do que se imagina) e, com isso, outras questões são colocadas aos problemas habitacionais e, como consequência, às propostas realizadas pelo Estado para suprir a sua demanda.

Não há como negar a constatação de que o direito à moradia é uma luta advinda dos movimentos urbanos, como pode ser percebido em Eva A. Blay (1985) em seu estudo sobre as vilas operárias na cidade de São Paulo. Mas, há que considerar a antiga luta dos agricultores brasileiros por terra, por um espaço de reprodução. Entende-se que nas cidades o espaço de reprodução requerido pelos movimentos sociais se traduz diretamente na casa; no meio rural a luta por terra se traduz numa busca por garantir a sobrevivência da família através da terra para trabalho e moradia.

Raquel Rolnik nos chama a atenção em suas falas e escritas<sup>5</sup> para a exclusão territorial e a violência historicamente presente nas populações urbanas brasileiras, condensando uma

---

<sup>5</sup> Em seus artigos publicados como colunista na Folha de São Paulo.

população marginalizada aos arredores das grandes cidades, sem possibilitar o acesso aos serviços públicos, aos serviços básicos de direito de qualquer cidadão. No meio rural, falamos de uma exclusão e marginalização histórica de formação do próprio país, como bem apresenta Caio Prado Junior (1979) sobre a questão agrária no Brasil, onde os agricultores foram caricaturados e deixados à margem da industrialização. Além disso, são eles migrantes que povoaram os arredores das nossas áreas urbanas, como apresenta Klaas Woortmann (1982) sobre as casas das famílias operárias construídas nas periferias das cidades como garantia de espaço para a produção de quintal.

A partir disso, foi feita a proposta desse estudo de doutoramento, tendo como objetivo principal diagnosticar os entraves e as potencialidades para a conquista do direito à moradia para as famílias do meio rural.

Para isso, optamos por realizar o trabalho de campo em outro assentamento do estado de São Paulo, partindo das próprias críticas já observadas nos trabalhos anteriores sobre o programa habitacional instaurado nos assentamentos de reforma agrária e das dificuldades enfrentadas no processo de construção da casa.

Para a escolha do local a ser estudado, pudemos incluir 38 questões sobre moradia no questionário do projeto “Segurança Alimentar no Campo”, coordenado pela Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira (OLIVEIRA, 2013). Assim, foi possível observar as condições habitacionais de 10 assentamentos localizados em 04 regiões do estado de São Paulo.

As atuações no meio rural, historicamente, consideram como foco principal os elementos construtivos, como consequência de garantia de qualidade de vida através de condições de habitabilidade. Isso está fortemente presente no projeto de habitação proposto nos assentamentos, onde não há preocupação com as necessidades da família que construirá a casa, nem tampouco com as exigências que o próprio ciclo agrícola traz na demanda de força de trabalho e recurso financeiro. As insatisfações são muitas e em todos esses assentamentos observamos casas inconcluídas depois de 10 anos do início de sua construção<sup>6</sup>.

Podemos afirmar que o projeto de habitação elaborado pelo órgão que era responsável por esse recurso (Caixa Econômica Federal – CAIXA) não foi utilizado pelas famílias assentadas, pois não condizia com os padrões de casa considerados por estas; além da necessidade primordial de construir uma casa maior do que a proposta, considerando a

---

<sup>6</sup> No caso do assentamento pesquisado durante o Mestrado, a maioria das famílias ainda estava morando na primeira casa construída no lote, após 13 anos no local, sendo ela de madeira de eucalipto não tratado, utilizada como solução imediata para a necessidade de ocupar o lote.

quantidade de filhos que as famílias possuíam. Assim, observamos que a atuação do Estado na tentativa de garantir uma habitação de qualidade a essas famílias não era efetiva em sua ação.

Todos esses aspectos impactam diretamente a questão do direito à moradia, principalmente se a considerarmos a partir do que a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (NUDH) e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) colocam como direito a uma moradia adequada.

Como a questão dos problemas habitacionais enfrentados pelos assentados já era, em parte, conhecida por nós, propusemos estudar também um bairro rural, ambas comunidades localizadas na mesma região, com o intuito de conhecer e identificar as diferenças e semelhanças entre dois universos rurais, permeados por questões históricas distintas e, principalmente, na sua relação com o Estado e com a terra<sup>7</sup>. Essa escolha foi feita acreditando que auxiliaria as nossas reflexões sobre os problemas enfrentados no meio rural para a conquista da casa, identificando aqueles que são originários das especificidades de um assentamento e da atuação do Estado na habitação.

Ao trazer o direito à moradia adequada e principalmente o direito à uma moradia digna para compreender a realidade da casa, atribui-se a ela elementos subjetivos diretamente relacionados ao sujeito, contribuindo para alcançar o detalhamento necessário para compreender a origem e a solução dos problemas relacionados ao processo de conquista da moradia e de seu direito.

Fals Borda (1963), em seu trabalho sobre as moradias rurais brasileiras, há mais de 50 anos já nos chamava a atenção sobre outros fatores que precisavam ser considerados para elaborar uma política habitacional adequada e efetiva em sua ação. O sociólogo ressaltava a importância de se considerar os sujeitos do campo, compreender as significações e utilizações que os mesmos dão aos espaços da habitação e do seu entorno.

Estamos falando de sujeitos que estão inseridos em outras referências de vida, de relação entre pessoas e com o ambiente, e, com isso, a casa não pode ser considerada como uma simples unidade habitacional. Ela precisa transcender os espaços edificados, precisa englobar o que há de rural nela e nas necessidades da família.

---

<sup>7</sup> No bairro rural não havia, até a proposta desse estudo, a atuação do Estado quanto à habitação. E acreditava-se que no bairro encontraríamos uma diversidade na relação com a terra, com a propriedade, sendo proprietários, arrendatários e trabalhadores rurais e no assentamento tem-se somente a Concessão de Uso da terra e seus agregados.

Além disso, é preciso considerar que os materiais utilizados e a forma como a casa é construída representa a cultura de seus povos. Fals Borda (*idem*) cita que uma solução mais econômica e mais eficaz seria melhorar as moradias rurais já existentes ao invés de construir novas moradias, ressaltando a necessidade de considerar as técnicas utilizadas nas mesmas, pois muitas delas apresentam soluções adequadas ao meio e ao próprio sujeito.

Todas as culturas que contribuíram para a formação do povo brasileiro podem ser vislumbradas, principalmente, naqueles que ainda permanecem no meio rural, nos seus costumes, nas suas falas, em suas casas podemos identificar essa riqueza e esse passado. Portanto, ao considerar que há um sujeito por trás do habitacional, trazemos a necessidade de compreender a questão histórica de formação do mesmo, suas trajetórias desde caipiras, sítiantes, moradores, migrantes em busca por terra, por trabalho.

Nazareth Wanderley (2003) sempre reforça essa questão particular da família rural, a busca pela constituição do patrimônio familiar representado na terra. E, na terra, ele representará esse agricultor familiar ainda presente nos nossos rurais, com a sua tradição, seus traços culturais, as suas raízes do camponês tradicional, com seu modo de vida guiado pela lógica das coletividades, nos laços de integração e na base familiar de trabalho na terra. Ele estará, também, na confluência entre adaptações e resistências ao que é apresentado ou imposto pela sociedade que os engloba, porém garantindo a continuidade e a presença de fragmentos dessa categoria social.

Porém, hoje percebe-se uma mudança nesse rural, na sua relação constante com o meio urbano e, no caso dos assentamentos do estado de São Paulo, muitas das famílias viveram um período de sua vida no meio urbano. Essa questão sempre esteve muito presente nos nossos estudos anteriores e acreditou-se que influenciava substancialmente as decisões relacionadas à casa, os materiais utilizados e o tipo de projeto habitacional desejado. Identificamos no trabalho realizado no Mestrado a aspiração a um outro padrão de vida e de casa, numa negação a uma vida anterior de sofrimento e privação, a casa de alvenaria entra como única opção e representativa de um “status” requerido. Mas, frente as condições financeiras limitadas essa casa nunca foi concluída, resultando em uma luta diária e um sonho esperado.

Assim, o estudo foi feito tendo como objetivo principal a análise da moradia, seu significado e sua função dentro da unidade familiar, observando quais os entraves e as potencialidades que caracterizam o processo de conquista da casa que possuem hoje e o direito à moradia.

No decorrer da construção da metodologia, nos deparamos com a necessidade de estabelecer dois caminhos metodológicos para que fosse possível obter informações suficientes para compreender esses processos<sup>8</sup>.

O primeiro teria como objetivo específico a determinação dos fatores que influenciam a conquista ou não do direito à moradia, quais são as principais deficiências e o que é mais importante para garantir esse direito no meio rural. Para isso, optamos por realizar um estudo quantitativo, com a proposta de identificar as dimensões que representam essa conquista a partir da realidade da comunidade.

Essa proposta é resultante da constatação de que há poucos estudos sobre as condições habitacionais no campo brasileiro, não há qualquer menção sobre o direito à moradia no meio rural, apenas a constatação de seu déficit habitacional, e seu cálculo não nos parece abarcar toda a problemática em torno do assunto<sup>9</sup>.

Portanto, propusemos a elaboração de indicadores através de análise multivariada a partir de dados de questionários estruturados aplicados em todas as casas das duas comunidades. Essa proposta tem como objetivo fornecer subsídios para a análise da conquista do direito à moradia em outras comunidades rurais e auxiliar nas atuações do Estado ressaltando a importância de se considerar a realidade local.

Construídas a partir das diretrizes da ONU para um direito à moradia adequada, as questões propostas possibilitaram obter dados sobre as condições habitacionais e dados subjetivos (de percepção) sobre as condições vividas pela família na casa e na comunidade, ampliando a reflexão para a satisfação da família quanto a essas condições e não somente suas determinações materiais. Além disso, obteve-se também informações demográficas sobre as comunidades estudadas, para auxiliar na compreensão sobre as particularidades das mesmas.

Fazemos menção de que a proposta de elaboração desses indicadores não tem como finalidade a criação de um indicador universal de avaliação do grau de conquista do direito à moradia para o meio rural brasileiro, mas sim apresentar uma proposta de ferramenta de diagnóstico da realidade local, considerando a possibilidade de que este assunto possa ser aprofundado e abrangido em outros estudos.

---

<sup>8</sup> Agradecemos à Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes pela contribuição no “aclaramento” dos caminhos a serem percorridos na pesquisa, quando de sua participação na banca de Qualificação.

<sup>9</sup> Não concordamos com a determinação de domicílios rústicos, precários e até mesmo os considerados adequados, além da falta de detalhamento desses dados para as casas na zona rural.



Como a casa sempre nos falou a partir de seus sujeitos, daqueles que a desejavam e a vivenciavam, não nos era suficiente trabalhar somente com esses dados. As suas representações socioculturais falavam mais alto e, com isso, pensamos o segundo caminho dessa pesquisa, tendo como objetivo específico: compreender o processo de conquista da moradia por essas famílias, quais os arranjos presentes e as suas particularidades expressas na casa.

A partir de um estudo qualitativo, nos debruçamos sobre as questões já identificadas em trabalhos anteriores e também na vivência a partir dos questionários. Entramos singela e respeitosamente nas casas de um grupo familiar do assentamento, realizando entrevistas com histórias de vida e observação participante, além de entrevistas a outras famílias do assentamento e do bairro rural. Esses contatos tinham como objetivo obter informações sobre a casa e sua importância no seio familiar, sobre como ocorre o processo de sua construção, quais os arranjos realizados pela família para a sua efetivação, além dos desejos pessoais colocados na mesma.

Ressalta-se que não nos centramos aqui nos aspectos arquitetônicos das casas, mas sim no que se traduz em aspectos sociológicos e antropológicos da moradia e seu entorno como resultado da ação e representação de seus sujeitos.

A partir disso, foi construída esta tese, no vai e vem entre esses dois caminhos percorridos. Após a fundamentação teórica e a metodologia proposta, apresentamos seus resultados iniciando com uma contextualização sobre as comunidades a partir dos dados dos questionários. Damos sequência com os resultados obtidos na elaboração do indicador de direito à moradia no meio rural, refletindo sobre as variáveis de saída, suas importâncias e também as semelhanças e diferenças entre as duas comunidades.

E finalizamos com a discussão sobre a casa no meio rural hoje e o que ela representa, são reflexões advindas das entrevistas e observações, questões observadas em ambas as comunidades que traduzem tudo aquilo que representa o esforço de se construir a casa. Com o intuito de compreender os aspectos sociológicos que orientam certas determinações na casa, realizamos essas reflexões também apontando semelhanças e diferenças entre as duas realidades distintas que compõem o meio rural brasileiro.

Com isso, pretende-se oferecer uma compreensão sobre os entraves e potencialidades existentes na produção da moradia dentro de um assentamento e um bairro rural, principalmente quando a implantação de um assentamento rural está vinculada à efetivação dos direitos que ampliam a qualidade de vida dos assentados – agricultores familiares –,

estando diretamente relacionada à própria conquista do direito à moradia e outras benfeitorias no lote.

Para tanto, a hipótese deste trabalho é de que o direito à moradia não se faz presente em ambas as realidades e há uma ineficiência na atuação do Estado em que as suas ações tampouco garantem a conquista desse direito nos assentamentos de reforma agrária. A garantia de uma habitação para acolher a família é possibilitada por arranjos no interior desta, caracterizados pelos costumes e experiências advindos das vivências no meio urbano e do próprio passado no meio rural, porém a autonomia nas decisões relacionadas à construção está debilitada pelos limites econômicos e pelas próprias influências de agentes externos, principalmente aqueles relacionados ao Estado.

A partir da compreensão de como se dá esses processos, acredita-se que seja possível fornecer aos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas públicas habitacionais conhecimentos condizentes com a realidade rural brasileira, além de ressaltar as necessidades atuais, buscando atenuar a crise habitacional que se vê presente também na população rural.

## 2 DIREITO À MORADIA - questões emergentes para o meio rural

A consolidação da moradia enquanto direito, no âmbito internacional, apresenta diversas colocações, mas foi em duas grandes conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que fundamentou a busca de sua efetivação frente à problemática dos assentamentos humanos; na Declaração de Vancouver – Conferência Habitat I, 1976 – e na Declaração de Istambul – Conferência Habitat II, 1996 –; nesse último se originou a Agenda Habitat, sendo um documento de grande importância para a implantação e o monitoramento do plano de ação global à questão, do qual o Brasil é signatário.

No Brasil, mais especificamente, o reconhecimento do direito à moradia ocorre de modo latente com a incorporação na Constituição de 1988, no art. 7º, do salário mínimo como direito fundamental social, assim a moradia é reconhecida como necessidade básica vital, já se constituindo como direito social, fundamental, personalíssimo e humano (SOUZA, 2008).

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com **moradia**, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, **grifo nosso**).

A garantia da moradia é instituída, também, como uma competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quando da promoção de programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (art. 23º, inciso IX). E, finalmente, nos art. 183 e 191 a moradia entra como um bem que garante o acesso à propriedade, tanto para o meio rural como para o urbano (usucapião).

Somente em 2000, na Emenda Constitucional n. 26, o direito à moradia é reconhecido, proeminentemente, como um direito fundamental social; antes ainda do direito à alimentação (Emenda Constitucional n. 64, 2010).

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, **grifo nosso**).

Porém, Sarlet (2003) considera que antes mesmo da própria formulação da Constituição de 88 já havia um direito implícito à moradia, por sua vinculação direta com a proteção da dignidade da pessoa humana, pois os direitos fundamentais têm seus conceitos alicerçados nessa dignidade, tanto social, econômico quanto cultural. O Estado reconhece a

dimensão prestacional desses direitos, onde o resguardo da dignidade se faz presente também no direito à moradia. Osório (2014), por sua vez, considera que o direito à moradia existe independente das normas jurídicas, pois este é considerado um direito humano e, por consequência, um direito moral.

A moradia possui bens externos (objetos) e internos (personalidade humana), portanto o direito à moradia traz consigo um direito referente à “essencialidade do indivíduo”, enquanto garantia de um mínimo vital para que o indivíduo possa ser o que ele é, sobreviver e adquirir bens (SOUZA, 2008; MILAGRES, 2011). Portanto, o direito à moradia apresenta-se como um espaço de reprodução da pessoa humana, sendo a proteção da nossa personalidade, no reconhecimento da função social o direito de existência prevalece sobre o ato de morar.

Com efeito, sem um lugar adequado para proteger-se a si próprio e a sua família contra as intempéries, sem um local para gozar de sua intimidade e privacidade, enfim, de um espaço essencial para viver com um mínimo de saúde e bem estar, certamente a pessoa não terá assegurada a sua dignidade, aliás, por vezes não terá sequer assegurado o direito à própria existência física, e, portanto, o seu direito à vida. (SARLET, 2003, p.15).

Como direito fundamental, o direito à moradia não pode ser considerado isoladamente, é preciso analisá-lo necessariamente em conjunto com os outros direitos fundamentais, àqueles concernentes ao indivíduo (*ser*), tais como: saúde, lazer, educação, etc. Com isso, faz com que o universo de análise se torne amplo, porém a abordagem, no que diz respeito à conquista do direito à moradia, é feita através das condições satisfatórias de moradia para garantir os outros direitos fundamentais, como alimentação e infraestrutura básica de saneamento entre outros quesitos. Além disso, o direito à moradia possui como característica a inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, interdependência e complementaridade entre os direitos fundamentais.

[...] pelo fato de morar sob um teto, em um direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, ao sigilo de correspondência de sua residência, ao segredo doméstico, ao sossego, à educação, à saúde, pois não há como admitir o exercício de um direito sem o outro, porquanto são tão essenciais que se unem em um só indivíduo, de forma que não se pode separá-los integralmente ou definitivamente. (SOUZA, 2008, p. 131)

Observa-se que o direito à moradia remete a questões materiais e, quando se pensa na estrutura desse direito, a habitação é trazida enquanto objeto do mesmo, porém há uma diferença notória entre direito à moradia e direito de habitação, questão de suma importância para conceitualizar toda a discussão proposta nesse trabalho.

Resumidamente, o direito de habitação se resume no aspecto físico da mesma, nos parâmetros objetivos, sendo transmissível para os herdeiros e tratado, através da legislação referente, como parte burocrática do processo de se alugar, de se usufruir de um bem material, de um patrimônio. O direito à moradia, por sua vez, é subjetivo, faz menção aos aspectos que transcendem o material, sendo extrapatrimonial e intransmissível.

Através da *Teoria dos círculos concêntricos*, Souza (2008, p. 191) cita que o direito de habitação deve ser analisado sob o prisma do direito à moradia, mas não o contrário, pode-se perder o direito de habitação, porém nunca o direito à moradia. Quando se busca a proteção desses direitos, ao salientar a importância do direito à moradia, está se buscando a proteção e garantia dos bens de personalidade, referindo-se à pessoa<sup>10</sup>. Ao buscar a proteção do direito de habitação (direito real), o alvo recai sobre determinado objeto, em favor do indivíduo. “Porém, não devem ser tratados de forma distinta, posto que ambos têm como objetivo ou finalidade zelar pela proteção e pelo exercício de morar.”

O déficit habitacional brasileiro é calculado pela Fundação João Pinheiro – FJP a partir da caracterização de *domicílio*. Porém, segundo Milagres (2011, p. 57) o domicílio está relacionado diretamente a um elemento psicológico de permanecer em determinado espaço. Mesmo sendo um espaço da subjetividade, esta denominação traz limites para a discussão do direito à moradia que, por sua vez, “Vai além das fronteiras materiais, espaciais ou anímicas.”

O direito à moradia é um direito, segundo Souza (2008), tridimensional: *fato* (local em que a pessoa permanece), *valor* (culturais – dialética cultural) e *norma* (a lei prescrita).

Portanto, a discussão apresentada nesse trabalho recai mais profundamente na questão do *valor* desse direito, nos aspectos subjetivos apresentados pelos agricultores familiares no *fato*, na consolidação da habitação, buscando, como resultado de toda a pesquisa, refletir sobre a *norma* no que diz respeito ao dever do Estado de garantir moradia, através das políticas públicas habitacionais. Para tanto, utilizamos *habitação* quando tratamos do objeto construído e *moradia* quando apresentamos as reflexões sobre o direito e sua conquista.

Sobre a moradia rural mais especificamente, é interessante observar a questão do *Bem de família* em que o jurista Milagres (2011, p. 78), ao citar o Código de Hamurabi<sup>11</sup> art. 36,

---

<sup>10</sup> Há a consideração do direito à moradia como um direito de personalidade, intrinsecamente relacionado à pessoa humana, à sua identidade, assim está vinculado a outros direitos de personalidade como, por exemplo, direito à honra, à imagem e à vida.

<sup>11</sup> Um dos mais antigos conjuntos de leis escritas já encontrados.

destaca a casa não somente como uma construção única para servir de abrigo, mas também faz menção ao *campo* e ao *horto*. Além disso, cita a Lei de 1839 da República do Texas, chamada de *Homestead Exemption Act*, em que *homestead* significa local do lar, servindo para proteger a habitação ou o *terreiro rural* “destinado a prover o sustento da família”. Ressalta-se aqui a importância da vinculação da moradia ao seu entorno, a expansão de sua compreensão à área externa, vinculada emotivamente à produção, horta e animais, considerando que para a população rural a proteção da habitação não pode se resumir somente a essa construção individual, é preciso garantir a proteção do espaço de reprodução da família, de sua terra.

A moradia e a área destinada à produção estiveram presentes como aspectos centrais da garantia de posse da terra no Brasil, como mostra a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18.07.1850), que dá posse aos posseiros que utilizavam a terra como função social de morada e de cultivo. Além disso, na lei que institui o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002) o usucapião de imóvel rural está relacionado à questão do espaço (moradia e produção) e do tempo (tempo de permanência no local), formulando um direito real de posse na relação da morada e do trabalho na terra.

A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (NUDH) e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) colocam que o direito a uma moradia adequada não é o mesmo que o direito à terra. O acesso à terra pode se constituir como um elemento fundamental para o exercício do direito à moradia, podendo este requerer, em certos casos, que se busque o acesso à terra e o seu controle, fazendo-se presente a função social da propriedade (NUDH e ONU-HABITAT, 2010).<sup>12</sup>

Como direito subjetivo, o direito à moradia também não se confunde com o direito de posse ou propriedade, porém, muitas vezes, a garantia desses outros direitos possibilita a conquista do direito à moradia. Além disso, nesse mesmo documento, observa-se a importância da garantia da *segurança de posse*, sendo considerada na Agenda Habitat como um dos fundamentos do direito à moradia.

No caso dos Assentamentos Rurais, a posse da terra não é concedida aos agricultores, principalmente pelo fato da desapropriação da área destinada à reforma agrária ocorrer através da função social da propriedade. Portanto, o que precisa estar presente para que se garanta o

---

<sup>12</sup> Nas demandas apresentadas pelo Centre on Housing Rights and Evictions - Cohre (SAULE JR e OSÓRIO, 2003), para reverter o déficit habitacional brasileiro, observa-se que a questão do acesso à moradia, com especial atenção à reforma agrária, distribuição de terras, demarcação de terras indígenas e quilombolas.

direito à moradia é a *segurança de posse*, questão que deve ser observada também caso haja situações de arrendatários, meeiros ou mesmo caseiros nos bairros rurais que possuam a moradia nas terras de trabalho e que utilizam e dependam da terra para sobreviver.

A ONU-Habitat considera que “o direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um *lar* e a uma *comunidade*, seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental.” Assim, a conquista do direito à moradia adequada deve considerar: a segurança de posse; disponibilidade de serviços, material, facilidades e infraestrutura; acessibilidade; habitabilidade; custo acessível; localização; e adequação cultural. Esses componentes, presente na Agenda Habitat (Seção IV B-1), foram debatidos e aprofundados nesse trabalho, servindo como ponto de partida para a determinação das condições atuais de acesso à moradia pela agricultura familiar.

Sarlet (2003), professor e juiz de direito, aponta a crise dos direitos fundamentais e principalmente dos direitos sociais pelo neoliberalismo, oriunda da descrença na efetividade perde-se a identidade e a confiança nesses direitos. Enquanto direito fundamental, é dever do Estado protegê-lo, respeitá-lo e realizá-lo, porém o não alcance do direito à moradia se justifica por ser um direito social, a sua não realização é vinculada a ineficiência ou mesmo inexistência do Estado.

Além disso, o autor coloca que a garantia do direito à moradia traz consigo a libertação da opressão social e da condição de “necessidade” e que este direito deve ser buscado através das particularidades de cada país e região, no contexto local, “já que é na realidade concreta de quem mora e onde mora que se pode aferir a compatibilidade da moradia com uma existência digna” (*Idem*, p. 20). Assim, reforçar a conquista desse direito, a sua efetivação, é considera-la uma primazia a todos os seres humanos, independente de classe, etnia ou nacionalidade, ressaltando a dignidade do ser humano.

Portanto, avançamos na discussão para o direito à uma moradia digna, sendo que esta não depende somente da resolução da problemática da falta de moradia, mas, também, e com significativo destaque, do elevado índice de inadequação das moradias, seja nas questões de insalubridade (péssimas condições de higiene), precariedade (grau de risco ao morador), ilegalidade (inexistente juridicamente) ou irregularidade (contrária às normas jurídicas) (HENKES, 2005), ou mesmo no respeito e reconhecimento dos aspectos socioculturais de cada localidade expressados na consolidação dessa moradia.

## ***2.1 Políticas públicas habitacionais e o meio rural***

O direito à moradia é posicionado, na atual constituição brasileira (Constituição Federal de 1988), como um direito fundamental social, sendo reconhecido e positivado na esfera do direito constitucional do Estado e, com isso, sua garantia está vinculada diretamente a entidades estatais e particulares. Postulado como direito humano (Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948), o direito à moradia deve ser reconhecido e protegido na esfera internacional. Portanto, o direito à moradia é um dever inerente ao Estado e suas ações são realizadas através de programas e políticas públicas.

De conformidad con la obligación de realizar, los Estados también deben, progresivamente y en la medida que se lo permitan los recursos de que disponen, prevenir y solucionar la carencia de vivienda; proporcionar la infraestructura física necesaria para que la vivienda sea considerada adecuada (este requisito abarca la adopción de medidas para asegurar el acceso universal y no discriminatorio a la electricidad, el agua potable, un saneamiento adecuado, la recogida de basuras y otros servicios esenciales); y asegurar, especialmente por medio de subsidios y otras medidas, una vivienda adecuada a las personas o grupos que, por motivos fuera de su control, no pueden disfrutar del derecho a una vivienda adecuada. (NUDH; ONU-HABITAT, 2010, p. 36)

A primeira proposta de programa habitacional no Brasil foi feita através da criação da Fundação da Casa Popular orientada ao urbano e ao rural, em 1946, sendo considerada como uma política ingênua e ignorante na questão habitacional (VILLAÇA, 1986). Com a crise habitacional e necessidade de populismo, no fim do Estado Novo, observa-se a consolidação de uma política nacional de habitação, com o consenso em nível de sociedade da indispensável intervenção do Estado e, assim, “deu início à ideia da habitação social no Brasil” com uma política descentralizada, porém “clientelista e paternalista”, como coloca Bonduki (1994).

No mesmo ano do golpe da ditadura militar de 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação - BNH, sua ação foi considerada como “manipulação política-ideológica”, como coloca Silva (1987), para legitimar o Estado resultante da promoção de acumulação pela casa própria.

As atribuições e recursos do BNH são repassados à Caixa Econômica Federal, em 1986, estando sob seus domínios até os dias atuais. Observa-se que durante o período que compreende 1986, da extinção do BNH, e 2003 não houve política nacional de habitação, resumindo-se em ações pontuais orientadas e executadas pelos próprios estados e municípios (para o estado de São Paulo ler OLIVEIRA, 2002).



Em 2001, é aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, 2001) depois de 13 anos de tramitação e, com isso, em 2003 cria-se o Ministério das Cidades com o intuito de coordenar, gerir e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (BONDUKI, 2008).

Nesse mesmo ano, o governo federal apresenta um Programa Nacional de Habitação e, pela primeira vez, um Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural, em atendimento à população rural dispersa, populações indígenas, povos da floresta, quilombos e demais minorias, “com soluções compatíveis com suas características regionais, sócio-ambientais e culturais” (BRASIL, 2004, p. 52).

À ressalva dessa ação recente voltada diretamente à população rural, observa-se que a questão da habitação no meio rural é incluída sempre nas discussões referentes ao meio urbano, como é o caso da elaboração do próprio Estatuto da Cidade, no qual as ações para a resolução da crise habitacional brasileira são pautadas nos problemas observados nos centros urbanos.

A intervenção era inscrever a Política de Habitação dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorporando todas as características necessárias para que esta garanta seu direito à cidade. (nota) Ideário presente também na política habitacional do governo anterior. (LENNOY, 2006, p.98)

As atuações na construção de unidades habitacionais nos assentamentos rurais estava, até fevereiro de 2013, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em conjunto com a Caixa Econômica Federal (Caixa). Por reivindicações do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e representantes, essa responsabilidade foi passada também para o Ministério das Cidades, através da Portaria Interministerial nº 229, de 08 de fevereiro de 2013.

Além disso, “considerando a reivindicação dos movimentos sociais do meio rural”, este Ministério instituiu, recentemente, um Grupo de Trabalho “com a finalidade de propor mudanças com o objetivo de aprimorar as políticas públicas de habitação rural”, sendo composto por representantes de órgãos públicos, entidades e movimentos sociais, através da Portaria nº 811, de 23 de dezembro de 2014.

Segundo o relatório do *Centre on Housing Rights and Evictions* (Cohre), apresentado para o Fórum Nacional da Reforma Urbana, o Estado precisa elaborar medidas diferenciadas e específicas para o campo, principalmente para a liberação dos recursos, justificando ainda

que o déficit habitacional do meio rural não tem sido objeto de preocupação dos programas habitacionais entre outras preocupações como as que estão citadas a seguir (SAULE JR e OSÓRIO, 2003, p. 33):

- Adaptação da periodicidade das prestações ao ciclo da atividade agrícola da família;
- Adequação das garantias à realidade agrícola;
- Concessão de subsídios para as famílias carentes;
- Implementação vinculada de uma política agrícola e de reforma agrária;
- Linhas de crédito para a melhoria dos imóveis e das condições de saneamento, abastecimento de água e eletrificação.

Destaca-se, também para fomentar essa discussão, a importância do “Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no Campo”, realizada pelo grupo HABIS (Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade) na Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos em 2012, constituindo sua segunda edição. O evento reuniu pesquisadores e professores renomados na área de habitação social no campo. Entre arquitetos, sociólogos e representantes de instituições governamentais, tais como Incra, Caixa e Ministério das Cidades, a problematização e formulação de propostas foi conquistada durante os três dias de evento, resultando em um documento contendo a síntese das discussões apresentadas no Colóquio, contendo aspectos esclarecedores e norteadores para os objetivos da presente pesquisa.

Ao tratar a habitação social rural com uma racionalidade de gestão financeira, a provisão habitacional no meio rural passa a obedecer a uma lógica bancária extremamente burocrática, com cronogramas apertados e recursos insuficientes, contribuindo para a baixa qualidade dos projetos habitacionais, para a precarização do processo construtivo, para a exploração das famílias, assessores e pesquisadores, para o aumento dos conflitos entre os agentes envolvidos e, principalmente, para a reprodução da pobreza. (HABIS, 2011, p. 13)

Por fim, Woortmann (1982) já destacava que os programas habitacionais precisam considerar que estão lidando com uma *casa* e, conseqüentemente, com uma *família*, considerando-as enquanto categorias com toda a sua representação cultural no seio da sociedade brasileira.

### 3 POR TRÁS DO HABITACIONAL HÁ UM SUJEITO

Ao remontarmos à moradia como elemento principal de estudo, nos deparamos com um objeto que está permeado por questões diversas, como já se pôde observar no capítulo anterior. Antes de a mesma ser considerada um direito, nos termos da lei, regida por normas e regras que são concebidas muito além de seu espaço de concretização, temos a casa como reprodução do homem, principal sujeito de sua constituição e construção.

Bourdieu (2002) ao realizar seu estudo sobre a sociedade *Kabila* observou que dentro de seu sistema simbólico a casa possuía uma posição singular, a organização simbólica do mundo para os *kabila* estava também expressa na casa. Seu interior estava organizado, na separação dos espaços e suas funções bem como de seus objetos e atividades realizadas, de acordo com as estações do ano e os pontos cardeais, em comunhão aos sistemas místico e dos rituais dessa sociedade.

A casa *kabila* era claramente dividida entre o sol e fresco e o escuro e úmido, entre os espaços femininos e os masculinos, organizada conforme um conjunto de oposições homólogas, mas que se faziam na complementaridade, estando sob um mesmo sistema, mesma organização e existência e, assim, dando significado à casa.

A orientação da casa também era determinada por esse sistema, estando oposta ao que regia o exterior e suas atividades, havendo sempre uma relação entre os lugares e objetos no interior da casa com esse exterior. Além disso, a aldeia em si era considerada uma casa, portanto o mesmo sistema simbólico da casa era referenciado ao conjunto de casas e aos demais espaços que compunham a comunidade *kabila*, na oposição entre a parte fecunda das casas e campos de plantio aos espaços vazios e estéreis.

Nessa mesma leitura da casa, Garcia Jr (1975) e Heredia (1979), para o meio rural brasileiro, identificaram elementos de representação dos universos femininos e masculinos nos espaços internos da casa e a reprodução desse mesmo sistema na relação entre a casa e os espaços externos. Assim, a casa como universo feminino se fazia em contraposição, mas também em complementaridade, com o espaço do *roçado* representado pelo universo masculino, mas, como a casa depende da produção do roçado, essa representação de mundo mostrava a superioridade masculina nas relações dentro da família.

A casa também possuía seus espaços de domínio feminino e masculino e, por consequência, a organização desses espaços bem como a disposição em relação aos espaços externos à casa era regida por uma “ideologia determinada” (GARCIA JR, 1975).

Se a *casa* delimita uma esfera privada em relação aos outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade, é que nela há implícito um modelo de autoridade interna, em que o responsável por ela (no caso o *pai de família*) responde por isto frente a esta sociedade, ou seja, serve de mediador entre o “mundo interno” e o “mundo externo”. (*Idem*, p. 7)

Com isso, o universo simbólico, os sistemas de compreensão de mundo e do meio social desses sujeitos estão inscritos no espaço da moradia, determinam os elementos constituintes da casa e mesmo a sua representação no conjunto de casas que compõem a comunidade.

Para Lévi-Strauss (1991), a casa possibilitou compreender sociedades onde a organização social não era ditada somente pelos agrupamentos familiares e suas linhagens, identificando que a casa representava um conjunto de regras e relações institucionalizadas existentes entre os indivíduos que compartilhavam de seus espaços, sendo a “representação dos laços sociais sob forma material”.<sup>13</sup>

Segundo DaMatta (1991, p.15), a casa, e a rua em sua oposição e complementação, serve como uma categoria sociológica para os brasileiros e que deveria ser estudada não como um local físico, mas como um ator, um espaço em que há a reprodução única das coisas, como “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”.

Freyre (1979), por sua vez, afirma na casa a expressão da formação da sociedade brasileira, em que podemos observar traços culturais ameríndios, africanos e europeus (principalmente dos portugueses) refletidos nos nossos costumes, na nossa cozinha e nas demais relações existentes entre os sujeitos e os espaços “herdados” e modificados.

Reportando-se aos aspectos construtivos da casa, o autor cita a importância das “relações simbióticas” de adaptação das técnicas ao meio natural (arquitetura ecológica) feitas a partir de uma autocolonização dos espaços tropicais e quase-tropicais, ao contrário de se considerar uma colonização totalmente subordinada.

Há uma casa brasileira – casa de residência – desenvolvida através do tempo que marca a existência histórica do Brasil, que é muito menos criação de arquitetos eruditos ou de artistas individuais do que expressão coletiva, anônima, de um ajustamento, a princípio português, colonial, depois

---

<sup>13</sup> Esta consideração da casa como uma entidade moral e reguladora está presente no romance de Lúcio Cardoso em *Crônica da casa assassinada* (1999), onde a casa e todo o passado a ela vinculado dá a identidade e orienta a vida dos herdeiros que ainda vivem sob seu teto, criando uma “realidade” particular que se defronta a todo instante com a sociedade que a circunda.

brasileiro, pré-nacional e nacional, de um sistema familiar de organização social ao seu ambiente e às suas funções. Por conseguinte: a uma ecologia e a um conjunto de atividades sócio-culturais ecologicamente condicionadas. (*Idem*, p. 43)

Com isso, afirma também a constituição histórica de uma casa brasileira (ou casas brasileiras) que, para ele, foi símbolo e expressão concreta da formação de um tipo nacional pautado na família patriarcal, “Quer a grande, e a seu modo poligâmica, quer a seu modo monogâmica, brasileiríssima casa do caboclo.”, fazendo com que a casa brasileira seja constituída de um “conjunto de valores, mitos, tradições, símbolos, social e regionalmente dispersos” representado pela família.

A casa-grande e a casa de caboclo foram os tipos extremos de habitação que formaram o nosso país, antagônicas, porém complementares. Entretanto, essa casa “brasileiríssima” aparece indiretamente nos discursos sobre o Brasil, denominada por Freyre (*Idem*) como casas co-autoras<sup>14</sup>. O autor ressalta o preconceito existente e a riqueza cultural que há por detrás de suas “palhas trançadas”, onde se podem ver marcadas as influências indígenas e africanas, constatando que essa criação anônima é reproduzida ainda na casa pequena de barro, “o tipo dominante de casa pobre rural do Brasil: do gaúcho pobre, do matuto pobre, do sertanejo pobre: também do pescador e do jangadeiro”.

Observamos, então, que essa forma de constituir a moradia é a expressão cultural da formação histórica do camponês brasileiro, podendo considerar que a casa rural por si só se apresenta como definição de um sistema sobre o espaço e sobre o tempo, resultante dessa expressão coletiva e anônima que deu forma às casas encontradas ainda hoje no meio rural brasileiro.

Candido (2010) apresenta o caipira tradicional paulista ressaltando que o mesmo herdou elementos da origem nômade, tanto dos bandeirantes quanto dos indígenas,

---

<sup>14</sup> Freyre (1979) dá especial enfoque a importância dessas casas populares que permeiam singelamente os trabalhos sobre a vida e os costumes da sociedade brasileira, seja na arte ou seja na escrita. Destaca o preconceito existente e a desconsideração desse saber popular, que é resultante da influência de diversas culturas e das adaptações do homem ao meio natural, ressaltando a falta de estudos sobre essas casas populares, que tem papel importante na construção da nossa sociedade. Weimer (2005) fez o esforço de detalhar e compilar em um único livro as diversas técnicas utilizadas no Brasil, com as suas respectivas influências, consideradas como arquitetura popular brasileira. Porém, é o único trabalho que se tem conhecimento sobre o assunto, em que estudos mais aprofundados sobre os aspectos sociais e culturais que permeiam essas técnicas populares ainda se fazem ausentes.

conservando-os e reproduzindo-os na sua “habitação primitiva”, nos costumes alimentares com a produção e o consumo das “plantas indígenas”<sup>15</sup> e no próprio caráter do caipira.

A estreita relação entre a casa e o espaço dos cultivos para o autoconsumo é identificada por Fals Borda (1956) em seus estudos sobre a moradia rural, ressaltando que o “de fora” pode valer até mais do que o “de dentro” desde o ponto de vista funcional da moradia. A habitação e a área que circunda as estruturas principais formam o todo orgânico que é a “moradia camponesa”.

Palmeira (2009), em seu estudo sobre os significados do *morar* para os trabalhadores rurais das fazendas de engenho, identifica que a compreensão desse *morar* estava sempre relacionada à necessidade de se ligar a um engenho, onde se pedia morada e não trabalho, e esta era representada pela oferta da *casa* e do *terreiro*, estando intrínseco ao contrato de moradia. O *sítio*, por sua vez, não era disponibilizado para todos os trabalhadores, sendo permeado por outro tipo de relação com o patrão.<sup>16</sup>

Woortmann (1982) observou que esta concepção de moradia fazia com que as famílias que migravam para os grandes centros urbanos procurassem se instalar nas periferias, onde era possível obter espaço suficiente para a construção da casa e para a “produção de quintal”, que servia tanto para o autoconsumo quanto para trocas e vendas.

Queiroz (1973) nos apresenta a formação dos bairros rurais a partir dos sitiantes que já se organizavam em grupos, mas que representavam ainda “uma unidade móvel no espaço geográfico brasileiro”. Portanto, era o conjunto de casas “dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela, vendinha, duas ou três habitações” que davam significado à coletividade e ao sentimento de localidade desses sitiantes.

Marcelin (1999), em seu estudo sobre o significado da casa entre os negros do recôncavo baiano, apresenta a casa como um bem simbólico coletivo, onde a sua concepção nasce a partir da coletividade familiar e os mitos de família. Para ele, a casa é pensada e

---

<sup>15</sup> Segundo Candido (2010), o alimento básico do caipira era composto de feijão, milho e mandioca, sendo que o conhecimento desses cultivos foram apreendidos dos indígenas; depois houve a substituição da mandioca por arroz.

<sup>16</sup> O *terreiro* é utilizado pelas famílias para a produção de subsistência, sendo composta pela área arredor da casa onde são plantadas árvores frutíferas, uma pequena horta, plantas medicinais e as pequenas criações animais, como galinhas, porcos, cabritos, etc. O *sítio* é a área de produção para a comercialização, mas também de plantios que necessitam de uma área maior do que a do *terreiro*, como o milho para o consumo da casa e dos animais.

vivida a partir de um contexto de rede de unidades domésticas, não podendo ser compreendida a partir de uma única casa.<sup>17</sup>

Assim, além de considerar a influência cultural que o sujeito imprime em sua casa a partir de sua trajetória de vida, há que apreciar as outras casas participantes e constituintes desse sujeito, sejam elas conformadoras da localidade em que este se insere ou pertencentes aos membros de sua família que já não se limitam aos “grupos de vizinhança”.

### **3.1 O meio rural brasileiro – as influências do meio nesse sujeito**

Ao constatar que ainda é possível encontrar casas feitas de pau-a-pique e outras técnicas que remontam aos bandeirantes, percebemos que há uma resistência desses povos frente às mudanças ocorridas no meio rural, mas que demonstra, ao mesmo tempo, a desconsideração de sua contribuição e participação na sociedade e, por consequência, a ausência do Estado, dada as “precariedades”<sup>18</sup> vinculadas a esse modo de vida.

Porém, a resistência também está presente naqueles camponeses que adaptaram a sua cultura às exigências postas aos mesmos e na adoção de novos costumes. Candido (2010) já identificava nos parceiros do Rio Bonito a influência urbana introduzida por novos hábitos transformando as tecnologias utilizadas bem como a sua obtenção, não sendo mais por desenvolvimento e elaboração e sim por aquisição.

A situação presente se caracteriza, pois, pelo desligamento relativo em face do meio natural imediato, a aceleração do ritmo de trabalho, a maior dependência em relação aos centros urbanos. Este estado de coisas não poderia deixar de repercutir na esfera da cultura, onde podemos notar reelaboração de técnicas, práticas e conceitos. [...] a diminuição da indústria doméstica; atualmente, restam apenas vestígios da auto-suficiência [...] Até os chapéus e as peneiras de palha, tão fáceis de fabricar, são agora comprados. (*Idem*, p. 207)

Essa redefinição das necessidades em relação à cultura material, entre outras dimensões, faz com que a casa rural seja transformada, pois sendo ela parte integrante da cultura de um povo estará sujeita aos processos de suas transformações socioculturais, como enfatiza Fals Borda (1963).

---

<sup>17</sup> Marcelin (1999) identifica, a partir de seu estudo, que a unidade sociocultural *casa e configuração de casas* revelou-se uma categoria central para a renovação de abordagens antropológicas sobre família e parentesco. “Ela deve ser pensada como o lugar no qual se sobressaem as contradições e as ambivalências da sociedade global, em relação ao grupo que se estuda.” (*Idem*, p. 50).

<sup>18</sup> Entendendo-as enquanto ausência de possibilidades, de escolhas, de autonomia.

Piccini (1996), em seu estudo sobre as modificações realizadas nas casas de antigos colonos em uma comunidade rural, constata que há uma mistura de elementos arquitetônicos reproduzidos na casa, em que se fazem presentes o mundo rural, a origem da comunidade e a concepção urbana.

Ao estudarmos um bairro rural, sabemos que a origem da comunidade estará representada pelo seu próprio passado, de como se deu a formação desse bairro, seja por pequenos produtores, seja pelas fazendas e os sitiantes, mas que possuía como característica principal a estreita relação entre as famílias, fortalecida pelos laços de solidariedade e de ajuda mútua (CANDIDO, 2010).<sup>19</sup>

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que os congrega. (*Idem*, p. 76)

Porém, o meio rural brasileiro sempre sofreu transformações a partir de determinações externas ao seu meio. Historicamente, por ser considerado quase que exclusivamente meio de produção das *commodities*, atribuiu-se ao meio rural a representação de ser constituída por “grandes propriedades monocultoras” voltadas aos mercados internacionais, portanto estando sujeito diretamente aos interesses do capital, dos objetivos da economia do País (WANDERLEY, 2014). Esses interesses, por sua vez, determinam as relações de trabalho e disponibilidade de terra no meio rural e, por consequência, o acesso e possibilidade das famílias agricultoras de constituírem a moradia, o terreiro e o sítio.

Essa mudança nas relações de trabalho, ocasionando mudanças na própria estrutura social do campo, foi estudada por Stolcke (1986) sobre os colonos do café no estado de São Paulo. O Estatuto do Trabalhador Rural fez com que os proprietários dessas fazendas substituíssem a antiga relação de contrato de trabalho vinculado à moradia e espaço para a produção de consumo, o “auto-provisionamento”, pela utilização de trabalhadores volantes que não recebiam moradia e sequer possuíam relação contratual; no qual a autora analisa as formas de dominação do trabalho e de resistência dos trabalhadores em ambas as relações.

---

<sup>19</sup> Havendo também uma relação de compadrio entre as famílias dos trabalhadores e as famílias dos fazendeiros, em que os últimos foram “seus protetores, padrinhos de seus filhos, seus banqueiros, seus advogados, seus chefes políticos, isto é, seus elementos de ligação com a sociedade global, fatores de sua integração nesta” (QUEIROZ, 1973, p. 26).



Garcia Jr (1989), sobre as fazendas de engenho do Nordeste, também identifica a mudança que ocorre entre os *sujeitos* e os *libertos*, na passagem de *morador* para *trabalhador alugado*, ocasionando a instabilidade nas condições de vida dessas famílias ao irem para a *rua*, onde o “chão de casa” se torna mercadoria, mas também o material e a mão de obra para a construção da casa.

Ao observarmos as transformações porque passaram as grandes plantações açucareiras do Nordeste, nesses últimos 50 anos, verificamos que estão ligadas à mudança dos padrões de residência dos trabalhadores – muitos passaram a residir fora das grandes propriedades –, e à mudanças correlatas nas relações de trabalho com os grandes proprietários. (*Idem*, p. 14)

Em tempos recentes, observamos que as transformações são ocasionadas também por outras funções atribuídas ao meio rural, onde vemos uma valorização de sua paisagem, da natureza e da própria cultura, através de atividades que já não se resumem na produção agrícola, mas relacionadas a atividades de lazer como o turismo rural, com pousadas e restaurantes, e a residência rural, sendo ela fixa ou como segunda moradia, as casas “de fim de semana”.

Como consequência, há uma reconfiguração dos espaços rurais, as fazendas antes produtoras e contratantes de mão de obra se transformam em pequenas glebas em que o serviço necessário já não se faz na agricultura, mas na construção civil, empregada doméstica, jardinagem, caseiro, ajudante de cozinha, garçom, etc. Padrões diferenciados de casas, de costumes e de atividades no uso do solo se inserem em meio às antigas casas das fazendas e àquelas construídas pelos pequenos produtores.<sup>20</sup>

Wanderley (2001) identifica nessas funções um “novo olhar para o meio rural”, representado pela busca por melhor qualidade de vida para aqueles que vivem nos centros urbanos, mas que estas não representam o seu desaparecimento, reforçando que o espaço rural se faz permanente nas sociedades modernas como um espaço específico e diferenciado.

A autora considera que o meio rural é um espaço físico produto de sua construção social representada pela forma de ocupação do território, porém está caracterizado pela dominação social através da estrutura de posse, do uso da terra e de outros recursos naturais “como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas”.

---

<sup>20</sup> Essas outras atribuições dadas ao uso do solo no meio rural, além da diversificação das ocupações não agrícolas, são ressaltadas nos últimos trabalhos de José Graziano da Silva (p.ex. GROSSI e SILVA, 2006), porém relacionadas ao processo de desagrarização dos espaços rurais e, conseqüentemente, das famílias rurais, do qual apenas citamos a título de exemplo.

Ressaltamos, com isso, que além dessa função “ambiental” dada pela própria sociedade temos a atuação do Estado a partir de seus projetos ambientais (sendo representados por leis, órgãos de fiscalização, políticas de proteção e promoção, etc.), fazendo com que se apresente como um agente externo ativo no meio rural, influenciando diretamente a vida das populações rurais.

Porém, Wanderley (*Idem*) considera que essa revalorização do espaço rural se traduz no seu reconhecimento como um “ator coletivo”, sendo “inserido num campo ampliado de trocas sociais”. Assim, espera-se que as demandas locais sejam postas aos agentes como representativas de um grupo, de um espaço.

Pode-se considerar que essa representação do rural como um ator coletivo já é encontrada no Brasil através das lutas dos movimentos sociais por reforma agrária, onde os Assentamentos Rurais aparecem no contexto do meio rural brasileiro como forma de suprir essa demanda.

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os Assentamentos Rurais são novas unidades de produção criadas a partir de políticas governamentais com o objetivo de garantir terra para as famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Sua constituição é feita a partir de terras consideradas devolutas, podendo ser do próprio Estado, de pessoa jurídica ou física e que se insere nos padrões considerados adequados para ser acionada a função social da propriedade. Caso isso ocorra, o proprietário recebe indenização pelas benfeitorias presentes na propriedade. Essa área, na maioria das vezes, é reivindicada pelos movimentos sociais através da ocupação por um número considerável de famílias que armam seus barracos de lona e aguardam o processo de desapropriação.

No estado de São Paulo, essas famílias representam, além dos próprios agricultores sem terra, filhos de agricultores que migraram para os grandes centros urbanos a procura de trabalho. Portanto, é comum observar que há uma vivência no meio urbano por parte dessas famílias antes de se assentarem.

Na fase denominada de “acampamento”, as famílias estão submetidas a momentos de instabilidade e provisão de recursos básicos, dependendo das hortas feitas no local e principalmente de doações. Mas, representa também um momento de estreita cooperação entre as famílias, procurando se organizarem com incentivo do próprio movimento, para que se construa e reforce o sentimento de coletividade entre as mesmas, sendo considerado

imprescindível para a sua sobrevivência dada a precariedade vivenciada tanto neste momento quanto no início de formação do assentamento (SCOPINHO, 2007).

Após a oficialização do assentamento, este fica sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra ou da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp, para o caso dos assentamentos constituídos no estado de São Paulo. Assim, dão início à divisão dos lotes, o sorteio das famílias e a designação das áreas comuns (as quais podem servir para a construção de escola, posto de saúde e infraestrutura para as cooperativas e associações) e da Reserva Legal.

O Incra aponta que o Assentamento é estruturado a partir de três etapas, sendo: primeiro a sua criação; segundo a sua implantação com a divisão dos lotes, instalação das famílias e os primeiros créditos; e, por fim, a sua estruturação com a construção das casas, estradas, energia elétrica, créditos produtivos e assistência técnica. Assim, a infraestrutura do assentamento é de responsabilidade do Incra e a construção das habitações está sob responsabilidade do Ministério das Cidades.

Identificamos, no estudo realizado no Assentamento 12 de Outubro em Mogi Mirim-SP, que após a divisão dos lotes as famílias passaram por um processo de transição em que o investimento para formar a sua produção era colocado em primeiro plano, fazendo com que a constituição da moradia fosse suprida novamente pela construção de um barraco (BROSLER, 2011). Essas famílias, muitas vezes, não possuem recurso inicial para a construção das casas, portanto estarão dependentes do Estado ou na esperança de que a produção renda o suficiente para também poderem investir na casa.

Como consequência dessa transição, a coletividade presente no início da formação do assentamento, quando ainda esperam a divisão dos lotes, vai sendo substituída gradativamente pela preocupação em produzir e garantir as condições mínimas de sobrevivência da família. O seu sentimento de pertencimento à comunidade não é resultado de um processo histórico como ocorre nos bairros rurais, mas sim na (re)construção de sua própria identidade. Esta, a identidade social do ser assentado, aparece quando é preciso demandar a efetivação dos acordos realizados com os órgãos públicos, fazendo com que os interesses próprios sejam substituídos pelo interesse fundamental e comum (NEVES, 1999).

Cada lote deveria, segundo o Incra, representar uma unidade familiar que utilizaria o espaço para construir a sua moradia e explorar a terra para o seu sustento com mão de obra exclusivamente familiar. Os beneficiários não possuem a posse da terra, havendo um Contrato

de Concessão de Uso – CCU que “assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal”.<sup>21</sup>

Os beneficiários não podem vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros e não há relação de hereditariedade na passagem direta do lote para os filhos, caso os titulares venham a falecer ou ficarem impossibilitados de trabalhar no lote. Quando ocorre a desistência, há uma avaliação das benfeitorias existentes no lote (construções e plantações) e o beneficiário recebe um valor monetário por elas.

Ferrante e Barone (1998) consideram que o modelo de assentamento colocado às famílias resulta em uma imposição de regras e normas feitas para modelar a vivência dessas famílias dentro dos assentamentos e não voltadas ao seu benefício e necessidade. Assim, são observadas iniciativas de resistência, em nome de “um saber tradicional e das relações familiares e de solidariedade”.

Bergamasco e Norder (2006) ressaltam que a conquista da terra pela família representa também a conquista da moradia para os filhos que se casam, “resguardando na unidade familiar a garantia ao acesso à habitação para as novas famílias que surgem”.

Deste modo, a quantidade de casas construídas nos assentamentos rurais sempre será superior a quantidade de titulares, com a presença de casas construídas pelos filhos representando a lógica própria da agricultura familiar e o processo de reconstrução das relações sociais, do sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade, quando seus filhos crescem nessas terras e já são seus netos e bisnetos que aí nascem.<sup>22</sup>

Portanto, a origem da comunidade para um assentamento rural se dará a partir da possibilidade de reproduzirem seus sistemas de compreensão de mundo, suas práticas, costumes e tradições que foram forçosamente privados de expressão quando houve a transição desses sujeitos do meio rural para o urbano “no qual os contextos sociais e culturais tiveram que ser repensados e reestruturados frente a uma realidade pré-existente com suas regras determinadas” (BROSLER e BERGAMASCO, 2010, p. 276).

Assim, a casa rural retrata, por consequência, as resistências e as transformações ocasionadas frente ao externo. Através da situação da casa, de seu material de construção, estética e funcionalidade é possível trazer aspectos importantes para se refletir sobre o que é

---

<sup>21</sup> Disponibilizado em [HTTP://www.incra.gov.br/titulacao](http://www.incra.gov.br/titulacao). Acesso em: 12 mai. 2015.

<sup>22</sup> No Assentamento 12 de Outubro, localizado em Mogi Mirim-SP, constatamos 158 casas distribuídas nos 90 lotes, representando a proliferação das famílias dentro de um mesmo lote (BROSLER, 2011).

atualmente essa casa rural, quais as suas características, e quais são as particularidades da conquista desse direito.

A partir do exposto, além dos termos *habitação* e *moradia*, atribuímos o termo *casa* para o nosso trabalho, diferenciando-a de moradia que está, em nossas discussões, vinculado à questão dos direitos. Apesar da moradia também possuir a sua subjetividade, ela é utilizada quando estamos tratando da função da casa dentro da família, relacionada ao ato de morar, na possibilidade de constituir o dia a dia da família através da casa, da conquista da casa e tudo o que ela representa. A casa entra então para representar os significados da habitação para os sujeitos, com toda a sua representação cultural e social no objeto da habitação, constituindo-a enquanto casa.



## 4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### 4.1 *Escolha do local de estudo*

Na proposta inicial foi determinado que o universo de pesquisa fosse constituído de um (1) bairro rural e um (1) assentamento de reforma agrária localizados no estado de São Paulo, determinados segundo critérios de seleção em que priorizasse uma região com fortes características rurais, que as áreas estivessem localizadas em um mesmo município e contivessem aproximadamente o mesmo número de famílias integradas, para que fosse possível, estatisticamente, determinar as diferenças e aproximações entre os dois conjuntos.

A escolha da região foi feita a partir do Projeto de Pesquisa “Segurança alimentar no campo: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamentos e de remanescentes de quilombos”, financiado pelo CNPq, Edital N.º 019/2010 e coordenado pela pesquisadora Dra Julieta Teresa Aier de Oliveira (Feagri/Unicamp). Este possuía como aparato metodológico a aplicação, em um primeiro momento, de questionários em diversos Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas, distribuídos em nove (9) Microrregiões Homogêneas (segundo critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) do estado de São Paulo, sendo elas: Registro, Presidente Prudente, Campinas, Limeira, Piracicaba, Sorocaba, Itapeva, Caraguatatuba e São José dos Campos (OLIVEIRA, 2013). Utilizou-se desses questionários para incluir trinta e cinco (35) questões que representavam simplificadaamente as diretrizes da ONU, sendo identificado ao longo do texto como Questionário SAN.

A partir da análise dos dados desses questionários, escolheu-se para o desenvolvimento dessa pesquisa o Assentamento Conquista, localizado em Tremembé-SP, e, por consequência, a zona rural de Pindamonhangaba-SP (Figura 1), considerando a proximidade entre as áreas e a representatividade da agricultura familiar na região, a partir das entrevistas com os técnicos que atuam nesses locais.

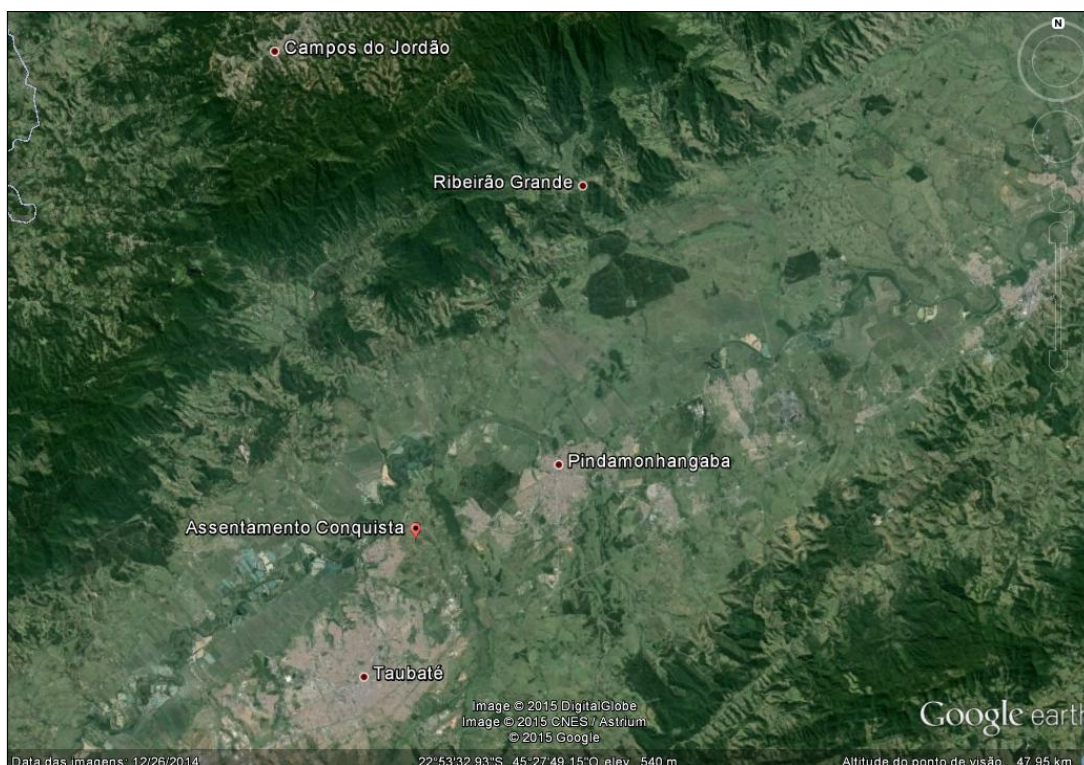


Figura 1 – Localização do Assentamento Conquista e do bairro Ribeirão Grande como zona rural de Pindamonhangaba.

Fonte: Google Earth, 2015.

#### ***4.2 Indicador de direito à moradia adequada para o meio rural***

Esse projeto de pesquisa possuía, como um dos objetivos específicos, a elaboração de uma proposta de indicador pautado nas diretrizes da ONU sobre o que consiste o direito à moradia adequada. Baseada em metodologias sugeridas por Jannuzzi (2009), a definição de indicador serve para orientar a discussão ou mesmo a criação de políticas públicas fundamentadas em características determinantes do meio, sendo uma forma de tornar tangível algo que está escrito na sociedade.

Segundo Barbo e Shimbo (2006, p. 94), captar as várias formas de morar é “uma tarefa complexa, que passa pela definição de um padrão mínimo de moradia digna”. Além disso, Jannuzzi (2009) atenta para a dependência desse conceito às apreciações subjetivas dos moradores. Dados sobre a satisfação declarada pelos moradores acerca de suas moradias, bairro, facilidades de transporte, compra etc. não estão disponíveis e, como consequência, os



indicadores acabam sendo construídos com base nas informações objetivas levantadas pelos censos e pesquisas amostrais.<sup>23</sup>

Com isso, foi feita a proposta da elaboração de um questionário tendo como objetivo detalhar, através de questões objetivas e subjetivas, cada *guideline* – diretriz – apontado pela ONU para um direito à moradia adequada. Para tanto, utilizou-se como base o próprio documento elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos e pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos para o Monitoramento do direito à moradia (UN-HABITAT e OHCHR, 2003).

Para tanto, o estudo foi orientado à identificar os fatores que influenciavam a conquista ou não desse direito. Como consequência, houve a construção desse indicador para cada comunidade estudada, a partir de questionários semelhantes, mas com modificações para se adequar às especificidades desta.

Segundo o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (*Idem*), o direito à moradia adequada deve ser visto holisticamente, não somente como um telhado em cima da cabeça ou sob o aspecto único da comodidade, é preciso ser visto como um direito à vida em segurança, paz e dignidade. A partir do que a ONU considera por direito à moradia, são identificados 06 elementos para compor a ferramenta de monitoramento do direito à moradia.

Cada elemento identificado é composto por um conjunto de indicadores específicos, sendo que o documento destaca a importância do Elemento N. 1 – Moradia Adequada como essencial para captar a qualidade da moradia e sua segurança, porém respeitando a importância que os outros elementos possuem para a análise do Indicador de direito à moradia.

In the lives of average people all over the world, the basic adequacy of one's home is fundamental to their quality of life, their security and their day-to-day survival. Because 'housing adequacy' itself has many sub-parts, this element also has the most proposed indicators among all the suggested housing rights elements. (*Idem*, p. 88)

Esse elemento foi utilizado como ponto de partida para a construção do Indicador de Conquista do Direito à Moradia adequada, observando o que é considerado como “moradia adequada” pela ONU: “adequate privacy, adequate space, adequate security, adequate lighting

---

<sup>23</sup> Essa questão também foi colocada por Morais *et al.* (2006) quando realizaram análises sobre moradia, também com base nas diretrizes da ONU, a partir de dados censitários da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), relatando principalmente a ausência de um censo específico sobre habitação.

and ventilation, adequate basic infrastructure and adequate location with regard to work and basic facilities - all at a reasonable cost” (*Ibidem*, p. 102). Assim, estão identificados os sete elementos-chaves citados no capítulo sobre direito à moradia, sendo:

- **Segurança da posse:** Todas as pessoas têm o direito de morar sem o medo de sofrer remoção, ameaças indevidas ou inesperadas.
- **Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos:** A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.
- **Custo acessível:** O custo para a aquisição ou aluguel da moradia deve ser acessível, de modo que não comprometa o orçamento familiar e permita também o atendimento de outros direitos humanos, como o direito à alimentação, ao lazer etc. Da mesma forma, gastos com a manutenção da casa, como as despesas com luz, água e gás, também não podem ser muito onerosos.
- **Habitabilidade:** A moradia adequada tem que apresentar boas condições de proteção contra frio, calor, chuva, vento, umidade e, também, contra ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação e qualquer outro fator que ponha em risco a saúde e a vida das pessoas. Além disso, o tamanho da moradia e a quantidade de cômodos (quartos e banheiros, principalmente) devem ser condizentes com o número de moradores. Espaços adequados para lavar roupas, armazenar e cozinhar alimentos também são importantes.
- **Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis:** A moradia adequada deve ser acessível a grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais etc. As leis e políticas habitacionais devem priorizar o atendimento a esses grupos e levar em consideração suas necessidades especiais. Além disso, para realizar o direito à moradia adequada é fundamental que o direito a não discriminação seja garantido e respeitado.
- **Localização adequada:** Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. Ou seja, nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias,

correios, e outras fontes de abastecimento básicas. A localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado.

- **Adequação cultural:** A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras. Reformas e modernizações devem também respeitar as dimensões culturais da habitação.<sup>24</sup>

Este documento apresenta medidas a serem seguidas para a construção da ferramenta de monitoramento, com uma proposta de que esse Indicador de Direito à Moradia sirva para avaliar as condições de uma população (país, estados, cidades) através de dados censitários. Portanto, a escala é feita a partir da presença média geral ou a quantidade expressa para cada 1000 habitações com algum tipo de irregularidade. Ressalta-se que esse foco também está presente nos demais indicadores voltados à questão da habitação e moradia, como, por exemplo, as variáveis de Proporção de domicílios adequados utilizadas no cálculo do *déficit habitacional* no Brasil.

No caso do presente projeto, o foco da pesquisa foram “grupos sociodemográficos específicos” (JANNUZZI, 2009), caracterizando-se como um público menor, não sendo utilizada uma análise da “quantidade da presença de”. Portanto, as questões observadas no documento da ONU e em outros documentos relacionados à questão habitacional, citadas a seguir, foram utilizadas somente como proposta inicial.

Para a elaboração dessas questões, utilizou-se como base a metodologia proposta por Jannuzzi (*Idem*) para Indicadores Sociais. Agrupada em quatro etapas, este propõe que se inicie com a conceitualização da temática a que se refere o Indicador proposto. A partir disso, define-se a temática em algo passível de ser mensurado, principalmente através dos dados já disponíveis – no caso desta pesquisa foram provenientes da aplicação do questionário em campo – e, por fim, é feita a sua tradução “em termos mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado” (*Idem*, p. 18).

Além disso, essas questões foram construídas objetivando a realização de análises estatísticas multivariadas, principalmente a *Análise Fatorial exploratória* (AFE). Essa ferramenta possibilita “definir a estrutura inerente entre as variáveis de análise” (HAIR JR *et*

---

<sup>24</sup> Texto retirado na íntegra, disponibilizado em <[http://direitoamoradia.org/?page\\_id=46&lang=pt](http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt)>. Acesso em: 16 jun. 2012.

al., 2009), em outras palavras, possibilita através das variáveis iniciais extrair fatores, sendo um conjunto de variáveis e seus respectivos pesos dentro de cada fator (cargas fatoriais), obtendo como saída o Indicador.

Assim, as sete diretrizes apontadas pela ONU para o direito à moradia adequada foram consideradas como Variáveis Macro na construção desse Indicador, identificadas no decorrer do trabalho como: Segurança de posse (SEGPOS); Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos (DISP); Custo acessível (CUST); Habitabilidade (HABIT); Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis (GRVUL); Localização adequada (LOCAD); e Adequação cultural (CULT). A partir destas, foram elaboradas as questões que compuseram o questionário sobre direito à moradia, sendo que após o pré-teste novas reformulações foram realizadas e adequadas às características das comunidades estudadas.

#### **4.2.1 Elaboração dos questionários**

Os questionários foram elaborados segundo pesquisas anteriores realizadas pelo grupo de pesquisa, a partir de entrevistas e idas à campo nas comunidades escolhidas e com base na bibliografia referente. Assim são apresentadas as reflexões mais importantes para essa fase de elaboração, sendo que o primeiro questionário elaborado foi para o Assentamento.

##### ***Questionário para o Assentamento***

Barbo e Shimbo (2006) apresentam uma discussão sobre o padrão mínimo de moradia adequada utilizada pelos Indicadores habitacionais existentes, como a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Sobre a densidade excessiva de moradores por dormitório, consideram que a Seade apresenta um indicador mais adequado ao considerar inadequado, além da quantidade de pessoas por dormitório, os domicílios cujos moradores estão ocupando permanentemente a sala ou a cozinha como dormitório, considerando que está havendo uma sobreposição de atividades em um mesmo cômodo, representando a falta de espaço para os moradores. Além disso, a Seade apresenta um indicador de espaço interno insuficiente, através da inexistência dos quatro cômodos básicos na divisão do espaço interno da habitação em quarto, sala, cozinha e banheiro. Além disso, considerou-se a presença de um espaço para lavar roupa (lavanderia).

Para compor "indicadores de congestionamento", de habitantes por metro quadrado e habitantes por cômodo, utilizou-se, então, inadequação para acima de três pessoas/dormitório adotada pela FJP e/ou se há algum morador dormindo na sala ou na cozinha por necessidade,

conforme a Seade, e adicionou-se, ainda, uma questão sobre a presença de algum morador acima de 2 anos dormindo no mesmo quarto que o casal/pais.

Quanto à coabitação, Alves e Cavenaghi (2005) fazem uma crítica à FJP, pois esta não considera a intenção da família de permanecer junto da outra família em uma mesma casa<sup>25</sup>, portanto foi colocada a questão sobre a intenção de se mudar e o motivo de morar em uma mesma casa

As questões relacionadas à percepção quanto a habitabilidade foram elaboradas com base na descrição de habitabilidade presente no trabalho de Azevedo *et al.* (2006). Esses quesitos foram:

- conforto ambiental – condições adequadas de conforto térmico, lumínico e acústico.
- saúde, higiene e qualidade do ar – medidas que evitam qualquer tipo de contaminação do ambiente e que deem condições adequadas de cuidados corporais;
- funcionalidade – dimensões espaciais condizentes com o tipo de atividade e número de pessoas e funcionamento das instalações prediais de qualquer tipo;
- acessibilidade – capacidade de se adequar a um deficiente físico ou com mobilidade reduzida;
- durabilidade – garantia do desempenho adequado ao longo do tempo;
- manutenção – cuidados e medidas para o funcionamento adequado durante a vida útil do empreendimento;
- estética – caráter do belo, harmonia das formas e cores da habitação;
- segurança – relacionado à segurança estrutural da edificação, ao risco de incêndio, e de invasão de terceiros.

Cardoso (1998) *apud* Barbo e Shimbo (2006) cita a importância de verificar não somente a presença de abastecimento de água e de energia, mas a sua frequência e qualidade.

Fiadzo *et al.* (2000) citam, em seu trabalho sobre a estimativa da qualidade da casa na área pobre de Ghana, a questão da distância da casa de locais de serviços públicos, de postos de saúde, trabalho, etc., Jannuzzu (2009) também coloca essa observação como importante para a qualidade de vida de seus moradores. Portanto, questões de distância e avaliação dos

---

<sup>25</sup> Em estudos posteriores, a FJP já considerou para o cálculo do déficit habitacional a coabitação familiar, considerando “famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo” (BRASIL, 2013).

serviços públicos foram incluídos como parte das Variáveis Macro *Localização e Infraestrutura*.

A definição do custo da moradia, “Housing costs”, é colocada por Özdemir e Ward (2009), da Diretoria Geral “Employment, Social Affairs and Equal Opportunities” da Comissão Europeia, como sendo medido pelos gastos com: alojamento, incluindo o custo dos serviços públicos (água, eletricidade, gás e aquecimento), seguro da casa, serviços necessários (como para remoção de esgoto e coleta de lixo) e de manutenção e reforma da casa; para os proprietários de casa incluem-se os financiamentos existentes; para aqueles que alugam inclui-se o valor do aluguel. Portanto, questões relacionadas ao valor pago para esses serviços foram incluídos no questionário, bem como a percepção dos agricultores quanto à satisfação do preço cobrado e a sobreposição de necessidades básicas de consumo.

Quanto aos bens materiais que a família possui, utilizou-se inicialmente o Critério de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (CCEB-ABEP), em que se considera a quantidade de televisão, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, máquina de lavar, DVD, geladeira e freezer.

Westaway (2006), em seu trabalho sobre a satisfação pessoal e o impacto do entorno na qualidade de vida em assentamentos habitacionais na África do Sul, coloca a importância de se questionar sobre a satisfação com a vida naquela comunidade e a comparação com a vida anterior à comunidade. Essa questão já participava dos questionários realizados pelo grupo de pesquisa, principalmente pela constatação de que a inserção no Programa de Reforma Agrária possibilita melhorias na qualidade de vida do agricultor e sua família (BERGAMASCO e NORDER, 2006). Além disso, essa questão se apresenta de suma importância para refletir sobre os dados obtidos, ponderando a real satisfação do sujeito com relação a sua comunidade.

A moradia é um elemento diretamente vinculado à qualidade de vida, nessa perspectiva, diversas questões estão próximas e relacionadas com indicadores subjetivos de qualidade de vida como: aspectos do ambiente, do entorno, satisfação quanto ao domicílio, facilidades existentes no bairro, na vida no município e das condições materiais pessoais (JANNUZZI, 2009, p. 112).

A inadequação fundiária aparece como um elemento que compõe o indicador da Seade, computando os domicílios urbanos cujos moradores declaram não ter a propriedade do terreno e sim apenas da construção. Assim, foi colocada a questão sobre a relação jurídica de

posse da terra, servindo também para apresentar um mosaico das condições existentes no Assentamento e no bairro rural e a relação com a segurança de posse da terra e da casa.

A segurança de posse e presença de despejo forçado é considerada como um dos seis elementos do Indicador de Direito à Moradia, esta é inserida no questionário como uma Variável Macro, onde questões relacionadas a ameaças de despejo ou sentimento de ameaça são referenciadas, além da própria segurança de permanência no local, da família e das próximas gerações. Acredita-se que esse elemento traz uma questão sensível observada em campo para os Assentamentos Rurais, precisando ser discutida em um momento em que as famílias estão substituindo a mão de obra principal, do pai para o filho, e o Programa de Reforma Agrária não é pensado como uma política geracional<sup>26</sup>. Nos bairros rurais, já se sabia a partir das entrevistas com os técnicos que se encontraria um mosaico de condições de posse, sendo necessária a discussão sobre a segurança de permanência no local.

Outro elemento importante está na questão do direito à moradia priorizar grupos vulneráveis, sendo: mulheres, crianças, minorias raciais e étnicas, e outros grupos marginalizados como os sem-teto; portanto, esta questão foi inserida também como uma Variável Macro.

Questões demográficas foram inseridas para se ter conhecimento sobre a população pesquisada, além de questões sobre trabalho dos membros da família e atividades agrícolas. Outras questões se fazem presente ainda para identificar o trajeto de vida dos entrevistados, bem como relações de parentesco com outras famílias dentro do mesmo assentamento ou região, no caso dos bairros rurais.

A *Adequação Cultural* não possui questões suficientes para captar a essência crítica na análise da moradia, pois o caráter dessa diretriz é completamente subjetivo, porém, como o objetivo geral da pesquisa recai sobre o significado da moradia rural para esses agricultores familiares, acreditava-se que a pesquisa de campo, através da observação, forneceria dados suficientes para trabalhar possíveis questões a serem inseridas na conformação desse Indicador.

---

<sup>26</sup> Não há a transferência direta do Contrato de Concessão de Uso da terra do pai para um dos filhos.

### ***Questionário para o Bairro Rural***

A aplicação do questionário nos bairros rurais se deu após a avaliação dessa atividade no assentamento, pois observou-se, a partir do Projeto de Pesquisa “Segurança Alimentar no campo”, que uma reflexão sobre o próprio questionário após a sua aplicação em uma dada realidade oferece ricas contribuições para o mesmo (naquele caso o questionário foi aplicado primeiramente em Assentamentos Rurais do estado de São Paulo e reestruturado para ser aplicado em Comunidades Quilombolas), fazendo parte de seu processo de construção dentro da própria pesquisa. Esta reflexão foi feita principalmente durante a tabulação dos dados dos questionários, com as apreensões oriundas das observações e entrevistas realizadas no assentamento e com entrevistas e visitas realizadas nos bairros rurais com os técnicos da Prefeitura.

As questões referentes à “Demografia e Trabalho Familiar” foram modificadas, adaptadas a esta realidade em que se importava saber a trajetória dessas famílias na própria região. Além disso, houve a preocupação em se adicionar questões para obtenção de outras informações sobre a casa e o seu entorno.

No questionário aplicado no assentamento, havia somente uma questão referenciada aos aspectos culturais da casa. No questionário aplicado nos bairros rurais foi possível adicionar mais questões referentes a essa diretriz da ONU, elaboradas com base nas reflexões trazidas das entrevistas e observações realizadas no Assentamento Conquista, como se propunha inicialmente.

Essas questões também foram colocadas frente à presença marcante de casas cedidas ou alugadas, identificadas nas visitas com os técnicos e no pré-teste do questionário, são casas em que não foram os próprios entrevistados quem as construíram. Portanto, se questiona sobre como se dá a real satisfação do mesmo com esta casa. Qual a relação com o seu próprio modo de morar.

Na elaboração inicial do questionário sobre direito à moradia, para as condições materiais, utilizou-se o CCEB-ABEP. Esse dado se mostrou insuficiente para alcançar maiores detalhes sobre os bens materiais existentes na família.

As questões referentes ao processo de construção da casa foram detalhas, pois ao perguntar para os assentados sobre o término da construção da casa muitos relataram que ainda não haviam terminado, em um período de aproximadamente 10 anos de construção, mas já moravam nela há muito tempo. Além disso, alguns entrevistados relataram que moraram durante os primeiros anos de construção da casa em um ou dois cômodos apenas. Assim, foi



necessário um detalhamento do ano em que entraram na casa e se chegaram a morar em apenas uma parte desta, com um ou poucos cômodos por um período, até terminar o restante. Essas questões servem para compreender como se deu o processo de construção da casa por essas famílias, alcançar as particularidades desta.

Como há a presença de muitas casas antigas nos bairros, não era suficiente perguntar o ano de construção da mesma, assim foram adicionadas questões sobre reformas na casa e se a casa encontrava-se em estado de conservação para o entrevistado.

Ainda sobre o processo de construção da casa, durante a tabulação dos dados do Assentamento verificou-se a necessidade de identificar as pessoas envolvidas nesse processo, para caracterizar quem foram os contribuintes para a conquista da moradia, quais os arranjos realizados pelos mesmos para que isso fosse possível.

Dentro disso, também, nas entrevistas realizadas no Assentamento observou-se que a conquista da casa era possibilitada através de uma relação diferenciada com os prestadores de serviços relacionados à construção da casa. Nos laços de solidariedade, os valores cobrados pelos pedreiros, serventes, mestres de obra e carpinteiros mostraram-se abaixo dos valores de mercado, assim foi adicionada uma questão sobre o preço pago pelo serviço contratado, se esta pessoa era do próprio bairro ou bairros vizinhos e se também realizava outras atividades relacionadas à terra.

Foi solicitado também um detalhamento do tipo do tijolo/bloco e da telha presente na casa, pois foi relatada durante a aplicação dos questionários no Assentamento a diferença na qualidade, conforto e satisfação da casa em decorrência de certo tipo de material utilizado na sua construção.

Sobre o conforto, houve uma diferença notória, observada no Assentamento Conquista, das respostas dadas às questões específicas (temperatura, luminosidade, circulação de ar, etc.) e ao conforto proporcionado pela casa como um todo, portanto essa questão também foi acrescentada.

As questões referentes à segurança de posse, uma das diretrizes da ONU para que seja alcançado o direito a uma moradia adequada, se mostravam prescindíveis para o caso dos assentamentos rurais, pois os assentados não possuem a posse da terra e sim a concessão de seu uso. No caso dos bairros rurais, refletiu-se sobre a sua imprescindibilidade para àquelas famílias proprietárias da terra, porém, durante o pré-teste já foi possível observar que havia uma insegurança de posse no bairro, até mesmo para os proprietários, devido a questões

ambientais e localização das casas, com isso todas as questões sobre segurança de posse foram mantidas.

Por fim, o questionário termina com as questões relacionadas à satisfação do entrevistado com relação à vida na propriedade e o interesse de permanência na mesma, no bairro e no meio rural, bem como sobre as condições de vida dessa família e a sua melhoria. Jannuzzi (2009) se refere à intenção de permanência ou de mudança do sujeito de sua comunidade como balizador da satisfação quanto à qualidade de vida oferecida e possibilitada na comunidade e no entorno. Além do aspecto da segurança de posse, esta questão foi inserida na pesquisa para refletir sobre a condição local oferecida ao agricultor e sua família. Essa questão não estava inserida no questionário do Assentamento e algumas famílias citaram a intenção de se mudar.

Essas questões se mostraram de suma importância para possibilitar uma reflexão sobre a real satisfação dessas famílias em permanecer no local, se o bairro estava proporcionando a qualidade de vida desejada ou se o meio urbano se apresentava como mais atraente para solucionar os problemas enfrentados pelas mesmas.

As questões relacionadas à melhoria de vida possibilitaram ponderar as respostas referentes à satisfação com a casa, com os serviços públicos, com o todo questionado, ou se estas foram apresentadas em comparação com uma situação anterior de maior necessidade, como foi observado no Assentamento Conquista.

Para complementar esses dados, no caso dos bairros rurais as famílias entrevistadas possivelmente seriam oriundas da própria região, permitindo questionar sobre uma melhoria de vida em comparação a sua infância, referenciando a um passado do entrevistado. Assim, foi colocada uma questão sobre a melhoria de vida em comparação com seus 12 anos, considerando que com essa idade a pessoa consegue ter uma lembrança clara de sua vida e ainda vive com os pais.

Além dessas mudanças identificadas, outras adaptações foram feitas como realocações de questões e modificações de linguagens, termos, palavras, para se adequar a esta nova realidade estudada.

Ressalta-se que o Indicador proposto a partir deste questionário avalia a conquista do direito à moradia no tempo presente dessas famílias, porém muitas questões relacionadas ao passado foram acrescentadas com o intuito de fornecer informações sobre como se deu o processo de conquista dessa moradia. Essas questões foram utilizadas para detalhar a realidade e forneceu subsídios para as entrevistas realizadas com algumas famílias do bairro.

#### 4.2.2 Aplicação dos questionários<sup>27</sup>

O pré-teste do questionário foi realizado no mesmo assentamento pesquisado, com aplicação em 10 famílias escolhidas aleatoriamente<sup>28</sup> e com as lideranças locais, solicitando que os mesmos colocassem suas opiniões sobre as questões e o questionário como um todo. A partir da reestruturação do questionário após o pré-teste, foi realizada a aplicação do questionário final em todo o Assentamento Conquista, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2013, conseguindo abarcar 170 famílias (85% das casas habitadas no Assentamento), sendo 85 casas de titulares e 85 de agregados distribuídos em 90 lotes.

Para auxiliar o trabalho de campo, dados sobre os titulares dos lotes bem como a quantidade de casas existentes em cada lote foram obtidos através do Questionário SAN e um mapa do assentamento foi disponibilizado pelo técnico da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo – Itesp de Taubaté que atua no local.

Algumas dificuldades foram encontradas devido ao período de chuvas na região e na realização das entrevistas com famílias que trabalhavam fora do lote, assim a maioria das casas que não foi pesquisada foi devido à ausência dos mesmos em suas casas em três tentativas. Para minimizar essa situação, foram utilizados fins de tarde e fins de semana.

A aplicação do questionário no bairro se deu após a avaliação dessa atividade no Assentamento. A partir de visitas realizadas aos técnicos da Casa de Agricultura de Tremembé e do Departamento de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba, além do próprio técnico do Itesp de Taubaté que possui conhecimento sobre a zona rural do Vale do Paraíba, foi decidido que a pesquisa seria desenvolvida na zona rural de Pindamonhangaba, cidade vizinha à Tremembé.

Os técnicos do Departamento de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba disponibilizaram as coordenadas geográficas das construções existentes em cada Unidade de Produção Agropecuária (UPA) dos bairros do entorno da Estrada dos Martins e dos bairros Ribeirão Grande e Piracúama. A partir disso, optou-se por realizar um censo somente no bairro Ribeirão Grande, sendo o bairro com a maior quantidade de casas nesse banco de dados. Isso possibilitaria que outras questões pudessem ser refletidas sobre as casas no meio rural, questões históricas de formação do bairro e compreensões sobre as dinâmicas das

---

<sup>27</sup> Essa atividade contou com a ajuda da aluna de graduação em Agronomia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) Jaqueline Santafosta de Oliveira, sendo filha de assentado no Assentamento Conquista.

<sup>28</sup> Essa quantidade foi mantida em aberto tanto para o assentamento quanto para o bairro, observando o momento em que não se identificava outras necessidades de reformulação do questionário.

famílias dentro de um espaço delimitado pelo mesmo, podendo alcançar aspectos importantes do processo de conquista da moradia para as famílias que ali vivem.

Essas coordenadas geográficas foram trabalhadas com o intuito de criar um banco de dados geoespacializados para auxiliar na identificação das casas. Através de um GPS Garmin modelo GPSMAP® 62s e com o *software* BaseCamp da Garmin, esse banco de dados foi transportado para um mapa e utilizado para orientar o trabalho de campo<sup>29</sup>, como pode ser observado na Figura 2, onde cada 🏠 representa uma construção.

Além disso, o GPS foi utilizado para a aquisição dos pontos das casas onde foram aplicados os questionários, além da identificação de casas vazias, de casas em construção ou que servem para finais de semana, as “casas de veraneio”, possibilitando, assim, estudos futuros a partir desse novo banco de dados como, por exemplo, a realização de um estudo das condições habitacionais, da conquista da moradia, em uma visualização espacial, através da cartografia social, como propõe Santos (1988).



Figura 2 – Localização das casas nos bairros Ribeirão Grande, Piracuãma e Estrada dos Martins, Pindamonhangaba-SP.

Fonte: Departamento de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba e Fundo Estadual de Recursos Hídricos-Fehidro. Elaboração própria. Google Earth, 2013.

---

<sup>29</sup> Para tanto, contou-se com o apoio de Agmon Moreira Rocha, técnico do Laboratório de Geoprocessamento da Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp.

No caso do assentamento, algumas famílias entrevistadas não possuíam relação direta com a agricultura, porém estas foram consideradas essenciais para a pesquisa entendendo-se a casa como parte da comunidade constituída pelas famílias, entre aquelas que mantêm a sua relação com a terra e aquelas que se orientam a outras atividades vinculadas ou não aos centros urbanos, mas que se reconhecem como parte dessa comunidade. Assim, considera-se que a casa rural também se faz através do emaranhado de relações existentes em um dado bairro rural, na identificação da família com o espaço, como já foi explanado através de diversos autores no capítulo sobre o sujeito por trás do habitacional.

Portanto, o critério utilizado na aplicação dos questionários para o bairro foi entrevistar todos aqueles que moravam no bairro Ribeirão Grande, sendo que as famílias tinham que possuir uma relação com o mesmo, podendo ser: atividades relacionadas à agricultura, outras atividades realizadas no bairro, parentes no próprio bairro ou em bairros vizinhos ou que tivessem um histórico de família no bairro. Por fim, somente as casas de veraneio ou de segunda moradia não foram consideradas nessa pesquisa.

O pré-teste foi realizado no mesmo bairro pesquisado, em 15 famílias escolhidas aleatoriamente. A partir da reestruturação do questionário após o pré-teste, foi realizada a aplicação do questionário final, entre os meses de setembro a novembro de 2013, conseguindo abarcar 167 famílias, sendo 85 casas de proprietários, 28 de caseiros ou trabalhadores rurais, 18 casas cedidas e 36 alugadas ou em áreas arrendadas.

Para auxiliar o trabalho de campo, foram adquiridos mapas do município na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Pindamonhangaba, foram feitas reuniões com o técnico do Departamento de Agricultura da Prefeitura, com visitas guiadas, e apresentação do projeto para a Associação de Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba (APEP), com agendamento de entrevistas.

A maioria das casas que não foi pesquisada foi devido à ausência da família após três tentativas. Na maioria das vezes, os vizinhos informavam que essas famílias trabalhavam no centro da cidade de Pindamonhangaba e retornavam somente a noite. Para minimizar essa situação, foram utilizados fins de tarde e fins de semana, para retornar a essas casas.

As famílias receberam muito bem a proposta de serem entrevistadas, porém houve uma desconfiança com relação ao objetivo real da pesquisa e famílias que optaram por não participar por causa de questões centrais que remetem à presença marcante de insegurança de posse para os proprietários de terra dessa região, quais serão apresentadas em capítulo correspondente.

### 4.2.3 Elaboração do Indicador de Direito à Moradia

A partir das sete diretrizes apontadas pela ONU para o direito à moradia adequada, consideradas como Variáveis Macro na construção desse Indicador, foram elaboradas as questões que compusessem os questionários sobre direito à moradia.

Para que fosse possível a realização da Análise Fatorial exploratória (AFE), foi preciso considerar o tamanho da amostra com um mínimo de 100 objetos (sujeitos entrevistados), segundo Hair Jr *et al.* (2009), considerando 05 sujeitos por cada variável de entrada da análise. Porém, durante o trabalho de campo observou-se que seria importante realizar um censo no Assentamento e no bairro Ribeirão Grande para que se conseguisse maior compreensão sobre suas particularidades, obtendo grupos amostrais de 169 e 167 sujeitos, respectivamente.

Jannuzzi (2009) ressalta a importância de observar as propriedades desejáveis na construção de um indicador e relata que dentre essas propriedades o que mais importa é a relação recíproca entre o conceito e os indicadores propostos, a confiabilidade para as cifras calculadas e a inteligibilidade, não perdendo de vista que um “Indicador bom apenas indica; nunca substitui o conceito que lhe originou.” (*Idem*, p. 65).

Assim, foi proposta a construção de um indicador simples que contém diversas dimensões sobre um mesmo tema, avaliando não a política social em si, mas a condição atual da moradia como ponto de partida para discutir a política social. Esse indicador se localiza então na fase de Diagnóstico, segundo Jannuzzi (*Ibidem*, p. 32), do tipo produto em que se viabiliza “a caracterização do contexto socioespacial em questão, a gravidade dos problemas sociais, a dimensão quantitativa das carências e demandas dos serviços públicos a atender”.

Essa orientação é dada frente à observação de que é preciso reforçar a discussão para uma política de direito à moradia e não sucintamente uma política habitacional, qual vê na sua eficácia somente o aspecto material da habitação.

Sarlet (2014, p.274) afirma que há que considerar a moradia além de seu espaço físico respeitando-se as peculiaridades de cada país e de cada região “já que é na realidade concreta de quem mora e onde se mora que é possível aferir a compatibilidade da moradia com uma existência digna”. Portanto, foi elaborado um indicador para cada comunidade a partir de questionários semelhantes, mas que respeitavam as particularidades de cada local (apresentados anteriormente).

Como a pesquisa abrangeu uma comunidade que teve atuação do Estado na questão habitacional e uma comunidade que não recebeu qualquer auxílio direcionado a essa questão,

esta avaliação permite, também, analisar o impacto da presença do Estado para a garantia e promoção do direito à moradia, possibilitando apontar similaridades e diferenças entre as comunidades quanto às variáveis de saída.

Ressalta-se, assim, que o objetivo dessa pesquisa não foi a elaboração de um indicador universal, para ser utilizado em qualquer zona rural do país, mas apresentar uma proposta de indicador que possa dar início a estudos sobre a possibilidade de se avaliar, através de indicadores sociais, a conquista do direito à moradia no meio rural.

Jannuzzi (2009, p. 20-21) apresenta que os indicadores podem ser definidos entre objetivos e subjetivos, descrevendo-os como referidos a “ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social”, no caso dos indicadores objetivos, e a “avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade”, no caso dos indicadores subjetivos. Esses últimos, “dotados de significados valorativos”, podem não apontar as mesmas tendências dos indicadores objetivos e, para exemplificar essa questão, o autor utiliza como exemplo uma investigação dos impactos sociais de um programa habitacional. Ressalta que provavelmente os indicadores objetivos apontem melhorias nas condições materiais de vida da população, mas que estas podem não estar representadas na satisfação dos entrevistados.

Com base nisso e na anterior constatação de que faltam medições que considerem as apreciações subjetivas dos moradores, foi proposto trabalhar somente com as questões consideradas de percepção para a construção desse indicador sobre o direito à moradia no meio rural (essas questões podem ser visualizadas no Apêndice 1, para o Assentamento, e no Apêndice 2, para o Bairro). Na Tabela 1, apresenta-se a quantidade de questões de percepção referentes a cada diretriz da ONU (Variáveis Macro).

Tabela 1 – Questões de percepção referentes a cada diretriz da ONU.

	SEGPOS	DISP	CUST	HABIT	GRVUL	LOCAD	CULT	TOTAL
Assentamento	8	19	12	14	3	19	4	79
Bairro rural	6	21	14	19	3	24	5	92

Objetivou-se, nessa pesquisa, realizar a AFE pelo método de extração *Componentes Principais*, utilizando para todas as análises o *software* SPSS 17.0. Segundo Hair Jr *et al.* (2009), esta análise possibilita condensar a informação contida nas variáveis de entrada em um conjunto menor de variáveis estatísticas (fatores) com perda mínima de informação,

ocorrendo assim redução de dados a um número suficiente de variáveis que continuam representando o conjunto original de variáveis e seus respectivos dados de entrada.

Na maioria dos casos, ainda segundo Hair Jr *et al.* (*Idem*), as soluções desta análise fatorial sem executar rotação dos fatores não é suficiente, sendo que a rotação melhora a interpretação final da análise apresentando uma estrutura fatorial mais simples. Com isso, optou-se por utilizar nesta análise o método de rotação ortogonal *Varimax*, sendo requerido quando o objetivo é a redução de dados a um número menor de variáveis, porém que mantém a interdependência entre os fatores rotacionados e resulta em uma separação mais clara dos fatores.

Com os dados tabulados, todas as questões subjetivas consideradas na análise como variáveis de entrada foram trabalhadas no sentido de que possibilitassem a realização de análises multivariadas, suas respostas foram obtidas através de *escala Likert* (escala psicométrica contendo 03 itens de grau de concordância ou satisfação) e atribuíram-se valores numéricos padronizados (por exemplo, bom – 3; médio – 2; ruim – 1; dados métricos).

Foi necessário também atribuir valores numéricos para as respostas *Não sabe ou não respondeu* e *Não se aplica*, pois esta análise não possibilita a consideração dos objetos (sujeitos entrevistados) que possuem *missing* (dados perdidos). Além disso, considera-se que a resposta *Não sabe ou não respondeu* também possui valor atribuído para o sujeito, indicando a sua resposta e não a desconsiderando.

Com as variáveis ajustadas, deu-se início a análise estatística descritiva de seus dados, identificando aquelas que possuíam informações correlatas e que continham mais de 85% de respostas iguais entre as mesmas (por exemplo, qualidade da construção qual estava separada em qualidade das portas e janelas; parede, piso e telhado; instalação hidráulica e instalação elétrica). Assim, foram geradas outras variáveis a partir do agrupamento dessas, pois é preciso que exista variância significativa entre as variáveis para que seja possível a realização desse tipo de análise (isso foi confirmado após a realização de testes utilizando todas as variáveis de entrada na análise proposta). Todos esses agrupamentos foram feitos a partir da soma das respostas das variáveis e a padronização do resultado dessa soma novamente na escala inicialmente utilizada (03 itens), caso houvesse alguma resposta em *Não sabe ou não respondeu* ou *Não se aplica*, conservou-se essas respostas para a nova variável criada.

Além disso, foram agrupadas também aquelas variáveis correlatas, mas que apresentavam graus elevados de respostas em *Não se aplica* e que por causa disso seriam descartadas nos próximos passos (por exemplo, questões de opinião sobre os preços pagos nos



serviços de água e luz, caso a água advinha do próprio local considerava-se a resposta para o serviço de luz).

Após, observou-se aquelas variáveis que apresentavam 80% ou mais de suas respostas em apenas uma opção (categoria). Essas foram as primeiras variáveis desconsideradas na análise, pois não apresentavam relevância estatística e impossibilitariam a execução da análise por não possuir variância interna (isso foi confirmado após a realização de testes utilizando todas as variáveis de entrada na análise proposta).

Tendo feito isso, foi necessário ainda descartar aquelas questões com grau elevado de respostas em *Não se aplica* (50% ou mais), avaliando-se a relevância de cada questão para o estudo a partir da sua representação para os sujeitos entrevistados na comunidade. Foram agrupadas ainda variáveis correlatas que continham mais de 70% das respostas iguais. Essas duas atividades foram realizadas com o objetivo de obter um conjunto de no máximo 33 variáveis para que se conseguisse consistência no modelo de saída da análise da AFE, aceitando-se um mínimo de 05 sujeitos por variável de entrada.

Antes de iniciar a análise indicada, foi feito ainda um teste utilizando a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), pois esta tem como saída, a partir de uma tabela de dados, a representação gráfica de nuvens de pontos, a qual propicia a identificação de grupos homogêneos de indivíduos segundo o conjunto de características observadas, pela sua localização nos quadrantes formados pelos fatores representados como eixos ortogonais. Essa análise possibilita visualizar se há algum sujeito que está fora do grupo estudado, sendo considerado um *outlier*. Quando observado isso, era preciso identificar o sujeito e verificar se realmente a sua condição era particular e não representativa do grupo, pois esses ruídos prejudicam a análise como um todo.

Dado início à análise, foi feito o Teste de Esfericidade de Bartlett, o qual fornece a significância estatística de que existem correlações entre pelo menos algumas variáveis de entrada, sendo que a amostra precisa apresentar valor abaixo de 0,05. Também foi feita a verificação da adequação dos dados à análise fatorial através do método proposto por Kaiser-Meyer-Olkin – Medidas de Adequação da Amostra (MSA), utilizando o critério para aceitação valores acima de 0,50 tanto para o teste geral como para cada variável de entrada.

Observado o teste geral, foi feita a verificação dos valores da MSA para cada variável, utilizando a diagonal principal da tabela de saída de Anti-imagem. Caso fossem observadas variáveis com valores abaixo de 0,50, foi feita a retirada da variável que apresentava o menor valor e iniciava-se a análise novamente.

Com todas as variáveis apresentando valores de MSA acima do aceitável, observou-se o poder de explicação de cada variável na formação do modelo através da tabela de Comunalidades. Para tanto, verificou-se quais variáveis apresentavam valores abaixo de 0,50 e retirou-se a variável que apresentava menor valor iniciando a análise novamente.

Após, verificou-se se o modelo estava explicando boa parte dos dados, utilizando o critério para aceitação Variância Acumulada igual ou maior que 60% (variância explicativa de 60% da amostra). Além disso, para a determinação do número de fatores extraídos utilizou-se o critério de Kaiser (1960) *apud* Hair Jr *et al.* (2009) considerando somente os fatores que possuíam Autovalor Inicial igual ou maior que 1.

Esta análise fatorial com rotação fornece uma Matriz dos Componentes Rotacionados contendo os valores das cargas fatoriais de cada variável em cada fator extraído (a sua contribuição para cada fator). Segundo Hair Jr *et al.* (*Idem*), para um grupo amostral de 150 sujeitos aceita-se um valor mínimo de 0,45 de carga fatorial e 0,40 para um grupo de 200 sujeitos, portanto considerou-se valores acima de 0,45 como aceitável para essa análise.

Como a proposta dessa pesquisa é a elaboração de um indicador simples obtida através da análise fatorial, sendo considerado pela estatística como Escalas Múltiplas por possuir em seu interior a mensuração de várias dimensões de um mesmo conceito (HAIR JR *et al.*, *Idem*), foi preciso realizar uma última análise para verificar a consistência interna do modelo de saída. Assim, foi feita uma avaliação do coeficiente de confiabilidade pelo teste de Alpha de Cronbach, utilizando como critério de aceitação valores iguais ou maiores que 0,60 (valor aceito para pesquisas exploratórias). Esse teste é feito para cada fator, observando somente as variáveis participantes do mesmo. Caso houvesse algum fator com valor abaixo do aceitável, retiravam-se as variáveis que contribuíam somente com aquele fator, respeitando a retirada do fator que menos contribuía para a análise.

Por fim, foram nomeados os fatores de saída de acordo com o seu conteúdo, observando o que descreve o conjunto de variáveis agrupadas em cada fator, representando as dimensões que compõem este indicador de direito à moradia.

### ***4.3 Processos de conquista da moradia no meio rural***

Sera todo imperfecto, ilógico e inmundo en las viviendas rurales? Sera útil estudiar la vivienda campesina, no como la miraría un ciudadano urbanizado únicamente, sino como la siente y la vive el propio campesino? Quizás un estudio de esta clase pueda dar base a una revisión de principios [...] (Fals Borda, 1956, p. 209-210)

Essas perguntas que destacamos já no início deste subcapítulo se mostram primordiais para a compreensão da metodologia utilizada nessa parte do trabalho, reforçando o objetivo e a sua complementaridade com o estudo anterior.

Observa-se que as mesmas foram colocadas há mais de 50 anos por um renomado sociólogo em seu estudo sobre as casas rurais na Colômbia, durante seu trabalho para o Centro Interamericano de Vivienda, e as respostas ainda não foram obtidas e nem sequer refletidas ou consideradas.

Importante aspecto para compreender como se garante a conquista do direito à moradia, é observar como se dá o processo da conquista da moradia, quais os arranjos realizados, os elementos mais importantes que a caracteriza e a sua posição e valorização nas relações dentro da família que a constitui.

Descobertas somente no momento da análise dos resultados, aquelas perguntas representam o esforço que se fez necessário para alcançar as particularidades das casas pesquisadas. Foi necessário orientar olhares e reflexões a todo momento, para que a “mirada de um cidadão urbanizado” não ocasionasse em perda de valor ou falsa compreensão daquilo que se apresentava na realidade.

Assim foi feita a proposta de se refletir sobre o processo de conquista da moradia para as famílias do Assentamento Conquista e do bairro Ribeirão Grande, considerando que a moradia está imbuída de representações socioculturais das populações rurais, fortemente consolidadas por aspectos históricos e econômicos.

Essa segunda etapa teve como principal instrumento metodológico a entrevista semiestruturada e a história oral. A entrevista semiestruturada foi utilizada quando se desejava orientar o que era relatado, fazendo com que o depoente expusesse suas apreensões sobre determinados temas ou mesmo sua própria história de forma que contemplasse os assuntos elencados previamente; sendo realizada de acordo com Queiroz (1983) e Thompson (1992).

A história oral foi utilizada com o objetivo de captar “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1988, p. 36), de observar as distensões que explicavam os rumos da vida desses sujeitos que participaram da pesquisa, com a consideração de que não há a preocupação com a verdade confirmada, mas com as representações narradas através de uma mistura entre espaço, tempo e objetos, a partir da história de vida dos sujeitos entrevistados. Isso foi utilizado principalmente para captar as diversas casas já vividas e outros elementos que podem estar influenciando a casa atual, a partir das trajetórias de vida do sujeito e da família, principalmente no Assentamento, onde as famílias têm suas origens também em outros estados do Brasil.

Para tanto, tinha-se em mente que tanto as entrevistas quanto a história oral trata de questões subjetivas representadas através da memória e da identidade desses sujeitos, carregadas de afetividades, de sensações e percepções sobre os episódios vivenciados (QUEIROZ, *Ibidem*). Esses são apresentados numa confluência entre o recordar o passado através da situação presente em que se vive e tudo aquilo que já se viveu a partir de uma dada lembrança, imbuído de um futuro sonhado (BENJAMIN, 1987).

Essa apresentação dos fatos é feita através da autenticidade, no reconhecimento e na relação estreita com o outro, assim o entrevistador faz parte da narrativa, influenciando sempre o que foi dito e o não dito. Queiroz (1988) apresenta a importância de se respeitar e valorizar o “indizível” como parte da narrativa, considerando o tempo do depoente, a organização de suas ideias e as emoções que desabrocham ao apresentar a sua memória, o seu eu. Segundo Pollack (1989), esse método de história oral coloca em primeiro plano as histórias não ouvidas, rechaçadas, portanto o silêncio está presente, na maioria das vezes, reportado a um sofrimento, podendo representar um medo de se apresentar o individual frente a um grupo dominador, ou um conflito que não está explícito, incorporado. Segundo Benjamin (1987), o narrador apresenta a sua alma.

Além disso, DaMatta (1991, p.19) nos apresenta que estudos realizados a partir de leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. “São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela.”.

Quando o sujeito entrevistado permitia e não se sentia inibido, as entrevistas foram gravadas. Sua realização e transcrição foram feitas de acordo com Queiroz (1983) e Thompson (1992), onde a transcrição é feita pelo próprio pesquisador, pois é uma forma de trazer na memória tudo aquilo que ocorreu durante a entrevista, principalmente aqueles

elementos participantes do momento e que não são possíveis de serem registrados no gravador (sons, movimentos do depoente ou do próprio meio, silêncios, respiros, expressões faciais, etc.). O momento da transcrição serve também para que o pesquisador faça o seu distanciamento e analise os dados a partir de conceitos e teorias.

Outro tipo de documento utilizado na pesquisa e que auxilia no momento de análise dos dados, principalmente sobre aqueles elementos que fogem à sistematização dos dados através da gravação, foi o *diário de campo*, onde são colocadas as recordações e apreensões do pesquisador durante a execução das atividades no campo, podendo servir para contrapor ou complementar reflexões futuras. Sua importância como elemento que transcende o olhar do pesquisador a outras formas de expressão é apresentada no livro de Whitaker (2002), utilizado como guia para esse estudo.

A fotografia é uma ferramenta de suma importância para também complementar os dados obtidos através da fala oral, apresenta-se como uma outra ilustração da realidade. E, servindo como uma muleta da memória, ela auxilia nos momentos de análise e apresentação dos dados, considerando-a não somente como um retrato de uma paisagem, mas como resultado de uma observação realizada pelo pesquisador no momento de sua pesquisa. Para tanto, estas foram feitas e utilizadas de acordo com Martins (2013).

Outra utilização das fotografias foi feita a partir do acervo fotográfico dos próprios sujeitos participantes da pesquisa. As fotografias apresentam uma identificação verbal para uma imagem muda, portanto é preciso procurar o seu conteúdo, aquilo que se vê e o que não se vê na fotografia.

Assim, uma das entrevistas foi feita a partir das fotografias que a entrevistada possuía, como forma de incentivar as lembranças. Após a seleção e realização de fotocópia de algumas fotografias consideradas importantes para a pesquisa, foi solicitado que a mesma descrevesse aspectos destas para a elaboração de fichas contendo: a data em que foi tirada, o local, quem a tirou, quem aparece na imagem e algo sobre o contexto (LEITE, 1993; MAUAD, 2010). Essas compõem o acervo de memória da pesquisa.

Para a construção da história do Assentamento Conquista, realizou-se uma coleta de material bibliográfico sobre o mesmo, principalmente de trabalhos realizados por estudantes e professores da Universidade de Taubaté (Unitau). Destaca-se que, no meio desse material, foi encontrado um documentário sobre a fase de acampamento na Fazenda da Petrobrás de 1997, “Pé na terra”, o qual foi passado para DVD e utilizado em uma entrevista.

Para a construção da história do bairro Ribeirão Grande, foram feitas entrevistas com as famílias que estavam há mais tempo na região.

A escolha das famílias para as entrevistas foi feita por *amostra intencional*, onde foram escolhidas as pessoas consideradas de relevância para os objetivos da pesquisa, sendo possibilitada a partir da aplicação dos questionários sobre direito à moradia. Assim, 08 famílias do Assentamento Conquista foram entrevistadas e 04 famílias do bairro Ribeirão Grande, durante o ano de 2013. Além disso, foi realizada uma reunião com a equipe do Programa Saúde da Família - PSF que atua no Assentamento Conquista.

Para o caso do Assentamento Conquista, foi possível, ainda, realizar observação participante em um grupo familiar, considerando a abordagem realizada por Whyte (2005). Este grupo estava distribuído em três lotes no Assentamento em 08 casas habitadas<sup>30</sup>. A escolha desse grupo familiar ocorreu de forma espontânea, através do convite de uma das famílias para que parte da equipe se hospedasse em sua casa durante a aplicação dos questionários. No momento da pesquisa, este grupo era constituído pelos pais (02), 03 filhas e 01 filho, 02 esposos, 03 netas e 02 netos com 04 parceiros(as) e 05 bisnetos(as).

O Prof. Dr. John Cunha Comerford do Museu Nacional do Rio de Janeiro, durante a sua apresentação no Seminário “Modos de chegar, ir, ficar, voltar, ou não: formas morais das movimentações em família”<sup>31</sup>, trouxe a questão dos fluxos migratórios dentro da família, mostrando a importância de compreender a casa não somente pelo seu entorno, na sua localidade, mas abrangendo toda uma relação com esses fluxos, com as casas que estão localizadas em outros municípios, mas que fazem parte do conjunto familiar.

Em meio a isso, foi feita também uma visita à família de uma das filhas que vivia em Santa Bárbara d’Oeste-SP, sendo que outros dois filhos também moravam nesta cidade. O relato de sua história de vida havia sido feita no Assentamento, durante uma de suas visitas, e verificou-se a importância de entrevistá-la em sua própria casa. Além disso, foram feitas entrevistas com duas netas que moravam em Blumenau-SC, filhas da família em que ficamos hospedadas, possibilitando compreender principalmente a fase anterior à conquista do lote.

---

<sup>30</sup> Consideramos como habitação, para o cálculo da quantidade de casas habitadas, um espaço construído e que comporta em seu interior, no mínimo, um espaço designado para cozinha e outro para dormitório, portanto casas conjugadas ou adaptadas, mas que possuem esses dois espaços, foram consideradas em separado, com famílias distintas.

<sup>31</sup> Realizado em setembro de 2013, no Anfiteatro da Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

Durante a vivência nesse grupo familiar, realizamos entrevistas com história oral com alguns membros da família, para a constituição da história de vida, as idas e vindas, a relação com o rural, com o assentamento e as condições de vida nos distintos trajetos percorridos. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas após esse contato, para aprofundar aspectos colocados pelos depoentes e também para orientar o relato às casas já vividas e à casa atual.

Para complementar os dados obtidos sobre as casas participantes desse grupo familiar no assentamento, foi realizado um levantamento de dados sobre os aspectos arquitetônicos dessas casas<sup>32</sup>. Buscou-se compreender, com essa atividade, a casa e o seu entorno, elaborando mapas de cada lote com desenho cronológico da propriedade, localizando as construções que existiam no momento de entrada no lote e de outras benfeitorias construídas pela família ao longo de sua permanência até os dias atuais. Paralelamente a esta atividade, entrevistas foram realizadas com a família de cada casa questionando-a sobre o projeto da casa e suas modificações.

Sobre a questão dos fluxos entre as casas, nas interferências no espaço, questionou-se a frequência de idas por semana em cada uma das outras casas do grupo familiar, idas para o centro da cidade, para outros bairros e municípios e idas à Santa Bárbara d'Oeste-SP e Blumenau-SC. Além disso, o recebimento de visitas de parentes que moravam fora da cidade e quais os meios de comunicação utilizados para receber e dar notícias, para manter as relações de “proximidade”.

Por fim, consideramos que a partir desses sujeitos específicos podemos apresentar questões sociais representativas do meio rural brasileiro, relacionadas à moradia. Halbwachs (1990), ao tratar das memórias coletivas, considera que estas estão apresentadas na memória retratada, caracterizando episódios ou mesmo percepções sobre certos assuntos de uma forma que o depoente apresenta ao entrevistador o grupo no qual está inserido, o todo.

---

<sup>32</sup> Para a elaboração das plantas baixas das casas e as demais atividades relacionadas contou-se com a ajuda da graduanda Larissa M. Brosler do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC.

#### ***4.4 Elaboração e entrega dos Livretos***

Foram elaborados dois livretos contendo os resultados parciais da pesquisa após a realização das análises estatísticas descritivas dos dados. Estes foram entregues em 2014 a todas as famílias entrevistadas, além dos técnicos do Itesp/Taubaté e da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba que auxiliaram principalmente no momento inicial do trabalho de campo. Os Livretos contêm 14 páginas e foram impressos em papel reciclado em tamanho A5.<sup>33</sup>

Aproveitou-se desse momento, também, para realizar entrevistas semiestruturadas com algumas famílias de ambas as comunidades, para aprofundamentos em questões identificadas durante a tabulação dos dados e para obter outras informações sobre o histórico do bairro Ribeirão Grande, auxiliando na avaliação final dos resultados das análises estatísticas.

A todo momento, as famílias se posicionavam com relação ao trabalho realizado e principalmente à importância dada ao retorno. Relataram que os dados apresentados nos livretos eram importantes para que a comunidade tenha conhecimento de si própria, numa visão geral da mesma e de aspectos importantes da vida dessas famílias, como a questão dos serviços e equipamentos públicos. Para o Assentamento, os dados demográficos geraram muito interesse, pois a pesquisa abarcou também os agregados, que muitas vezes não são considerados nessas pesquisas ou em outros estudos realizados pelos próprios órgãos de extensão rural.

---

<sup>33</sup> Os livretos podem ser visualizados em  
[https://www.researchgate.net/publication/281179162\\_Assentamento\\_Conquista\\_e\\_suas\\_casas](https://www.researchgate.net/publication/281179162_Assentamento_Conquista_e_suas_casas)  
[https://www.researchgate.net/publication/281179163\\_Bairro\\_Ribeiro\\_Grande\\_e\\_suas\\_casas](https://www.researchgate.net/publication/281179163_Bairro_Ribeiro_Grande_e_suas_casas)



## 5 AS COMUNIDADES ESTUDADAS

### 5.1 *Assentamento Conquista*

A formação do Assentamento Conquista se deu através da ocupação em fevereiro de 1994 de uma área da Petrobrás localizada no município de Tremembé, estado de São Paulo, por famílias que já estavam em outros acampamentos.

Envolvidas nos grupos religiosos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), algumas famílias iniciaram a sua luta pela terra participando do grande acampamento no trevo da Bosch (1985), à beira da rodovia Anhanguera próximo ao município de Campinas-SP, em um grupo de mais de 600 famílias. Deste movimento, diversos assentamentos rurais foram concretizados, dentre eles os assentamentos localizados nos municípios de Sumaré, Porto Feliz, Iperó e Promissão.

Outras famílias passaram pelo acampamento em Getulina-SP e outras pela ocupação da Fazenda Ipanema em Iperó-SP, ambos ocorridos em 1992, onde todas as famílias estiveram acampadas por dois anos em barracos de lona, de papelão e outros materiais até que houve a emissão de posse desses assentamentos, porém não havia espaço suficiente para assentar todas as famílias aí presentes.

Com isso, 100 famílias foram orientadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a ocupar outra área da Fazenda da Petrobrás, em Tremembé-SP. No dia 19 de fevereiro de 1994, essas famílias realizaram a ocupação, continuando em acampamento debaixo de lona até março de 1995, quando ocorreu a emissão de posse ficando sob responsabilidade do Incra, sendo o primeiro assentamento constituído no governo do Fernando Henrique Cardoso. Nesse período houve duas liminares de despejo, porém conseguiram persistir na área. Algumas dessas famílias desistiram e possibilitaram que cinco famílias da própria cidade de Tremembé se assentassem.

O Assentamento (Figura 3) foi dividido em 97 lotes distribuídos em 1.290ha, com uma média de 09 ha cada, além da área destinada à Reserva Florestal e três lotes que servem como área comum e Sede. Porém, 04 lotes estavam ainda no processo de regularização da área, pois se encontravam fora dos limites considerados pela Petrobrás no acordo realizado com o Incra, fazendo com que essas famílias não possuíssem os mesmos benefícios que os outros assentados por não terem o Contrato de Concessão do Uso - CCU, sendo consideradas como posseiros.



Figura 3 – A divisão das áreas e dos lotes do Assentamento Conquista, Tremembé-SP

Fonte: Itesp. Elaboração própria. Google Earth, 2012.

A Petrobrás adquiriu esta Fazenda com o objetivo inicial de se extrair xisto betuminoso, porém o material foi considerado impróprio por conter grandes quantidades de impurezas, não sendo rentável o suficiente para que desse segmento a essa atividade. Com isso, a área foi utilizada para produção de eucalipto que era comercializado pela Petrobrás para uma fábrica de papel da região.

A presença de xisto betuminoso fez com que as famílias acampadas tivessem problema com a captação de água, dependendo de fornecimento por parte da própria comunidade de Tremembé.

Como a área do Assentamento Conquista estava ocupada com produção de eucalipto há 30 anos, havia tocos e árvores por toda a área impossibilitando que as famílias produzissem em seus lotes. Isso se mostrou um empecilho inicial, os assentados tiveram que recorrer aos órgãos responsáveis pelo Assentamento solicitando que fosse feita a retirada das árvores e destoca; essa ação foi realizada em um período de quatro anos após a desapropriação da área (até o ano de 1999). Além disso, houve também a dificuldade na correção do solo desgastado por esse monocultivo.

Ressalta-se que esta foi uma realidade vivenciada por todos os assentamentos rurais constituídos em áreas de produção de eucalipto, como as áreas do Horto Florestal da Fepasa (Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima) desapropriadas no estado de São Paulo.

### 5.1.1 O Presente

No momento da pesquisa de campo (aplicação dos questionários), foi identificado no Assentamento um total de 234 casas, com uma média de 02 casas por lote, distribuídas na Tabela 2 conforme a sua situação habitacional. Os questionários foram aplicados em 170 casas, sendo 85 casas de titulares e 85 casas de agregados, a localização dessas famílias estão identificadas na Figura 4.

Tabela 2 - Condição habitacional das casas existentes no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Condição habitacional	Unidade
Habitadas - Titulares	91
Habitadas - Agregados	104
Desabitadas	21
Inacabadas ou em construção	18

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.



Figura 4 - Assentamento Conquista e a identificação das casas onde foram aplicados os questionários, 2013

Fonte: Elaboração própria. Google Earth, 2014.

A população total dessas 170 famílias era de 662 pessoas, sendo 323 do sexo feminino e 339 do sexo masculino. A distribuição etária dessa população pode ser visualizada na Figura 5 e o nível de escolaridade na Figura 6, onde 227 pessoas estavam frequentando a escola no momento da entrevista. Os(as) chefes das famílias tinham em média 43 anos (entre 19 e 93 anos) e ensino fundamental incompleto.

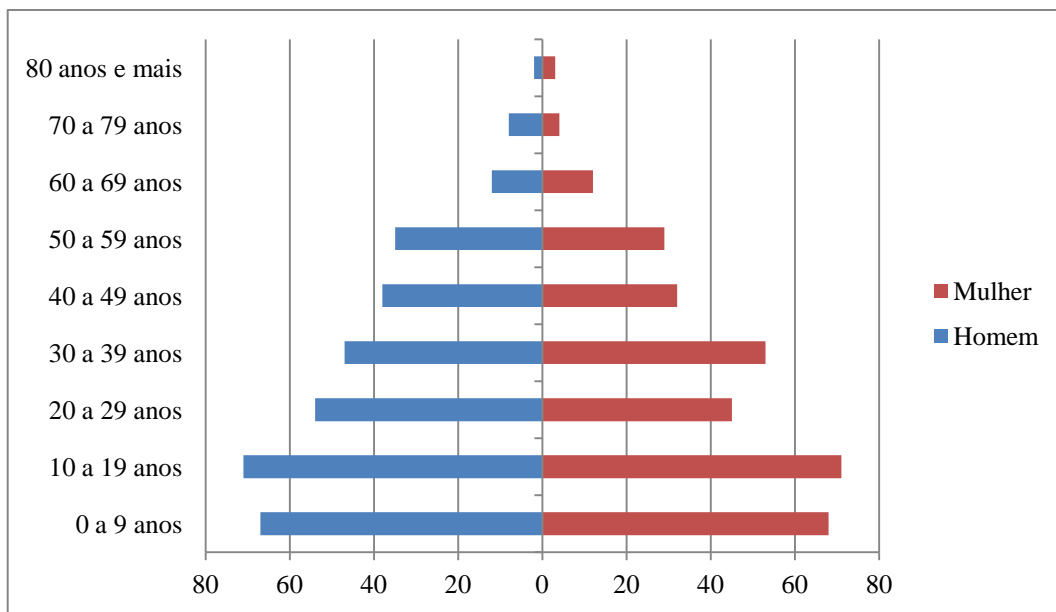


Figura 5 - Distribuição etária da população entrevistada no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

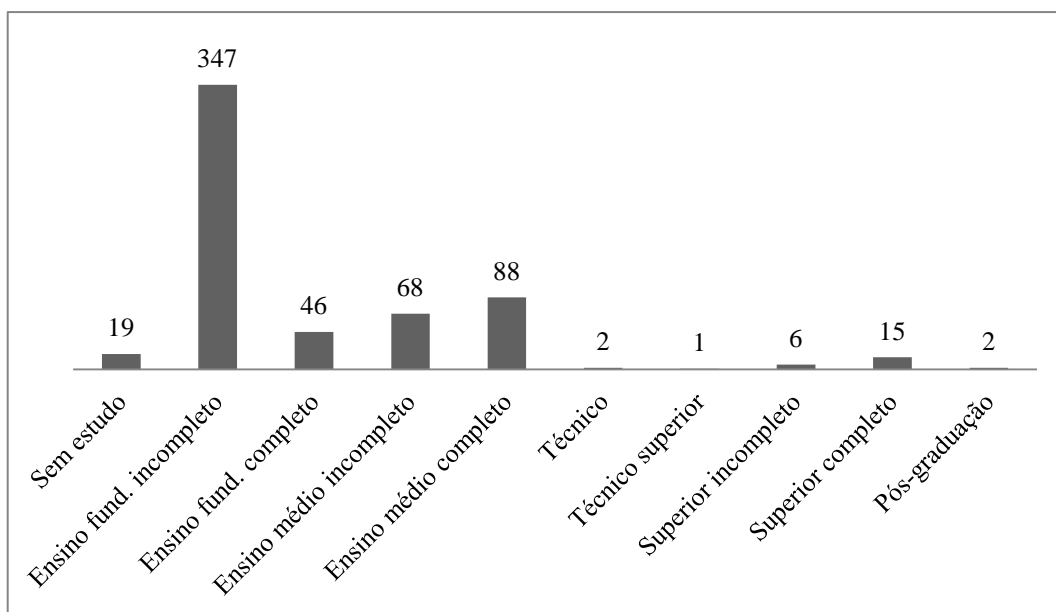


Figura 6 - Nível de escolaridade da população entrevistada no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os titulares são aqueles que constituíram o assentamento e que possuem Concessão de Uso de uma parcela para produzir e viver. Observou-se que o Assentamento Conquista foi formado por famílias que entraram na luta pela terra em busca de um retorno ao meio rural como garantia de qualidade de vida e trabalho frente às condições enfrentadas nas grandes cidades paulistas, principalmente na região de Campinas conforme pode ser observado na Figura 7, onde 84% viviam nos centros urbanos.

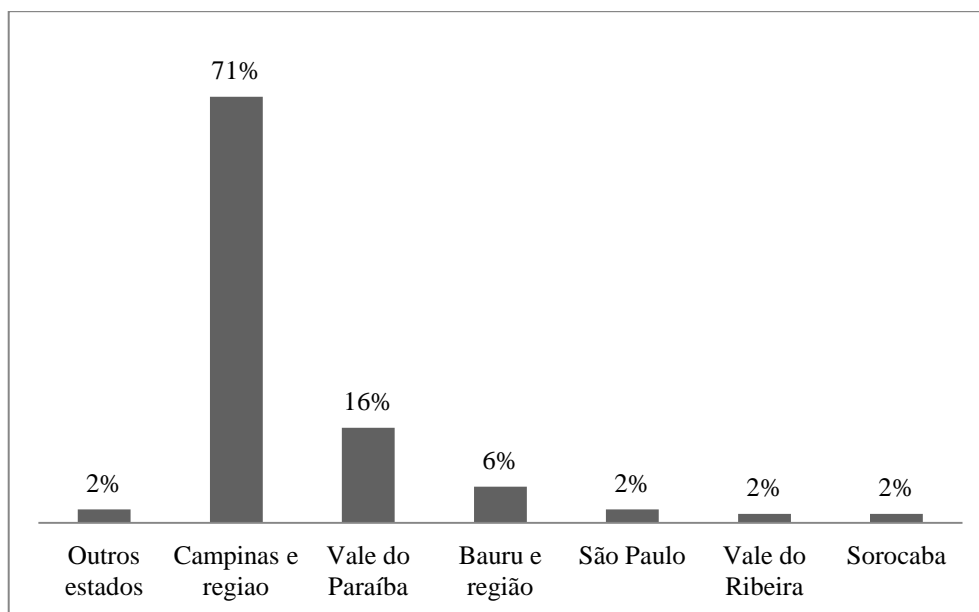


Figura 7 - Região em que viviam os titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, antes de entrarem para a luta pela terra, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Ao longo desses anos, alguns titulares saíram do Assentamento, sendo que duas famílias realizaram o processo legal, recebendo pelas benfeitorias existentes no lote, e 10 lotes se encontravam *irregulares*<sup>34</sup> pela venda da terra (vendidas pelos titulares como se a propriedade fosse particular)<sup>35</sup>. O motivo principal da desistência dessas famílias está nas dificuldades encontradas para conseguirem consolidar a produção no lote, conforme relatado pelas famílias assentadas.

Dos atuais titulares, 70% participaram da ocupação de outra área em 1992, sendo 47 famílias na Fazenda Ipanema em Iperó-SP e 10 em Getulina-SP, e permaneceram numa média de 04 anos em acampamentos até conseguirem o lote. A partir dos relatos, percebemos

<sup>34</sup> Denominação dada pelos próprios órgãos “responsáveis” pelos assentamentos – Incra e Itesp para o estado de São Paulo.

<sup>35</sup> A quantidade de lotes ilegais no Assentamento Conquista aumentou após a aplicação do questionário. Durante a realização das entrevistas e observações constatamos a venda de mais 04 lotes.

que essa entrada na luta pela terra era feita por grupos familiares, assim 54% dos titulares tinha parente em outros lotes, numa média de pelo menos um lote e com o máximo de 06 lotes que compunha um mesmo grupo familiar.

Como acontece com outros assentamentos do estado de São Paulo, este foi formado por famílias que viveram os processos migratórios tanto dentro do próprio estado quanto de outros estados do Brasil. Na Figura 8 pode-se visualizar a origem dessas famílias, sendo principalmente oriundas do próprio estado de São Paulo, mas também por famílias migrantes dos estados do Paraná e Minas Gerais e, em menor proporção, de outros estados do Nordeste.

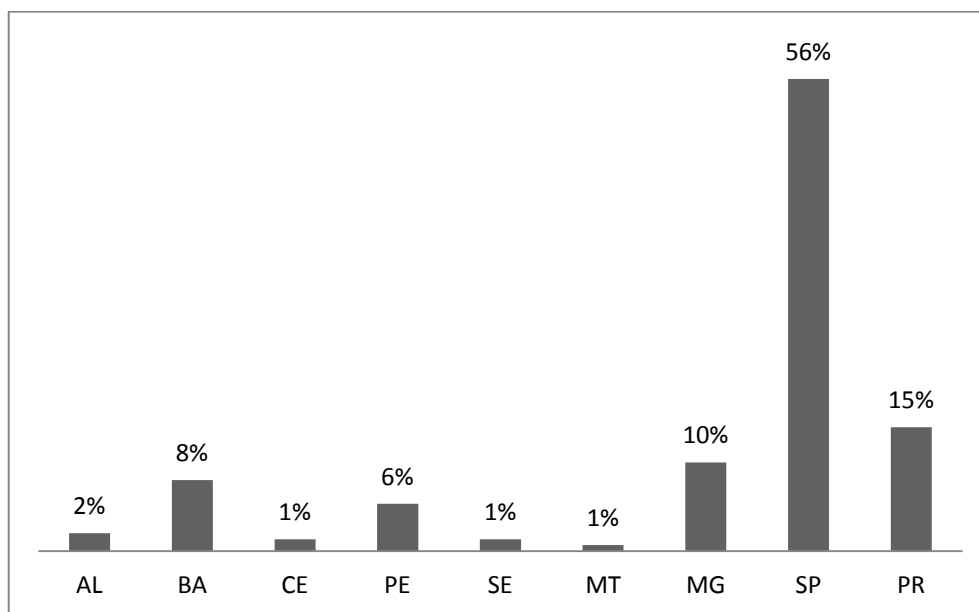


Figura 8 - Estado de origem dos titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Ao saber que essa migração se dá através da saída do meio rural em busca de melhoria nas condições de vida, questionamos sobre a profissão dos pais desses titulares, sendo que 77% estava na agricultura e também 19% dos titulares antes de se assentarem. Porém, como houve a passagem pelo meio urbano, os demais titulares exerceram outras profissões, na Tabela 3 estão listadas as atividades profissionais realizadas pelos titulares antes de irem para o assentamento<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> Ressalta-se que nas entrevistas semiestruturadas observou-se que os mesmos atuaram em diversos ramos de trabalho, porém esta informação é apenas a última atividade realizada pelos mesmos.

Tabela 3 – Atividade profissional dos titulares do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, antes de entrarem para a luta pela terra, 2013

Profissão - Homem	Quant.	Profissão - Mulher	Quant.
Construção civil	15	Do lar	34
Agricultor/lavrador/pecuarista	13	Agricultora/lavradora/pecuarista	9
Ajudante geral	6	Comércio	5
Assalariado rural e boia-fria	5	Empregada doméstica/Diarista	3
Indústria	4	Indústria têxtil	3
Indústria têxtil	4	Boia-fria	2
Metalurgia	4	Indústria	2
Serviços gerais	3	Ajudante geral	1
Carpinteiro	2	Caseira	1
Motorista	2	Confecção de joias	1
Administrador	1	Costureira	1
Caseiro	1	Cozinheira	1
Eletricista	1	Metalurgia	1
Eletrônicos	1	Serviços gerais	1
Funileiro	1		
Guarda de banco	1		
Locutor	1		
Serralheiro	1		
Técnico agrícola	1		
<i>Total</i>	<i>67</i>		<i>65</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os agregados são aqueles que vivem no assentamento, mas que não possuem a Concessão de Uso e que normalmente possuem relação de parentesco com o titular. Bergamasco e Norder (2006) apresentam esse aspecto para os assentamentos rurais considerando-o de relevada importância, onde a terra representa também a conquista da moradia para os filhos que se casam.

Os(as) chefes das 85 famílias entrevistadas possuem relação de parentesco com o titular do lote de acordo com o que está apresentado na Tabela 4. Esses tinham uma média de 14 anos (1999) vivendo no assentamento, sendo que 75% desses vieram acompanhados dos titulares desde o momento de formação do assentamento.

Tabela 4 – Relação de parentesco dos agregados do Assentamento Conquista, Trememebé-SP, com o titular do lote em que vivem, 2013

Relação com o titular	%
Filhos(as) ou enteados(as)	67
Irmãos	12
Amigos	10
Netos(as)	4
Pais	4
Outros parentes	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Observa-se que não são somente os filhos que compartilham do espaço do lote, há a presença de outros familiares, como os irmãos, mas também de amigos, representando a antiga lógica do agricultor de se agruparem em famílias através dos laços de solidariedade (CANDIDO, 2010).

### ***Produção e trabalho***

As casas dos titulares e dos agregados no Assentamento Conquista estão localizadas junto ao lote de produção. Quase todos os lotes estava dividido entre o conjunto de casas e seus respectivos terreiros e a área destinada à produção.

Esses terreiros eram compostos pela horta, pelo pomar e as pequenas criações, que segundo Candido (2010) são os *apêndices* da casa. Das famílias entrevistadas, 48 possuíam horta no quintal, 68 famílias com plantas medicinais, 83 com pomar no terreiro, 76 famílias com criação animal solta no terreiro e 28 confinado, 15 com produção de legumes para consumo e 07 com produção de mandioca, além da presença de milho, feijão, feijão de corda, café, cana, banana, pimenta e estufa de mudas.

Observamos que aqueles que possuíam horta, pomar ou criação animal comercial não dispunham dessa mesma atividade próxima à casa, usufruindo do mesmo produto comercializado. Os tipos de criação animal para consumo ou animal de uso que as famílias possuíam podem ser visualizados na Tabela 5.



Tabela 5 – Criações animais para consumo ou animais de uso das famílias do Assentamento, 2013.

Criação	Quant.	Criação	Quant.
Frango	87	Peru	3
Porco	31	Codorna	2
Gado – leite ou corte	28	Bode, cabra	1
Cavalo (uso)	18	Pavão	1
Pato	15	Galinha d'angola	1
Ganso	8		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foram identificados 110 agricultores e 88 agricultoras no Assentamento e 87 pessoas que ajudavam na agricultura no lote. Essa ajuda advinha principalmente de esposas, filhas e filhos, sendo que identificamos a participação dos agregados na produção do titular e também na produção individual. Destaca-se, com isso, a importância da presença dos agregados vivendo junto aos titulares no lote, sendo que desses agricultores 31% são agregados, além de 32% das pessoas que ajudam, constatando a contribuição dos mesmos para o que é produzido no Assentamento.<sup>37</sup> Dessas famílias com atividade na agricultura, 107 possuíam cultivo comercial e 26 com criação animal comercial, identificados na Tabela 6.

Além disso, muitas famílias estavam plantando mudas de citros, aguardando a sua participação comercial com esses produtos num prazo de três anos. Ressalta-se que esses eram os principais produtos comercializados pelas famílias do Assentamento Conquista, além da recente produção de hortaliças incentivada pelos programas públicos de compra de produtos da agricultura familiar<sup>38</sup>.

O meio de escoamento dos produtos do Assentamento era feito através das Cooperativas para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e de forma individual no Mercatau (Mercadão de Taubaté) e nos presídios localizados no próprio município.

<sup>37</sup> O uso de mão de obra de outros membros do grupo familiar na agricultura pode ser maior do que o identificado nos questionários, pois conforme apresenta Heredia (1979) há atividades e ajudas não consideradas como trabalho pelos agricultores, principalmente aquelas feitas por mulheres e jovens.

<sup>38</sup> Como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS.

Tabela 6 – Cultivos e criações animais produzidos para comercialização pelas famílias do Assentamento, 2013.

Cultivos	Quant.	Criação animal	Quant.
Quiabo	55	Bovinocultura leite	13
Mandioca	48	Suinocultura	8
Citros	44	Avicultura corte	7
Milho	39	Bovinocultura corte	5
Abóbora	30	Apicultura	4
Banana	26	Avicultura ovos	4
Hortaliças	25	Piscicultura	2
Legumes	23	Caprinocultura	1
Berinjela	14		
Feijão	10		
Goiaba	10		
Lichia	10		
Abacate	9		
Maracujá	8		
Tomate	7		
Manga	6		
Acerola	4		
Atemoia	3		
Cana	3		
Mamão	3		
Maxixe	2		
Melancia	2		
Pêssego	2		
Ameixa	1		
Café	1		
Gramma/Capim	1		
Pera	1		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Havia, ainda, a confecção na propriedade de produtos processados para comercialização em 11 famílias, sendo: queijo (05 famílias), pólen (04) e polpa de frutas (01).

As famílias assentadas estavam divididas em três cooperativas, onde somente 15 titulares disseram não participar, mas 18 agregados afirmaram produzir e participar das cooperativas através do titular do lote.

A primeira cooperativa criada foi a Coofact – Cooperativa Agropecuária dos Assentados da Fazenda Conquista do Município de Tremembé, com o objetivo de gerenciar o corte do eucalipto presente no assentamento, na época da pesquisa contava com 22 agricultores e estava sob a direção do Sandro Silvantos Cavini (sendo uma liderança desde a

época do acampamento e antigo líder do MST). Esta se dividiu recentemente em outra cooperativa, a Coomatre – Cooperativa Mista de Agricultores de Tremembé e Região – que contava com 18 agricultores e estava sob a direção da Antonia P. dos Santos (Toninha) e tinha como vice presidente a Deise Alves (também uma liderança desde a época do acampamento e antiga líder do MST). E a outra cooperativa presente era a Cooat – Cooperativa Agropecuária dos Assentados do Município de Tremembé – que contava com 46 agricultores e estava sob a direção do Luis Batista Bustos. Além disso, dois titulares disseram que vendiam leite para a Comevap – Cooperativa de Laticínio do Médio Vale do Paraíba.

O Assentamento Conquista recebeu, desde a sua formação, assistência técnica do Itesp, que possui Sede no município de Taubaté-SP (vizinho à Tremembé), e era considerada satisfatória entre os assentados que sempre faziam alusão aos técnicos que já trabalharam no Assentamento, quando estes tentavam recordar fatos já ocorridos. Porém, recentemente o Incra passou essa função para o Instituto BioSistêmico - IBS, mas as famílias não estavam satisfeitas com esse serviço e ainda recebiam atenção por parte de um técnico do Itesp, o qual tinha afeição pelas famílias do Assentamento Conquista e era estimado também por elas.

Essa assistência técnica era voltada principalmente à produção agrícola e animal, servindo também para a orientação na elaboração de documentos (como a Declaração de Aptidão Agrícola - DAP) e projetos para participação em programas do governo e pedidos de financiamentos, além de assuntos relacionados com associativismo e cooperativismo (OLIVEIRA, 2013).

O principal problema colocado pelas famílias para produzir nos lotes, além do solo “cansado”, foi a falta de água, sendo que quase todas as famílias dependiam da chuva para plantar<sup>39</sup>. Por consequência, na época de seca, quando não era possível produzir hortaliças, a maioria das famílias se ocupavam de outras atividades não relacionadas à agricultura no lote.

Assim, além do trabalho na agricultura, as famílias do Assentamento possuíam outras atividades profissionais (Tabela 7), principalmente aquelas consideradas informais, sem registro e com baixo nível de profissionalização, sendo que 65 trabalhavam com carteira assinada e 118 em trabalhos informais.

Observamos um intenso fluxo dos agregados nessas atividades fora do lote durante todo o ano. Frente a isso, identificamos 57 pessoas que trabalhavam na agricultura e que

---

<sup>39</sup> Como consequência, havia um alto investimento na produção de citros e de lichia na maioria dos lotes.

também possuíam outro trabalho fora do lote e 47 que trabalhavam fora, mas também ajudavam na agricultura.

Tabela 7 – Atividades profissionais realizadas pelos membros das famílias do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.

Profissão - Homem	Quant.	Profissão - Mulher	Quant.
Agricultor/lavrador/pecuarista	108	Agricultora/lavradora/pecuarista	90
Construção civil	41	Do lar	40
Indústria	7	Comércio	8
Ajudante geral	4	Empregada doméstica/Diarista	7
Gesseiro	4	Babá	5
Mecânico/Auxiliar mecânico	4	Secretária	5
Carpinteiro	3	Cozinheira/Padaria/Auxiliar	3
Motorista	3	Vendedora	3
Vendedor	3	Bibliotecária	2
Autônomo	2	Cabeleireira	2
Caminhoneiro	2	Acompanhante	1
Encanador	2	Auxiliar de administração	1
Entregador de gás	2	Construção civil	1
Pintor	2	Corretora	1
Segurança	2	Costureira	1
Servidor público	2	Estagiária - Pedagogia	1
Pizzaiolo/Ajudante de cozinha	2	Indústria	1
Açougueiro	1	Indústria têxtil	1
Ajudante de marceneiro	1	Manicure	1
Analista de sistema	1	Passadeira	1
Eletricista	1	Professora	1
Estagiário - Esporte	1		
Evento	1		
Garçom	1		
Gerente de banco	1		
Instalador técnico de piscina	1		
Manobrista e lava carro	1		
Operador de estação de esgoto	1		
Policial	1		
Serviços gerais	1		
Soldado	1		
Zelador	1		
<i>Total</i>	<i>208</i>		<i>176</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Havia pelo menos uma pessoa trabalhando fora do lote em 66% das casas dos titulares, com uma média de 01 pessoa por casa e máximo de 05 pessoas, e em 85% das casas dos agregados, com uma média também de 01 pessoa por casa e máximo de 03 pessoas.

A renda média mensal das famílias titulares era de R\$2.141,15 (75% das casas tinha como renda mensal até 03 salários mínimos - SM<sup>40</sup>), com uma média de R\$669,04 por pessoa, e provinha de 02 opções de trabalho (entre agricultura, produtos processados da agricultura, trabalho com carteira assinada, trabalho informal e autônomo). A renda média mensal das famílias agregadas era de R\$1.530,18 (75% das casas tinha como renda mensal até 2,5 SM), com uma média de R\$458,17 por pessoa, e provinha de 02 opções de trabalho. Dentro dessa renda, havia, ainda, 59 pessoas que recebiam auxílio do governo (aposentadoria, pensão ou auxílio doença) e 48 famílias que recebiam Bolsa Família (muitas vezes descontada na conta de energia).

A relação dos bens materiais que a família possuía pode ser observada na Tabela 8, sendo que o único item que aparecia com mais de uma unidade era a televisão (em 38% das famílias titulares e em 33% dos agregados).

Tabela 8 – Presença dos bens materiais nas casas das famílias do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Bens materiais	% Titulares	% Agregados
Fogão à gás	100,0	100,0
Geladeira simples	63,1	72,9
Geladeira duplex	41,7	25,9
Freezer	25,0	7,1
Máquina de lavar	59,5	52,9
Rádio/Aparelho de som	76,2	64,8
Televisão	100,0	100,0
DVD	75,0	76,4
Moto	17,9	21,1
Carro	59,5	50,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

<sup>40</sup> Com referência ao salário mínimo de 2013 para o estado de São Paulo, de R\$755,00.

### ***Construção das casas***

Após a divisão dos lotes entre as famílias acampadas, estas fizeram novamente seus barracos de lona, casas de pau a pique e *ranchos* de madeira roliça, com a utilização dos eucaliptos. Somente após 03 anos no lote é que as famílias titulares começaram a construir suas casas com recurso próprio e com R\$ 1.800,00<sup>41</sup> disponibilizado pelo Incra em 1996 para investimento na casa como parte do Crédito de Instalação. Além disso, em 2004 e 2006 receberam duas de três parcelas de um total de R\$9.000,00<sup>42</sup> para a construção da casa, repassadas pela Caixa através do Incra. Porém, os mesmos ainda não receberam a última parcela.

Dos titulares que tiveram acesso a esse recurso, 80% não estava satisfeito com o montante recebido e todos tiveram que usar de recurso próprio e, em menor proporção, de recurso de parente ou ajuda de terceiros para conseguir investir na construção da casa.

Esse recurso previa, ainda, o pagamento de mão de obra, porém este sendo insignificante (menos de 10% do valor total) fez com que encontrássemos somente 29% das casas dos titulares com a contratação de pedreiro, sendo que em 65 casas dos titulares foi utilizada mão de obra do próprio titular ou do casal e até mesmo dos filhos na construção, em 35 casas houve ajuda de parentes, principalmente de filhos que já não moravam nessas casas, e 11 casas com ajuda de amigos, principalmente da igreja.

O tempo de construção das casas dos titulares foi de em média três anos para que conseguissem habitá-la, isso quer dizer que muitas vezes a família entrou na casa sem ter portas e janelas, no contrapiso e sem reboco. Além disso, quase todos os titulares ainda não havia terminado suas casas, com uma média de 12 anos em fase de construção.

De todas as famílias entrevistadas, 141 famílias construíram suas casas desde a fundação e 16 construíram a partir do que já havia, além de 05 famílias que realizaram somente reformas na casa. Porém, somente 12 titulares e 09 agregados (12% das casas) consideravam que suas casas estavam “terminadas”.

O recurso utilizado para a construção da casa dos titulares e dos agregados adveio principalmente de recurso próprio, onde somente 21 famílias utilizaram recurso de parentes,

---

<sup>41</sup> Esse valor em 1996 representava 386 sacos de 50 Kg de Cimento Portland 32, segundo a média do valor do saco de cimento para o estado de São Paulo no ano de 1996. Dados fornecidos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, obtidos em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/materiais-de-construcao/cimento>>, acesso em 04 de ago. 2015.

<sup>42</sup> Esse valor total em 2006 representava 792 sacos de 50 Kg de Cimento Portland 32, segundo a média do valor do saco de cimento para o estado de São Paulo no ano de 2006, dados do CBIC.

12 utilizaram de ajuda de terceiros, três de ajuda da Igreja e em 05 casas foi feito reuso de material.

As diretrizes da ONU para o direito à moradia adequada pontua que o gasto com a construção ou reforma da casa não pode impactar outras necessidades da família. Porém, constatamos que 65% dos entrevistados (39% são agregados) relatou o impacto em alguma necessidade, sendo 58% em Saúde (alimentação, medicamentos, produtos de higiene pessoal, vestuário, etc.), 43% em Investimento na produção agrícola, 23% em Moradia (compra de móveis e eletrodomésticos), 21% em Educação e 12% em Transporte.

O projeto da casa e a escolha dos materiais foram pensados principalmente pelos próprios entrevistados, em somente 10% das casas houve auxílio de parentes e em 8% houve a participação de pessoas contratadas (ajudante de pedreiro, pedreiro, mestre de obras, engenheiro ou arquiteto).

Já na fase de construção, em 32% das casas foi utilizada mão de obra contratada (pedreiro), sendo que houve a utilização da própria mão de obra da família em 74% das casas construídas, de parente em 28% e de amigos em 12% das casas. Em 63% das casas onde houve a contratação de pedreiro, este era do próprio Assentamento. A forma de construção pode ser visualizada na Tabela 9.

Tabela 9 – Forma de construção das casas do Assentamento Conquista, 2013

Forma de construção	%
Direto	28,0
Tempos livres	27,2
Mutirão/ em conjunto	16,0
Troca de dia/serviços	14,4
Contratado	10,4
Aos poucos (quando havia dinheiro ou material)	4,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Por mais que os entrevistados relatassem que a construção da casa foi feita de uma só vez ou nos tempos livres (fins de semana, feriados, noites, etc.), observamos a partir de relatos que os mesmos buscavam construir novas casas ou cômodos ou realizar reformas na casa durante o período de seca na região. Porém, houve momentos em que isso não foi possível, principalmente quando se utilizava o recurso recebido pela Caixa/Incrá. Assim, 22 titulares e 28 agregados (27% das casas construídas pelos entrevistados) relataram que o tempo despendido na construção de suas casas prejudicou a produção no lote, tanto na dedicação quanto no investimento.

Além disso, a forma de construção indicada no questionário e apresentada na Tabela 9 representa aquela que prevaleceu durante todo o processo de construção da casa, porém identificamos a partir dos relatos um arranjo entre todas essas formas (sendo descrito no capítulo sobre o processo de construção da casa).<sup>43</sup>

### *Condições das casas*



Figura 9 – Exemplo de casas de titulares e agregados, 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP  
Elaboração: Taísa M. Brosler.

<sup>43</sup> Essas observações a partir dos relatos reforça que o questionário, principalmente quando composto de questões fechadas, serve para descrever a realidade estudada, impossibilitando a percepção das combinações diversas realizadas pelas famílias.



As 85 casas dos titulares tinham em média 13 anos (construção iniciada em 2000), com casas iniciadas em 1995 e a mais recente em 2011, mas ainda havia 08 casas consideradas provisórias. Somente 8% dessas casas tinha o tamanho indicado pelo projeto da Caixa/Incra (40 m<sup>2</sup>). Essas casas tinham em média: 83 m<sup>2</sup>, com a maior casa contendo 200 m<sup>2</sup>, 06 cômodos e 04 pessoas por casa.

Além de quarto, sala e cozinha, 18% das casas dos titulares possuía lavanderia, 11% possuía copa, 7% dispensa, 9% cozinha externa (com fogão à lenha), 6% com banheiro interno e externo e 74% com varanda; uma casa possuía um cômodo para costura e três casas com cômodo específico para guardar equipamentos agrícolas, sementes ou realizar beneficiamento de produto dentro da casa. Além disso, 45% das casas dos titulares tinha fogão à lenha.

Nenhuma casa dos titulares possuía divisão menor que quarto, sala, cozinha e banheiro, padrão considerado adequado para a Seade, mas foram identificadas 04 casas com uma média de mais de três pessoas por quarto (considerado inadequado pela FJP), duas casas com pessoas dormindo na sala, uma casa com pessoas dormindo na cozinha e 05 casas com filhos de mais de dois anos dormindo no quarto do casal; além de 05 casas com coabitação, sendo que as famílias tinham interesse em ter a sua própria casa, mas a questão financeira as impossibilitava.

As 85 casas dos agregados tinham em média 09 anos (construção iniciada em 2004), com casas iniciadas em 1996 e a mais recente em 2013 (no ano da pesquisa), mas ainda havia 17 casas consideradas provisórias. Além disso, 15 casas dos agregados não eram próprias, sendo cedidas pelo titular do lote.

O tamanho médio das casas dos agregados era de 69 m<sup>2</sup>, com a maior casa contendo 200 m<sup>2</sup>. Essas tinham em média 04 cômodos e 04 pessoas por casa.

Além de quarto, sala e cozinha, somente 2% das casas dos agregados possuía lavanderia, copa e dispensa, nenhuma casa com cozinha externa, 11% com banheiro externo e 51% com varanda. Além disso, 18% das casas dos agregados tinha fogão à lenha.

Porém, 20 casas (23%) possuíam divisão menor que quarto, sala, cozinha e banheiro, além da identificação de 16 casas com uma média de mais de três pessoas por quarto, 04 casas com pessoas dormindo na sala, três casas com pessoas dormindo na cozinha e 12 casas com filhos de mais de dois anos dormindo no quarto do casal; além de três casas com coabitação, sendo que as famílias também tinham interesse em ter a sua própria casa, mas a questão financeira as impossibilitava.

Encontramos, ainda, 08 casas de titulares e 09 casas de agregados consideradas inadequadas aos moradores com alguma deficiência ou doença que precisa de cuidados especiais; 09 casas de titulares e 42 casas de agregados consideradas inadequadas às crianças; 05 casas de titulares e 05 casas de agregados consideradas inadequadas aos idosos.

Os tipos de material utilizado na parede, no telhado, no forro e no piso das casas dos titulares e agregados podem ser visualizados na Tabela 10.

Tabela 10 – Material da parede, do telhado, do forro e do piso das casas dos titulares e agregados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

	%	%
<i>Parede</i>	<i>Titular</i>	<i>Agregado</i>
Tijolo ou bloco de concreto com reboco	47,7	29,8
Tijolo ou bloco de concreto sem reboco	50,0	60,7
Madeira emparelhada (sem frestas)	-	4,8
Madeira com frestas	-	3,6
Mista de alvenaria e madeira	-	1,2
Madeirite	1,2	-
Mista de alvenaria e madeirite	1,2	-
<i>Telhado</i>	<i>Titular</i>	<i>Agregado</i>
Telha cerâmica/barro	93,0	73,8
Telha de amianto ou folha de zinco	2,3	22,6
Laje de concreto	4,7	3,6
<i>Forro</i>	<i>Titular</i>	<i>Agregado</i>
Sem forro	21,1	54,1
Laje de concreto	61,2	28,2
PVC	7,1	8,2
Madeira	7,1	3,5
Gesso	-	1,2
<i>Piso</i>	<i>Titular</i>	<i>Agregado</i>
Piso frio (cerâmica)	58,8	52,4
Cimento queimado/com cera/com pintura	7,1	10,7
Contrapiso	32,9	32,1
Madeira	-	1,2
Terra batida	1,2	3,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Havia a presença de umidade dentro da casa em 29% dos titulares e 62% dos agregados e problemas com goteiras em 27% dos titulares e 53% dos agregados. Além disso, 22% dos titulares e 38% dos agregados não se sentiam seguros quanto à estrutura da casa.

Todas as casas possuíam energia elétrica. Quanto ao abastecimento de água, em 87% das casas a água provinha de poço raso (caipira), sendo que em 48% não se fazia nenhum tipo de tratamento na água de consumo. Em 69% das casas a água não era suficiente para as necessidades da casa em algum período do ano.

O destino do lixo dado pelos moradores do Assentamento Conquista era feito principalmente pela empresa de coleta de lixo municipal (45%) e a queimada e reciclagem (34%) por parte dos próprios entrevistados, sendo que somente metade das casas receberam o serviço público de coleta de lixo. Quanto ao tratamento de esgoto, havia uma diferença substancial entre as casas dos titulares e agregados, como pode ser observado na Tabela 11. A presença da fossa séptica e do biodigestor nas casas dos titulares era devido a uma atuação dos órgãos de extensão, onde houve a obrigação de se adotar esse tipo de tratamento para receber o recurso da Caixa para a construção ou reforma das casas, conforme relatado pelos entrevistados.

Tabela 11 – Tipo de tratamento de esgoto das casas dos titulares e agregados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

Tratamento do esgoto	%	
	Titular	Agregado
Fossa séptica	50,0	17,9
Fossa simples	26,7	76,2
Biodigestor	22,1	4,8
Esgoto a céu aberto	1,2	1,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A partir dos dados apresentados, observa-se a predominância no Assentamento de casas consideradas inacabadas, sem a presença de espaço adequado para lavar a roupa, com casas inadequadas aos grupos considerados vulneráveis e, em menor proporção, casas inadequadas quanto ao uso dos espaços e com goteiras e umidade, mesmo com a “presença” do Estado no provimento de recurso público para a construção das casas dos titulares.

Além disso, há maior precariedade na casa dos agregados, com casas menores, adensadas, com a falta de divisão de espaços adequados, presença de goteiras e umidade, além do material da construção e da inadequação deste às crianças. Este fato pode estar relacionado

à ausência do recurso público, mas outras variáveis também que podem estar corroborando para esta situação como, por exemplo, a grande mobilidade presente nas casas dos agregados, fazendo com que o investimento nestas sofra constantes interrupções. Porém, há que destacar que essas casas não são consideradas pelos órgãos “responsáveis” pelos assentamentos, reforçando a inexistência de posse da mesma, podendo impactar nas relações de reprodução da família na casa.

Apesar dessas condições identificadas, a satisfação com a própria casa a partir de seus elementos construtivos estava presente nos entrevistados, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Satisfações com relação a casa e seus elementos construtivos, no Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013.

	% Titular
Está satisfeito com o tamanho da casa e quantidade de cômodos	62%
Estado Bom para a qualidade da construção (parede, telhado, piso, instalações, portas e janelas)	50%
Está satisfeito com a repartição dos cômodos e o formato final da casa	68%
A casa apresenta conforto - temperatura, iluminação e circulação de ar	60%

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Essa satisfação, portanto, pode estar relacionada a outros fatores que extrapolam as condições presentes, referenciada a situações vivenciadas antes do Assentamento ou mesmo no período de acampamento. Isso pode ser observado quando 73% dos titulares e 67% dos agregados considerava que a ida para o Assentamento proporcionou melhoria nas condições de vida da família em comparação com a situação anterior<sup>44</sup>.

Além disso, constatamos que somente 11% dos titulares e 8% dos agregados (Tabela 13) consideravam que não faltava realizar mais nada na casa para que esta ficasse perfeita para os entrevistados.

<sup>44</sup> Os entrevistados faziam uma diferenciação entre *condições de vida* e *qualidade de vida*. Suas respostas para a questão apresentada estiveram relacionadas à qualidade de vida proporcionada pela ida para o Assentamento. Mas, os mesmos relataram que as condições de vida proporcionada pela agricultura não estavam sendo possibilitadas da mesma forma que estariam se eles tivessem permanecido nos centros urbanos (essa comparação é feita com parentes e amigos que continuaram vivendo na cidade). Portanto, eles consideram que teriam maior poder aquisitivo caso não tivessem ido para o Assentamento, porém menos qualidade de vida.

Tabela 13 – O que faltava realizar na casa, para os entrevistados do Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2013

O que falta	%	
	Titular	Agregado
Nada	10,6	8,2
Acabamento, colocar forro e/ou comprar móveis	67,1	51,8
Reformar	20,0	29,4
Terminar ou aumentar	23,5	37,6
Construir outra	4,7	7,1
Acabamento ou reforma na parte externa da casa	36,5	23,5
Realizar coisas no lote	3,5	2,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

### *A comunidade e seus arredores*

O Assentamento Conquista está localizado nos limites da cidade de Tremembé-SP e é cortado pela “estrada velha” que liga Tremembé à Pindamonhangaba, sendo asfaltada e de boa qualidade. Essa proximidade possibilita fácil acesso ao Posto de Saúde, às escolas do município e locais de compra de utensílios domésticos e farmácia. Porém, não há hospital próximo e o Posto de Saúde foi considerado bom somente por 33% dos entrevistados<sup>45</sup>.

As estradas dentro do Assentamento, sendo de responsabilidade do Incra, eram de terra e apresentavam péssimas condições principalmente em épocas de chuva, conforme 77% dos entrevistados. Não havia iluminação pública nessas estradas, telefone público ou correio.

Em 60% das casas do Assentamento havia alguma criança na escola pública localizada no município, porém a metade dessas considerava que a qualidade do ensino não era boa. Metade das famílias do Assentamento utilizava o transporte escolar municipal, porém foi relatado que todo ano as mães precisavam “brigar” na prefeitura para receber esse transporte.

Em 30 lotes do Assentamento foi relatada a presença de poluição advinda principalmente de: indústria de papel e indústria de extração de argila, o lixão soterrado numa parte do Assentamento e a própria comunidade de Tremembé que joga lixo nas estradas do Assentamento.

De acordo com o vídeo “Pé na terra” e também com relatos dos próprios assentados e das funcionárias do PSF, essa área antes de pertencer à Petrobrás pertencia aos posseiros da própria região, famílias de pequenos agricultores que foram expulsas da área e não receberam nenhuma indenização. Portanto, além do estigma que existe relacionada à criação de um

<sup>45</sup> Havia a presença do PSF no Assentamento, contando com três funcionárias que são responsáveis por passar nas famílias e dar orientações quanto a consultas e exames.

assentamento de reforma agrária, há a negação por parte da comunidade de Tremembé por essa área ser considerada pertencente a muitas famílias que continuam vivendo no município.

Isso resultou e ainda resulta em maus tratos às crianças nas escolas municipais e descaso da Prefeitura, conforme relatos dos entrevistados. Essa relação com a Prefeitura pode ser percebida através do Zoneamento realizado em 2008, com o Plano Diretor Participativo da Instância Turística de Tremembé, a área do Assentamento foi classificada como “Macrozona de Destinação Industrial”, destinada à expansão da indústria. Além disso, no início do mandato do atual prefeito, circulou-se um folheto em março de 2013 contendo informações sobre Tremembé, onde foram destacadas as “dificuldades encontradas” pelo prefeito no município e cita, em meio a críticas aos presídios existentes, ao lixo recebido de outras cidades, a área ocupada pelos assentamentos rurais comparada a “1.838 campos de futebol”.

Quanto à questão da segurança de posse, indicada pela ONU como um dos requisitos para a garantia do direito à moradia, encontramos 12 titulares e 23 agregados que não se sentiam totalmente seguros de sua permanência no lote e 08 titulares e 18 agregados relataram se sentir ameaçados com relação à possível remoção de suas casas e do Assentamento. As causas principais dessa insegurança foram: o próprio Incra, não ter o título da terra e a área ainda pertencer à Petrobrás.

A pressão que sentem pelo Incra está relacionada às regras impostas por esse órgão à família assentada, sendo principalmente: a produtividade no lote; a inexistência de relações de hereditariedade do Contrato de Concessão de Uso, caso os titulares venham a falecer ou não tenham mais condições de produzirem; e a proibição dos filhos construírem suas casas no lote dos pais (ou qualquer outro parente). Além disso, apesar da oficialização do Assentamento por parte do Incra, a área ainda pertence à Petrobrás, fato frequentemente mencionado pelos assentados.

Ainda houve a presença de 03 titulares e 08 agregados que relataram terem sido ameaçados de remoção de suas casas e do Assentamento durante o ano de 2012 (ano anterior à aplicação do questionário), sendo que o motivo principal era a relação dos agregados com os titulares do lote.

Quanto à segurança contra a remoção, 20 titulares e 34 agregados não se sentiam totalmente protegidos juridicamente contra uma possível remoção de suas casas e do Assentamento.

Com isso, além das precárias condições habitacionais, observamos que a insegurança de posse está presente em menos da metade das famílias do Assentamento Conquista, porém

essa constatação é significativa quando se pensa que a proposta de criação de um Assentamento por parte do Estado está vinculada à possibilidade de garantir terra para que as famílias agricultoras possam exercer suas atividades relacionadas à produção e também constituírem a sua moradia, como colocado pelo próprio Incra<sup>46</sup>.

## 5.2 *Bairro Ribeirão Grande*

O bairro Ribeirão Grande (Figura 10) localiza-se no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo, vizinho ao município de Tremembé e está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, fazendo divisa com o estado de Minas Gerais. Essa região, pertencente ao Vale do Paraíba paulista, foi uma das precursoras na produção de café para exportação no Brasil, através do trabalho escravo no início do século XIX (MARCONDES, 1998).

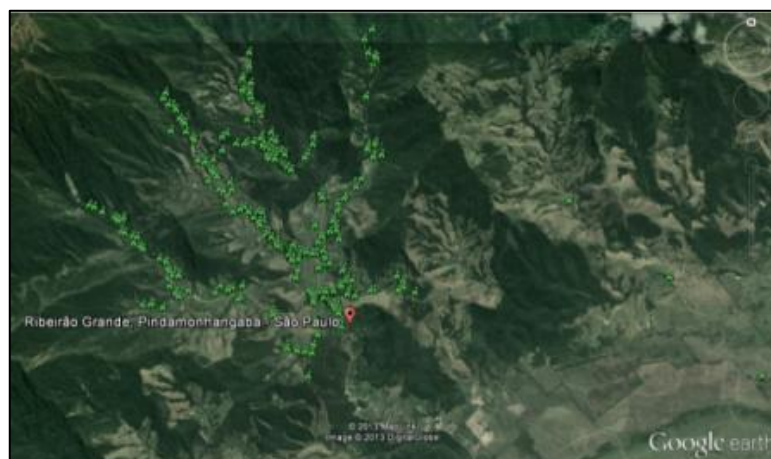


Figura 10 – Bairro Ribeirão Grande, do município de Pindamonhangaba-SP, e a identificação de suas casas.

Fonte: Departamento de Agricultura da Prefeitura de Pindamonhangaba e Fehidro. Elaboração própria. Google Earth, 2013.

Mas, o resultado da constituição do bairro que vemos nos dias de hoje é retratada a partir da história dos pais e avós das famílias que o compõe, que migraram principalmente do estado de Minas Gerais em busca de trabalho nas fazendas já produtoras de leite.

Assim como os *sitiantes* apresentados por Queiroz (1973), o bairro Ribeirão Grande foi formado por esse “campesinato livre brasileiro”, em que tanto o arrendamento quanto a prestação de serviço eram práticas comuns nessas fazendas. Os fazendeiros arrendavam terras para os pequenos proprietários que também prestavam serviços nas fazendas, além da

<sup>46</sup> Disponível em [HTTP://www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/). Acesso em 12 jan. 2015.

disponibilidade de terras para seus próprios empregados, recebendo o pagamento com parte da colheita de milho que servia de alimento para as suas cabeças de gado.

Em entrevista, a agricultora Dona Ernestina, de 73 anos e proprietária, cita que todas essas famílias que trabalhavam na terra dos fazendeiros ou para os fazendeiros conseguiram ter um “terreninho” no bairro, sendo difícil aquele que não conseguiu, pois ficou mais fácil com a posterior divisão das fazendas. Até hoje se fazem presentes as famílias “donas” das fazendas, aquelas que deram nome às ruas do bairro. E das famílias dos *sitiantes*, o bairro já está sendo “povoado” por sua terceira geração.

Porém, assim como em outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil, as características desse bairro estão se modificando, quando pequenos lotes são vendidos para que sirvam como “segunda moradia”, casas de veraneio, de fim de semana, além da presença de pousadas e restaurantes. Muitas propriedades já não possuem famílias agricultoras e algumas áreas estão sofrendo um adensamento populacional.

### 5.2.1 O Presente

No momento da pesquisa de campo (aplicação dos questionários), foram identificadas um total de 368 casas no bairro Ribeirão Grande, distribuídas na Tabela 14 conforme a sua situação habitacional.

Tabela 14 – Condição habitacional das casas existentes no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Condição habitacional	Unidade
Habitadas	234
Fim de semana	89
Desabitadas	35
Inacabadas ou em construção	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os questionários foram aplicados em 167 casas e a população total das famílias era de 521 pessoas, sendo 241 do sexo feminino e 280 do sexo masculino. A distribuição etária dessa população pode ser visualizada na Figura 11 e o nível de escolaridade na Figura 12, onde 120 pessoas estavam frequentando a escola no momento da entrevista. Os(as) chefes dessas famílias entrevistadas tinham em média 48 anos (entre 19 e 81 anos) e ensino fundamental incompleto.



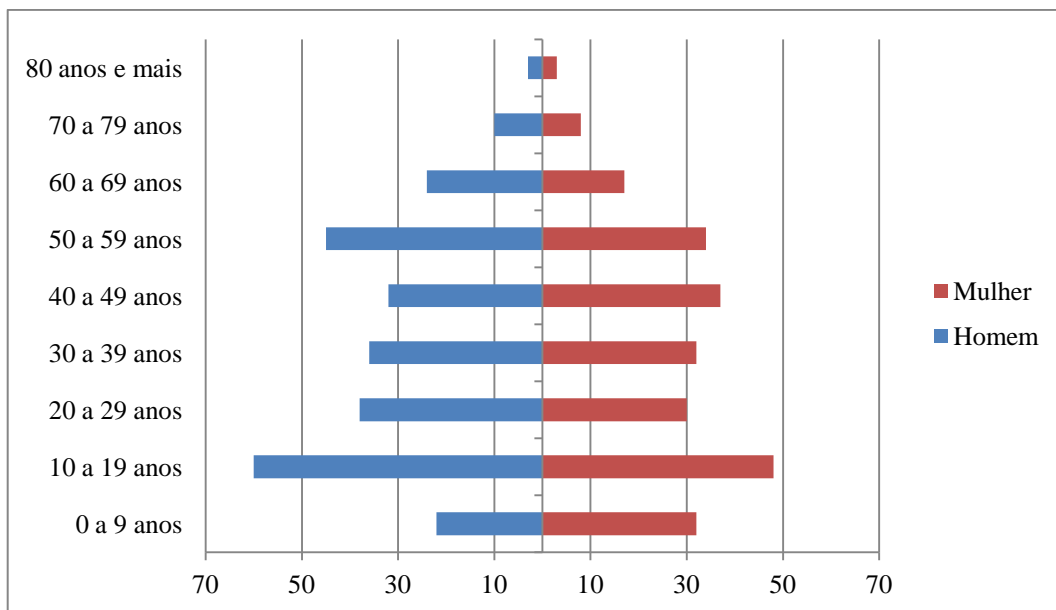


Figura 11 - Distribuição etária da população entrevistada no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

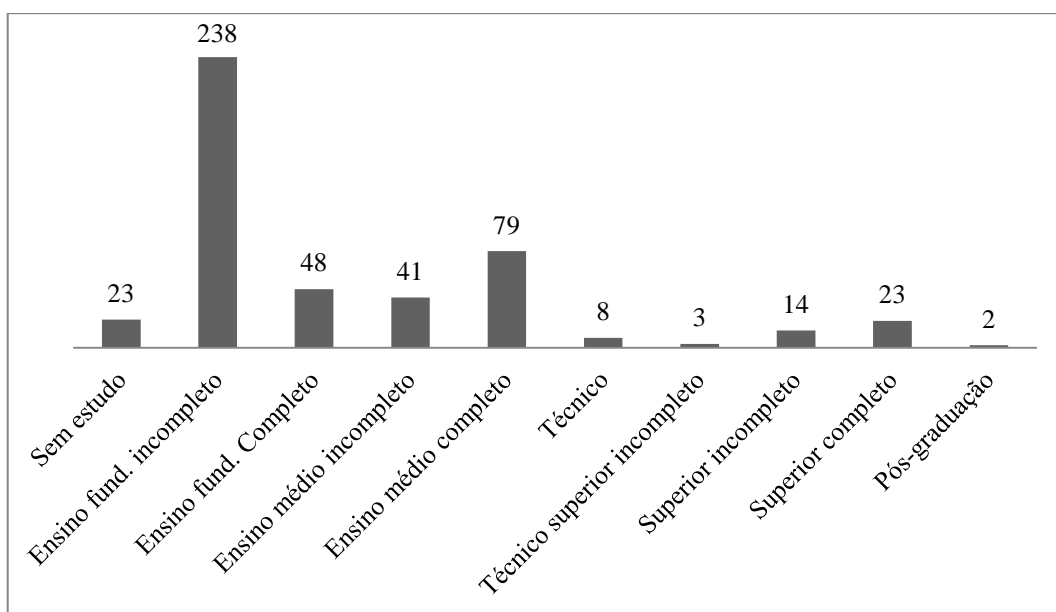


Figura 12 - Nível de escolaridade da população entrevistada no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A origem dos chefes das famílias entrevistadas era 76% da região, sendo que 41% nasceu no bairro Ribeirão Grande, 18% na cidade de Pindamonhangaba e 16% em outras cidades do Vale do Paraíba paulista. Tivemos ainda 7% de entrevistados de outras regiões do estado de São Paulo, 11% de Minas Gerais e 3% do Rio de Janeiro; 2% de outros estados e 1% de outros países.

O tempo médio de chegada das famílias (considerando seus antepassados) era de 100 anos e somente 47 famílias (28%) não tinham parente vivendo no bairro. Somente 7% nasceu no sítio onde morava no momento da pesquisa, as demais famílias tinham uma média de 10 anos (2003) no sítio. E aquelas famílias provenientes de outras regiões tinham uma média de 15 anos (1998) no bairro, no qual 65% viviam no meio urbano, 11% em bairros afastados do centro urbano e 24% no meio rural.

A mobilidade ainda se fazia fortemente presente no bairro, onde metade das famílias morou em mais de 04 casas e havia pessoas que passaram por mais de 30 casas. Porém, esta mobilidade era caracterizada pela instabilidade, sendo que apenas 29% dos entrevistados foi dono de pelo menos uma dessas casas passadas. As principais relações eram: empregado rural no sítio (28%), alugava somente a casa (18%) ou a família era proprietária (16%).

Esta mobilidade se fazia também entre o meio rural e urbano, onde 46% dos entrevistados morou em pelo menos uma casa na cidade. Pudemos identificar, a partir das entrevistas, que algumas famílias ainda mantinham casa no centro de Pindamonhangaba-SP. Portanto, o meio urbano também fazia parte da trajetória dessas famílias, mesmo tendo a origem no próprio bairro, com períodos de vivência fora do bairro principalmente para ofertar melhor educação para os filhos e conseguir melhores condições de emprego.<sup>47</sup>

Dessas pessoas que foram para o Bairro ou que retornaram (quando havia a menção deste retorno), somente 10% (de 155 pessoas que disponibilizaram essa informação) havia chegado antes de 1980, 28% chegaram entre 1980 e 1999 e 62% depois de 2000, mostrando que havia um fluxo recente de pessoas chegando no bairro Ribeirão Grande.<sup>48</sup>

Para compreender a origem dessas famílias e a presença da agricultura no passado dos entrevistados, apresentamos a profissão de seus pais na Tabela 15, estando discriminadas somente as principais atividades e aquelas relacionadas à agricultura.

---

<sup>47</sup> As famílias não nos relataram sobre esse período fora do bairro e, a partir das entrevistas, compreendemos que esse silêncio estava representado pelo caráter comum na vida dessas famílias quanto a “ida para a cidade”. Como consequência, não foi possível identificar o motivo do retorno, apenas constatamos que os filhos também retornavam.

<sup>48</sup> Porém, não temos informação sobre o fluxo de saída.

Tabela 15 – Profissão dos pais dos entrevistados do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Profissão - Pai	Quant.	Profissão - Mãe	Quant.
Agricultor/lavrador/pecuarista	69	Do lar	135
Empregado rural	25	Agricultora/Lavradora	28
Serviços gerais	10	Empregada rural	9
Leiteiro	6	Queijeira	2
Queijeiro	3	Fazendeira	1
Fazendeiro	2	Leiteira	1
Administrador de fazenda	1	Serviços gerais	1
Agrônomo	1	Empregada doméstica/diarista	32
Construção civil	16	Caseira	4
Usina hidroeétrica – no bairro	3	Benedeira, parteira	2
Motosserra	1	Outras atividades	35
Outras atividades	47		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

### ***Produção e trabalho***

No bairro Ribeirão Grande temos uma diversidade de situações relacionadas à posse da terra que, muitas vezes, são oriundas historicamente das relações de trabalho da família no Bairro e região, onde a história de vida dessas foi construída entre fazendas, áreas arrendadas, casas alugadas ou cedidas e, quando possível, na aquisição da própria terra.

As famílias entrevistadas relataram que, nos dias de hoje, a prática de se arrendar pequenos pedaços de terra já não é feita, as fazendas já não produzem e, como consequência, não ofertam trabalho. Assim, a possibilidade de trabalhar na terra para o autoconsumo e a comercialização de produtos agrícolas depende da relação com a propriedade ou, muitas vezes, com o proprietário.

Portanto, entre as 88 famílias não proprietárias, que viviam em casas alugadas, cedidas ou em áreas arrendadas, encontramos 11 famílias que não possuíam quintal para poderem fazer a sua horta, o pomar e a criação animal e 68 famílias que não possuíam terreiro para ter uma produção agrícola ou animal que precisasse de um espaço maior do que o simples quintal (como mandioca, milho, criação de porcos, etc.). Mas, encontramos 07 famílias que conseguiram ter acesso, além do quintal e do terreiro, a uma área para produção comercial.

Dos 79 proprietários, encontramos 15 famílias que não tinham espaço nem para a produção de quintal, representando aquelas famílias que viviam na parte adensada do Bairro.<sup>49</sup>

Das que possuíam espaço, 93 famílias possuíam horta no quintal, 103 famílias com plantas medicinais, 104 com pomar no quintal, 106 com criação animal para consumo e 07 com produção de mandioca, além da presença de milho, feijão e legumes. Os tipos de criação animal para consumo ou animal de uso que as famílias possuíam podem ser visualizados na Tabela 16.

Tabela 16 – Criações animais para consumo ou animais de uso, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Criação	Quant.	Criação	Quant.
Frango - ovo	100	Ganso	8
Frango - corte	95	Marreco	8
Cavalo (uso)	46	Galinha d'angola	7
Gado de leite	39	Ovelha, carneiro	3
Gado de corte	28	Peixe	3
Porco	25	Peru	2
Pato	21	Pavão	1
Burro, jumento (uso)	12		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foram identificados 25 agricultores e 16 agricultoras no Bairro e 41 pessoas que ajudavam na agricultura na propriedade. Essa ajuda advinha principalmente das esposas (12), das filhas (06) e filhos (06), mas também dos maridos (12), não representando somente mulheres e jovens, como observado por Heredia (1979).<sup>50</sup>. Dessas famílias, 26 possuíam cultivo comercial e 35 com criação animal comercial (Tabela 17).

<sup>49</sup> Utilizamos a identificação de quintal distinto de terreiro para o caso do Bairro, pois sentimos a necessidade de discriminar aquelas casas que possuíam somente um pequeno espaço ao redor da casa, e realizamos a diferenciação de terreiro com sítio, considerando que este último representa a área destinada à produção comercial.

<sup>50</sup> Acredita-se que essa mudança na participação do marido na “ajuda “seja resultado da combinação de atividades na agricultura e outras realizadas fora da propriedade (como já identificado no Assentamento), assim o homem se volta para essas atividades enquanto a mulher permanece na propriedade. Infelizmente, não foi possível identificar a partir do questionário a ajuda conjunta entre famílias, apenas em alguns relatos onde observamos troca de produtos e ajuda na produção para consumo, principalmente entre pais e filhos.

Tabela 17 – Produção agrícola e animal para comercialização, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Cultivos	Quant.	Criação animal	Quant.
Hortaliças	11	Bovinocultura leite	20
Banana	9	Bovinocultura corte	11
Citros	8	Avicultura corte	8
Mandioca	7	Avicultura ovos	7
Abóbora	6	Apicultura	2
Legumes	6	Bovinocultura p/ cria	2
Milho	5	Piscicultura	2
Cana	3	Suinocultura	2
Gramma/Capim	3		
Lichia	3		
Quiabo	3		
Feijão	2		
Abacate	1		
Café	1		
Figo	1		
Goiaba	1		
Maracujá	1		
Plantas medicinais	1		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Além disso, 21 famílias processavam produtos para comercialização em suas propriedades, sendo: queijo (09 famílias); polpa, compotas ou doces caseiros (09); mel, própolis ou pólen (02); pinga ou licor (02); temperos (02); fubá (01); pães (01); produtos com ervas medicinais (01); e truta em pedaços ou moída (01).

Os apêndices da casa rural não se restringem somente à área de produção, mas também às construções necessárias para a produção agrícola e animal. Assim, identificamos nessas famílias do Bairro 67 casas com galinheiro, 38 com curral (ou mangueira), 35 com rancho que servia para a produção, 25 com barracão para produtos ou ferramentas, 24 com chiqueiro, 14 com estábulo, 09 com paiol, 05 com estufas, 04 com galpão para o maquinário agrícola, 02 com estruturas para a produção de truta, 02 com oficinas, 02 com viveiros de mudas e 01 casa de queijo.

As famílias do bairro Ribeirão Grande possuíam uma Associação que estava inativada no momento da pesquisa, mas em 2013 a APEP - Associação de Produtores Ecológicos de Pindamonhangaba<sup>51</sup> - foi criada a partir do Grupo Ecológico do Vale do Paraíba, onde 09 famílias do bairro produziam e comercializavam produtos orgânicos no próprio município.

<sup>51</sup> APEP < <http://apeporganicos.com.br/historico/>>. Acesso em 24 mai. 2015.

Essa iniciativa era potencializada pela promoção de cursos sobre produção orgânica com grupos de famílias no Bairro, ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar.

Além disso, havia duas famílias que vendiam leite para a Comevap e 09 mulheres que participavam de um grupo de artesanato do Bairro chamado “Mãos Amigas”.

Observa-se que havia uma diferença importante entre a presença de agricultores no Assentamento e no Bairro e também entre a produção agrícola e animal comercial, como consequência, havia maior produção voltada para o autoconsumo no Bairro.

Muitas dificuldades foram colocadas pelos moradores do Bairro em produzir na propriedade, até mesmo na confecção da horta e criação de animais para consumo. Estas dificuldades eram oriundas principalmente dos limites colocados pelo Estado por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental - APA, com atuação constante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama no local. Por consequência desses limites e funções impostas, houve um aumento de certos animais como a paca, o tucano e até mesmo a onça impactando na produção, conforme relatos dos entrevistados.<sup>52</sup>

Além disso, as famílias do Bairro se viram privadas de continuarem com algumas práticas tradicionais relacionadas ao consumo da família e venda da produção, principalmente a antiga prática de criação de gado próximo aos mananciais e nas encostas. Assim, o Bairro deixa de ser caracterizado pela produção de leite, o qual estava sendo feito por pequenos produtores que tinham conseguido comprar seu pedaço de terra ou que arrendavam. Houve relatos de que muitos deixaram, também, a tradição de produzir porcos para consumo, pois os mesmos não possuíam recurso e nem conhecimento técnico para se adequar às exigências quanto ao tratamento de seus dejetos.

Além do trabalho na agricultura, os moradores do Bairro possuíam outras atividades profissionais, sendo que havia pelo menos uma pessoa trabalhando fora da propriedade em 81% das casas, com uma média de 01 pessoa por casa e máximo de 05 pessoas. Observamos também que havia pessoas que possuíam mais de um trabalho, sendo que 14 pessoas que trabalhavam na agricultura possuíam outro trabalho fora da propriedade e 26 das que ajudavam. As atividades profissionais realizadas pelos integrantes das famílias podem ser

---

<sup>52</sup> Há um temor por parte dos moradores do Bairro com o Ibama, considerado pelos mesmos como um órgão regulador e punitivo. Os entrevistados relataram que as exigências impostas por esse órgão são quase que impossíveis de serem respeitadas, como por exemplo a fiscalização por parte dos moradores quanto ao roubo de palmito nas reservas do Bairro. Esta prática ilegal é feita por grupos externos a este, os quais representam perigo até mesmo para a população local. Ressalta-se que a multa recai sempre para o proprietário da terra.

visualizadas na Tabela 18, sendo que 82 trabalhavam com carteira assinada e 118 em trabalhos informais.

Tabela 18 – Atividades profissionais realizadas pelos moradores do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Profissão - Homem	Quant.	Profissão - Mulher	Quant.
Agricultor/Lavrador/Pecuarista	36	Do lar	52
Serviços gerais	29	Empregada doméstica/Diarista	24
Construção civil	20	Agricultora/Lavradora/Pecuarista	18
Empregado rural	12	Artesã	4
Ajudante geral	10	Auxiliar de cozinha	4
Indústria	9	Cozinheira	4
Leiteiro	8	Garçoneiro	4
Caseiro	6	Missionária	4
Comerciante/Empresário	6	Comércio	3
Comércio	4	Coordenadora pedagógica/Diretora e Vice	3
Motorista	4	Professora	3
Jardineiro	3	Autônoma	2
Missionário	3	Auxiliar de administração	2
Segurança	3	Monitora de transporte escolar	2
Tomador de conta	3	Terapeuta	2
Tratorista	3	Vendedora	2
Vendedor	3	Assistente social	1
Corretor/Despachante	2	Astróloga	1
Auxiliar de administração	1	Atendente banco	1
Auxiliar de mecânica	1	Babá	1
Carpinteiro	1	Cabeleireira	1
Carreto	1	Caseira	1
Carvoeiro	1	Comerciante	1
Corretor/Despachante	1	Costureira	1
Manobrista	1	Diarista roça	1
Marceneiro	1	Doceira	1
Mecânico	1	Empresária	1
Motoserra	1	Indústria	1
Pintor	1	Limpa piscina	1
Professor de inglês	1	Queijeira	1
Professor de música	1	Técnica de enfermagem	1
Professor universitário	1	Técnica em eletrônica	1
Queijeiro	1	Tomadora de conta	1
Soldado	1		
Soldador	1		
Técnico em eletrônica	1		
<i>Total</i>	<b>182</b>		<b>151</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Havia 28 famílias que realizavam atividade não agrícola na propriedade, sendo: artesanato (15 famílias); lanchonete, bar ou restaurante (04); aluga quartos ou casas (03); cursos (02); terapias (02); turismo rural (02); criação de gatos siameses (01); marcenaria (01); pescueiro (01); e serviço de corretor rural (01).

A renda média mensal das famílias era de R\$1.573,96 (82% das casas tinha como renda mensal até 03 SM), com uma média de R\$619,33 por pessoa, e provinha de 01 opção de trabalho (entre agricultura, produtos processados da agricultura, trabalho com carteira assinada, trabalho informal e autônomo). Dentro dessa renda, havia 53 famílias que recebiam auxílio do governo (aposentadoria, pensão, auxílio doença) e 17 famílias que recebiam Bolsa Família.

Sobre a oferta de emprego na região, 44% dos entrevistados consideravam que havia uma grande dificuldade de encontrar emprego. Como consequência, observamos muitos moradores do Bairro que trabalhavam nas cidades próximas.

A relação dos bens materiais que a família possuía pode ser observada na Tabela 19, sendo a porcentagem de casas que possui tal bem material e a média da quantidade deste para o Bairro.

Tabela 19 – Presença dos bens materiais nas casas das famílias do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Bens materiais	%	Média
Fogão à gás	99,4	1,0
Geladeira simples	67,7	0,7
Geladeira duplex	36,5	0,4
Freezer	30,5	0,3
Máquina de lavar	59,9	0,6
Tanquinho	58,1	0,6
Telefone	9,0	0,1
Celular	84,3	1,3
Antena parabólica	79,0	1,1
Rádio/Aparelho de som	71,3	0,8
Computador	22,2	0,3
Internet	13,8	0,1
Televisão	95,2	1,3
DVD	70,7	0,8
Moto	35,9	0,4
Carro	60,5	0,7
Bicicleta	55,1	0,9
Charrete	11,5	0,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.



### Condições das casas



Figura 13 – Exemplo de casas, 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.

Elaboração: Taísa M. Brosler.

As casas do bairro Ribeirão Grande estavam distribuídas entre casas das antigas fazendas e casas que foram construídas pelos filhos, netos e bisnetos dos antigos *sitiantes*. As famílias tinham em média 10 anos morando nessas casas (desde 2003), com família desde 1953 na mesma casa.

Em comparação com o Assentamento, encontramos no bairro uma diversidade de relações com a própria casa, onde metade são seus donos e há, ainda, a presença de casas

cedidas mediante a oferta de trabalho, como está detalhada na Tabela 20. Destaca-se que 45% dos que se consideravam donos de sua própria casa nasceram no Bairro.<sup>53</sup>

Tabela 20 –Dono da casa e proprietário do terreno das famílias entrevistadas no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Proprietário	%	
	Casa	Terreno
Entrevistado(a) – Compra ou Construção	43,1	32,9
Entrevistado(a) – Herança	7,8	13,3
Aluga somente a casa	14,4	11,4
Patrão – Caseiro	9,6	9,6
Arrendatário	7,2	13,2
Patrão – Empregado Rural	7,2	7,8
Parente	5,4	7,8
Informal/Cedida	5,4	4,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Observamos 12 famílias que consideravam que a casa em que viviam eram própria mesmo não sendo os donos da propriedade, porém a construíram com recurso próprio. Além disso, identificamos 28 famílias (17%) que não eram proprietárias de suas casas, considerando-a provisória, mas que a família poderia continuar morando por tempo indeterminado, trazendo uma sensação de estabilidade para as mesmas conforme relatado nas entrevistas.

Essa relação que diferencia a propriedade da terra e a casa mostra que essas famílias ainda conservam uma lógica proveniente da tradição de pedir moradia nas fazendas, em que as casas, e conseqüentemente seus terreiros, eram consideradas da família mesmo estando em terra de outrem.<sup>54</sup>

Bonduki (1986) identificou, em seu trabalho sobre a família operária e a casa nas periferias de São Paulo, que havia um padrão na relação entre o ciclo de vida da família e a condição de propriedade da casa, sendo que o casal recém casado morava primeiramente na casa dos parentes, passando para o aluguel até conseguirem construir a casa própria.

<sup>53</sup> Pela presença de distintas relações de posse com a casa, apresentamos algumas informações divididas em quatro categorias de acordo com essa descrição, sendo: proprietário, casa cedida por parente, alugada ou arrendada, empregado e casa cedida por terceiro.

<sup>54</sup> Interessante observar que este mesmo fato não ocorria no Assentamento, onde há a insegurança de posse influenciando na relação de propriedade da casa. Podemos considerar que isto ocorra pelo fato do mediador ser o Estado, não havendo relação entre pessoas e sim com uma entidade, que já carrega atribuições negativas por parte dos assentados e agregados.

Frente a essa diversidade constatada no Bairro na relação com a posse da terra e com a própria casa, realizamos uma análise de correlação de Pearson entre a idade do casal (utilizando a maior idade) *versus* condição de posse da terra, e idade do casal *versus* condição de propriedade da casa.

Encontramos correlação de 0,28 entre a idade e a posse da terra e 0,30 entre a idade e a propriedade da casa, mostrando que há uma correlação moderada. Na Tabela 21 e Tabela 22 podemos observar uma concentração dos mais jovens em casas cedidas mediante trabalho, mas também em casas próprias localizadas em propriedade de parentes, e a partir dos 40 anos metade das famílias estava nas casas próprias em suas propriedades.

Tabela 21 – Idade do casal e a condição de proprietário da terra, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Idade do casal	Proprietário da terra (%)					Total (quant.)
	Própria	Parente	Aluga/Arrenda	Trabalhador	Cedida	
até 29 anos	18,2	27,3	9,1	36,4	9,1	11
de 30 a 39 anos	16,7	20,0	26,7	30,0	6,7	30
de 40 a 49 anos	48,6	2,7	27,0	16,2	5,4	37
de 50 a 59 anos	56,8	4,5	15,9	20,5	2,3	44
de 60 a 69 anos	64,3	7,1	21,4	7,1	-	28
acima de 70 anos	52,9	11,8	23,5	5,9	5,9	17

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Tabela 22 – Idade do casal e a condição de proprietário da casa, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Idade do casal	Proprietário da casa (%)			Total (quant.)
	Própria	Aluga/Arrenda	Cedida	
até 29 anos	36,4	9,1	54,5	11
de 30 a 39 anos	16,7	26,7	56,7	30
de 40 a 49 anos	54,1	27,0	18,9	37
de 50 a 59 anos	59,1	13,6	27,3	44
de 60 a 69 anos	71,4	17,9	10,7	28
acima de 70 anos	58,8	17,6	23,5	17

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

As famílias proprietárias estavam vivendo em suas casas numa média de 14 anos (máxima de 60 anos), aqueles que viviam em casas cedidas por parentes numa média de 09 anos (máxima de 31 anos), nas casas alugadas as famílias estavam numa média de 03 anos (máxima de 13 anos), os empregados numa média de 10 anos (máxima de 20 anos) e nas casas cedidas por terceiros numa média de 06 anos (máxima de 20 anos).

Os principais motivos das famílias para se mudarem para a propriedade onde estavam no momento da pesquisa foram: entre os proprietários observamos que era a busca por permanecer no bairro pela família (16%) ou porque nasceu ali (12%), mas também pessoas que buscaram a região em busca de sossego (16%) e descanso na aposentadoria (13%). Para aqueles que viviam em casa cedida por parente, era a fuga do aluguel (25%) ou porque se casou (19%). Aqueles que alugavam ou arrendavam, era a busca por sossego (25%) e terra para trabalhar (14%). Para os empregados era exatamente a busca de trabalho (50%) e para as casas cedidas também foi o trabalho (57%) que os levou até ali, porém num tempo passado.

A idade média das casas no Bairro era de 27 anos, sendo que mais de 50% das casas tinha mais de 15 anos, com casas iniciadas há 150 anos e a mais recente em 2013 (ano da pesquisa). O tamanho médio das casas de todos os entrevistados era de 95 m<sup>2</sup>, com uma média de 05 cômodos e três pessoas por casa.

Além de quarto, sala e cozinha, 30% das casas possuía lavanderia, 16% possuía copa, 14% cozinha externa (com fogão à lenha), 5% das casas somente com banheiro externo e 11% das casas com banheiro externo e interno; 95% das casas possuía varanda e 54% das casas com fogão à lenha.

Porém, 14 casas (8%) possuíam divisão menor que quarto, sala, cozinha e banheiro, além da identificação de 08 casas com uma média de mais de três pessoas por quarto, 05 casas com pessoas dormindo na sala, uma casa com pessoas dormindo na cozinha e 11 casas com filhos de mais de dois anos dormindo no quarto do casal, além de 04 casas com coabitação com famílias que tinham interesse em ter a sua própria casa, mas a questão financeira as impossibilitava.

Encontramos 10 casas consideradas inadequadas aos moradores com alguma deficiência ou doença que precisava de cuidados especiais; 23 casas consideradas inadequadas às crianças; 15 casas consideradas inadequadas aos idosos. Além disso, 18% dos entrevistados não consideravam que a casa estava conservada.

Os tipos de material utilizado na parede, no telhado, no forro e no piso das casas no Bairro podem ser visualizados na Tabela 23, com 75% das casas de telhado de duas águas.

Tabela 23 – Material da parede, do telhado, do forro e do piso das casas no Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

<i>Parede</i>	<i>%</i>
Bloco de concreto com reboco	48,5
Tijolo com reboco	39,5
Tijolo ou bloco de concreto sem reboco	9,6
Pau-a-pique	1,8
Madeira emparelhada (sem frestas)	0,6
<i>Telhado</i>	<i>%</i>
Telha cerâmica – Romana	53,6
Telha cerâmica – Francesa	34,4
Telha de amianto ou folha de zinco	6,6
Laje de concreto	1,8
Telha cerâmica – outros	1,8
Telha de cimento	1,2
<i>Forro</i>	<i>%</i>
Sem forro	39,5
Madeira	28,7
Laje de concreto	24,6
PVC	5,4
<i>Piso</i>	<i>%</i>
Piso frio (cerâmica)	57,5
Cimento queimado/com cera/com pintura	22,8
Contrapiso	8,4
Madeira/Taco de madeira/Assoalho	3,6
Ardósia	3,0
Lajota/Cerâmica marrom	2,4
Tijolo à vista	1,2
Terra batida	0,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Havia a presença de umidade dentro da casa em 24% das casas e problemas com goteiras em 27% das casas; e 20% dos entrevistados não se sentiam seguros quanto à estrutura da casa.

Daqueles que pagavam aluguel (35 casas), metade considerava o valor alto e 41% dizia que o mesmo impactava em alguma necessidade da família, sendo 09 casas em questões de Saúde, 04 casas na Educação, duas casas em Investimento na produção agrícola e uma casa no Transporte.

Somente duas casas não possuíam energia elétrica (sendo utilizado gerador). Quanto ao abastecimento de água, 60% das casas possuía água encanada proveniente de mina e em 31% das casas a água era de poço raso (caipira). Somente em 11% das casas a água não era suficiente para as necessidades da casa em algum período do ano.

Quanto ao tratamento de esgoto, 72% tinham fossa séptica e 22% com fossa simples. O destino do lixo dado pelos moradores do Bairro Ribeirão Grande está indicado na Tabela 24, sendo que 67% das casas recebia o serviço público de coleta de lixo. A presença das famílias que reciclam o lixo é devido principalmente a um programa realizado pela escola pública do bairro.

Tabela 24 – Tipo de destino dado ao lixo de residência das casas do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013.

Destino do lixo da residência	%
Coleta direta/empresa pública	42,4
Coleta indireta/depositado em caçamba	18,2
Coleta direta e Recicla	17,0
Coleta indireta e Recicla	11,5
Reciclado	4,8
Queimado	3,6
Queima e Recicla	2,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Metade das casas era feita de bloco de concreto com reboco, representando as casas mais novas no bairro, e 40% era feita de tijolo com reboco, que seriam consideradas adequadas pela FJP, mas eram, em sua maioria, as casas mais antigas do bairro, com problemas identificados pelas famílias que as habitavam.

No Bairro, a satisfação com as condições habitacionais da casa foi colocada por quase todos os entrevistados (Tabela 25), mesmo frente à presença das casas alugadas e cedidas.

Tabela 25 – Satisfações com relação a casa e seus elementos construtivos, para o Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

Está satisfeito com o tamanho da casa e quantidade de cômodos	77%
Estado Bom para a qualidade da construção (parede, telhado, piso, instalações, portas e janelas)	80%
Está satisfeito com a repartição dos cômodos e o formato final da casa	84%
A casa apresenta conforto - temperatura, iluminação e circulação de ar	73%

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Portanto, reforça-se a constatação de que a relação com a casa é feita a partir de outras referências que não somente a sua condição habitacional, quais precisam ser consideradas quando se avalia a conquista do direito à moradia.

A presença dessa satisfação pode estar relacionada ao passado dessa família, em que 75% relataram que a vida melhorou depois de ter se mudado para a casa onde vivem e, para aqueles que vieram de fora do bairro, 81% também considerava essa melhoria com relação às condições possibilitadas pelo próprio bairro. Além disso, para aqueles que nasceram no bairro, 74% acreditava que as condições de vida melhoraram em comparação com os seus 12 anos.

### ***Construção das casas***

Das famílias entrevistadas, somente 63 famílias (38%) construíram a casa em que moravam desde a fundação e 02 construíram a partir do que já havia, além de 34 famílias (20%) que realizaram somente reformas na casa.

Porém, 35 famílias (56% daquelas que construíram) relataram que suas casas não estavam “terminadas”. O tempo de construção das casas foi de em média dois anos para que conseguissem habitá-la e com uma média de 09 anos em fase de construção.

O recurso utilizado para a construção da casa adveio principalmente de recurso próprio, onde somente 06 famílias também utilizaram recurso de parentes, três de ajuda de terceiros, uma de ajuda da Igreja e em 05 casas foi feito reuso de material (telhas usadas).

Para a construção da casa, 41% dos que construíram relatou o impacto em alguma necessidade, sendo 46% em Saúde (alimentação, medicamentos, produtos de higiene pessoal, vestuário, etc.), 27% em Educação, 22% em Moradia (compra de móveis e eletrodomésticos), 14% em Investimento na produção agrícola, 8% em Transporte e 8% em Lazer.

O projeto da casa e a escolha dos materiais contaram com a participação de pessoas contratadas em 31% das casas. Já na fase de construção, em 56% das casas foi utilizada mão de obra contratada (ajudante de pedreiro, pedreiro, eletricista, mestre de obras, marceneiro), sendo que houve a utilização da própria mão de obra da família em 63% das casas construídas, de parente em 22%, ajuda de terceiros em 14% e terceiros mediante troca de serviços em 9%.

Metade das casas em que houve a contratação de mão de obra o preço pago pelo serviço foi abaixo do preço de mercado e a pessoa era do próprio bairro em 74% dos casos,

sendo que em 44% esta pessoa também trabalhava na agricultura. A forma de construção que prevaleceu na maior parte da obra pode ser visualizada na Tabela 26.

Tabela 26 – Forma de construção das casas no Bairro Ribeirão Grande, 2013

Forma de construção	%
Direto	41,9
Tempos livres	30,3
Mutirão/ em conjunto	20,9
Troca de dia/serviços	4,7
Aos poucos (quando havia dinheiro ou material)	0,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em 46 casas já foram feitas reformas, sendo utilizada mão de obra contratada em 33 casas e da própria família em 20 casas. A mão de obra contratada era do próprio bairro em 25 casas, sendo que a pessoa também trabalhava na agricultura em 36% dessas. O preço do serviço também foi abaixo do preço de mercado em 41% dessas casas.

No final da entrevista, foi questionado o que faltava realizar na casa para que esta ficasse perfeita para os mesmos, as respostas podem ser visualizadas na Tabela 27.

Tabela 27 – O que faltava realizar na casa, para os entrevistados do Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP, 2013

O que falta	%
Nada	54,5
Arrumar	13,8
Modificar	3,0
Terminar	19,8
Construir novos cômodos	7,2
Construir outra	1,8
Acabamento ou reforma na parte externa da casa	21,0
Realizar coisas no lote	8,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

### ***A comunidade e seus arredores***

O bairro Ribeirão Grande está localizado a 30 km do centro de Pindamonhangaba, tem acesso por uma estrada asfaltada de boa qualidade e possui escola pública, posto de saúde e também conta com a presença do PSF.

As estradas dentro do bairro são de terra e 55% dos entrevistados não estavam satisfeitos com as suas condições. O transporte municipal foi considerado de qualidade média



ou ruim por 33% dos entrevistados e 19% utilizava somente transporte pessoal (carro ou moto).

Em 36% das casas do bairro havia criança na escola pública do próprio bairro e todos consideram o ensino de boa qualidade, alguns ressaltavam que estava melhor que as escolas da cidade, e contavam com o serviço de transporte escolar municipal.

As famílias consideram que não há espaços de lazer e esporte no bairro, somente um campo de futebol localizado na vila, porém tem que pagar para usá-lo. As famílias citam que é possível comprar alimentos e produtos de limpeza no bairro, numa “vendinha” que também fica na vila, porém os preços são altos e as compras mensais são feitas no centro de Pindamonhangaba.

Sobre a satisfação com a vida na propriedade e no bairro, somente 18 famílias não estavam totalmente satisfeitas com as condições de vida no sítio e 31 famílias tinham vontade de se mudar do sítio, mas somente 18 famílias queriam se mudar do bairro e, dessas, 14 famílias queriam se mudar para o meio urbano.

Queiroz (1973, p. 52) apresenta o bairro rural como formado por grupos de vizinhanças abertos, que acolhem todas as famílias que vem de fora, sem preconceitos étnicos ou religiosos. Além das inúmeras igrejas católicas presentes no bairro, há a presença de uma comunidade Hare Krishna na Fazenda chamada Nova Gokula, sendo que os mesmo já estão no bairro há mais de 40 anos e sempre contribuíram para a oferta de emprego para os moradores do bairro, considerada pelas famílias como parte do bairro. Há a presença ainda da “rua dos crentes”, denominada por causa de uma igreja evangélica que se instalou recentemente no bairro, além de uma igreja do Santo Daime.

Quanto à questão da segurança de posse, encontramos 25 famílias proprietárias que foram ameaçadas de serem retiradas da propriedade onde vivem, sendo que o principal motivo relatado foram as restrições na localização da casa, por estar próxima aos mananciais ou por estar em área inferior a dois hectares. Essas delimitações advêm do Bairro estar inserido na APA da Serra da Mantiqueira, como informado pelos próprios entrevistados.

No dia a dia, 29 famílias relataram que se sentiam ameaçadas com relação a possível remoção de suas casas pelo mesmo motivo e não se sentiam seguras de que pudessem permanecer na propriedade. E 53 famílias não se sentiam totalmente protegidas juridicamente contra uma possível remoção de suas casas e da propriedade e 39 famílias não sabiam o que opinar.

A presença da insegurança de posse no Bairro se traduz numa preocupação diária vivenciada por todos os moradores. Esse assunto da derrubada de casas “condenadas” esteve presente em muitas entrevistas, nas quais percebemos um sentimento de solidariedade com as famílias que são do próprio Bairro e que com muito esforço conseguiram comprar um pedaço de terra e construir a sua casa.

Observa-se que essa insegurança está reforçada também pela ausência da posse legal da propriedade (escritura do terreno), em que muitas dessas famílias possuíam somente o chamado “contrato de gaveta”.

A concentração de casas consideradas “irregulares” estava presente principalmente ao longo da “estrada dos Nogueira” e na vila do bairro. Os entrevistados relataram que esse adensamento ocorreu com um processo massivo de desmembramento das fazendas em chácaras menores e que não estava servindo somente para as novas gerações das famílias do bairro, mas também para pessoas da cidade. Além disso, a formação tradicional de um bairro é feito pelo núcleo central, onde historicamente se localizava a igreja, um pequeno comércio e um “amontoado” de casas (QUEIROZ, 1973).

Em conjunto a essa questão, faziam menção a uma antiga proposta de criação de um Parque que assustou a todos, já que a consequência seria a retirada de todas as casas do Bairro. Hoje, esse medo retorna com um projeto de Tombamento de toda a Serra da Mantiqueira.

Frente a diversidade encontrada no Bairro, na trajetória de vida dessas famílias e na relação com a propriedade da terra e com a própria casa, consideramos para o estudo sobre o processo de conquista da casa (Capítulo 7) apenas as famílias dos antigos *sitiantes*. Pois, constatamos que as saídas encontradas por essas famílias para conseguirem construir a sua casa foram as mesmas identificadas para os titulares do Assentamento Conquista, além das semelhanças com as condições de vida desses. Essa similaridade é reforçada pela ausência da posse legal das propriedades (escritura do terreno), portanto a relação se dava em ambos os casos com o Estado.

## 6 INDICADOR DE DIREITO À MORADIA ADEQUADA PARA O MEIO RURAL

A partir dos dados de percepção sobre as condições atuais das famílias com relação à casa e à comunidade, apresentamos nesse capítulo os resultados obtidos da Análise Fatorial Exploratória, com o intuito de identificar os fatores que influenciavam à conquista do direito à moradia para as famílias de ambas as comunidades, a partir das diretrizes da ONU.

Após a padronização das respostas e os agrupamentos e retiradas de variáveis de acordo com os critérios apontados na metodologia, obtivemos um conjunto de 31 variáveis de entrada da análise para o Assentamento e para o Bairro Rural distribuídas entre as diretrizes da ONU de acordo com o que está apresentado na Tabela 28.

Tabela 28 – Quantidade final de variáveis de entrada em cada diretriz da ONU

	SEGPOS	DISP	CUST	HABIT	GRVUL	LOCAD	CULT	TOTAL
Assentamento	3	7	5	5	1	9	1	31
Bairro rural	3	8	3	8	1	7	1	31

Essas variáveis podem ser visualizadas nas Tabela 29 para o Assentamento e Tabela 30 para o bairro, sendo que as questões que representam essas variáveis de entrada podem ser encontradas no Apêndice 1 e Apêndice 2, respectivamente.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> As variáveis foram nomeadas respeitando-se a mesma numeração para os dois grupos pesquisados, para facilitar a comparação entre as variáveis de saída.

Tabela 29 - Variáveis de entrada para a análise fatorial, para o Assentamento Conquista

Diretrizes	Variáveis	Questões
SEGPOS	V1 Segurança de permanência	72
	V2 Segurança de permanência dos filhos	73
	V3 Proteção pela lei (governo) contra remoção	74
DISP	V4 Suficiência da água de abastecimento na casa	6
	V5 Qualidade da energia	11
	V6 Satisfação tipo de descarte dos dejetos	12
	V7 Qualidade dos serviços de coleta de lixo, iluminação e telefone público e correio	18, 21, a 23
	V8 Qualidade dos serviços de transporte municipal	19
	V9 Qualidade das escolas públicas	26 a 28
	V10 Qualidade dos serviços públicos de saúde	29
CUST	V11 Avaliação do preço pago nos serviços de água, energia e aluguel	7, 9, 45
	V12 Impacto na renda familiar do preço pago nos serviços de água e energia	8 e 10
	V13 Impacto na renda familiar do recurso gasto na construção, compra reforma e/ou aluguel da casa	41, 46, 48
	V14 Impacto do recurso gasto na construção e/ou reforma da casa na Saúde, Educação e Moradia	42, 47, 49
	V15 Dificuldade de obtenção de fonte de energia para preparação de alimentos	76
HABIT	V16 Satisfação com o tamanho da casa/quantidade de cômodos	1
	V17 Qualidade da construção (portas, janelas, parede, telhado, piso, instalações elétrica e hidráulica)	2 a 5
	V18 Conforto térmico, iluminação e circulação de ar	50 a 52
	V19 Presença de umidade, goteiras e insetos e ratos	60 a 62
	V20 Segurança quanto à estrutura da casa	63
GRVUL	V21 Adequação da casa a crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência	57 a 59
LOCAD	V22 Impacto dos dejetos ao entorno da casa	13 e 15
	V23 Qualidade do meio ambiente no entorno da casa	16, 17, 66, 67
	V24 Qualidade das estradas	24 e 25
	V25 Distância das escolas públicas	31 a 33
	V26 Distância dos serviços públicos de saúde	34
	V27 Distância do ponto de ônibus	35
	V28 Distância dos locais de compra de alimentos e produtos de limpeza e farmácia	38
	V29 Sentimento de insegurança e violência	64 e 65
	V30 Satisfação com a vida no assentamento	77
	CULT	V31 Organização do espaço interno da casa e seu formato arquitetônico

Tabela 30 - Variáveis de entrada para a análise fatorial, para o Bairro rural Ribeirão Grande

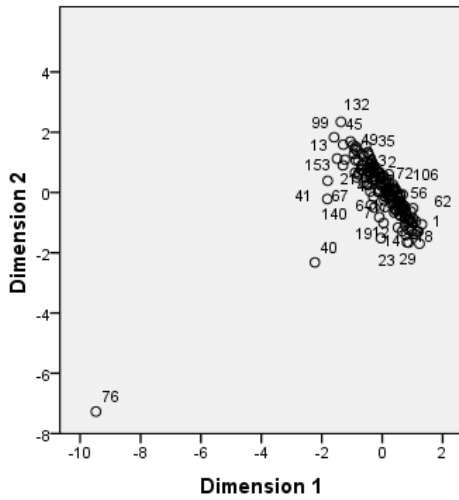
Diretrizes	Variáveis	Questões
SEGPOS	V1 Sentimento de ameaça de remoção e insegurança de permanência	80 e 81
	V2 Segurança de permanência dos filhos	82
	V3 Proteção pela lei (governo) contra remoção	83
DISP	V32 Qualidade da água de abastecimento na casa	6
	V5 Qualidade da energia	12
	V6 Satisfação tipo de descarte dos dejetos	14 e 16
	V7 Qualidade dos serviços de coleta de lixo, iluminação e telefone público e correio	20, 23 a 25
	V8 Qualidade dos serviços de transporte municipal	21
	V9 Qualidade das escolas públicas	28 a 30
	V10 Qualidade dos serviços públicos de saúde	31 e 32
	V33 Condições de vida comparado com 12 anos	91
CUST	V11 Avaliação do preço pago nos serviços de água, energia e aluguel	8, 10, 53
	V12 Impacto na renda familiar do preço pago de água e energia	9 e 11
	V13 Impacto na renda familiar do recurso gasto na construção, compra, reforma e/ou aluguel da casa	46, 51, 54, 58
HABIT	V16 Satisfação com o tamanho da casa/quantidade de cômodos	1
	V17 Qualidade da construção (portas, janelas, parede, telhado, piso, instalações elétrica e hidráulica)	2 a 5
	V34 Conforto geral da casa	59
	V18 Conforto térmico, iluminação e circulação de ar	60 a 62
	V19 Presença de umidade, goteiras e insetos e ratos	70 a 72
	V20 Segurança quanto a estrutura da casa	73
	V35 Condições de vida comparado com a ida para a casa atual	88
	V36 Conservação da casa	93
GRVUL	V21 Adequação da casa a crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência	67 a 69
LOCAD	V24 Qualidade das estradas	26 e 27
	V25 Distância das escolas públicas	35 a 37
	V26 Distância dos serviços públicos de saúde	39 e 40
	V27 Distância do ponto de ônibus	38
	V37 Distância do local de trabalho	44
	V38 Oferta de emprego próxima a casa	45
	V23 Qualidade do meio ambiente no entorno da casa	18, 19, 76, 77
CULT	V31 Organização do espaço interno da casa e seu formato arquitetônico	63 e 64

A diretriz (Variável Macro) relacionada à Adequação Cultural finalizou com uma variável participante, assim como a diretriz “Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis”. Na elaboração do questionário já havia a preocupação da dificuldade de inserção de questões que reproduzissem uma dimensão subjetiva e particular do meio em valores mensuráveis. Houve a tentativa com algumas questões elaboradas após o pré-teste realizado no Assentamento e, para o caso do bairro rural, após a avaliação da aplicação dos questionários no Assentamento, porém suas respostas não apresentaram a relevância estatística necessária para serem inseridas nessa análise. Fazemos a proposta de discuti-las a partir dos dados das entrevistas e observações, em capítulo subsequente.

Para o caso da “Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis”, houve apenas três questões que foram agrupadas em uma variável de entrada, seria necessário também refletir sobre as possibilidades de questões que pudessem aprofundar e alcançar a importância que essa dimensão apresenta para a conquista do direito à moradia, abarcando, além das crianças, dos idosos e pessoas que precisam de atendimento especial, a questão da mulher chefe de família e outros grupos locais considerados vulneráveis (como as comunidades tradicionais).

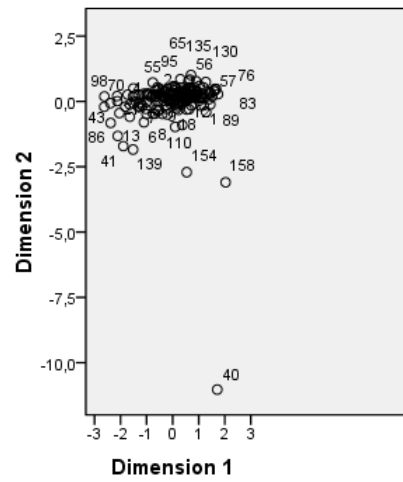
Antes de iniciar a AFE, foi feita a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) para verificar indivíduos (famílias) que apresentavam um conjunto de respostas que não representavam a comunidade, sendo considerados *outliers* no banco de dados. Com isso, foram identificados dois indivíduos para o Assentamento Conquista e um para o bairro Ribeirão Grande, como pode ser observado nas Figura 14 e Figura 15, onde a primeira imagem mostra a presença de *outliers* e a segunda mostra a distribuição dos indivíduos após a retirada destes.

Object Points Labeled by Casenumbers



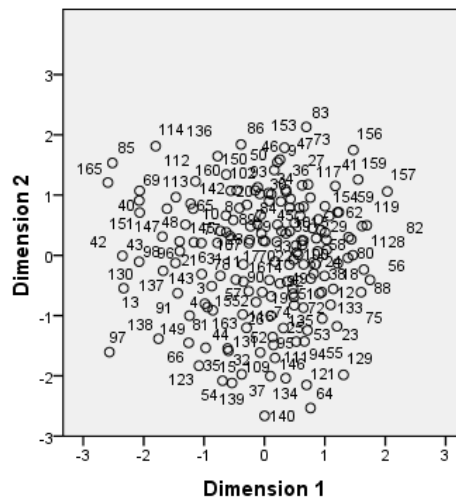
Variable Principal Normalization.

Object Points Labeled by Casenumbers



Variable Principal Normalization.

Object Points Labeled by Casenumbers



Variable Principal Normalization.

Figura 14 - Representação gráfica (*biplot*) da homogeneidade dos indivíduos do banco de dados do Assentamento Conquista, através de ACM, antes e após a retirada de *outliers*.

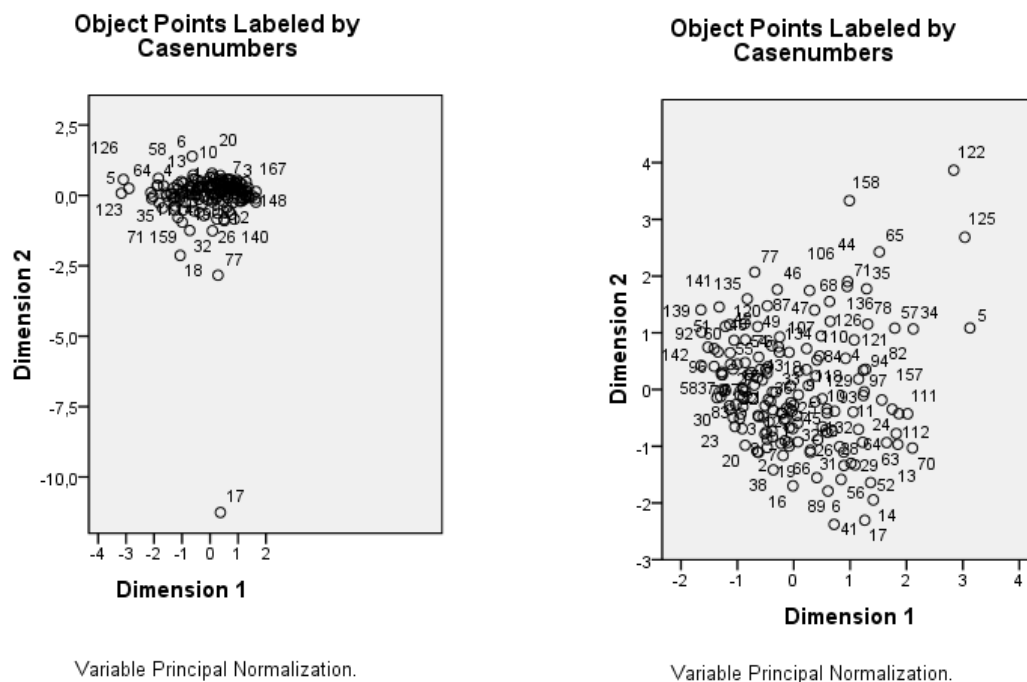


Figura 15 - Representação gráfica (*biplot*) da homogeneidade dos indivíduos do banco de dados do Bairro Rural Ribeirão Grande, através de ACM, antes e após a retirada de um *outlier*.

Para o caso do Assentamento Conquista, a casa identificada com o número 76 foi retirada da análise, pois praticamente todas as respostas relacionadas à percepção não foram respondidas, dado que o sujeito entrevistado não morava na casa em que se fazia referência e não era possível entrevistar seus familiares que ali viviam por motivos de doença.

A casa identificada com o número 40 pertencia a um senhor de 77 anos que vivia sozinho, pai do titular e aposentado, suas respostas apresentaram grandes quantidades em *Não sabe ou não respondeu* e em *Não se aplica* e as demais respostas não apresentaram variância entre si, portanto também foi retirado da análise.

A mesma situação foi observada para a casa do Bairro rural identificada com o número 17, era de uma pessoa de 59 anos que vivia sozinho, monge e a casa foi cedida por seu tio. As respostas estiveram concentradas em *Não sabe ou não respondeu*, em *Não se aplica* e as demais respostas não apresentaram variância entre si, portanto foi retirado da análise.

Uma reflexão sobre esses dois casos pode estar em que o questionário, ao refletir subjetivamente sobre a casa, se referencia à morada, ao lar e não à habitação. Pode ser que esses sujeitos não tenham concebido a relação de morada com a casa em que vivem, com o entorno e, principalmente, com a comunidade. Mas, seria preciso estudos mais aprofundados para observar este fato.



Assim, deu-se início a AFE com o método de extração Componentes Principais e método de rotação Varimax, com 31 variáveis para ambas as comunidades e 167 sujeitos para o Assentamento e 166 sujeitos para o bairro rural.

Após as análises em que se retirou 15 variáveis para os dados do Assentamento e 14 variáveis para o Bairro Rural, as quais não se apresentavam dentro dos parâmetros já indicados na metodologia, obteve-se a extração 06 fatores para o banco de dados do Assentamento e 05 fatores para o bairro rural. Os modelos estão explicando 75% e 68% da amostra, respectivamente, e as tabelas de saída dessa última análise podem ser visualizadas no Apêndice 3 para o Assentamento e no Apêndice 4 para o Bairro rural.

As variáveis de saída e suas cargas fatoriais (contribuição para os fatores) podem ser observadas na Tabela 31 para o Assentamento e na Tabela 32 para o bairro rural, bem como os valores do alpha de Cronbach em cada fator (componente).

Tabela 31 – Variáveis de saída, cargas fatoriais e valores de alpha de Cronbach para cada fator, para o banco de dados do Assentamento Conquista

	Matriz das Componentes Rotacionadas					
	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
V17	,80					
V18	,79					
V31	,70					
V19	,69					
V11		,92				
V12		,86				
V5		,70				
V25			,94			
V9			,94			
V28				,87		
V26				,87		
V13					,89	
V14					,85	
V8						,91
V27						,74
alpha de Cronbach	,75	,76	,92	,79	,72	,63

Tabela 32 – Variáveis de saída, cargas fatoriais e valores de alpha de Cronbach para cada fator, para o banco de dados do Bairro rural Ribeirão Grande

Matriz das Componentes Rotacionadas					
	Componentes				
	1	2	3	4	5
V17	,78				
V34	,77				
V19	,75				
V31	,69				
V11		,94			
V12		,92			
V13		,73			
V27			,77		
V26			,76		
V8			,74		
V10			,70		
V9				,95	
V25				,94	
V3					,76
V1					,75
V2					,73
alpha de Cronbach	,75	,84	,74	,96	,63

Observa-se que as cargas fatoriais estão acima de 0,7, portanto indicam estrutura bem definida com garantia de significância, de acordo com Hair Jr *et al.* (*Idem*), além da confiabilidade dos fatores representando consistência interna do modelo.

Na Tabela 33 é possível verificar a distribuição das variáveis de saída para cada diretriz da ONU, ressaltando que houve um equilíbrio na representação destas.

Tabela 33 – Quantidade final de variáveis de saída por cada diretriz da ONU, para as duas comunidades

	SEGPOS	DISP	CUST	HABIT	GRVUL	LOCAD	CULT	TOTAL
Assentamento	0	3	4	3	0	4	1	15
Bairro rural	3	3	3	3	0	3	1	16

Não houve nenhuma variável final que representasse “Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis”. Porém, isso é decorrente de que essa diretriz foi iniciada somente com uma variável de entrada e esta não apresentou correlação aproximada com outra variável de outra diretriz, como ocorreu com a única variável de entrada de Adequação Cultural, impossibilitando a sua permanência.

Além disso, não permaneceram as variáveis relacionadas à Segurança de Posse para o caso do Assentamento, mas continuou presente para o bairro rural. Esse resultado é de suma importância para a compreensão das relações com os agentes externos que se fazem presentes em ambas as comunidades e que influenciam constantemente a vida desses sujeitos.

Para o Assentamento Coquista, a insegurança de posse não apresentou importância significativa no modelo final desse indicador de direito à moradia, outras questões tiveram mais peso e influenciam a conquista da mesma. Isso não quer dizer que a insegurança não esteja presente, pois foi constatada nos dados descritivos, mas a sua presença não está influenciando no conjunto das dimensões da conquista do direito à moradia adequada para essa comunidade.

Para o bairro rural, pensou-se inicialmente que esta questão não estaria presente, pois os mesmos são proprietários ou possuem contrato de trabalho, arrendamento ou mesmo aluguel. Porém, as perguntas foram mantidas no pré-teste e observou-se logo no início de que há a insegurança de posse ou de permanência na casa devido a questões já indicadas anteriormente. Com essa diretriz sendo representada, observa-se a partir desses resultados que a questão da segurança de posse está influenciando a conquista do direito à moradia adequada para as famílias que vivem no bairro Ribeirão Grande, trazendo à tona a importância de se refletir sobre essas relações com os agentes externos permeadas pela função ambiental colocada à comunidade.

O próximo passo da análise fatorial foi observar cada fator, atribuindo-lhe nomenclaturas e avaliando seus sentidos a partir das variáveis participantes no fator, como consta na Tabela 34 para o Assentamento e Tabela 35 para o bairro Ribeirão Grande.

Tabela 34 – Fatores extraídos e suas respectivas variáveis com as cargas fatoriais, para o banco de dados do Assentamento Conquista

Variáveis	Cargas fatoriais
<b>Fator 1</b>	
V17 Qualidade da construção (portas, janelas, parede, telhado, piso, instalações elétrica e hidráulica)	,80
V18 Conforto térmico, iluminação e circulação de ar	,79
V31 Organização do espaço interno da casa e seu formato arquitetônico	,70
V19 Presença de umidade, goteiras; insetos e ratos	,69
<i>Habitabilidade e adequação</i>	
<b>Fator 2</b>	
V11 Avaliação do preço dos serviços de abastecimento de água e luz	,92
V12 Impacto na renda familiar do preço pago nos serviços de abastecimento de água e energia	,86
V5 Qualidade da energia	,70
<i>Custo e Disponibilidade de infraestrutura - água e luz</i>	
<b>Fator 3</b>	
V25 Distância das escolas públicas	,94
V9 Qualidade das escolas públicas	,94
<i>Disponibilidade e Localização de equipamentos públicos - Ensino</i>	
<b>Fator 4</b>	
V28 Distância do local de compra de alimentos, produtos de limpeza e farmácia	,87
V26 Distância dos serviços públicos de saúde	,87
<i>Localização adequada - fontes de abastecimento básicas e saúde</i>	
<b>Fator 5</b>	
V13 Impacto na renda familiar do recurso gasto com a construção e/ou reforma da casa	,89
V14 Impacto do recurso gasto com a construção e/ou reforma da casa na Saúde, Educação e Moradia	,85
<i>Custo acessível - construção e reforma da casa</i>	
<b>Fator 6</b>	
V8 Qualidade do serviço de transporte municipal ou intermunicipal	,91
V27 Distância do ponto de ônibus	,74
<i>Disponibilidade e Localização de serviços - transporte</i>	

Tabela 35 – Fatores extraídos e suas respectivas variáveis com as cargas fatoriais, para o banco de dados do Bairro rural Ribeirão Grande

Variáveis	Cargas fatoriais
<b>Fator 1</b>	
V17 Qualidade da construção (portas, janelas, parede, telhado, piso, instalações elétrica e hidráulica)	,78
V33 Conforto geral da casa	,77
V19 Presença de umidade, goteiras; insetos e ratos	,75
V31 Organização do espaço interno da casa e seu formato arquitetônico	,69
<i>Habitabilidade e adequação</i>	
<b>Fator 2</b>	
V11 Avaliação do preço pago de energia e aluguel	,94
V12 Impacto na renda familiar do preço pago de energia	,92
V13 Impacto na renda familiar do recurso gasto na construção, compra, reforma e/ou aluguel da casa	,73
<i>Custo acessível</i>	
<b>Fator 3</b>	
V27 Distância do ponto de ônibus	,77
V26 Distância do posto de saúde	,76
V8 Qualidade do serviço de transporte municipal	,74
V10 Qualidade dos serviços públicos de saúde	,70
<i>Disponibilidade e Localização de serviços e equipamentos públicos - transporte e saúde</i>	
<b>Fator 4</b>	
V9 Qualidade das escolas públicas	,95
V25 Distância das escolas públicas	,94
<i>Disponibilidade e Localização de equipamentos públicos - Ensino</i>	
<b>Fator 5</b>	
V3 Proteção pela lei (governo) contra a remoção	,76
V1 Sentimento de ameaça de remoção e insegurança de permanência	,75
V2 Segurança de que os filhos possam permanecer	,73
<i>Segurança de posse</i>	

Observa-se que o fator *Habitabilidade e adequação* se faz presente e estão localizados com o mesmo grau de importância para os dois modelos, demonstrando que as condições habitacionais são o que mais influencia a conquista do direito à moradia para as famílias de ambas as comunidades.

Na questão do *Custo acessível*, esse esteve presente em segundo lugar no grau de importância para a conquista do direito à moradia para ambos os modelos. Porém, há uma diferença para o caso do Assentamento onde houve a separação desse custo em gastos mensais (Fator 2) e gastos com a construção e reforma da casa (Fator 5), sendo que o Fator 2 é acrescido, ainda, da variável sobre a qualidade do fornecimento de energia.

Observa-se que os gastos mensais (Fator 2) são postos com maior grau de importância do que os impactos dos gastos com a construção e reforma da casa (Fator 5). Essa alocação do custo para obtenção da casa no Fator 5 traz a necessidade de se refletir sobre o impacto do mesmo para a conquista do direito à moradia, pois sabe-se, a partir das entrevistas realizadas no Assentamento, que há uma privação das necessidades básicas para a construção da casa, mesmo com a presença do recurso do Estado. As famílias relatavam as dificuldades passadas principalmente no momento inicial da construção da casa (até a finalização da laje), as quais deixaram marcas na trajetória de vida dessas famílias e traz consequências para as condições atuais da casa quanto a sua habitabilidade, mas também para os aspectos socioculturais enquanto possibilidades de representação de identidade na casa.

Acredita-se que um dos motivos desse grau de importância não estar representado no modelo final esteja no fato de que o momento da pesquisa não coincide com esse momento inicial de construção. Após a entrada das famílias nas casas, mesmo que inconclusas, o objetivo de se orientar recurso para a construção da casa é substituído por outras necessidades básicas, fazendo com que no momento de se refletir sobre o que já se passou, as necessidades mais urgentes e atuais são postas ao pesquisador, como os gastos mensais e a qualidade do fornecimento de energia.

Para o Bairro rural, essa diretriz foi representada por um único fator (Fator 2), porém isso é justificado também pela presença do custo do aluguel e arrendamento em 22% dos entrevistados, além dos 38% que construíram suas casas e dos 20% que realizam reformas nas casas cedidas.

A questão dos serviços públicos de *Ensino* (Fator 3 para o Assentamento e Fator 4 para o Bairro), também presentes nos dois modelos, apresenta menor grau de importância do que a saúde e transporte para o caso do Bairro rural, isso pode ser resultante de que somente

36% das famílias entrevistadas tinha criança na escola pública, fazendo com que os serviços de saúde e transporte apareçam com maior grau de importância no dia a dia das famílias.

O Fator 3 obtido para o Bairro rural apresenta a questão da disponibilidade e localização de serviços de transporte junto com a questão da saúde, fazendo com que se reflita sobre que ambos os serviços são requeridos em igual importância para esses sujeitos. Já para o Assentamento, essas variáveis aparecem em fatores separados, colocando a importância da distância das fontes de abastecimento básicas e saúde no Fator 4 e os serviços de transporte como último fator do modelo obtido (Fator 6). Isso é facilmente justificado pelo fato de que o Assentamento faz divisa com a área urbana da cidade de Tremembé-SP e o Bairro rural está há mais de 20 km do centro da cidade de Pindamonhangaba-SP, portanto há uma dependência entre se locomover e adquirir produtos para o caso do Bairro rural. No Assentamento, a proximidade faz com que os assentados utilizem outros tipos de transporte, como bicicleta, carroça e até mesmo o carro próprio.

Apesar dessas pequenas diferenças entre as comunidades, a questão do acesso e da qualidade desses serviços públicos estão influenciando a garantia do direito à moradia para essas famílias, reforçando a importância de se observar a infraestrutura local quando se trata de uma moradia digna<sup>56</sup>.

Como já citado anteriormente, o Fator 5 para o Bairro rural concentra as variáveis sobre a segurança de posse, constatando-se a importância dessa diretriz para o bairro, mas, ao posicioná-la como último fator, demonstra que as outras diretrizes são mais determinantes para a conquista do direito à moradia nas condições atuais dessas famílias.

Os resultados obtidos nesta análise puderam ser aprofundados através das entrevistas e observações orientadas a entender como se dá o processo de conquista da moradia no interior da unidade familiar, possibilitando rediscuti-los no último capítulo desta tese.

---

<sup>56</sup> Participamos, em dezembro de 2012, de uma Auditoria Pública sobre Direito à Moradia no município de São Paulo, em que foram apresentadas as demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais para o que consiste um direito à moradia. Muitos representantes colocaram problemas relacionados ao entorno da casa, reforçando que não era suficiente construir Habitações de Interesse Social sem pensar e planejar o que está em volta da mesma, como escolas, espaços públicos, postos de saúde, entre outros serviços básicos de infraestrutura.





## 7 PROCESSOS DE CONQUISTA DA MORADIA



A discussão sobre o processo de conquista da moradia, os entraves e as saídas encontradas pelas famílias no meio rural, tem como pano de fundo as reflexões feitas a partir da vivência no Assentamento Conquista, pois havia uma maior quantidade de casas construídas pelos próprios entrevistados (141 casas construídas desde a fundação, 16 casas a partir do que já havia e 05 casas com reformas) frente ao bairro Ribeirão Grande (63 casas construídas desde a fundação, 02 casas a partir do que já havia e 34 casas com reformas) e pela possibilidade que houve de realizar observação participante em um grupo familiar.

Além disso, foi possível realizar comparações entre as duas realidades sem o comprometimento de anular as particularidades observadas no Bairro. Pois, para estas comparações consideramos somente as famílias originárias dos antigos *sitiantes* do bairro Ribeirão Grande e de outras regiões. Conforme relatado no capítulo sobre o Bairro, observamos a partir dos questionários e relatos das famílias que havia semelhanças nos arranjos feitos para conseguirem construir as suas casas, além das trajetórias de vida entre o meio rural e o meio urbano. As diferenças entre as comunidades estão anunciadas em cada subcapítulo para que seja possível apreender os significados da casa para as famílias de cada comunidade.

A participação do Estado na construção das casas no Assentamento não foi desconsiderada por nós. Porém, tomamos a liberdade de começar retratando as saídas encontradas pelos próprios sujeitos, pois percebemos que os recursos recebidos pelo governo não influenciaram substancialmente nas lógicas familiares presentes nas decisões no construir, principalmente por constatarmos as semelhanças entre as realidades estudadas. Assim, finalizamos este capítulo apresentando as influências do Estado em ambas as comunidades e as suas consequências para o processo de conquista da moradia para essas famílias.

Iniciamos nosso trabalho de campo considerando que a casa pode ser compreendida através de sua história social que, por sua vez, está relacionada diretamente à história da

família, como considera Freyre (1979). Além disso, Piccini (1996) nos mostra que as mudanças nas relações sociais podem impactar as transformações espaciais da habitação, identificando, portanto, a relação entre a produção arquitetônica e as tradições culturais dos pequenos produtores.

Assim, acreditava-se que nos assentamentos rurais a diversidade esperada e possivelmente representada na casa advinha das formas de como se deu o caminho desses agricultores e sua família ao se deslocarem do campo para os grandes centros urbanos e a necessidade e vontade de retornar ao campo, possibilitada através de políticas de reforma agrária. Cada lote seria, então, uma unidade peculiar que retrataria um passado dessa família além dos aspectos sociais e culturais do grupo ao qual pertence.

Porém, ao nos deparamos com casas de alvenaria e todas “inacabadas”, essa diversidade cultural pensada estar presente nos elementos constituintes das casas parecia não ser possibilitada, parecia não estar representando os aspectos socioculturais desses grupos, enquanto agricultores familiares ou filhos desses. Candido (2010) faz referência a que esses sujeitos do meio rural fizeram aderências a novos hábitos, mas que não conseguiram alcançá-los dada a constante precariedade em que vivem. Portanto, a mudança na utilização dos materiais construtivos na casa, a alvenaria requerida por todos resultava numa construção limitada pelo aspecto financeiro ou mesmo pelo conhecimento construtivo.

Além disso, parecia haver uma desqualificação da casa rural por parte dessas famílias, vislumbrando na “casa de material” uma representação simbólica da fuga da pobreza, uma negação da situação anterior, reportando à casa a sua ascensão social como padrão de *status* e, conseqüentemente, uma conquista de melhoria na qualidade de vida, também constatada por Shimbo e Ino (2005) e em nosso estudo sobre o conhecimento construtivo dos assentados do “Horto Vergel” (BROSLER, 2011).

O que parecia estar presente era uma adoção e absorção de atributos externos ao meio rural, relacionadas aos padrões urbanos de moradia como consequência das casas vividas nesse meio. O estudo foi orientado, então, a compreender o processo de construção da moradia a partir da casa “indiscutivelmente” de alvenaria “inacabada” e tendo a “família” como protagonista principal.

### 7.1 *Casa de roça é assim!*

Para todos aqueles que construíram suas casas tanto no Assentamento quanto no Bairro, os arranjos realizados durante esse processo de construção foram parecidos (podendo ser percebidos pelos dados descritivos), sendo identificado o uso de mão de obra da própria família, o caráter específico da mão de obra contratada e a relação com a mesma, a construção realizada em partes e o permanente aspecto de inacabada.

A utilização da própria mão de obra se fazia presente em quase todas as casas. Pela passagem no meio urbano, alguns assentados e até mesmo moradores do bairro haviam trabalhado na construção civil. Mas, caso o sujeito não tivesse o conhecimento necessário este era buscado através de observações ou de ajudas de parentes ou terceiros; além disso, os mesmos utilizavam como base a experiência construtiva com as casas feitas com materiais locais<sup>57</sup>.

Eu fiz uma casa quando eu tinha 14 anos, casa de tábuas. Lá no sítio onde a gente morava, o patrão mandou fazer a casa. Aí eu falei eu ajudo a fazer a casa. Você sabe fazer Pedrinho? Eu vi um cara fazer né, eu sei. (Pedro, 67 anos, titular, Assentamento Conquista)

Observamos que havia a presença de todos os familiares no processo de construção da casa, inclusive as mulheres e as crianças que auxiliavam durante o tempo livre da escola. Porém, essas são formas “indiretas” de participação, pois não aparecem como contabilizadas no trabalho utilizado na construção (esse dado só pôde ser obtido através das entrevistas em profundidade, não aparecendo nas respostas dos questionários).

A maior parte do piso de dois cômodos e um corredor foi eu quem pus. Porque esperava pedreiro e pedreiro não vinha, dava recado que vinha e depois não vinha porque queria cobrar o preço que eles cobram lá fora e a gente não tinha condição de pagar o preço de lá de fora. [...] Eu falei: Quer saber de uma coisa, eu mesma vou me virar. E aí eu mesma que coloquei a maior parte do piso da casa. Fazer o quê? (Júlia, 66 anos, agregada, tia do titular do lote em que vivia e irmã de titular de outro lote, Assentamento Conquista)

Essa telha que está aí em cima a maior parte fomos eu e a mãe que jogamos ela pra cima. Os pedreiros ficavam lá em cima e nós jogando e os caras lá pegando. Nossa, cansa. E a madeira também, trabalhei pra caramba passando óleo queimado, a madeira está tudo com óleo queimado, [...] Chegava da escola e ficava lá com o pincelzinho, não era pincel, pegava vassoura velha. (Silmará, 23 anos, filha de titular, Assentamento Conquista)

---

<sup>57</sup> Fato observado também nos assentados do Horto Vergel (BROSLER, 2011).

Essa presença de toda a família ajudando na construção também acontecia quando as casas eram feitas com materiais locais e também na própria agricultura. Heredia (1979) relata que todos os membros da família trabalhavam no campo, com diferenças segundo o sexo e a idade, porém a participação das mulheres e das crianças era considerada “ajuda”, não conformando o conceito de “trabalho”.

Em ambas as comunidades estudadas, quando a mão de obra principal era a própria família a construção era realizada nos “tempos livres” de outras atividades, sendo citados os fins de semana e o período noturno. Bonduki (1986, p. 380) menciona que esse sonho de construir a casa é caracterizada pelas “quantas noites de pesadelo”, em que os sacrifícios se fazem presentes na extensão da jornada de trabalho “eliminando da vida do trabalhador o descanso semanal cujas consequências, no seu desgaste físico e psicológico, são evidentes”<sup>58</sup>.

Além da própria mão de obra da família na construção da casa, observamos a participação dos filhos e outros parentes que já não conformavam a unidade familiar, ou dos pais e irmãos de casais recém casados, sendo comum tanto no Assentamento quanto no Bairro, bem como a presença de amigos e *companheiros* ou *irmãos* da Igreja<sup>59</sup>. Essas participações também eram realizadas nos “tempos livres” do trabalho.

A construção da casa como prática social se fazia presente no meio rural, como apresenta Candido (2010) sobre o mutirão e a sua importância enquanto uma obrigação moral dentro da comunidade. Garcia Junior (1983) também cita o mutirão como uma prática recorrente, imbuída de representações sociais que demarcam a criação de uma nova unidade familiar perante à comunidade.

Apesar da constatação dessa prática de construção conjunta, houveram poucos relatos em que a denominavam de mutirão, denominado no bairro de “ajuntamento”. O mutirão era referenciado somente em um momento da construção da casa, para “bater a laje”, onde são feitos churrascos, feijoadas e os amigos e familiares se juntam para executar essa tarefa que exige um “trabalho rápido”.

A laje também eu fiz sozinho. Eu fiz mutirão só na hora de concretar a laje. Chamei uns amigos aí e concretamos. Só isso. Foi tudo assim. Paguei com feijoada que a gente fez né. Teve gente que passou até mal de tanto comer. Até

---

<sup>58</sup> Realizamos nesse capítulo comparações diretas com os estudos de Bonduki (1986) e de Woortmann (1982) sobre as famílias operárias que viviam nas periferias das grandes cidades, pois os mesmos identificam nessas famílias o camponês migrante.

<sup>59</sup> Sendo ela católica, evangélica e suas vertentes ou testemunha de Jeová.

hoje eles falam: quando você vai fazer a feijoada de novo? Eu falo: deixa ter um lugar pra concretar lá aí você vai [risadas]. (Pedro)

Além disso, no Assentamento foi constatado o mutirão quando os titulares iniciaram suas casas, “naquele tempo era um pelo outro”, como relatou Dona Lucrecia. Scopinho (2007) constata que há uma intensa cooperação entre os assentados nos momentos de acampamento e no início da formação do assentamento, incentivada principalmente pelo MST, porém após a divisão dos lotes ocorre um progressivo afastamento das famílias. O que se observa, então, nas novas casas construídas no Assentamento Conquista, dos titulares e dos agregados, é a participação principalmente de ajuda de amigos e parentes de fora da comunidade.

Candido (2010) já identificava essa mudança na relação dos *caipiras* com o mutirão que, não sendo mais frequente, era realizado somente pelos parentes mais próximos ou mesmo mediante pagamento por dia de trabalho.

A prática de “troca de dia de serviço” foi observada no Assentamento desde o início da construção das casas dos titulares, em que aqueles assentados que haviam trabalhado na construção civil disponibilizavam seus serviços para os demais assentados. E sabe-se que essa prática é realizada até hoje de acordo com o próprio pedreiro assentado.

Eu não tenho trator, mas como ele tem eu faço o serviço pra ele e ele vem aqui e ara a minha terra, o que eu quero ele faz. [...] Aqui dentro do assentamento eu já fiz muita casa, se eu disser que eu peguei tudo em dinheiro eu vou estar mentindo, a maior parte é em hora de trator, ou faz outro serviço. (Ditinho, 60 anos, titular, Assentamento Conquista)

Quanto à contratação de pedreiro ou ajudante, isso é possibilitado através de acordos realizados com o mesmo em que são feitas trocas de dia de serviço, pagamentos “não monetários” e, principalmente, o pagamento da diária abaixo do valor de mercado. Na maioria das vezes, essa mão de obra contratada é da própria comunidade, trazendo para a relação “profissional” um caráter pessoal e familiar. Como consequência, observamos que no caso do bairro Ribeirão Grande a diária paga a esse profissional era equivalente a diária de serviço na roça, sendo consideravelmente mais baixo que a diária da cidade.

[...] eu passei pra um rapaz que é assentado também aqui, mas é pedreiro, passei um tanto de gado pra ele em troca da mão de obra. (Luis, 62 anos, titular, Assentamento Conquista)

[o pedreiro] Fez um preço mais barato. Até pela distância que ele não tem serviço pra trabalhar lá na cidade, vem trabalhar por aqui. Ele mora lá embaixo no

começo da rua ali. Ele está trabalhando de pedreiro, faz casa pra todo mundo por aqui né. [...] ultimamente é só pedreiro, antes ele trabalhava na roça, fazia tudo. (Dito, 60 anos, proprietário, Bairro Ribeirão Grande)

Para o caso específico do Assentamento, há também a presença de um “arquiteto”, Alcides é um assentado que tem aptidão para desenhar e realizar projetos arquitetônicos de casas, tanto no papel quanto no *Paint* (programa básico de desenho), sendo solicitado por muitos que vivem no Assentamento. Seus projetos são feitos a partir das demandas de quem o procura.

Woortmann (1982) afirma que essa combinação da mão de obra da família com a de outros parentes e profissionais autônomos é o arranjo que torna possível a construção da casa. Porém, o que antes era caracterizado pelas relações sociais e culturais da família com a própria comunidade, hoje se exprime na informalidade que caracteriza este tipo de construção, aspecto presente principalmente nas periferias das cidades como apresenta Bonduki (1986).

Nas áreas periféricas da cidade, convive-se cotidianamente com casas permanentemente em construção, materiais amontoados nas calçadas, fins de semana ocupados na edificação da casa. Como o trabalho na autoconstrução está também alicerçado na contribuição de parentes e colegas, numa relação estruturada em torno da contraprestação de serviços, além do envolvimento na própria casa, o autoconstrutor acaba por participar da construção de várias outras, num processo que o envolve por muitos anos. (BONDUKI, *Idem*, p. 381)

Assim, é a precariedade que caracteriza o processo de obtenção da moradia e principalmente de sua força de trabalho, onde não há atributos de dignidade no “construir a própria casa” quando não há poder de escolha para essas famílias e formação apropriada para executar esta obra<sup>60</sup>.

Essas casas “permanentemente em construção” são encontradas nas comunidades estudadas, em que a casa é construída aos poucos, iniciada com poucos cômodos ou feita “até ponto de laje”. Sendo comum, portanto, que as famílias entrem na casa sem que a mesma tenha portas ou janelas, estando ainda no contrapiso e sem reboco, sem telhado, em espaços “apertados” onde não há a separação de função no mesmo (como cozinha, quarto, sala).

---

<sup>60</sup> No III Colóquio sobre habitação no campo, nas águas e nas florestas, realizado em maio de 2015, na Sessão de Experiências – Bloco 1 fizemos o questionamento aos representantes das comunidades presentes sobre a autoconstrução como prática que reforça a exploração do trabalhador. Os mesmos discordaram desta afirmação atribuindo a esta prática o caráter de dignidade à família que constrói a própria casa.

Não tinha janela, janela era de madeirite. Nós só levantamos a parede mesmo. Como a gente morava no rancho, então a gente: vamos passar pra casa e vamos fazendo, porque nós sabíamos que não tínhamos condições de terminar ela mesmo. Então não tinha piso, não tinha nada. Daí a gente foi fazendo ela aos poucos, foi rebocando, depois foi comprando porta, janela, foi tocando um pouco e está aí. O piso ficou por último [...] faz pouco tempo. Chovia dentro, molhava tudo. Mas passou. Depois no final compramos telha, tudo, mas foi dolorido, foi demorado. (Leni, 51 anos, titular, Assentamento Conquista)

Para a compra dos materiais de construção, aqueles que possuíam casa ou terreno na cidade foi a sua venda que possibilitou essa compra. Observamos que não havia a realização de financiamento para a construção da casa, mas muitos relataram que realizavam empréstimo na própria loja de materiais de construção, pagando-o em parcelas. Mas, a prática mais observada tanto no Assentamento como no Bairro foi a venda de animais, explicitando que “trocaram vaca por tijolo”. Essa venda não era feita somente para a construção da casa, mas também quando havia necessidade de se investir na propriedade/lote, como foi o caso do Seu Augustinho, do Assentamento, que vendeu a criação de porcos para a construção do curral.

A consideração das criações como reserva de economia está fortemente presente na lógica do pequeno agricultor, Heredia (1979) cita em seu trabalho sobre os agricultores e foreiros do Nordeste que o gado era um elemento central em termos de acumulação, na possibilidade da compra de terreno para expansão da propriedade ou assegurando a renda da família e investimento nos futuros plantios, sendo vendido somente em situações de precisão.

Além disso, tanto no início da construção da casa quanto no momento de se pensar reformas ou ampliações, os materiais são comprados aos poucos até que se tenha material suficiente para o que se pretende.

É que ele comprou um tijolo pra começar [área de serviço], porque conforme vai sobrando um dinheirinho ele vai comprando alguma coisinha, senão fica parado. (Ana, 65 anos, titular, Assentamento Conquista)

Portanto, o recurso do Estado para a construção das casas dos titulares do Assentamento participa desta mesma lógica, como consequência tanto da insuficiência deste como da forma como é disponibilizado, sendo por etapas de construção em que no final de cada etapa é verificado o seu cumprimento em todas as casas do assentamento e, caso haja alguma casa em desconformidade, todo o processo é paralisado. Assim, esse recurso, que já é fornecido em parcelas, sobre interrupções e atrasos, fazendo com que as famílias não

dependam do mesmo e o consideram da mesma forma como esperam receber da produção um recurso suficiente para investir também na casa.

Por exemplo, ajudar pra fazer a área. Porque já foi gastado dinheiro da gente aqui, a gente faz economia as vezes em coisa de comer, porque a gente economiza pra poder fazer. Não que a gente fique sem, mas a gente economiza, coisa que a gente precisa comprar, pra terminar. (Pedro)

A espera pela próxima parcela sempre está presente nos discursos dos assentados, principalmente pela passagem dos técnicos averiguando o estado da construção, tirando fotos e tomando notas<sup>61</sup>. Mas, os assentados continuam investindo o próprio recurso na casa, esperando utilizar a “próxima parcela” para cobrir uma outra necessidade, pois sempre há necessidade de investimento na casa.

Podemos considerar, então, que a atuação do Estado no provimento da habitação para os assentados não está refletindo em melhoria nas condições de vida dessa família e sim legitimando os entraves presentes no processo de conquista da casa.

Através dos questionários e entrevistas em ambas as comunidades, relataram-nos que a fase de início de construção da casa foi o momento mais crítico para a economia da família, havendo um redirecionamento de gastos que resultou no comprometimento com outras necessidades vitais, principalmente na alimentação e no vestuário; também observado por Bonduki (1986) nas periferias da cidade de São Paulo “chegando-se até mesmo a convivência cotidiana com a fome”.

Frente a isso, quando a casa alcança um padrão construtivo que satisfaça as necessidades mais básicas de seus moradores, o que normalmente representa uma casa com a quantidade de cômodos necessária para a família naquele momento, telhado (mesmo com a presença da laje), portas e janelas, paredes com reboco interno e chão no cimento queimado ou com piso de cerâmica, esta entra em um rol de prioridades que não deixa margens para ser colocada como necessidade primária, dada a precariedade de outras dimensões. Como disseram muitos entrevistados: a casa não coloca alimento na mesa.

Heredia (1979) ressalta que no cálculo do dia a dia do pequeno produtor, este irá privilegiar o consumo alimentar. Portanto, os ganhos serão repassados principalmente às atividades produtivas e compra de alimentos. Como consequência, a casa continua nas condições mais simples e necessárias de teto para prover a família do alimento necessário,

---

<sup>61</sup> Desde a última parcela recebida, há quase 10 anos, os técnicos já passaram duas vezes nas casas dos titulares do Assentamento Conquista, conforme relatos dos mesmos.



pois o que é mais importante na casa, como colocado por duas assentadas entrevistadas, é “o alimento e a cama para descansar”.

Sempre a visão de investir primeiro na parte de infraestrutura e a casa nunca foi primeiro plano assim não. Era a vontade, mas a gente pensa assim: se você tem o básico então dá pra você ir segurando a barra, pra depois você ir melhorando. [...] então o provisório vai ficando até enquanto você não consegue. (Márcia, 33 anos, titular, Assentamento Conquista)

Portanto, nos deparamos com uma casa que já não está permanentemente em construção, senão permanentemente no provisório. Em entrevista a uma liderança do Assentamento, observamos que ao lado do sofá de sua casa estavam amontoados quadros com imagens de santos e fotografias em cima da mesinha de canto, objetos recorrentes nas casas rurais. Ao questionarmos o motivo das mesmas estarem ali, a entrevistada responde que aquilo é “provisório”, pois está esperando rebocar e pintar as paredes para pendurá-las, porém sabíamos que essa espera já contava com mais de 10 anos.

Mas, não são somente os elementos construtivos da casa que ficam no provisório, ou os objetos que a preencheriam de representação, os móveis também estão “aguardando” que esta casa seja terminada.

Eu não vou comprar móveis com essa casa sem terminar. Já tem muita coisa pra estar tirando do lugar pra hora que for pintar, por piso e tudo. Então depois que a casa estiver acabadinha aí sim uma vez compra uma coisa, uma vez compra outra. Esse sofá eu quero reformar, eu não quero comprar um novo, quero reformar este. (Nice, 44 anos, titular, Assentamento Conquista)

Assim, as casas inacabadas preenchidas de seus *elementos provisórios permanentes* nos leva a refletir sobre qual a lógica que está por detrás das decisões da família de quando e no que investir para “avançar” na construção da casa. O que faz com que a casa seja colocada não somente depois da necessidade de alimentação, mas de outras necessidades elencadas como mais importantes?

Ao considerar a história de vida dessas famílias, percebe-se que há uma questão cultural que traz para essa lógica dos elementos provisórios permanentes o caráter da simplicidade e da rusticidade, como apresenta Queiroz (1973) para os sítiantes brasileiros, de uma vida de mobilidade, de “desprendimentos”, das casas vividas no meio rural.

A pobreza de seu gênero de vida lhes facilitava a partida; a casa de pau-a-pique e de sopapo era facilmente abandonada e reconstruída mais adiante, os pobres utensílios e objetos não eram difíceis de carregar: rusticidade e precariedade de vida sempre os distinguiram. (*Idem*, p. 12)

Para essas famílias, esse caráter estava presente nas casas passadas, aquelas que tiveram que ser deixadas tantas vezes. E, para aqueles que tiveram uma passagem pelo meio urbano, também estava nas casas vividas na cidade, que tampouco representavam o que eles almejavam, mas sim os seus limites financeiros ou mesmo os limites impostos pela cidade (muitos falaram que na cidade não podiam construir casas grandes, precisaria de projeto aprovado ou mesmo que o salário impossibilitava o pagamento do aluguel e que por consequência viviam em espaços apertados).

Isso faz com que os símbolos culturais desses sujeitos permaneçam nas ações relacionadas à casa, mesmo que a mobilidade tal qual a dos antigos sitiantes já não faça parte da vida dessas famílias. Essa questão é de suma importância, pois se constata que o limite entre o que é urgente e o que é necessário muda de acordo com o passado vivido, mostrando que a casa está ainda fortemente relacionada à questão histórica dessas famílias.

Em seu estudo sobre as moradias rurais no Brasil, Fals Borda (1963, p. 101) menciona que as pessoas davam a impressão de estarem satisfeitas com as suas casas, “sin embargo, una investigación más a fondo sobre actitudes logró descubrir deseos latentes y alguna necesidad de cambio”. Portanto, essa “complacência” com as condições provisórias das casas é resultado dessa referência ao seu passado, dessa compreensão do que é uma moradia, um lar, em que outros valores ressaltam e preenchem os espaços do concreto inacabado.<sup>62</sup>

Inicialmente, havíamos pensado que a alvenaria tinha sido apropriada por essas famílias como um senso comum, uma simples adoção de símbolo de casa padronizado pela industrialização, modelo indiscutível do que é uma moradia, infiltrado no meio rural pela modernidade e os meios de comunicação ou pela marcante ruptura vivenciada por aqueles que migraram para o meio urbano. Porém, ao atribuir conceitos de *simplicidade* e *rusticidade* nas casas concebidas nos dias de hoje, essas famílias nos mostraram que era preciso realizar o esforço de reconceituar nossa compreensão de casa de alvenaria inacabada.

Fals Borda (1956) realizou seus estudos sobre as moradias rurais a partir do conceito por ele observado de que essas possuem funções primárias e secundárias. Essas funções, por

---

<sup>62</sup> Essa seria, também, a explicação para as satisfações presentes nas respostas dos questionários, sobre as condições de habitabilidade da casa.

sua vez, são as responsáveis pelo projeto de casa pensado e construído pelas famílias camponesas. As funções primárias atribuídas a casa são: abrigo, dormitório, subsistência e defesa da saúde, a defesa e cuidado dos bens e das pessoas, e a intimidade. As funções secundárias são: o social e o recreativo (como festas, encontros), a religiosa (a parede com adornos e onde se reza), e o lugar temporal de trabalho (relacionado à agricultura).

Esse mesmo sociólogo também menciona uma função já identificada como limitada nas casas rurais pelos camponeses quanto a adaptação às novas tecnologias que chegavam ao campo.

Hecha con una mentalidad que puede datarse de siglos anteriores, la arquitectura de la habitación rural es de *difícil adaptación* a las conveniencias y equipos modernos. Las instalaciones eléctricas son precarias; las de tubería para el agua pueden producir desgajamientos o derrumbes; si el techo es de paja, no se le puede adaptar estufa con buitrón [fogão à gas] por el peligro de incendio; no hay buena manera de guardar los carros y bicicletas, mucho menos los tractores con sus repuestos y accesorios. En las comunidades campesinas en transición, este fenómeno ha causado tensiones y sentimientos de insatisfacción [...] (*Idem*, p.18)

O retorno ao meio rural representou para muitas famílias assentadas a “liberdade no construir”, em que a casa podia ser realizada de acordo com os seus desejos, e o mesmo foi observado com aquelas famílias do bairro que já transitaram por muitas casas e hoje conseguiram o seu pedaço de chão (ou se sentem seguros no chão de outrem, produzindo a casa como sua).

Essa liberdade no construir possibilitou que o projeto pensado pelas famílias considerassem em primeiro plano suas funções necessárias e as soluções para se adequar a essas “outras” necessidades, principalmente frente a situação de “segurança” de permanência na propriedade por tempo indeterminado.

Pra você construir uma casa na cidade, você já tem que pagar a planta da casa e aqui quando foi fazer essa eu imaginei: na cidade eu não tive essa chance e também o terreno era pouquinho, agora estou em um espaço, então eu vou fazer ao meu modo, aí eu desenhei e eles concordaram. (Lucrecia, 72 anos, titular, Assentamento Conquista)

Portanto, a alvenaria é buscada como solução para os problemas vivenciados por essas famílias nas antigas casas, fazendo com que a “casa de barro” realmente faça parte de um passado sofrido. A casa de alvenaria representa, então, a segurança frente as *intempéries*, representa a proteção contra enfermidades causadas pelos insetos que se alojavam nas paredes

de barro, de bambu ou madeira e a possibilidade de incluir a modernidade à vida no campo, como os utensílios que necessitam de energia elétrica, a inclusão do banheiro no interior da casa, entre outras modificações<sup>63</sup>.

(Porque estão todos em casa de alvenaria?) Pelas melhorias. Vai colocar luz numa casa de sapé, é correr risco, dá um relâmpago por exemplo já dá uma faísca. Agora numa casa de alvenaria feita de tijolo aí fica difícil, já tem os para-raios, a casa de sapé não. Minha mãe queimou uma casa de sapé, ela morava do outro lado, lá nas Borboleta, ela pôs fogo numa casa de sapé. (Dito)

Assim, os elementos provisórios permanentes são a representação desse rural ainda presente, da lógica familiar para manter o equilíbrio social, no balanço entre o que é necessário e a satisfação da família.

A partir do exposto, aquela dicotomia rural-urbano pensada inicialmente estar presente pelo uso dos materiais de construção civil “convencionalizados” é refutada, porém questiona-se como é pensado o projeto da casa e o seu resultado final, considerando que esses materiais remetem a outra base de referência.

## 7.2 *O que de roça é assim?*

Fals Borda (1963) identificou nas casas rurais do interior de Minas Gerais espaços importantes para as famílias camponesas, em que se fazia destaque a sala com poucos móveis, mas com um alto valor social, e a cozinha como o centro das atividades da casa e o espaço mais frequentado. Como consequência, a cozinha era o maior ambiente da casa e localizado no extremo oposto à sala, representando “un gran deseo de aislar la cocina de la vista de extraños; se espera que éstos lleguen a la sala y nunca a la cocina” (*Idem*, p. 57).

Para este autor, a intimidade estava presente nessas casas como algo consciente e perceptível, influenciando no projeto da casa e no que compunha o entorno da mesma, como as árvores plantadas ao redor para fechar a visão da casa e de seu interior. A deficiência presente se fazia no tamanho dos quartos, na quantidade de pessoas por quarto e na própria cama *rústica* de colchão de palha ou esteira de taboa.

No estudo realizado por Heredia (1979), a cozinha também se situava no extremo oposto da habitação e entre a cozinha e a sala havia a sala de jantar, com um espaço

---

<sup>63</sup> É preciso incluir esta nota de que as casas de barro podem também solucionar estes problemas, através de modificações e melhorias nas técnicas usadas por essas famílias nas casas passadas. Além disso, mesmo as casas de alvenaria sem reboco servem como hospedeiras desses insetos presentes nas casas de barro. A ausência de piso também afeta a saúde, causando problemas respiratórios citados por algumas famílias. Por fim, as próprias famílias identificavam na casa de alvenaria inacabada a inadequação para as crianças e os idosos.

delimitado por paredes e que fazia comunicação com os quartos de dormir, sendo lugares reservados à família, parentes e pessoas mais chegadas. A cozinha se comunicava com o terreiro, onde a mulher cultivava a sua horta, pomar e criações de quintal. Na frente da casa eram plantadas algumas frutíferas, como manga e jaca.

Em casas mais recentes, Piccini (1996) nos mostra a existência de três tipologias de casas entre os antigos colonos de um bairro rural de São Carlos-SP. A primeira tipologia era caracterizada pela conservação das antigas casas dos colonos em que houve somente a incorporação dos serviços higiênicos; na segunda já houve a modificação na distribuição dos cômodos com intervenções na estrutura da construção, em que já se buscava a estética; e a terceira representava as casas construídas recentemente na comunidade, de alvenaria e remetidas, segundo ele, aos modelos urbanos.

Não foi possível encontrar tipologias entre as casas tanto no Assentamento quanto no Bairro, apesar de ter encontrado uma mesma disposição do espaço nas casas de algumas famílias entrevistadas em ambas as comunidades e que nos leva a identificar certos elementos em comum.

Para refletir sobre esse projeto de casa e a sua posterior modificação, utilizamos como base de discussão a casa da Dona Leni e do Seu Luis, além das entrevistas realizadas em ambas as comunidades<sup>64</sup>.

Seu Luis e Dona Leni são paranaenses e filhos de agricultores, seus pais foram proprietários, arrendatários e meeiros na região sul do Paraná. Com a impossibilidade de obter recurso suficiente para comprar uma propriedade maior do que a que possuíam na época, seus pais foram para o Paraguai, local em que as famílias se conheceram e onde se casaram. Após uma forte geada na plantação de menta e tentativas frustradas com a produção de soja na região, as famílias perderam tudo que tinham e eles passaram a migrar de cidade a outra, de estado a outro, em busca de melhores condições de vida, passando por Rondônia e chegando em Indaiatuba-SP por motivos de saúde de uma de suas filhas.

Por intermédio do pai de Seu Luis e dos irmãos, participou do acampamento de Promissão em 1989, porém a saúde da filha ainda impossibilitava seu deslocamento. Assim, o mesmo considera que a história de sua família na luta pela terra se inicia a partir da ocupação na Fazenda Ipanema, em maio de 1992.

---

<sup>64</sup> Parte do conteúdo deste capítulo foi publicado na revista *Temáticas* no início do trabalho de campo do Doutorado (BROSLER e BERGAMASCO, 2013).

O motivo principal que o levou a entrar na luta pela terra foi que o mesmo não conseguia a estabilidade requerida para a sua família, vivendo ainda de aluguel e trabalhando como motorista, dizendo que era a única coisa que sabia fazer além da agricultura. Assim, a terra representava garantia de renda e qualidade de vida para o Seu Luis, pois “a terra a gente tem conhecimento, sabe como lidar”.

As casas vividas no Paraná, no Paraguai e em Rondônia eram de madeira, construídas por marceneiros, mas sempre que chegavam em terras “novas” faziam seus próprios *ranchos* de madeira encontrada no local, o qual serviria depois para guardar ferramentas e utensílios agrícolas. Somente em Indaiatuba-SP que a família foi morar em casa de alvenaria, porém em casas pequenas e precárias.

Nos acampamentos, moraram quatro anos em barraco de lona plástica, para daí “começar a construir a nossa casinha, de madeira de pau-a-pique e depois iniciamos a construção dessa daqui já tem uns 15 anos. E aí foi assim, tijolo por tijolo”.

Após a divisão dos lotes, Seu Luis fez o *rancho* com o próprio eucalipto existente no local e, a partir de 1997, começaram a construir a *casa* (casa de alvenaria). Na época, a família era composta pelo casal, suas três filhas e um filho e o pai do Seu Luis.

O lote dessa família possui 8,9 ha, onde 07 ha são utilizados para a produção agrícola, distribuídos em 2012 em: 3.300 pés de laranja como principal produção, um tanque para captação de água de irrigação de 600 m<sup>2</sup>, 01 ha de pastagem e duas estufas de pimentão de 600 m<sup>2</sup> cada, não possuindo produção animal. A outra área é ocupada pela casa, pelo rancho e duas casas onde moram as filhas com suas famílias.

O espaço interno da casa dessa família, que possuía 200 m<sup>2</sup>, estava dividido em quatro quartos, dois banheiros, uma sala, uma cozinha e uma cozinha externa com área de serviço. A organização desse espaço era feita com uma entrada pela sala, conjugada com a sala de jantar, possuindo saída lateral para os quartos e banheiro. A cozinha estava alinhada com as duas salas, com saída para “os fundos”. No terreiro estavam presentes somente algumas árvores frutíferas e o rancho utilizado para guardar ferramentas, maquinário e para preparar e armazenar os produtos agrícolas.

Um esboço da casa pode ser observado na Figura 16. Sua estrutura era feita de tijolo maciço, com a presença da laje de concreto, telha de barro, piso frio e reboco somente nas paredes internas.



Figura 16 – Esboço da divisão do espaço da casa da família Bustos, Assentamento Conquista, Tremembé-SP, 2012.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Heredia (1979), como já mencionado, identifica no seu trabalho que há uma representação de universos femininos e masculinos nos espaços da casa e no *roçado*, onde o pai é quem organiza as atividades no *roçado* e a mãe é responsável pelas tarefas relacionadas à casa. Assim, ela apresenta a “superioridade” masculina nesses espaços, em que a casa, sendo o lugar de consumo do que se produz no *roçado*, está subordinada a este e, como consequência, seus espaços internos também representam essa subordinação, portanto será também de domínio masculino.<sup>65</sup>

Martins (2009), nesse mesmo caminho, identifica que o planejamento e o projeto (croqui) das casas de um assentamento do estado do Rio Grande do Sul eram realizados pelo pai de família, portanto os espaços de concretização da casa seria pensado a partir de uma esfera inteiramente masculina.

Porém, observamos em diversos relatos em ambas as comunidades que o projeto inicial da casa foi feito pela mulher, onde esse pai de família reconhecia que a casa é de domínio feminino, portanto será ela quem terá condições de decidir o que é melhor para as necessidades da família, mesmo a casa se opondo ainda ao *roçado*.

<sup>65</sup> A autora ressalta a prevalência dessa sujeição nos espaços internos da casa, sendo a cozinha e o terreiro (quintal) sob responsabilidade da mulher e a sala, sala de jantar e o espaço frontal sob domínio do pai da família (HEREDIA, 1979).

A casa eu sempre acabei cedendo pra ela porque esse é mais o lado dela, é o lado mais da mulher, que mais convive aqui na casa. Apesar de que ela trabalha comigo na agricultura, mas ... quem sabe da casa mais é ela. Assim como lá da agricultura, ela me ajuda, ela trabalha comigo, nós trocamos as ideias, mas prevalece a minha. É errado ou certo, acaba prevalecendo a minha. [...] da mesma forma é a casa, nós trocamos uma ideia, mas eu contrario um pouquinho, mas depois eu acabo cedendo porque ela é quem sabe. Aqui é a área mais dela, a agricultura é mais minha. Portanto um pouquinho da briga, quando o dinheiro é pouco para os investimentos, é que ela quer investir na casa e eu ali. Os dois tem necessidade, aí optamos pela prioridade e entramos num consenso, mas a mulher quer a casa mais arrumada, mas ajeitada e eu, eu já penso mais o lado da agricultura, o lado da produção, a gente não liga muito pra casa se está um pouco mais bonita ou não. (Luis)

A construção da casa foi iniciada por insistência de Dona Leni, pois, conforme relata, o marido pensava sempre em utilizar o recurso recebido da produção para investir na própria produção, se contentando com o *rancho*. Para ela, a conquista da casa representava *conforto*, condição mínima necessária para recompensar o trabalho árduo na roça. Também Martins (2009) aponta, através da fala de uma assentada, que para o *homem* já basta que a família tenha comida. A pretensão de uma *casa*, nos padrões requeridos pelas mulheres, se faz presente nesse universo feminino, onde o *conforto* é algo requisitado por elas, enquanto o universo masculino continua representado pelo “desenvolvimento” do *roçado*.

Na primeira entrevista com o casal, Dona Leni apresentou a insatisfação perante a não conclusão de sua casa após anos de construção. Este *conforto* não tinha sido totalmente obtido, pois a casa não estava pronta, faltava, em sua concepção, principalmente a construção de uma varanda na entrada da cozinha e a retirada dos utensílios de área de serviço de sua cozinha externa, onde se localizava o fogão à lenha<sup>66</sup>.

Como a casa é produto do *roçado*, os mesmos já haviam direcionado a produção de pepino em estufa para pagar o reboco interno da casa. Para conseguir construir a varanda e reformar a cozinha externa, Dona Leni orientou o ganho das estufas de pimentão e, por consequência, essa atividade era considerada de sua responsabilidade.

Ela [Leni] já semeou, estamos com as plantinhas pra nascer, estamos com três estufas de pimentão. A ideia é ela cuidar das estufas, também me ajuda no pomar quando precisa na colheita. E agora, pra ver se plantando estas três estufas de pimentão mais essa colheita de laranja [dê para terminar a construção]. (Luis)

---

<sup>66</sup> Este fogão à lenha não segue os modelos que estamos familiarizados no estado de São Paulo, feitos de tijolo e de chapa de ferro com as aberturas para as panelas, segue o modelo encontrado no sul do País, onde tem a forma parecida a um fogão à gás.



Mas está perto, pelo menos a varanda está reformando, estou fazendo mais uma estufa de pimentão, espero que ela renda o suficiente pra eu poder terminar a minha casa, então uma hora vai chegar lá. (Leni)

Assim, constata-se a importância da participação da mulher na produção agrícola bem como a sua responsabilidade nas decisões de construir, modificar e terminar a casa, apresenta-se a mulher como provedora das ações relacionadas à casa, “quem quis a casa foi *ela*”. Portanto, se Dona Leni deseja terminar a casa, irá fazer uma produção de sua responsabilidade e torcer para que sua renda seja suficiente para as mudanças requeridas.

Diferente da minha mãe que ela já tinha o pomar, o lote dela é quase 100%, eu acho, tudo já plantado de pomar, então daí ela procurou na renda da estufa direcionar pra casa, que também era um sonho dela de ter a casa acabada, arrumada, de qualidade, e fazer a cozinha dela, a varanda, que foram os últimos pedidos dela pro meu pai, e ficou muito bonito. (Márcia, filha da Leni)

Essa importância e consideração dada ao papel feminino na casa é percebido então nas mudanças realizadas na mesma, em que a questão de gênero entra como elemento central quando se analisa as lógicas das famílias nas decisões relacionadas ao término de construção da casa bem como as suas modificações, além dos aspectos históricos e culturais identificados no capítulo anterior.

Percebemos, com isso, que se a mulher está dando importância para o investimento na produção, assim como o homem, a casa continuará imbuída de seus *elementos provisórios permanentes*, até que um dia a produção gere recurso suficiente para cobrir as suas despesas e necessidades e também produzir renda extra que poderá ser direcionada à casa, sendo algo esperado por elas. Caso contrário, este ciclo no uso dos recursos só será rompido por elas, porém em um jogo de forças com o “poder” masculino do *roçado*.<sup>67</sup>

Destacamos, ainda, que a participação da mulher para a finalização da casa não se limitava na utilização de sua força de trabalho na agricultura, mas também na própria casa em que eram frequentes os relatos no Assentamento e no Bairro de que elas haviam colocado o piso no interior da casa, azulejado o banheiro ou feito outro tipo de acabamento. Durante a aplicação do questionário no Bairro, por exemplo, uma entrevistada nos mostrou com muito orgulho o reboco e a pintura feita por ela mesma em sua casa, pois caso contrário ela ainda

---

<sup>67</sup> Essa constatação foi observada nas famílias em que se realizou entrevistas em profundidade do Assentamento e do Bairro rural, onde há o reconhecimento do papel feminino tanto como figura representativa da casa da família quanto na produção agrícola.

estaria morando em uma casa sem acabamento (sendo o discurso comum das mulheres para justificar o seu trabalho na casa).

Assim, a casa rural está representada, também, pelas próprias mudanças na questão de gênero, do papel da mulher, da esposa na família, e, como consequência, orientam também os outros espaços da casa, sua significação, a permanência ou modificação.

Nessa primeira entrevista com o casal, o próprio Seu Luis comenta que, com a participação da Dona Leni no trabalho de *tocar a roça*, o trabalho na cozinha se tornou secundário, importante, porém realizado nos tempos livres. Como consequência, Dona Leni transferiu seu fogão à gás para a área de serviço, estando junto com a máquina de lavar, o tanque e o fogão à lenha, espaço já denominado por ela de cozinha externa.

A gente chega com a botina suja de barro, a roupa suja e a gente entra pra dentro [cozinha externa], você chega aqui dentro [cozinha interna] tem que ficar tirando a botina, como você vai entrar com uma roupa suja da *roça*? (Luis)

A cozinha [interna], essa vai ficar aqui e a outra vai ficar lá mesmo [externa] [...] Lá é só fogão e pia, lá não tem mesa não tem nada. [...] Eu faço [a comida] lá já e faz a refeição aqui. [...] Quando tem visita, daí eu ponho, sirvo aqui, mas a gente põe o prato lá e senta aqui e vem comer aqui, lá é só pra fazer, é uma cozinha de trabalho, como quem diz, é só trabalho lá, é só pra trabalhar. Daí você faz um bolo, faz alguma coisa, daí fica tudo lá. Daí você faz lá e traz pra cá. (Leni)

Cardoso *et al.* (2009, p. 72) apresentam a mudança realizada em um modelo pré-estabelecido de casa, elaborada por estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV) através de recursos da Caixa, em que as próprias mulheres assentadas atribuíram à área de serviço a cozinha externa. “Sua cozinha de uso mais intenso passa a ser então esse espaço esfumaçado e em chão batido, e sua pia, o tanque de lavar roupas.”. O fato de existir uma segunda cozinha fora da casa, principalmente pela presença requeria do fogão à lenha, foi algo observado por nós em ambas as comunidades, uma tradição fortemente presente em que havia a denominação de “cozinha do fogão à lenha” ou “cozinha de lenha”<sup>68</sup>; sendo mencionada como uma das principais necessidades de investimento na casa, quando esta não se fazia presente.

---

<sup>68</sup> Percebemos em várias entrevistas que a utilização do fogão à lenha representava, além da questão cultural, uma solução frente a situações de necessidade, quando não havia recurso para a compra do gás.



Figura 17 – A cozinha de lenha, casa da Dona Laurinda, dez. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.

Autoria: Taísa M. Brosler.

Porém, no caso da Dona Leni a cozinha interna já perdia a sua função e nessa divisão do espaço de se fazer a comida – espaço de trabalho – do espaço de comer fez com que a cozinha interna fosse substituída pela função de uma sala de jantar, que por sua vez se localizava junto à sala, espaço este já não utilizado.

A família se concentrava na cozinha, bem como as vizinhas, as mulheres nas festas, como cita DaMatta (1991), na relação da casa com o exterior, porém conservando o espaço privado na esfera feminina. Freyre (1979), por sua vez, considera que a casa brasileira é a cozinha, com todos os seus costumes, comidas e convívios. Fals Borda (1963), como já citado, identifica-a como espaço principal da casa rural e de maior tamanho, se fazendo numa relação estreita com a horta e o pomar.

No entanto, essas experiências vivenciadas na cozinha estão estreitamente relacionadas às atividades de cozinhar (de se fazer um bolo e um cafezinho enquanto conversa com a visita, por exemplo). Com essas atividades transportadas a um espaço externo à casa, nos questionamos, na época, se a cozinha interna continuaria representando um espaço de “aconchego”.

No final do trabalho de campo no Assentamento, a varanda e a cozinha externa da Dona Leni estavam quase terminadas. Em uma última entrevista, seu filho nos relatou que ela havia conseguido o projeto da varanda na *internet*, representando um modelo totalmente urbano. A varanda construída estava composta pela área de serviço, um banheiro, uma mesa grande e a churrasqueira, com entradas para a cozinha (e o resto da casa) e a cozinha externa. Esta última estava toda azulejada e incluía uma pia, o fogão à lenha e os utensílios de cozinha mais necessários ao ato de se cozinhar.

A partir das tipologias estudadas por Piccini (1996), o mesmo constata que a construção da casa era feita sem revestimento externo e que tanto o acabamento interno e externo quanto a varanda parcial ou total (em volta de toda a casa) eram deixadas em segundo plano e considerada como sendo um espaço dispensável na vida dessas famílias.

Nas casas estudadas por nós, o acabamento e a varanda também eram colocadas em segundo plano, porém estavam marcadamente presentes nos desejos das famílias tanto do Assentamento quanto do Bairro, como colocado por Dona Leni, representando a falta do conforto, a casa inconclusa. Portanto, não podendo ser considerada como um espaço dispensável, a varanda é colocada como algo necessário à “casa de sítio”, como cita a Dona Ana até mesmo frente à necessidade de proteção contra a ação da chuva e do sol.

Porque quando vem gente aqui é bastante, meus parentes todos de Campinas que vem, aí quando fizer essa área eu quero pôr essa mesa lá fora pra comer, porque aqui fica muito pequeno. E já põe lá pra eles comerem, e já fica mais espaço, porque as vezes eles gostam de ficar conversando aqui e eu cozinhando.[...] Aí eu vou pôr uma mesinha aqui mais pequena, aí eu vou pôr essa pra lá. Aí é melhor. Uma mesa maior pra sentar. Isso que ele está falando, terminando essa área aqui, vou fazer outra ali e aquela lá. Porque quando vem chuva, vem com tudo ali, entra até água por debaixo da porta e na janela também. Então tem que fazer também lá, pra não entrar. Vai refrescar também. Sol quente, essa hora mesmo nem tem como abrir essa porta. [...] Porque quando chove ali a parede fica tudo embolorada pro lado de dentro [...] (Ana)

Fals Borda (1963) menciona que a varanda era de tamanho reduzido nas casas dos camponeses, porém era um elemento representativo da classe alta estando presente nas fazendas e casas-grande. Piccini (1996) identificou que a varanda, denominado por ele como alpendre diferenciando-o de varanda, representava para as famílias sinônimo de *status*, do progresso econômico, referenciada ao “modelo ditado pelas fazendas”.

Para esse mesmo autor (PICCINI, *Idem*), a varanda se mostrou como um espaço exterior intimamente ligado com o espaço interior, respeitado pela comunidade como espaço

de semiprivacidade, onde se realizavam atividades diversas. Assim, a varanda também representa um lugar de destaque na casa, utilizada para receber as visitas, como lugar de descanso e também para realizar atividades relacionadas à agricultura, quando não há a presença do paiol ou rancho.

A varanda está presente em quase todas as casas tanto no Assentamento quanto no Bairro, com exceção somente das casas dos agregados pelo fato de serem casas mais recentes. Quando a mesma se localizava nos fundos da casa, observamos que a varanda era utilizada como uma extensão da cozinha, conjuntamente à área de serviço e à cozinha externa com o fogão à lenha, como ocorre no caso da Dona Leni, sendo um espaço inteiramente de domínio feminino. Com isso, as atribuições dadas à cozinha, anteriormente mencionadas, podem ser facilmente trasladadas a este espaço.

Esse conjunto de cozinha-varanda-área de serviço-cozinha externa, faz com que essa varanda (ou esse pedaço de varanda) e a cozinha externa entrem no corpo da casa, formando parte integrante da mesma, responsável também pelo seu bom funcionamento, no que tange às funções primárias e secundárias citadas por Fals Borda (1963).

Como consequência da mudança na representação de gênero na casa, a cozinha se tornou um espaço aberto aos visitantes e até mesmo aos estranhos, pois como “a casa é dela” ali estará a representação do “aconchego” e da fartura que a casa pode lhe oferecer, mesmo que tenha que ser guiado pelas laterais da casa para chegar à mesma<sup>69</sup>. Piccini (1996) também vivenciou este fato de ter a cozinha como primeiro contato com a casa. Portanto, a varanda, sendo a extensão da cozinha, se torna o espaço de maior convívio e se torna um espaço público, mas também privado e familiar por se localizar nos fundos, conservando o seu domínio feminino.

As varandas nas casas urbanas, principalmente aquelas que se localizam nos fundos da casa como o modelo adquirido pela Dona Leni, tem como principal função ofertar todo o conforto e a modernidade para os momentos de lazer e intimidade da família, utilizada em ocasiões esporádicas.

Esse modelo urbano projetado por Dona Leni para a varanda sofre, então, uma resignificação através das próprias pessoas e seus usos, preenchendo o espaço com as rotinas

---

<sup>69</sup> Na casa de Seu Pedro e Dona Ana sempre somos orientados à cozinha, principalmente depois de terem construído a área conjugada à cozinha (descrita na fala da Dona Ana), sendo que na última visita observamos que havia móveis impedindo a abertura da porta da sala. Mas, em entrevista ele mesmo apresenta a indignação com o engenheiro que propunha outra posição para a casa, “A estradinha passa no meio das duas casas e já tem que subir, então já sobe direto pra sala. A cozinha fica sempre pro fundo e agora a cozinha vai ficar pra frente?”.

vividas na “casa de roça”. Esse aspecto é reforçado quando essa varanda é utilizada para todas as ocasiões, só não sendo utilizada para dormir, como citou o próprio Seu Luis, sendo a “porta de entrada” para a casa. E, por conta disso, a cozinha interna acabou ocupando a função de espaço de passagem e dispensa.

Além disso, a casa no meio rural não pode ser entendida como uma construção isolada, ela existe em comunhão com o entorno. Assim sendo, a varanda estará preenchida também pela sua relação com o *terreiro*, em que “Parte apreciável das atividades domésticas e do próprio conforto pessoal se processa no seu exterior de modo que cada casa é, na verdade, núcleo de um pequeno sistema de moradia.” (CANDIDO, 2010, p.133).

Da mesma forma ocorreu com o projeto da “sala grande” e “cozinha pequena” da casa da Dona Leni, em que a sala foi pensada para os momentos de lazer da família, refletindo um costume presente nas famílias urbanas, e hoje serve somente para acomodar os parentes que vêm de longe.

Eu na verdade gostaria que a minha cozinha fosse do tamanho da sala, que ela poderia ser pequena, porque a cozinha é um lugar que todo mundo chega, quer ficar é na cozinha, é o lugar arejado, bem aberto. (Leni)

Candido (*Ibdem*) apresenta, logo no início de seu trabalho, três planos funcionalmente correlacionados para se pensar a questão cultural dos parceiros do Rio Bonito, sendo: os padrões ideais ligados ao passado, a presença dos padrões urbanos e os padrões efetivos do presente.

Em ambas as comunidades, muitos nos relataram que a liberdade no construir representava principalmente a possibilidade de se fazer uma casa grande, a qual tinha a função inicial de acomodar todos os filhos ainda jovens e, posteriormente, receber os parentes que moram longe. Essa característica é colocada como necessidade primária no projeto da casa, mesmo que depois dos filhos irem embora escutávamos frequentemente a reclamação da dona da casa sobre o trabalho que dava para limpá-la. E, para explicitar esta característica essencial, ressaltavam que “casa de roça é assim”.

Porém, ao escutar sobre as casas passadas, ou constatar as ainda presentes casas dos *camaradas*<sup>70</sup> no bairro, percebemos que o padrão de “casa de roça” referenciado pelos mesmos não representa uma alusão a essas casas vividas.

---

<sup>70</sup> *Camarada* é a denominação utilizada na região para o trabalhador de fazenda que possui responsabilidades de administrar a fazenda e/ou os empregados, não realizando atividades de plantio. Como consequência, vivia em

Antigamente a casa era assim como eu falei, era tudo de pau-a-pique [...] Já tinha casa aqui de taipa. Já era rebocada. A casa de tijolo porque já era fazendeiro [...] porque antigamente era assim, você tinha as fazendas aí eu chegava lá, pedia serviço por exemplo. Eu tenho serviço, mas não tenho a casa, você quer fazer a casa? Faço. Todo mundo sabia fazer. (Dito)

Na época em que esses sujeitos moravam em casas de pau-a-pique, as casas dos fazendeiros eram feitas com tijolo maciço e telha cerâmica, além da presença da varanda. Portanto, podemos concluir que o padrão de casa reportado à casa de alvenaria é o padrão da casa principal das fazendas por onde os mesmos passaram, mesmo quando utilizam bloco de concreto<sup>71</sup>. Assim, a representação de *status* buscada por esses sujeitos, na melhoria da qualidade de vida da família, não é feita numa referência direta ao meio urbano, mas sim numa busca a outra esfera social, a outro padrão de vida presente no meio rural.

Mas, eu tenho vontade ainda de fazer a área até aqui, mas é que não está dando mesmo pra fazer né. Tem que ser aos poucos pra gente fazer, mas a gente tem vontade de investir mais nela aqui, pra ficar parecendo mais uma casa de roça, de uma fazenda, pros outros olhar “Olha que casa bonita! Parece uma fazenda!”, fazenda sem criação [risadas]. (Júlia)

Para Freyre (1979, p. 96), o estudo da formação do nosso caráter, da nossa cultura e da nossa sociedade é considerar a complementação entre os sobrados e mucambos, entre casas-grande e senzala, “com seus antagonismos, suas distâncias psíquicas e sociais, seus extremos de sadismo e masoquismo”.

Concordamos com Piccini (1996), portanto, quando expõe que há uma mistura de elementos arquitetônicos nessa casa rural, com a junção entre o mundo rural, a origem da comunidade e a concepção urbana.

Podemos considerar, então, que os padrões urbanos se fazem presentes, tanto pela própria alvenaria quanto pelos meios de comunicação e contato constante com o meio urbano, além da aquisição de equipamentos “modernos”. No caso da Dona Leni e do Seu Luis, após a construção da casa com base nas *rabisqueiras* que ela fazia, houve o arrependimento quando os mesmos se depararam com modelos de casas encontrados nos jornais que utilizavam para

---

casas que apresentavam melhores condições do que a dos empregados. No caso do bairro Ribeirão Grande, estas eram feitas de alvenaria (de tijolo maciço e telha cerâmica).

<sup>71</sup> No bairro Ribeirão Grande há uma quantidade significativa de casas “novas” de bloco de concreto com reboco.

embalar produtos agrícolas. A insatisfação é reforçada na alusão à casa do meio urbano contra a concepção de *simplicidade* presente na “casa de sítio”.

Não sabia disso daí, podia olhar uma planta e copiar, têm modelos bonitos, a gente fez tão simples e tão tipo de casa de sítio mesmo, não tem modelo nossa casa! E hoje a gente até se arrepende de ter feito desse jeito, porque é uma casa *simplona* assim, vira um negócio... Porque a gente vê tanta casa modeladinha bonitinha, casa pequena, mas faz uns modelinhos, arquitetura, os arquitetos fazem uns desenhos bonitos, a casa pequena fica muito bonita e a gente fala: nossa, e a nossa casa tão feia, grandona, feia... Conforto tem! (Luis)

Os modelos trazidos do meio urbano podem ser considerados quando pensam esse projeto de casa, porém constatamos que, mesmo que esse modelo seja concretizado, a reprodução do mesmo será a partir dos valores trazidos do passado, seus símbolos estarão imbuídos do meio rural, em que o *habitus* preenche o espaço e o (des)caracteriza. Portanto, o espaço pode ser concebido e até mesmo desejado como urbano, mas não utilizado como urbano (até por estar inserido em um meio em que ainda se fazem presentes, no mínimo, as galinhas no quintal).

Piccini (1996) identifica em seu estudo sobre a terceira tipologia – as casas mais recentes – a distribuição do espaço em cômodos irregulares e unifuncionais, em que reproduzem os modelos *utilitarista* e *simplista* das casas da cidade. Porém, Fals Borda (1956) atribui o caráter *utilitarista* como característica principal das moradias rurais, estando fortemente presente nas casas em ambas as comunidades estudadas nessa pesquisa, sendo a reprodução de formas de morar trazidas do meio rural.

Candido (2010, p.171) considera que a mudança social do caipira está em que o mesmo não incorpora outra cultura, mas sim traços desta em sua própria cultura “redefinindo-os para se ajustarem à sua própria constelação”. Como resultado, alguns espaços estarão preenchidos de distintas funções (polifuncional – como a varanda da Dona Leni) e outros ausentes de qualquer vida (como a sala da Dona Leni).

Frente ao limite econômico dessas famílias, o modelo de casa de fazenda não é conquistado. E, ao atribuir à casa os materiais de alvenaria e utensílios “modernos”, seu modelo final, o padrão efetivo do presente acaba apresentando aos “desavisados” um modelo de casa presente nas periferias das cidades dos dias de hoje<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Ressaltamos “dos dias de hoje”, pois fazemos comparações descomprometidas com trabalhos sobre as casas nas periferias, mas remetidas a um tempo em que as famílias operárias eram os migrantes do nosso meio rural.



Essa mudança nos materiais construtivos traz consequências para as condições de vida dessas famílias, pois é preciso despende muitos esforços para conseguirem construir uma casa que já não é produto do próprio meio e do esforço da própria família. Ela é permeada pela questão financeira das famílias, ela se tornou um produto do capital e, como consequência, resultará no “desencontro com a modernidade”, como coloca Martins (2012).

Bourdieu (2002), a partir de seu estudo sobre a casa *kabila*, apresenta que há uma dependência da casa a outros sistemas de significação, em que a organização simbólica do mundo da casa pode ser limitada pela técnica ou estrutura social da comunidade.

Assim, os aspectos socioculturais estão representados nessa casa inacabada nos padrões tidos como base para se pensar a casa e naqueles que dão o sentido à própria casa, a partir de seu uso e contexto em que se insere. Porém, essas famílias não conseguem atribuir suas representações nos elementos constitutivos da casa por estarem caracterizadas pelos elementos provisórios permanentes.

Os limites econômicos e mesmo a ineficiência do Estado fazem com que não esteja presente a autonomia no construir. Como consequência, o processo se caracteriza por ajustes, arranjos realizados pelas famílias para conseguirem “avançar” pouco a pouco na consolidação de seu desejo de moradia, no sonho da própria casa.

### **7.3 *Há muitas moradas na casa do pai***

Bonduki (1986), em trabalho já citado, estuda as estratégias desenvolvidas pela família operária para conseguir a moradia, identificando certos padrões de mudança na “unidade familiar” que ocasionam transformações na casa, como o nascimento e o casamento dos filhos. O mesmo reforça a ideia de que há que considerar o ciclo de vida da família para analisar as condições de sua casa.

A casa e seus componentes e equipamentos básicos é expressão indissociável e indivisível do coletivo familiar, resultado do seu esforço conjunto, aspiração de um desejo - consciente ou inconsciente - de todos os seus membros. (*Idem*, p.317)

Candido (2010) reforçava o grupo familiar como o centro das relações sociais, como forma de manter a solidariedade e os valores que existiam nos bairros rurais contra o perigo da anomia.

Marcelin (1999), ao estudar o significado da casa para os negros do recôncavo baiano, traz a importância de se considerar a casa como prática social. Esta prática, por sua vez, mostrou que não é realizada por uma casa isolada, ela é feita dentro de uma rede de relações

entre famílias que dá razão à própria casa, portanto são outras casas que participam de sua construção através da *configuração de casas*.

No Assentamento, há a presença das casas dos “agregados”, sendo na maioria dos filhos dos titulares, mas também de outros parentes e amigos. No Bairro, encontramos várias famílias, principalmente dos casais recém casados, que moravam em casas cedidas por parentes ou mesmo que construíram suas casas na propriedade dos pais.

Portanto, ao considerar que a casa é produto do ciclo de vida da família, mas também dessa *configuração de casas*, é preciso considerar que o processo de construção da casa não será assimilado da mesma forma por todos os membros do grupo familiar presente na propriedade/lote, onde cada um contribui também com o seu interesse individual, mesmo que refletido nesse coletivo familiar.

Ao considerar as influências dos sujeitos nas determinações relacionadas à casa, refletimos em como se dá esse arranjo familiar para continuar “melhorando” e “finalizando” o projeto inicial de casa, utilizando, para isso, a vivência realizada no grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, no Assentamento Conquista.

Dona Lucrecia veio da Bahia com a sua família e seu casou com o Seu Clóvis quando tinha 18 anos. Eles arrendavam terras nas fazendas na região de Monte Aprazível-SP, onde ficavam por no máximo três anos em cada fazenda.

E viemos assim, morando num canto, porque a gente não tinha a terra. Então a gente fazia assim, a terra era arrendada, arrendava um alqueire, dois de terra, pra tratar a lida, feijão. Ali você tinha que fazer a sua casinha, então você fincava os paus ali, que é o tal de casa de taipa que eu falei pra você. Levantava a casinha de taipa rapidinho e a gente entrava dentro, furava os externos, e era a água que a gente usava. (Lucrecia)



Figura 18 – Família e a casa de adobe do pai de Dona Lucrecia, 1971, Monte Aprazível-SP.

Composição: Da esq. para a dir., Cleide, Acácio, Clóvis Augusto, Cleu, Cleide, Dona Lucrecia, Abel. Casal de primos atrás.

Autoria: Fotógrafo vizinho do pai. Fonte: Arquivo pessoal de Dona Lucrecia.

Quando as suas filhas ficaram “moças”, ela conta que “deu um troço de querer ir pra cidade”. Como estavam tocando uma lavoura de café “bastante grande”, eles venderam e trocaram numa perua, conseguindo chegar em Santa Bárbara d’Oeste onde tinha um irmão que os ajudou para que conseguissem pagar pelo menos o primeiro mês de aluguel. A perua foi trocada por “meio lote” e, com isso, moraram em um barraco “de lata” que já estava no terreno, onde foram construindo uma casa de alvenaria aos poucos, com o recurso do Seu Clóvis e das filhas que trabalhavam em empresas de confecção de roupa.

Depois de um tempo, os cinco filhos que ainda moravam com ela (de um total de 10 filhos) ficaram desempregados e ficaram sabendo desse “negócio de sem terra, aí foi aquele fuzuê”, dizendo que eles “serviam para aquilo”, que “podia dar certo”, então foram para o acampamento na Fazenda Ipanema. As filhas mais velhas relataram que faziam visitas periódicas levando mantimentos e que as condições em que viviam as famílias eram muito precárias.

Nos dois acampamentos eles moraram em barraco de lona, mas quando passaram para o lote o seu filho Acácio construiu um “barraco” de taipa, onde estiveram até conseguirem construir a casa de alvenaria iniciada com o recurso do Incra.

Agora está tudo junto. Porque quando eu vim pra cá, ele [Clóvis] não veio. Veio eu, o Acácio, o Bruno e a Janaina [filhos do Acácio], o Abel e o Clovis Augusto que mora em Rio Preto que tinha 14 anos, e a Néia que tinha completado 15 anos no acampamento. [e outro filho que mora atualmente em Monte Mor]

No momento da pesquisa, este grupo familiar era composto por 08 famílias em 06 casas distribuídas em 03 lotes (duas casas tinham sido repartidas para acomodar as outras famílias), sendo os pais (02), 03 filhas e 01 filho, 02 esposos, 03 netas e 02 netos com 04 parceiros(as) e 05 bisnetos(as). A disposição das casas nos lotes pode ser visualizada na Figura 19, sendo que as casas de 1 a 5 se encontram no lote da Dona Lucrecia.



Figura 19 – Localização das casas do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Fonte: Google Earth, 2015. Elaboração própria.

A Casa 1 pertence a Dona Lucrecia e Seu Clóvis, pais desse grupo familiar e titulares do lote. Esta casa foi projetada por Dona Lucrecia para acomodar os filhos e netos que viviam com ela. A planta baixa desta casa pode ser visualizada na Figura 20, feita de tijolo maciço, com telha cerâmica, reboco interno e externo e piso de cimento queimado.



Figura 20 – Planta baixa da Casa 1 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis , Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

No momento do trabalho de campo (2013), esta família estava composta pelos pais e o filho Acácio. Porém, no retorno realizado durante 2014 o seu filho mais novo, Abel, que também morou no assentamento até a sua adolescência, indo morar em Santa Bárbara D’Oeste-SP (região onde toda a família vivia antes do assentamento), voltou a morar com eles junto com a esposa e a filha (essa família já esteve morando com eles em outro momento)<sup>73</sup>.

A Casa 2 pertencente à filha do Acácio, Janaína, que também esteve desde a fase do acampamento até a adolescência, quando foi morar em Blumenau-SC junto com a sua tia Cleu. No momento da pesquisa, morava ela, o marido e duas filhas. A casa foi comprada do tio que também esteve junto com eles desde o acampamento e que mora atualmente em Monte Mor-SP. Eles fizeram apenas reformas, além do pomar e um chiqueiro. Nos foi contado que o

<sup>73</sup> Na visita realizada em junho de 2015, esta família já havia retornado à Santa Bárbara D’Oeste, pois ele havia sido chamado para um novo emprego.

seu único irmão, Bruno, já esteve morando em sua casa por um ano com a sua companheira. A planta baixa desta casa pode ser visualizada na Figura 21, feita de tijolo baiano, com telha cerâmica, reboco interno e na parte da frente com pintura e piso frio.

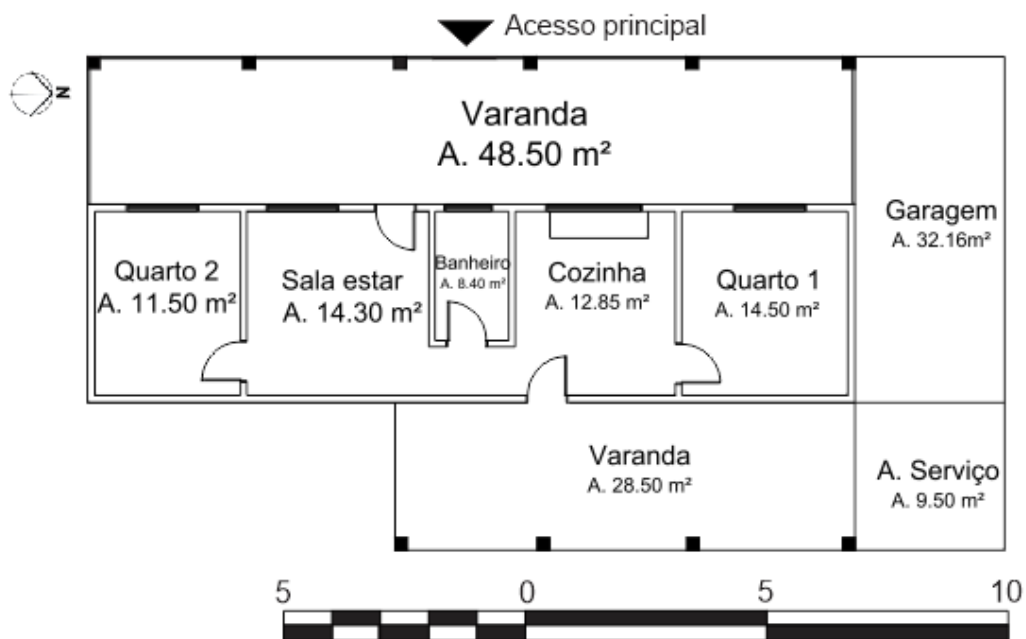


Figura 21 – Planta baixa da Casa 2 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

A Casa 3 pertence à Cleu, filha da Dona Lucrecia, e seu marido. Esta casa foi construída por ela, mas já foi cedida para a sua irmã, Cleusa, que mora atualmente em Santa Bárbara D'Oeste, enquanto ela estava em Blumenau-SC trabalhando com confecção. Esta foi dividida (Casa 4) para acomodar o filho, a nora e um neto. Como consequência, sua casa ficou somente com uma cozinha, um quarto e um banheiro, além da varanda na frente da casa (Figura 22). A casa do filho ficou com uma cozinha, um quarto e uma suíte, além da área de serviço também utilizada por ela. Esta é feita de tijolo baiano, com telha cerâmica, reboco interno e externo e piso frio.

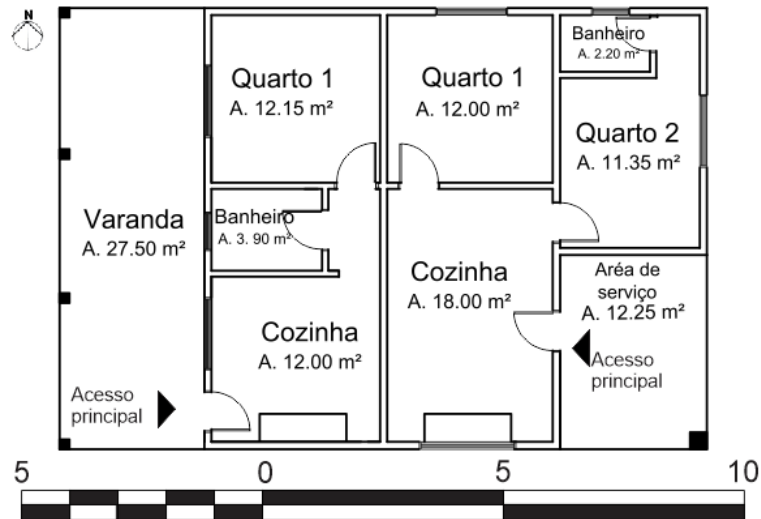


Figura 22 – Planta baixa da Casa 3 e 4 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis , Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

A Casa 5 pertencia à filha da Cleu, que morava com o marido e uma filha. Esta foi comprada de outro tio e tinha somente um quarto, uma cozinha e um banheiro. Eles fizeram um cômodo externo para a sogra, uma garagem e a área de serviço (Figura 23). No final do trabalho de campo (2014), ela havia trocado de casa com o irmão, querendo estar mais próxima da mãe. Esta é feita de tijolo maciço, telha cerâmica, reboco interno e externo e piso frio.

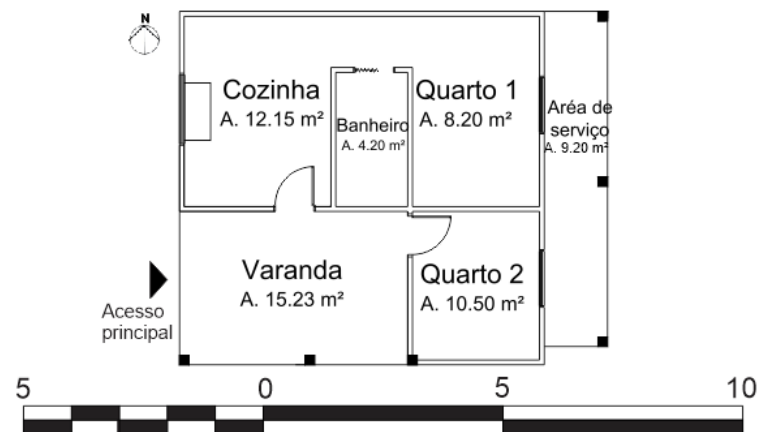


Figura 23 – Planta baixa da Casa 5 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

A Casa 6 pertence à filha da Dona Lucrecia, chamada Cleide, que havia se casado na época em que eles ainda estavam em Monte Aprazível, indo embora para Rondônia. Esse lote pertenceu ao Acácio que construiu a casa e hoje a Cleide é a titular e realizou diversas reformas e manutenções (Figura 24). Esta foi dividida, deixando uma sala (feita de cozinha), um quarto e um banheiro, para que o filho do Acácio, Bruno, pudesse morar com a companheira, onde ficaram somente dois anos. Esta é feita metade de tijolo baiano e metade de bloco de concreto, telha cerâmica, chapiscada por dentro com pintura e no contrapiso pintado.

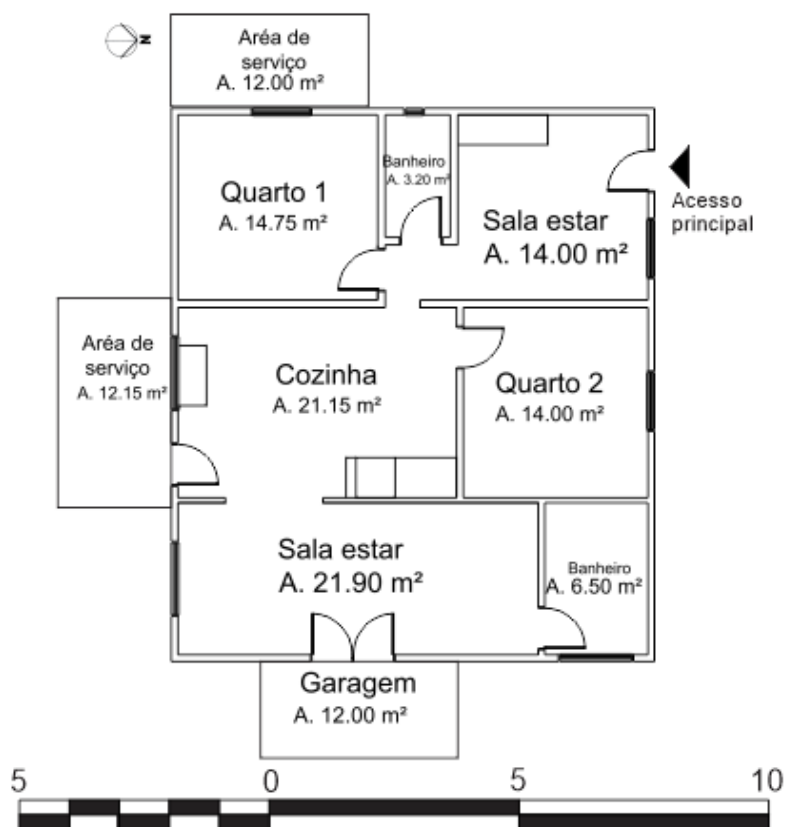


Figura 24 – Planta baixa da Casa 6 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

E, por fim, a Casa 7 pertence à filha da Dona Lucrecia, Nice e seu marido Augustinho, titulares do lote. No início do trabalho de campo, estava também a sua filha que havia retornado de Santa Bárbara D’Oeste e, no final do trabalho de campo, veio morar também a sua outra filha que estava em Blumenau-SC. Essa família não participou do acampamento, conseguindo o lote através de sua inserção na lista do Incra e, com a desistência de uma família, eles foram escolhidos e fizeram o pagamento pelas benfeitorias existentes no lote.



Portanto, a casa já estava construída até a laje, de bloco de concreto, sem telhado, reboco ou piso (Figura 25). Hoje, está com telha cerâmica, reboco interno e ainda no contrapiso, porém a cozinha e um banheiro estão terminados; a varanda e a garagem foram eles que fizeram.

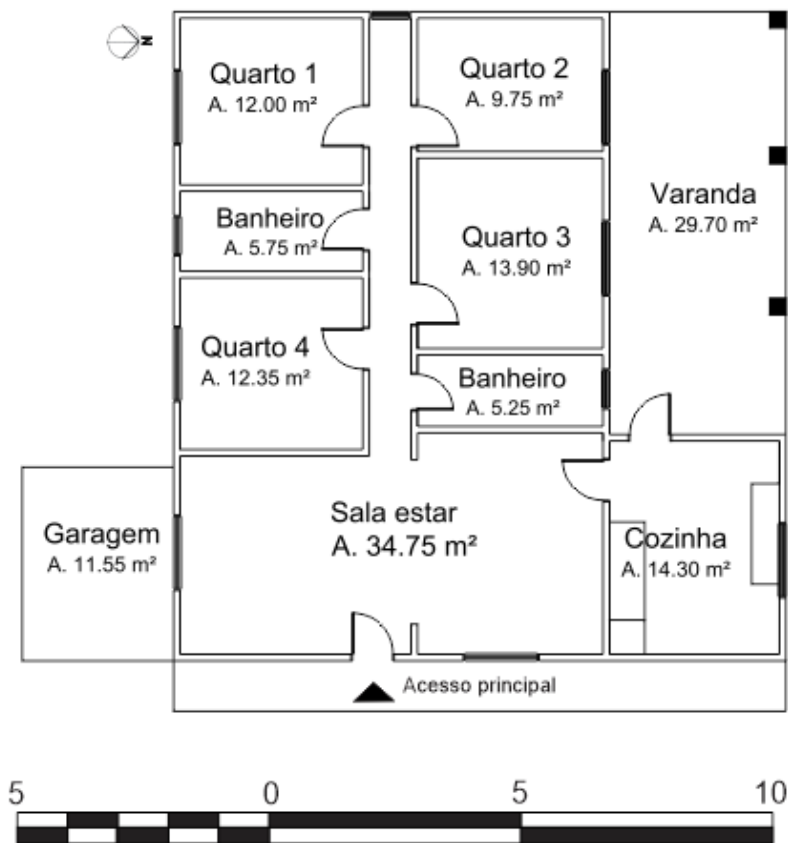


Figura 25 – Planta baixa da Casa 7 do grupo familiar da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Elaboração: Larissa M. Brosler.

Quando iniciamos o contato com essas famílias que compõe o grupo familiar, ao escutar suas histórias e conviver com o presente delas, tivemos a impressão de estarmos em uma família matriarcal. A Dona Lucrecia, titular do lote, parecia ser a figura central de aproximação dos filhos e netos, parecia ser a representação de toda a luta desta família desde a fome presente nas fazendas de café até os difíceis momentos vividos no acampamento para que ela conseguisse o lote, junto com seus cinco filhos e dois netos. Suas filhas também apresentavam essa mesma força perante os seus filhos e netos e pareciam, ao mesmo tempo,

reconhecer essa figura posta à mãe. Dona Lucrecia parecia então representar o coração da família, órgão responsável por manter viva toda a lógica da existência desse grupo familiar<sup>74</sup>.



Figura 26 – Dona Lucrecia e seu filho Acácio na casa de adobe do seu pai, 1971, Monte Aprazível-SP. Autoria: Fotógrafo vizinho do seu pai. Fonte: Arquivo pessoal de Dona Lucrecia.

Woortmann (1982) apresenta que um dos critérios básicos para a escolha do local da moradia das famílias operárias era a proximidade com os parentes da mulher, através do sistema matrilateral desses grupos sociais e o papel central da mulher como articuladora das redes de parentesco. Ao considerar que essas famílias operárias representavam esses mesmos migrantes presentes em muitos assentamentos do estado de São Paulo, podemos então considerar que essa referência também está presente nesse grupo familiar.

---

<sup>74</sup> Acreditamos que essa constatação é reforçada pelo fato de que o Seu Clóvis sempre teve uma relação muito “dura” com as suas filhas e esposa, além disso ele não esteve presente durante a fase de acampamento.

Marcelin (1999) constata a presença da mãe como símbolo da própria compreensão das relações de parentesco, portanto do que é a família e a casa que a representa.

Da mesma maneira que a casa é pensada na junção das ordens natural e social, a figura da mãe localiza-se, em geral, na junção da casa e das redes de parentesco que se constroem em torno dela. Ela é a memória da casa, o laço entre a herança familiar do passado e as redes familiares do presente, sem as quais nenhuma entrada do recém-nascido neste mundo — julgado por alguns agentes como perverso e exclusivo — é possível. Eu diria antes que é pela mãe que o parentesco entra no mundo. (*Idem* p.45)

Assim, utilizamos para essa explanação a casa da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis, pois ela nos auxilia a compreender o funcionamento das relações entre aqueles que perduram ao seu lado e aqueles que “pendulam”, nas idas e vindas, para o seio familiar, fornecendo informação sobre as influencias desses no processo de construção e finalização da casa.

A casa da Dona Lucrecia foi pensada inicialmente a partir da quantidade de pessoas que compunha a família e suas modificações foram sendo feitas acompanhando, principalmente, o recebimento das parcelas do recurso do Caixa/Inkra.

A partir do que constatamos sobre os padrões urbanos presentes nessas casas, discutido em capítulo anterior, em uma entrevista gravada fizemos o questionamento sobre o projeto inicial da casa, o que a Dona Lucrecia havia trazido como um costume da cidade quando pensou na construção de sua casa.

A única coisa que eu trouxe da cidade foram os banheiros né. Porque na roça quando a gente morava na roça a gente não tinha banheiro. Quando tomava banho era banho de caneca em uma bacia grande, agora na cidade não, na cidade você tem chuveiro. Nunca morei em fazenda que tinha energia. Tudo era assim. (Lucrecia)

Percebe-se, a partir da planta da casa na Figura 20, que a cozinha se localiza no extremo oposto da habitação em relação à sala, que é a porta de entrada para a casa e o cômodo mais utilizado. Porém, seu uso não representa uma sala de estar do meio urbano, ela é praticamente a extensão da varanda, voltada para o exterior. Sua porta sempre aberta está em total comunicação com quem chega, mas resguardando a intimidade dos “desavisados” com a janela e a cortina sempre fechada bem como as portas dos quartos que dão para a sala.

Segundo Bourdieu (2002), para a casa *kabila*, a porta permanentemente aberta representa a felicidade e a plenitude, a generosidade perante os demais, onde a mulher em seu ambiente de domínio mostra a prosperidade da família recebida pelo trabalho do homem nos plantios.

Portanto, um “Ôh de casa!” era sempre respondido com um “Ôh de fora!”, iniciando o mecanismo da hospitalidade identificado por Candido (2010) e utilizado até mesmo como título de livro por Freyre (1979).



Figura 27 – A varanda, a porta aberta e a receptividade, casa da Dona Lucrecia, mai. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Composição: Dona Lucrecia e Acácio.

Autoria: Taísa M. Brosler.

Assim, questionamos se a varanda fazia uma alusão aos padrões ideais do passado, além da presença da cozinha externa com fogão à lenha, no qual ambas foram construídas com o último recurso recebido da Caixa. Porém, identificamos o primeiro conflito nas decisões relacionadas às reformas realizadas na casa, estando em oposição ao seu desejo, ao projeto inicialmente pensado por ela.

A área aqui eu acho que foi bem útil, porque o sol vem de lá pra cá. Então o sol aqui na sala fazia muito calor, então ficou sombra. Ficou um pouco escuro, mas não tem problema, a casa não é quente. Agora a cozinha de lenha aí eu não queria, mas ele quis [Seu Clóvis]. Para não contrariar ele eu não desfiz, mas também não uso. Uso assim, eles usam as vezes quando mata um porco grande, as vezes eles compram, e das vezes eles querem fazer uma comida diferente, para juntar a família tudo pra cozinhar. Então eles dão uma lavada porque está sujo, uma lavada no fogão e ajunta tudo aí e fazem o que eles querem. Então pra isso serve. Das vezes vem dos que estão lá fora (...) Quando eles vêm, eles gostam de matar um bichinho, um porco (...) pra fazer as vontades deles eu mato (...) acho que o

pessoal da cidade não vê aquela fartura de carne, fazer um assado, junto com os colega, os parentes. Inclusive tem três máquinas de costura das meninas lá (...) pro lado do fogão, ninguém mexe. Quando eles vêm, as máquinas ficam no cantinho delas (...) então a única utilidade que tem é essa.<sup>75</sup>

A partir desse relato, observa-se a presença de seus familiares em sua casa, onde havia um fluxo constante de pessoas, que ocorria em diversos níveis: diariamente pelos parentes que vivem no próprio Assentamento, nas casas identificadas na Figura 19; visitas mensais de sua filha, Cleusa, e o esposo que vivem em Santa Bárbara d'Oeste-SP; visitas bimestrais de seu filho mais novo que agora vive novamente com eles; e visitas esporádicas dos outros filhos; além dos frequentes contatos realizados por celular e a ainda prática de se comunicar através de cartas.

No dia a dia, a casa da Dona Lucrecia e do Seu Clóvis já se apresentava como o seio familiar, momento de união da família, dos filhos, netos e bisnetos que moravam por perto, considerando esta casa como um “espaço para todo mundo ficar”, em que sempre alguém aparecia para tomar um cafezinho e sendo frequente a realização de churrascos nos fins de semana promovidos principalmente pelos netos.

Mas, quase sempre pairava no ar uma ansiedade pela espera da chegada dos filhos “que estão lá fora”, em que a casa já se preparava para a sempre chegada abrupta dos mesmos (os filhos somente avisavam que estavam pretendendo realizar a visita, mas nunca estipulavam a data de chegada). E, quando não havia esta ansiedade, era porque a casa já estava repleta de parentes.

Os três lotes participavam da Cooot e, como consequência da venda para o Mesa Brasil, Seu Clóvis e a Cleide comercializavam pequenas produções de mandioca e frutas do pomar. No momento da pesquisa, a Nice e o Seu Augustinho também estavam formando um pomar de limão visando a comercialização através desta cooperativa.

As atividades voltadas à produção agrícola comercial estavam sendo feitas somente no lote da Nice e do Seu Augustinho com produção de leite e confecção de queijo. Porém, quando iniciamos nosso trabalho de campo, havia também a produção de leite no lote do Seu Clóvis com a filha Cleide, sendo que a mesma produzia queijo meia cura. Nos demais, havia a presença de galinhas, porcos, hortaliças e o pomar para o consumo da unidade familiar, sendo

---

<sup>75</sup> Essa negação do fogão à lenha está presente na Dona Lucrecia pelo mesmo reportar aos sofrimentos passados por ela, na condição precária em que teve que criar seus 10 filhos, pela fumaça que ela já tanto aguentou, conforme relato da mesma e ressaltado em entrevista com a sua filha Nice.

frequente o intercâmbio desses produtos entre as famílias, principalmente o leite para as crianças e o abastecimento da casa da mãe.

A partir da vivência na casa da Nice e do Seu Augustinho, pudemos perceber que algumas dessas atividades realizadas no lote requeriam mão de obra de membros das outras famílias. Porém, foram raras as vezes que esta necessidade foi suprida com a oferta “gratuita” da mão de obra, sendo realizadas mediante o pagamento ou troca de serviço.

As atividades relacionadas à construção ou reforma dessas casas tampouco apresentavam a “solidariedade” ainda presente nos parceiros do Rio Bonito (CANDIDO, 2010), o mutirão presente nos antigos agricultores era percebido somente quando se tratava da casa da Dona Lucrecia e, para exemplificar, identificamos as seguintes modificações em sua casa ao longo das visitas realizadas nessa família no ano de 2013:

- trocaram a pia da cozinha, azulejando em volta da mesma, e arrumaram a área de serviço (problemas com o encanamento);
- fizeram a parede que divide, atualmente, a varanda da frente no espaço denominado como “depósito”;
- reformaram toda a cozinha externa, construindo uma parede que impede a passagem por dentro da casa, representando assim um “novo” cômodo, denominado como “oficina”.

Além disso, uma das filhas que mora em Santa Bárbara d’Oeste trocou o sofá por outro novo que era protegido por capa, sendo que o mais antigo foi colocado na varanda, junto com uma cama velha, para que todos pudessem se sentar nesse lugar já tão frequentado.

Tanto a troca da pia quanto a parede que divide a varanda foram feitas em fins de semana em que se encontravam os parentes em sua casa (Figura 28). Nessas duas ocasiões havia somente aqueles que já vivem no assentamento, mas constatamos a partir de relatos que outras reformas foram feitas com a presença “dos que estão lá fora”.



Figura 28 – A varanda, o sofá antigo e a construção da divisória, casa da Dona Lucrecia, set. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Composição: Seu Clóvis, Acácio e sua neta, Cleu e seus dois netos e Anésio, marido da Janaína.

Autoria: Taísa M. Brosler.

A troca da pia foi colocada por Dona Lucrecia como uma de suas necessidades quando questionamos a sua satisfação com a casa.

Só não estou muito bem porque os banheiros não está muito legal. A pia eu tenho uma pia que está lá atrás e eu tenho que passar pra cá, porque eu não vou deixar uma pia estragada e comprar outra pra cá. E fazer o encanamento do tanque pra sair pra cá. Tem o encanamento, mas é muito fino e entope muito me dá muito trabalho (...).

Porém, sabíamos que o interesse apresentado pelos demais era em azulejar toda a cozinha. Dona Lucrecia nos relatou que não era de seu interesse, pois para ela casa de roça é assim, simples, mas essa opinião não era apresentada aos demais, aceitaria por bem o que viesse. Por fim, até mesmo pela falta de material (o azulejo presente era descarte da reforma de outra casa), colocaram o azulejo somente em volta da pia.

Essa reforma representa então o preenchimento de uma necessidade, podendo estar referenciada a um dos elementos considerados provisórios permanentes, em que a antiga pia já fazia parte de sua cozinha desde a casa de pau-a-pique barreada. Portanto, esses elementos

só serão transformados, substituídos quando ocorre a presença de mão de obra disponível e do material, caracterizado por seu acúmulo ocasional, como colocado por outra assentada sobre a construção de sua varanda.

É que ele comprou um tijolo pra começar, porque conforme vai sobrando um dinheirinho, ele vai comprando alguma coisinha, senão fica parado né. Aí ele quer fazer a área aqui. Ah já vou comprar! Já estou com um dinheiro aí, cento e pouco! Pra ele fazer. (Ana)

Mas, representa também a influência daqueles que não participam da unidade familiar, constatando que há que considerar os parentes que possuem estreita relação com o núcleo familiar para compreender os arranjos e as decisões no ato de construir e “finalizar” a casa.

Percebemos esse mesmo fato também na casa da Nice e do Seu Augustinho, em que algumas reformas foram feitas pelos parentes do Seu Augustinho, que também moram em Santa Bárbara d’Oeste e fazem visitas periódicas. A diferença está em que as reformas realizadas refletiam as necessidades colocadas pelos “donos” da casa, portanto é preciso considerar a representação desses parentes no núcleo familiar. Para o caso estudado, são os filhos e os netos que fazem parte do domínio da casa e, conseqüentemente, de suas decisões.

A parede feita para dividir a varanda é representativa de uma necessidade imediata, pois após a alocação do sofá e da cama neste espaço, sua função de recreação e repouso foi intensificada. Com isso, tornou-se necessária a delimitação de um espaço que isolasse as ferramentas, os utensílios de cavalo e até mesmo um veículo quebrado, principalmente pela presença dos bisnetos ainda crianças.

Esse tipo de ação na casa é frequente durante o processo de “finalização” da mesma, observado também nas outras casas, em que as necessidades imediatas orientam as ações na casa mais do que as necessidades advindas dos elementos provisórios permanentes.

Boils (2010), em seu estudo sobre a influencia nas casas de comunidades rurais no México pelos mexicanos imigrantes que trabalhavam nos Estados Unidos, constata que essas casas estão caracterizadas por um sonho “deformado” dada a demora em conseguir finalizá-las.

Esse “sonho deformado” se faz presente então nessas casas como consequência do tempo de espera, característico da construção realizada “aos poucos”, mas legitimado, para o caso dos titulares do Assentamento, pela forma como recebem o recurso do governo para a construção das casas. Assim, novas necessidades são criadas e orientam o modelo final de



casa e fazem com que tenhamos a impressão de que contribuem ainda mais para o retardamento do processo de finalização da mesma.

A reforma realizada na cozinha externa foi de interesse de sua filha Cleu, estruturando uma oficina de confecção de roupa sob encomenda para trabalhar com a sua filha e sua nora (aquelas que vivem nas Casa 4 e 5), sendo que as mesmas estavam com criança pequena e não podiam trabalhar fora. Esta foi feita com material comprado pela Cleu e com mão de obra dos maridos. O trabalho na confecção foi feito somente por alguns meses, passando a ser utilizado esporadicamente.<sup>76</sup>

Fals Borda (1963) já identificava a atividade têxtil como uma das atividades realizadas no interior das casas dos agricultores brasileiros. Woortmann (1982), por sua vez, cita que a própria casa, sendo ela fruto do trabalho informal, também possibilita a obtenção de renda através da informalidade, com atividades realizadas no seu interior. A casa serve portanto não somente para o consumo, mas também para a produção.

Assim, nos deparamos com outros elementos adicionados à casa, que representam ações voltadas inteiramente para suprir a demanda de poucos, não representando a unidade familiar como um todo e, nesse caso, tampouco tinha relação com a unidade familiar.

Durante o trabalho de campo, observamos um fluxo intenso de pessoas e famílias que utilizam parte da casa dos pais, ou mesmo de outras casas já construídas no lote, como amortecimento das necessidades constantemente enfrentadas na cidade (seja pela falta de emprego, pelo preço alto do aluguel, etc.). Além disso, havia também a mobilidade dos filhos para cuidar dos pais ou dos pais que se deslocam para receberem cuidados.

Em ambos os casos, tanto na oficina quanto nos arranjos realizados para acomodar mais um (ou uma família, no caso do filho com a esposa e a neta), nos deparamos com outros elementos adicionados à casa e que também não vão de encontro com o que “precisa” para finalizá-la. Estes representam ações que remodelam os espaços já feitos, transformando a casa ou parte desta para que a mesma satisfaça necessidades também imediatas, mas momentâneas, servindo apenas para um dado período.

Além dos elementos provisórios permanentes que caracterizam essas casas no meio rural estudado, encontramos também os *elementos transitórios*, os quais marcam transições no núcleo familiar, como a entrada de um recurso (no caso dos titulares que receberam as

---

<sup>76</sup> Em visita realizada em junho de 2015, esta oficina havia sido transformada em uma casa para o neto que já morou na casa da irmã (Casa 2) e da tia (Casa 6).

parcelas da Caixa), a necessidade de mudança de uso de um espaço, ou mesmo a transição de pessoas vivendo na casa.

Para tanto, é preciso haver uma harmonia para que esses elementos sejam atribuídos à ela. São arranjos não previamente organizados em que a casa é construída ou constituída de “pedaços”<sup>77</sup>, onde são acrescentados cômodos ou outros elementos quando há a presença dos materiais necessários<sup>78</sup> e mão de obra para executar o serviço desejado.

A casa, portanto, não está em constante construção, ela está em constante transformação, como consequência dessas adaptações realizadas de acordo com as exigências momentâneas, mas consideradas atuais e importantes, refletindo em mudanças tanto nos aspectos físicos da casa quanto das dimensões subjetivas que as compõe<sup>79</sup>.

Com isso, identificamos que a casa está orientada pelo ciclo de vida da família, mas não somente pelas transições observadas por Bonduki (1986) na unidade familiar, de nascimento e casamento dos filhos. A casa está determinada “eternamente” pela relação dos pais com os filhos, nos fluxos e mobilidade presentes pelas idas e vindas dos filhos no núcleo familiar. Tendo a casa como “um lugar de passagem e uma referência permanente” (MARCELIN, 1999), esses contribuirão para a construção do sentido dado à casa, através das decisões relacionadas ao seu processo construtivo.

Essas influências fazem com que a casa seja constituída de muitas casas, de muitos lugares, reforçando nos elementos transitórios referências a outros padrões de vida, de necessidades que estão além das referências históricas e culturais de seus “donos”. Portanto, essa casa não pode ser considerada isolada, é resultante dessa intensa relação do interior com o exterior, possibilitada pela forte presença de um grupo familiar que transpassa a unidade familiar representada na casa.

Assim, o estudo da casa através do conceito de “unidade familiar” não se mostrou suficiente para abarcar todas as influências aí presentes, é preciso considerá-la enquanto um processo, a partir de um “núcleo familiar” e suas vertentes constituídas na *configuração de casas* que extrapola os limites do lote e até mesmo da comunidade.

---

<sup>77</sup> Elementos que vão sendo acrescentados ou modificados ao longo dos anos de acordo com as necessidades mais imediatas e urgentes, resultando em uma “aberração” para os olhares mais “desavisados”.

<sup>78</sup> Essa disponibilidade de material pode ser feita com a sua compra aos poucos, de acordo com os recursos da família, e também com o ganho por outros meios, como já identificado em capítulo anterior.

<sup>79</sup> Woortmann (1982) afirma que quando a casa está ocupada por duas famílias, os conflitos são constantes e aparentes pela presença de duas donas de casa e dois chefes de família, havendo desequilíbrio na lógica do que se consome e do que produz na casa.

Esses elementos transitórios parecem muitas vezes retardar o processo de finalização da casa. Porém, há que considerar que mesmo esse ato de “aceitar” que a casa dos pais seja permeada pela *configuração de casas* pode estar representada por uma lógica própria dos mesmos, podendo ser considerada até mesmo uma lógica camponesa.

Wanderley (1996), apoiando-se em estudos clássicos sobre as sociedades camponesas, reforça que a lógica do agricultor familiar se dá em dois níveis: o atendimento às necessidades imediatas do grupo doméstico e a reprodução da família através de gerações. Assim, as estratégias no interior da família é pensada a partir de uma lógica geracional, em que o patrimônio fundiário é um dos objetivos de seus esforços visando a garantia de qualidade de vida da família a longo prazo.

Ao questionarmos Dona Lucrecia sobre o seu desejo de realizar reformas na casa com o intuito de finalizá-la, sua resposta é argumentada pelo caráter de *simplicidade* já citado em capítulo anterior. As condições atuais de sua casa, com exceção da reforma do banheiro que ainda não havia sido feita, alcançavam aquilo que para ela era o necessário para “viver bem” e explicitava que a sua luta havia sido ganha, considerando que havia conseguido alcançar a conquista da moradia.

A partir de seu discurso, percebemos que a casa é considerada como algo a ser conquistado ao longo de gerações, sendo um patrimônio herdado e concluído pelo seu sucessor.

No caso dos assentados, não havendo a possibilidade do patrimônio familiar ser representado pela terra, como foi citado por muitos entrevistados, acredita-se que essa representação é atribuída à casa. Portanto, a casa é pensada não somente pelos filhos, mas também para os filhos, sendo o símbolo do patrimônio familiar. Como consequência, reforça-se a presença tanto dos elementos provisórios permanentes quanto dos elementos transitórios caracterizando esta casa rural (por isso Dona Lucrecia aceitaria o azulejo na cozinha).

Hoje, ainda podemos falar que essas casas estão “inacabadas” pela questão financeira dessas famílias, mas não podemos continuar a falar que é devido a um cálculo de necessidades mínimas de uma vida precária. Não, ela faz parte da lógica familiar em que não é somente o fator econômico que guia a “finalização” da casa, existem questões sociais e culturais que orientam essas ações e que dão outras compreensões ao conceito de casa inacabada. Além disso, as necessidades atuais foram recriadas, como consequência dessa modernidade também presente no meio rural.

Há que considerar que muitas vezes tratamos da casa *versus* família como se a última fosse um único bloco harmônico de pessoas com relações de parentesco, porém é preciso considerar as influências de cada indivíduo na casa, é preciso considerar a existência de interesses particulares para compreender como se dá esse arranjo da família quanto às necessidades consideradas primordiais para o alcance da qualidade de vida desta. Há que considerar que a casa é resultado também das particularidades presentes na estrutura familiar.



Figura 29 – Visita dos netos Aline e Fábio e a figueira centenária, lote da Dona Lucrecia, 1996, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Composição: Da esq. para a dir. Clovis Augusto, Aline, filho da antiga titular do lote da Nice, Bruno, Abel, Janaína e Fábio.

Autoria: Néia. Fonte: Arquivo pessoal da Dona Lucrecia.

No Assentamento Conquista, constatamos muitas casas existentes nos lotes e a presença de grande mobilidade de pessoas e famílias tanto nessas “outras” casas (as casas dos agregados) quanto na própria casa dos titulares.

Ferrante *et al.* (2006, p. 88), em seu trabalho sobre as realidades dos assentamentos rurais, ressalta a importância de se observar a “juventude rural” como parâmetro de análise do futuro dos assentamentos, pois já há a presença de uma geração que cresceu dentro dos assentamentos. Citam que algumas pesquisas mostram que houve um esvaziamento das famílias assentadas, porém é necessário constatar a dinâmica existente nesse fato, em que a saída dos jovens pode não significar o abandono. Além disso, mencionam que outras

pesquisas identificaram um retorno desses jovens, contribuindo tanto no “desenvolvimento local (filhos de assentados que se tornam, por exemplo, professores das escolas dos assentamentos), quanto para tentar, depois de uma estadia frustrada nas cidades, trabalhar e sobreviver da terra”.

Essas idas e vindas observadas no Assentamento Conquista são feitas principalmente frente às dificuldades enfrentadas nas cidades, mas percebemos também a presença de um “sentimento de localidade”, a referência permanente colocada por Marcelin (1999), em que esses sujeitos sempre demonstravam o desejo de voltar a morar no lote da família fazendo alusões às possibilidades e arranjos para que esse desejo se concretizasse.

O retorno dos filhos à casa do pai também contribui para as modificações realizadas na casa através da sua participação nos desejos colocados e também nos recursos para a sua “finalização”. Porém, esta informação não aparecia nos dados obtidos através dos questionários, este recurso não é contabilizado no balanço do que se gasta com a construção, nem mesmo sendo mencionado como “ajuda”.

Heredia (1979) identificou que todos os membros da família trabalhavam na terra para o coletivo e para o individual, tendo seu próprio pedaço de terra para cobrir o gasto pessoal, mas sendo obrigado a oferecer o seu trabalho na produção do roçado que é de domínio do pai enquanto estivesse em sua casa. Portanto, essa participação no provimento da casa faz parte de uma lógica de sujeição à mesma, quando se está “sob seu teto”.

Esse auxílio também aparece nos investimentos relacionados à produção, como foi o caso da filha da Nice que, ao trabalhar no Posto de Saúde, comprou para os pais uma picadeira, responsável por preparar a alimentação do gado para a produção de leite.

Além disso, durante o tempo em que estivemos em sua casa, ela também pagou o material e a mão de obra para que colocassem vidros nas janelas e portas da sala e da cozinha, contribuindo para a “finalização” da casa, que para ela se fazia mais urgente do que para os seus pais. Ela mostrava constantemente a sua insatisfação com a condição inacabada da sala de sua casa, pois a mesma gostaria de investir em móveis novos e outra televisão.



Figura 30 – O provisório e o moderno, casa da Nice e Seu Augustinho, mai. 2013, Assentamento Conquista, Tremembé-SP.

Composição: Silmara, filha da Nice.

Autoria: Taísa M. Brosler.

Essa participação dos filhos, mesmo que não relatada, influencia nos elementos atribuídos à casa. Nesse caso, o padrão urbano se faz novamente presente e pode estar sendo inserido através dessa mobilidade no seio familiar, trazendo para a mesma concepções externas ao seu meio (representado pela confluência dos padrões já identificados no capítulo anterior).

#### ***7.4 O bairro Ribeirão Grande – Só sei que a raiz da gente aqui é profunda!***



A casa no Assentamento era compreendida a partir das trajetórias de vida de cada família, considerando-a como um reflexo das particularidades desses sujeitos, além da influencia da formação do Assentamento. No Bairro, por sua vez, a casa precisa ser compreendida a partir de um passado fortemente marcado pela história de formação do próprio bairro rural, em que as relações existentes no hoje são consequências das mudanças ocorridas nesse meio.

Fals Borda (1963) constatou uma intensa mobilidade horizontal existente em dois “grupos de vizinhança” próximos ao município de Viçosa, estado de Minas Gerais, em que somente um terço dos entrevistados era da própria comunidade, os outros eram oriundos de comunidades vizinhas ou de municípios mais ou menos próximos dentro do próprio estado. Essa mobilidade era caracterizada pela compra e venda de terras.

A partir dos relatos e dos dados dos questionários, pudemos identificar que essa “mobilidade horizontal” foi a característica principal da formação do bairro Ribeirão Grande, porém justificada pela presença de grandes fazendas produtoras de leite que ofertavam trabalho e moradia, além de terras para arrendar.

As famílias eram antigas proprietárias de pequenas parcelas de terra ou já se encontravam trabalhando em outras fazendas da região (Vale do Paraíba) e eram oriundas de municípios próximos, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, que migraram para o Bairro entre 60 e 100 anos atrás.<sup>80</sup> Constatamos também que na maioria das vezes essas famílias não migravam sozinhas, eram representadas por grupos de famílias que não possuíam, necessariamente, relações de parentesco.

---

<sup>80</sup> Identificamos somente um grupo familiar, de Dona Laurinda e irmãs, que estava no Bairro desde as fazendas de café.

E vieram umas 5-6 famílias tudo junto com o meu pai, aonde meu pai ia todo mundo ia. É, meu pai era muito querido sabe, meu pai, minha mãe. Daí eles vieram de Cruzeiro, nós viemos pra casa da fazenda [...] ficamos tudo num lugar só. Depois a gente fez casa pra nós no caminho que vai lá pro pesque [atual Restaurante Pesqueiro], fez uma casa pro meu pai e fez casa pros outros também; compadre seu Amilton que já morreu, compadre seu Afonso, uma turma né. (Benedita, 79 anos, proprietária, bairro Ribeirão Grande)

A relação entre moradia e trabalho, entre possibilidades de plantar na terra do patrão ou arrendar terras da fazenda mesmo sendo proprietário, fazia parte das lógicas dessas famílias, onde Queiroz (1973) ressalta que mesmo o pequeno proprietário arrendava terras ou era parceiro, deixando de ser proprietário de sua terra, mas também podendo retornar a sê-lo mais tarde em outro local.

Os motivos dessas mudanças, porém, não pareciam estar muito claros para os filhos que nos relatam suas histórias, somente para aqueles que vieram de Minas é que justificam em poucas palavras de que na região onde moravam não existia mais trabalho disponível, mesmo tendo informado que eram proprietários. Parece até mesmo que o “provérbio da aventura” (CANDIDO, 2010) é a justificativa para essa intensa mobilidade que se fazia entre bairros e também dentro do próprio bairro.

Aí quando eu estava com 13 anos de idade ele resolveu vender o sítio lá e descer pra baixo. Daí eu tive três anos ali pertinho da igreja São José, mas numa casa mais ruim do mundo que eu morei foi naquela casa. [...] do outro lado do ribeirão tinha uma taperinha. O meu pai saiu de lá do nosso sítio, com casa boa, de capim, mas era até boa. (Ernestina)

A simplicidade e a rusticidade apresentada por Queiroz (1973) e Candido (2010) para o meio rural brasileiro era ressaltada por todos os entrevistados, fazendo menção aos detalhes de suas casas, das práticas realizadas, de suas vidas. Mas, que era recordada com uma saudade frente à mudança na relação entre famílias, na própria simplicidade e riqueza presente nos bens que possuíam, apesar dos relatos também de sofrimento e provisão, das necessidades passadas como consequência tanto da falta de bens necessários quanto pelo trabalho árduo realizado na roça desde a infância e, no caso das mulheres, reforçado pela opressão do pai.

Eu caminhei muito com meu pai a cavalo, muito. [...] Eu saía da minha casa com o meu pai 11hs da noite e ia pra cidade, acabava de manhã cedinho ali perto do [rio] Paraíba. Chegava lá: Você fica tomando conta do balaio, vou levar os cavalos pra beber água. Ê tempinho que era bom viu! Nunca mais. (Laurinda,



71 anos, propriedade cedida e casa própria na fazenda onde trabalhou por muito tempo, bairro Ribeirão Grande)

O presente nos é relatado a partir desse passado, nas falas dos filhos e dos netos dessas famílias, em que ao tratar da casa atual os mesmos exerciam o mecanismo da lembrança, pois era necessário referenciá-la a partir da sua relação com o meio e isso, por sua vez, se traduz numa leitura do passado, da trajetória de vida do próprio Bairro. Nesse vai e vem entre os tempos, os valores familiares, o convívio entre as famílias e com os fazendeiros, além da liberdade de poder plantar e ter criação e de construir a sua moradia na terra das fazendas, são os principais elementos que “preenchem” o presente vivido no Bairro.

O bairro Ribeirão Grande não se apresenta como um bloco homogêneo, este foi formado por regiões demarcadas a partir dos limites dessas antigas fazendas. Com Dona Laurinda pudemos nos familiarizar com as denominações dadas pelas famílias a essas regiões, as quais foram identificadas muitas vezes como sendo bairros distintos. Essas foram: Baronesa, pela Fazenda Baronesa que se localizava onde se inicia o bairro, margeando a estrada principal, antiga produtora de arroz e onde foi recentemente repartida em diversos lotes; Borboleta, pela Fazenda Borboleta que já não existia quando os entrevistados nasceram, sendo terra pertencida já à Família dos Miranda e onde se localiza o Morro dos Macacos (pela presença do macaco bugio); Sertãozinho, terra pertencente a uma outra Família Miranda, e dá caminho para o bairro dos Pinga; Nogueira, Fazenda dos Nogueira, antiga produtora de leite; Central, Fazenda da Central, onde se localiza a antiga Usina Hidroelétrica e que hoje serve para produção de eucalipto; Oliveira; Rodeio ; Sertão, onde se localiza a casa sede da antiga Fazenda dos Miranda, que faz limite com o bairro das Bica, e logo abaixo dela está o Guamirim, nome dado pelo córrego presente.<sup>81</sup>

Era a fazenda do (...) fazenda antiga, tudo antiga. Aonde tinha os escravos lá que eu falei pra você, já era leite. Depois foi vendendo, foi vendendo, foi acabando, fazenda foi desmanchando, foi acabando. (Laurinda)

---

<sup>81</sup> Frente a isso, questionamos sobre as antigas famílias do bairro, aquelas que eram donas dessas fazendas. Dona Ernestina cita a Família dos Miranda e a Família do Seu Toco que também é Miranda, mas a primeira é Miranda de Oliveira e a segunda é Jesus Antonio de Miranda (o nome da estrada principal do Bairro); a Família dos Inácio que era composta por muitas famílias, mas que hoje só estão os dois “irmãos Inácio”, sendo que em entrevista com os próprios ficamos sabendo que a identificação desta família, que tem por sobrenome Almeida, adivinha do nome de sua bisavó, Inácia; havia também a Família do Seu Irineu, que hoje também só está o seu filho que também se chama Irineu; e a Família dos Nogueira, “que está acabando tudo também”; e tem a “turma dos Torres do lado de lá”, no bairro das Bicas, que faz divisa com este bairro. Todas essas famílias eram produtoras de leite e empregavam muita mão de obra das famílias que viviam no bairro.

Portanto, são essas áreas que dão razão às ocupações realizadas hoje, seu adensamento pelo desmembramento das fazendas, as novas funções no espaço, as velhas casas dos *camaradas* e as novas casas de quem se estabelece. Além disso, as ruas ganharam nomes da Família Miranda e da Família Nogueira, sendo as duas principais fazendas no bairro, hoje com poucos herdeiros, mas presente em muitas lembranças e em suas casas principais que ainda permanecem construídas.

Houve uma modificação na função agrícola do bairro, em que antes as grandes fazendas produtoras de leite e de arroz deixam suas atividades e são desmembradas entre seus herdeiros e vendidas. Isso possibilitou que as famílias trabalhadoras conseguissem comprar um pedaço de terra no próprio Bairro, mas também que outros usos fossem atribuídos a essas propriedades, voltadas a suprir novas necessidades da população urbana postas ao meio rural (como as segundas moradias ou moradia fixa para os aposentados e aqueles que buscam melhor qualidade vida e o turismo rural).

As consequências dessa modificação são várias, começando pela ausência de serviços na agricultura e como efeito há a ruptura na relação entre moradia e trabalho e disponibilidade de terra para arrendamento. Assim, a mobilidade como possibilidade de trabalhar a terra e ter moradia é substituída pela necessidade de adquirir terra.

O Toco Miranda, o falecido Seu Toco dava uma garrafa de leite, um cavalo pra você andar e dava casa pra você morar, você levava uma porca pra dar cria pra você ter um leitão, uma vaca de leite pra você beber um leite, pra você ter leite pros seus filhos, um cavalo pra você andar, era assim. O mais rico aqui era ele, tinha muita terra, então ele fazia isso. Aí ele faleceu, foi ficando a dona Luiza que era a esposa dele, aí ela faleceu, aí foi ficando assim. Foi todo mundo ficando ruim, não tinha lugar pra trabalhar. (Antonio, 59 anos, proprietário, bairro Ribeirão Grande)

Pela impossibilidade do acesso à propriedade da terra mediante a sua compra para todas as famílias dos antigos *sitiantes*<sup>82</sup>, estabeleceram-se no bairro outras formas indiretas de acesso à terra e à moradia e encontramos, ainda, famílias que arrendam a terra para plantar e viver.

Entre essas formas indiretas de obtenção de moradia há a presença das casas cedidas por fazendas em que os proprietários já não utilizam de seus espaços, permitindo até mesmo

---

<sup>82</sup> Utilizamos essa mesma denominação, atribuída de Queiroz (1973), pelas características já apresentadas das famílias de pequenos agricultores que deram origem ao bairro Ribeirão Grande.

que as famílias produzam em suas terras.<sup>83</sup> Nessa relação, ainda é possível observar a manutenção de uma ordem referenciada a outros tempos, em que se fazia valer o contrato verbal e a oferta de moradia e terra para essas famílias, caso a área não estivesse sendo utilizada<sup>84</sup>.

Segundo esta mesma lógica, percebemos também a presença das famílias em áreas arrendadas ou como trabalhadores rurais que consideram que a casa em que vivem, não sendo própria, não é *provisória*, mas sim podendo ser utilizada por *tempo indeterminado*; assim como aquelas famílias que construíram casa em terreno que não é próprio.

Eu vim ter alguma coisinha depois que eu estou aqui. Depois que eu vim pra cá que eu trabalhando, plantando, que eu tive alguma coisinha. Eu trabalhava era só um salarinho, muito pouco por mês. (Benedito, 73 anos, esposo da Dona Laurinda, casa própria em propriedade cedida, bairro Ribeirão Grande)

Para o Seu Benedito é “bobagem” comprar terra, pois após seus pais trabalharem na fazenda por mais de 50 anos “depois o quê que veio acontecer com a gente? A gente não ganhou isso daqui?”. Mas, relata que “Muitos tiveram que sair daqui com um pé na frente e outro atrás.”. Seu discurso se faz marcado pelo “indiscutível” direito a um pedaço de terra e de poder continuar morando no local onde trabalhou por muitos e muitos anos.

Hoje, outras três casas já foram construídas próximas a sua casa, servindo para os seus filhos, mas os mesmos não possuem escritura e nem contrato, apenas a boa e velha palavra, de que é de seu direito permanecer nessas terras, em que suas raízes estão postas no pomar formado pelos mesmos nos arredores da casa, como ressalta Dona Laurinda.

Aqui não tinha um pé de goiaba, um pé de limão, não tinha nada, nós que plantamos tudo. [...] Aqui não morava ninguém. Aqui nesse lugar mesmo quem mora é esse gente que está aí. Vez ou outro morreu. (Laurinda)

Portanto, essas famílias ainda conservam a sua compreensão de moradia e de propriedade da terra de acordo com as relações estabelecidas no passado, em que existe uma

---

<sup>83</sup> Porém, não foi possível aprofundar esse assunto para verificar o tipo de relação com o proprietário da terra, pois pode haver o pagamento indireto pelo seu uso, com “doações” do que se produz no local. Além disso, a permanência das famílias nessas áreas, que podem ser consideradas “abandonadas”, permite que se realize a função de “tomador de conta” e mesmo serviços gerais na fazenda sem que haja a relação contratual desses serviços, reforçando, portanto, o caráter informal dessa prestação de serviços.

<sup>84</sup> Essa mudança na disponibilidade de terra para a família na fazenda variava de acordo principalmente com o preço do principal produto produzido na fazenda, como pode ser observado em Stolcke (1986) para os colonos do café.

diferenciação clara entre “ter a posse da terra” e “ter a posse da casa” e, conseqüentemente, o “poder usufruir da terra”, como observado a partir dos dados descritivos. Assim, quando a casa é cedida, a responsabilidade pela sua manutenção é da família que a habita.

Podemos considerar, então, que a casa situada na propriedade de outrem quando permeada por essas relações é considerada “terreno” da família, sendo citado por Garcia Jr (1989) como o “chão de casa”, e participa, portanto, das regras existentes na sociedade rural, quanto ao respeito à família e à sua privacidade no domínio da casa e seus apêndices.

As outras funções atribuídas ao bairro também possibilitam que as famílias consigam moradia e pelo menos o espaço do terreiro através do trabalho como “caseiro”, “tomador de conta” ou “serviços gerais” de manutenção da propriedade, onde verificamos a presença principalmente dos mais jovens (os bisnetos dessas famílias) que viam nesse trabalho a possibilidade de obter moradia e conseguir recurso para construir suas casas. Mas, também havia aqueles que não conseguiram comprar terra ou que esta era a única opção de trabalho que lhe permitia continuar morando e trabalhando no Bairro.

Observamos nessas novas relações de trabalho que a maioria das famílias já não considera a casa por “tempo indeterminado” e tampouco as reformas necessárias eram realizadas com recurso próprio, podendo haver somente a utilização de sua mão de obra entendendo-a como prestação de serviço dentro de sua função na propriedade.

Frente a isso, nos questionamos se há uma ruptura nessa relação entre a propriedade da terra e a casa quando o proprietário e a relação de trabalho não participam desta mesma referência do passado ou quando o proprietário é representado pelo Estado, como no caso dos assentamentos rurais<sup>85</sup>.

Conseguimos observar esse fato em uma família produtora de leite que sempre arrendou terras no Bairro. Na primeira entrevista, a esposa mostrava com muito orgulho a casa em que viviam dando ênfase no jardim que havia feito no espaço em frente à casa, nas estruturas para os galinheiros e outras modificações. O casal ressaltava a alegria proporcionada pela vida naquele sítio e a estabilidade que possuíam pela relação próxima com a proprietária.

Porém, quando voltamos para entregar os resultados da pesquisa eles estavam morando numa casa mais simples que havia ao lado da anterior (onde morava o seu filho com

---

<sup>85</sup> Para o caso do Assentamento, identificamos ainda que além da influência do Estado nessa relação de propriedade da terra e da casa há também a presença do titular perante as famílias dos agregados, onde constatamos no grupo familiar estudado relações de poder e, conseqüentemente, de manipulação reforçado pelo fato de que não há hereditariedade na passagem do lote.

a esposa e uma neta) e a insatisfação se fazia aparente. Ao questioná-la sobre a mudança, nos contou que a proprietária havia resolvido simplesmente fazer uso da casa e, por consequência, eles estavam pensando em se mudar.

Perguntamo-nos então sobre quais serão as consequências para essas famílias, em que os constrangimentos e insatisfações estarão presentes principalmente pela impossibilidade de obtenção de terra e de moradia por parte dessas, reforçando o sentimento de insegurança quanto à moradia frente a instabilidade nessa relação com o proprietário e, conseqüentemente, quanto à permanência na própria comunidade.

Dona Ernestina comentou que na época das fazendas todos estavam sempre se mudando e que até hoje tem gente se mudando todo dia no bairro, “Está ruim aqui muda pra lá.”. Portanto, a mobilidade ainda se faz presente, em que as famílias, principalmente as recém-consolidadas, passam por casas cedidas, em áreas arrendadas ou pela função de caseiro, e casas cedidas por parentes; havendo uma pequena parcela de netos em casas alugadas.

Portanto, apesar da mudança na oferta de trabalho e de terra, a mobilidade persiste em que a relação com a propriedade é diversa, onde encontramos famílias que possuem sua casa própria na vila, mas vão morar em outra casa trabalhando de caseiro e alugando a própria casa, ou sendo proprietário de sua casa, mas sem área para plantar, a família vai arrendar e morar em outro lugar, cedendo sua casa para o filho. Sendo possível encontrar múltiplos arranjos, em que a família ainda expressa nas suas decisões a busca por melhor qualidade de vida, que não está diretamente relacionada ao “viver na própria casa”, mas pode estar relacionada ao “obter a casa própria” como parte do processo.

Observamos, com isso, que a constatação da Queiroz (1973) de que “partir não lhe é penoso” ainda está presente nessas famílias. Porém, ao constatar que no Assentamento a relação dos agregados com a casa também é caracterizada por essa mobilidade, mas como consequência da fragilidade nas relações de trabalho dos membros da família, esse “desprendimento” característico dos sítiantes brasileiros pode estar sendo reforçado por essas novas relações de trabalho, além da impossibilidade de adquirir terra suficiente para construir a sua moradia, o terreiro e o sítio para a produção comercial.

A relação das famílias do Bairro com o centro de Pindamonhangaba-SP sempre existiu, sendo frequentes os relatos dos trajetos feitos à cavalo para a venda de mercadoria e para resolverem obrigações na cidade.

Aí de lá do Irineu, com o carro de boi carregado, onze e meia, meia noite quando o tempo estava bom, no outro dia amanhecido a gente estava chegando em Pinda, com o carro carregado. Mas, quando o tempo estava ruim, tinha dia que chegava estava dando meio dia, as vezes quatro horas da tarde. (Benedito)

Hoje, o bairro possui uma relação estreita com a cidade, facilitada pela qualidade da estrada de asfalto que liga o Bairro ao centro do município. Como consequência, muitos netos e bisnetos dessas famílias possuem trabalho regular nos centros urbanos próximos. Suas casas acabam servindo como “dormitório”, em que as relações entre os vizinhos se fazem nas rotinas entre ir e vir da cidade e nos fins de semana.

Além disso, observamos que muitos filhos dessas famílias moraram parte de suas vidas nos centros urbanos e alguns mantiveram suas residências na cidade mesmo após o retorno ao bairro. Conseguimos identificar duas famílias com “multiresidência”, em que principalmente as mulheres ficavam em suas casas na cidade durante a semana e iam para o Bairro nos fins de semana ou mesmo em alguns dias da semana. Essa permanência ou ida para à cidade é justificada como para estudar os filhos e conseguir melhores empregos.

Porém, Candido (2010) constata que o migrar, proletarizando-se, ou o permanecer, se ajustando no que for possível, é resultado do balanço desfavorável entre a ampliação das necessidades e o baixo poder aquisitivo dos pequenos produtores, em que a mobilidade se faz presente não mais pela agricultura itinerante, mas pela fuga à sujeição econômica.

Entre todos os arranjos familiares presentes no bairro Ribeirão Grande, na relação com o trabalho e com a moradia, percebemos que há uma busca constante por se manter no próprio bairro. A partir dos relatos, compreendemos que há um sentimento de localidade ainda presente nessas famílias que aí se estabeleceram, tanto aquelas oriundas das famílias dos antigos *sitiantes* quanto dos fazendeiros.

Esse sentimento de localidade é representado em um espaço geográfico e socialmente construído através da memória. As casas antigas feitas de barro já não estão presentes, mas as suas marcas estão vivas nas falas dos moradores. Halbwachs (1990) reforça a importância da memória coletiva para a construção da lembrança dos sujeitos sobre o espaço e sobre as pessoas, de um espaço que já não é, portanto de um bairro rural que já não existe, mas que está impresso na constituição deste enquanto território e, principalmente, território de representação e identidade desses sujeitos.

Candido (2010) aponta que a preservação cultural e social dos caipiras é feita através da preservação grupal, numa resistência estrutural frente os impactos causados pela

urbanização. Essa estrutura representada antes pelos “blocos de solidariedade interfamiliar” são reforçados através dos “blocos familiares”.

[...] a urbanização do caipira que permanece na terra encontra na família um elemento de adaptação que permite aos indivíduos transitarem de um a outro sistema de padrões e manter a coesão necessária ao trabalho produtivo e à manutenção dum código moral. (*Idem*, p. 237)

Os blocos familiares estão presentes no bairro distribuídos pelas casas longínquas e trazem para as mesmas sua inserção em um espaço mais amplo de relações, participando do sentimento de localidade. Além disso, ainda permanece a relação entre os grupos de vizinhança, sendo reforçada pela mistura que há entre as famílias através de casamentos dos netos e bisnetos.<sup>86</sup>

Um dos entrevistados, Seu Dito, afirma em meio a entrevista que é mineiro e que no Bairro tem bastante mineiro. Essa afirmação de identidade mineira é interessante quando sabemos que ele nasceu num bairro paulista e de avôs por parte do pai também paulista, mas dá indicações de que o Bairro, por ter sido formado principalmente por mineiros, é considerado de identidade mineira, com toda a conotação e a importância que recebeu o povo mineiro através de suas tradições no jeito de ser, na comida e no jeito de morar e de se relacionar.

Essa identidade relacionada ao sentimento de localidade é reafirmada quando tanto o Seu Dito quanto o Seu Antonio, e outros entrevistados, citaram que só vão morar na cidade “se for de pé junto”, quando de sua morte, e Seu Dito ainda fala que se for ficar enterrado no bairro é para assombrar o povo.

Acredita-se, portanto, que há uma base de referência sociocultural e mesmo econômica entre as famílias do Bairro, em que estas parecem considerar a sua situação referenciando-a “aos seus”, como parte de seu próprio meio. Com a mobilidade ainda presente, a rusticidade e a simplicidade é vista como algo intrínseco à vida no meio rural, portanto a satisfação com as condições atuais está presente na maioria dos entrevistados. Além disso, há uma referência

---

<sup>86</sup> Dona Laurinda, por exemplo, tem filha casada com a Família dos Gregório, filha casada com primo de primeiro grau, netos com a Família dos Nogueira, e assim as famílias vão se misturando e caracterizando o que é o bairro Ribeirão Grande.

constante a situações anteriores de maior precariedade e também a conformidade com o fato de que aquela casa é apenas mais uma casa de passagem para os mesmos<sup>87</sup>.

Nessas casas em que transitam as famílias do bairro, foram encontrados elementos provisórios que não estavam caracterizando o caráter construtivo da casa, na sua conformação, mas sim o seu aspecto de representação cultural. A casa, ao se tornar ela própria provisória na vida dessas famílias, faz com que esses elementos sejam representados pelos pertences que preenchem os espaços dotando-os de identidade, como fotografias na parede, os móveis, a horta para consumo, a criação de galinhas no quintal, as refeições e as próprias pessoas que preenchem o espaço, como os filhos e suas brincadeiras. Nesse caso, não são as ações na própria casa que se caracterizam pela transitoriedade, mas sim as diversas famílias que passam pela mesma.

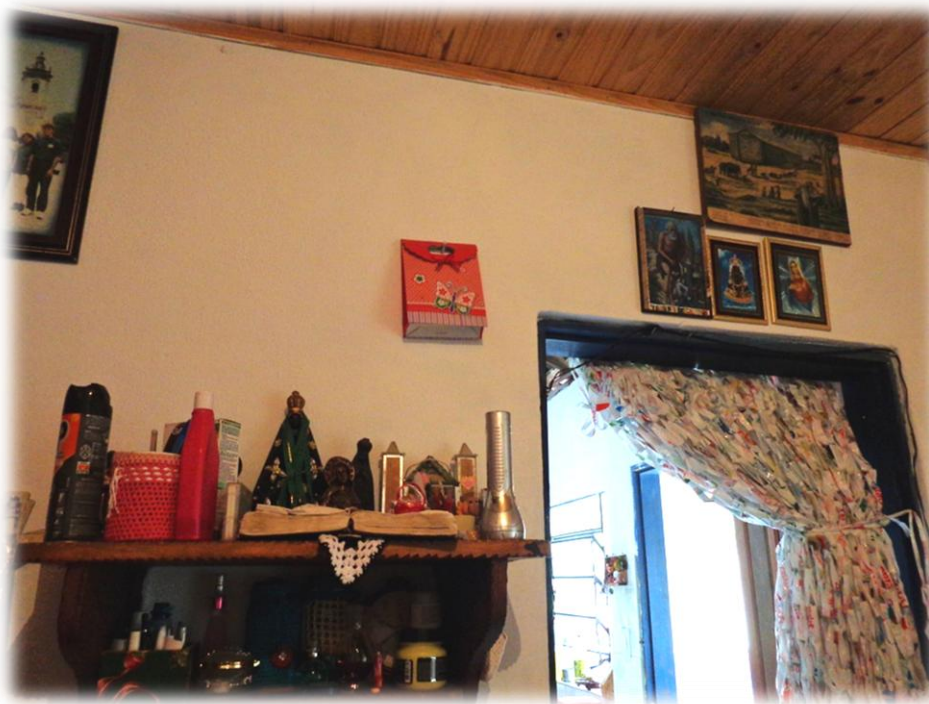


Figura 31 – Os pertences da identidade, quarto da Dona Marina na casa de fundo cedia pela filha, nov. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.

Autoria: Taísa M. Brosler.

---

<sup>87</sup> Observou-se que existe um desconforto relacionado ao estar morando em casa de outrem, relatando a necessidade de algumas reformas, ou mesmo modificações, mas na maioria das vezes terminam o relato se conformando que já passaram por casas em piores condições, portanto a satisfação com a condição atual prevalece.



Bonduki (1986) cita esse mesmo fato para as casas alugadas.

Ao contrário de todas as outras condições de ocupação apenas a casa própria permite que a família possa com segurança, incorporar trabalho e recursos para re-moldar permanentemente o espaço físico, de modo a fazê-lo refletir e expressar o cotidiano familiar, enquanto que na casa de aluguel, o mais comum é a família ter que se amoldar ela própria, isto é, seus hábitos, costumes e modo de morar, assim como seus objetos, a cada nova moradia que consegue obter. O acúmulo consecutivo de objetos lembranças, espaços conotações depositado em cada canto do território doméstico, a própria história do seu coletivo, é bastante dificultado quando as mudanças e trocas periódicas de casa se tornam inevitáveis [...] (*Idem*, p. 319)

Além dessas relações com a casa, se fazem presentes também as casas de aluguel, onde observamos que há famílias do próprio bairro, mas que servem principalmente para famílias oriundas dos centros urbanos e que não conseguem arcar com as despesas requeridas nesse meio, como o preço do aluguel e do abastecimento de água, e a impossibilidade de ter produção de quintal. Porém, nessa relação contratual já não existe a reprodução de sistemas de compreensão e regras vinculadas ao passado.

Para Bonduki (*Idem*), como há a incerteza quanto à permanência na casa, a família “não cria raízes, nem história na relação grupo social/espaço físico”, nesse caso são os objetos que fazem o papel de vincular o sujeito emotivamente ao espaço considerando-o *lar*.

Entretanto, os bairros rurais sempre se mostraram como grupos abertos a acolherem qualquer família, sendo que a relação de proximidade entre as famílias era reforçada pela participação destas nos espaços comuns (QUEIROZ, 1973). Essas famílias, e também as outras famílias que se inserem no bairro através da compra de terras, são consideradas como parte “orgânica” do bairro Ribeirão Grande quando as mesmas apresentam elementos comuns com as famílias do bairro, podendo ser pela igreja, por atividades na agricultura ou na contratação ou prestação de serviços dentro do bairro, como observado nas entrevistas. Caso contrário, essas famílias sempre serão consideradas os “outros”, principalmente se os mesmos estabelecem contato frequente com os centros urbanos, utilizando a casa como “dormitório”.

Além dos “novos” serviços de caseiro, tomador de conta e serviços gerais, a presença de pousadas e restaurantes ofertam trabalhos variados para a população local, admitindo principalmente os mais jovens, dado o conhecimento especializado para a execução das atividades. As novas famílias advindas da cidade e as segundas moradias também ofertam trabalhos relacionados à construção civil, empregada doméstica ou diarista, jardinagem, entre outros.

Contudo, como consequência ocorre uma valorização das terras do Bairro, juntamente com a vinda das famílias para as casas alugadas. Fernandes e Alfonsin (2014), na introdução sobre o direito à moradia adequada, ressaltam a importância de se observar, além dos custos da moradia, as condições de vida e de trabalho nos centros urbanos, pois uma das consequências da precariedade na qualidade de vida das famílias nessas áreas é a “periferização dos mais pobres”, ocasionando um aumento nos preços dos terrenos no meio rural e até mesmo despejos de comunidades rurais.

Essa questão se faz de suma importância quando identificamos que os netos das famílias dos *sitiantes* já não têm a mesma possibilidade de adquirir terra, estando limitados a construir suas casas, quando possível, na propriedade dos pais.

Para Martins (2012), encontra-se como resultado da modernidade adotada na América Latina “temporalidades desencontradas e coexistentes”. Assim, o Bairro nos apresenta uma diversidade de situações relacionadas à casa e à propriedade da terra e, como consequência desse desencontro de tempos, identifica-se um desencontro de possibilidades.

Por fim, essas casas possuem seus elementos de inserção em um meio rural. Em ambas as comunidades estudadas, há uma conservação desses elementos na constituição da casa pelas próprias famílias. Em qualquer família que se visitava, mesmo estando como caseiro ou empregado rural, galinhas eram vistas no quintal e quase sempre a presença de uma pequena horta e árvores frutíferas. Houve um caso, por exemplo, de uma família entrevistada no bairro que fazia somente três meses que estava na casa trabalhando como caseira. Para a entrevistada, muitas reformas tinham que ser feitas, mas a horta já se fazia presente no quintal e a constituição do pomar.

Qual que é mais fácil? Você viver a vida toda trabalhando. Sentiu fome você vai lá come, quer beber uma água pura você toma, sentiu cheiro de café você vai lá e colhe, você está com a barriga cheia. (Laurinda)

Candido (2010) aponta que este “sistema de moradia” era observado no *sitante*, mas não se fazia presente nas outras relações existentes no meio rural, como os parceiros, “revelando a penúria do morador e a sua dependência em relação aos vizinhos”. A mesma situação foi verificada para aqueles que viviam em casas alugadas e nas casas localizadas nos aglomerados, mesmo sendo proprietários, pelo pouco ou inexistente espaço presente. Mas, observamos que havia essa “dependência” no consumo de produtos de vizinhos, representada na relação entre parentes.

Whitaker (2002) propõe que se estude uma dada comunidade rural a partir da relação sujeito-espaço-contexto, considerando que as situações sócio-espaciais existentes refletem as “práticas culturais” vivenciadas pelos sujeitos.

Assim, as casas tomam uma posição de destaque no espaço, na construção histórica do Bairro e na constituição e conservação da memória da comunidade, em que o passado faz parte da própria noção de localidade, em que as casas por si só contam a história de muitas famílias retratando a história do próprio bairro.

Eu catei a mudança e comecei a fazer a mudança pra uma casa do outro lado do Borboleta, lá dos Miranda pra lá. Tem um bambuzeiro que tem um barracão na beira da estrada, tem uma entradinha assim. Lá tinha uma casa tudo com madeira dos escravos, de telha. Era de barro, mas era de um barro bem arrumadinho, madeira boa, aquelas portonas largas, madeirona bacana, aquelas madeiras antigas de escravo, tudo serrada né. Não havia mais casa dos escravos, fizeram a casa com aquelas madeiras. (Ernestina)

## **7.5 A “presença” do Estado e a sua influência nas casas**

### **7.5.1 Assentamento Conquista – É um ninho de pombo!**

“como fracasaría el arquitecto que trate de establecer concepciones y técnicas urbanas dentro de medios rurales determinados” (FALS BORDA, 1963, p. 19)

As casas construídas pelos assentados são iniciadas e possibilitadas, muitas vezes, somente através dos recursos públicos. Pois, as famílias quando entram na luta pela terra se encontram, muitas vezes, desprovidas desse recurso para investir na construção da casa, orientam o pouco que possuem à produção agrícola, visando a produção de alimento para o autoconsumo e venda do excedente para a compra de outros produtos necessários à família.

No acampamento do pouquinho que a gente tinha, [...] eu precisei ir vendendo aos poucos, vendendo, comendo dinheiro, até chegar na terra aqui, quando chegou eu já não tinha mais nada, eu tinha uma bicicleta velha e a família. Não tinha uma casa, não tinha mudança, não tinha mais nada de nada. [...] aí começamos tudo da estaca zero praticamente. (Luis)

Há que ressaltar que este estudo analisa somente a atuação habitacional por parte do Estado em um período específico, aquela que se fez presente na construção das casas do Assentamento Conquista. Porém, busca-se a partir disso trazer reflexões para que os entraves sejam superados e os acertos sejam potencializados.

O “acompanhamento” realizado pelo Incra e pela Caixa relacionado à construção das casas nos assentamentos rurais era feito com o oferecimento de uma planta baixa, com um modelo de casa de 40 m<sup>2</sup> proposto de acordo com o recurso público repassado para cada família (na época os mesmos iriam receber um total de R\$9 mil).

Porém, esse modelo não é utilizado pelos assentados, onde observamos somente uma família que construiu conforme a planta baixa e instruções do engenheiro da Caixa, Seu Pedro e Dona Ana, a qual utilizamos como base de discussão reforçando, a partir das modificações realizadas pelos mesmos, a desconsideração das particularidades desses sujeitos, conforme aprofundado nos capítulos anteriores. A planta baixa disponibilizada pela Caixa e o projeto realizado por eles podem ser visualizados na Figura 32.

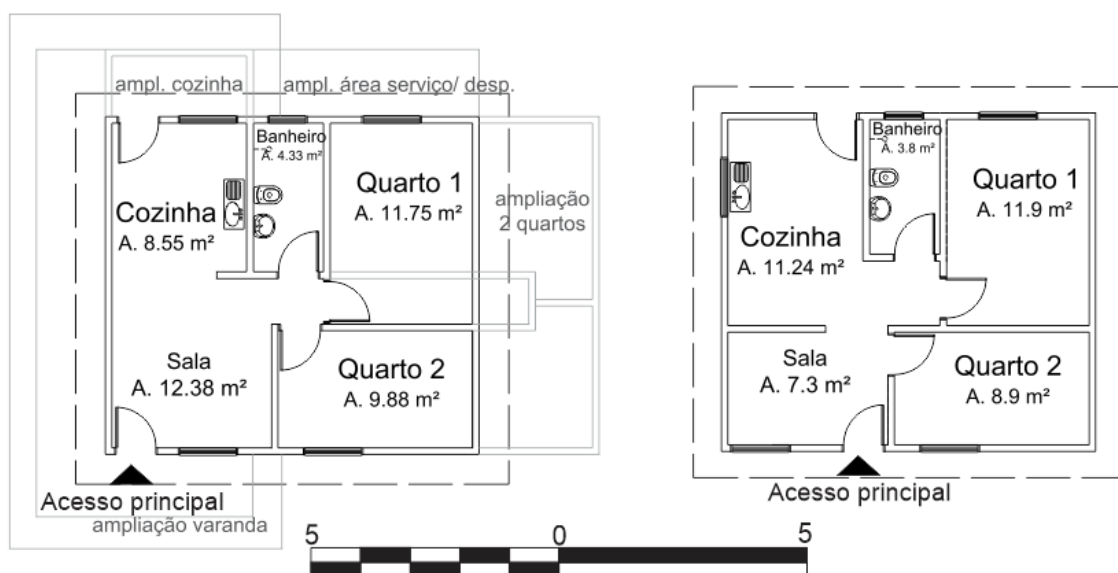


Figura 32 – Planta baixa fornecida pela Caixa e a planta baixa da casa construída pelo Seu Pedro, respectivamente, Assentamento Conquista.

Elaboração: Larissa M. Brosler

Seu Pedro e Dona Ana são de Arialva-SP. Seu Pedro sempre ajudou o pai nas fazendas com a família onde “tocavam por porcentagem”, plantando milho, arroz, feijão, entre outros, e morando em “casinha de tábuas”. Quando se casou disse que não queria mais saber de sítio e foram para a “cidade”, onde trabalhou em olaria e indústria. Depois foram para Campinas, sempre tentando melhorar o emprego para conseguir construir a sua casa e melhorar a qualidade de vida da família.

Ao se deparar com o MST e a promessa de terra para produzir, eles vislumbraram a oportunidade de voltar a trabalhar na agricultura e conquistar a “fartura” que existia na época

de sítio. Assim, participaram do acampamento da Fazenda Ipanema, onde o mesmo relata que naquele solo “vermelhão” tudo que plantava dava, “era uma beleza”. As famílias já produziam entre os barracos de lona e vendiam os produtos nas cidades próximas, porém como não houve espaço para todas as famílias ele teve que ir para a atual Fazenda da Petrobrás, onde há muita dificuldade para se produzir pela má qualidade do solo e a presença inicial dos tocos de eucalipto.

No assentamento após a entrada no lote, eles fizeram uma casa de alvenaria, com paredes de tijolo, com reboco interno e externo, com pilares de eucalipto, telha cerâmica e piso de cimento queimado. Mas, com o recurso recebido da Caixa tiveram que investir em outra casa, pois aquela estava caindo.

Sobre o projeto dessa nova casa, Seu Pedro começa explicando que teve que fazer algumas modificações, pois a planta é dada sem que alguém veja como é o local. Inicia indicando que a porta da cozinha e da sala foram modificadas para que fosse possível a entrada de luz no ambiente da cozinha “cumprida”. Essa alocação da porta também foi realizada para que fosse possível separar a cozinha da sala com uma parede, assim as pessoas transitam entre os cômodos sem atrapalhar os demais e comenta que até o engenheiro da Caixa gostou.

[...] aqui fica melhor, porque se a pessoa quiser entrar no banheiro já entra. Lá tem que passar no meio das coisas pra vir pro banheiro aqui. Já entra da cozinha pra sala direto. [...] Estando a gente conversando ali, pode passar que não vai atrapalhar ninguém. Se estiver cozinhando ali, não atrapalha ninguém. (Pedro)

Essa parede de divisória foi feita também para que possibilitasse uma cozinha um pouco maior do que a proposta no projeto. Mas, mesmo assim não foi suficiente para a Dona Ana, que acha a sua cozinha muito pequena, não sendo boa para receber as suas visitas. Para solucionar este desconforto, os mesmos esperavam, na época da entrevista, acumular material suficiente para fazer uma área do lado da cozinha, para também cobrir o tanque e fazer uma área de serviço.

Seu Pedro dá destaque a necessidade da área, sendo o “que tem mais pressa de se fazer”, além da área também na entrada da porta da sala por causa do calor que faz neste ambiente durante o verão. Essas áreas, na entrada da sala e na porta da cozinha, são remetidas à casa rural, quando questionamos aos mesmos se esta casa parecia a uma casa de roça, Dona

Ana discordou dizendo que só depois de fazer essas áreas “Aí vamos ver se vai parecer mais casa de roça.”.

A pia foi a primeira mudança que fez, pois pia tem que estar para o lado externo da casa para ter a Caixa de gordura “direto”, “Porque ia ficar tudo junto, pia, banheiro e tanque, ia dar problema.”, além da presença da janela em cima da mesma.

Ele cita sobre a expansão que irá fazer, de acordo com o que está proposto na planta, mas, com isso, entra um elemento novo para a sua casa que é o corredor. Seu Pedro não fez comentários sobre o corredor, porém o mesmo relata que não deixou a porta do seu quarto voltada para o banheiro, esta foi alocada na parede da sala, pois “assim fica melhor”, sendo comum no meio rural encontrarmos na sala as portas de entrada com os quartos. Além disso, tanto no assentamento quanto no bairro, quando a família vivia numa casa “pré-concebida” com a presença do corredor, sempre havia um estranhamento quanto a este espaço, sendo até mesmo identificado como um cômodo independente.<sup>88</sup>

Fizeram menção sobre que o recurso da Caixa “só deu para levantar a casa”, sendo uma fala corrente dos assentados. Porém, o argumento usado para as outras famílias é que elas fizeram “grande demais”, “não seguiram o projeto”, não sendo possível dizer o mesmo para esse casal. Seu Pedro acredita que já gastou do próprio recurso a metade do que foi investido na casa até o momento.

A laje foi tudo por minha conta. A cobertura não deu pra fazer tudo, só comprei a telha, ripa e caibro. Não deu nem pra comprar as vigas, foram vigas minhas que eu tinha para conseguir cobrir. Eu fiz do tamanho do projeto. Parou na laje, se fosse pela Caixa estava parado na laje a casa. Tudo isso aqui eu fiz por minha conta, o reboque, ainda fiz o reboque, 10 sacos de cal, encanamento tudo por minha conta, luz, tudo eu gastei do bolso. (Pedro)

Os titulares que receberam esse recurso relataram que esse montante era recebido em parcelas e que somente uma pequena parcela era destinada ao pedreiro, impossibilitando o pagamento do mesmo, ou de um mestre de obras ou mesmo de um engenheiro que acompanhe a execução da obra. Quanto ao pedreiro, Seu Pedro se exalta dizendo que não deu para pagá-lo, que ele teve que construí-la com o conhecimento que havia adquirido com a casa anterior, “apenas olhando os outros fazerem”.

---

<sup>88</sup> Fals Borda (1963) observou a presença do corredor somente nas casas das fazendas.

Reforça-se, com isso, que as saídas encontradas são resultantes de arranjos locais e até mesmo familiares ou individuais, onde há uma diversidade de soluções caracterizadas pelo fator preponderante da necessidade, frente a uma liberdade de escolha limitada.

Observa-se que nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, existem assentados que aprenderam a construir casas de alvenaria durante a sua vivência no meio urbano, nesse caso são eles mesmos que constroem suas próprias casas e, quando continuam a exercer essa atividade após serem assentados, oferecem seus trabalhos para as outras famílias do assentamento, conforme visto em capítulo anterior.

Há aqueles que, frente à impossibilidade de pagar pelo pedreiro, isso quer dizer, complementar com recurso próprio a parcela do recurso público recebido destinado ao pedreiro, buscam por si próprios o conhecimento básico necessário para construir a casa.

Em ambos os casos citados, está presente a degradação desta mão de obra, pois mesmo sendo pedreiro de formação foi relatado pelos entrevistados do Assentamento Conquista que o tempo utilizado para a construção de sua casa era aquele que deveria estar destinado ao lazer e outras atividades da família, além do impacto causado na própria produção agrícola. Além disso, observa-se a presença de todos os familiares no processo de construção da casa.

Ainda assim, quando o pedreiro se faz presente, essa utilização de mão de obra externa só é possibilitada através da degradação também desse profissional, havendo a diminuição do valor cobrado por sua força de trabalho.

Os programas habitacionais e os órgãos responsáveis incentivam a autoconstrução, na forma de mutirão ou não, com um discurso de autogestão e participação da família no processo de construção da casa (OLIVERA, 2006). Porém, o resultado é um processo “autogestionário” que acaba reproduzindo a precariedade dessa habitação e da mão de obra desse agricultor ou do próprio pedreiro.

Além disso, todos os assentados esperam receber a última parcela deste recurso, sempre fazendo alusão a alguma necessidade ou desejo no uso deste.

Por exemplo, ajuda pra fazer a área. Porque já foi gastado dinheiro da gente aqui, a gente faz economia, às vezes em coisa de comer, porque a gente economiza pra poder fazer. Não que a gente fique sem, mas a gente economiza, coisa que a gente precisa comprar, pra terminar. (Pedro)

Porém, em contato realizado com o próprio Incra, recebemos a informação de que expirou em 30/06/2014 o prazo para destinar os recursos ainda pendentes para “as contas dos

procuradores”, de acordo a Lei 13.001/2014. Para a construção de novas casas e reformas das que já existem é preciso solicitar o recurso através do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Por fim, questionamos os mesmos se já moraram em alguma casa parecida com aquela construída e eles respondem que a última casa na cidade era maior e a cozinha era grande, e Seu Pedro faz menção ao projeto ideal de casa que gostaria de ter feito.

Eu não pude né, não tive a oportunidade de fazer a casa que eu queria, porque a casa que eu queria fazer era bem diferente. Eu tinha planta. Eu mesmo que fiz a planta, mas nem sei onde ela está. Aquela era bonita! (Pedro)

Esta casa tinha como principais características ser grande, sendo de dois andares, e visando espaços de lazer para receber os parentes de fora. Dona Ana comentou esse fato de receber os parentes, o incomodo que sempre sentia por não ter espaço suficiente para todos, tendo que usar a sala de dormitório.

Os assentados frequentemente nos relataram que uma casa confortável é uma casa grande, que uma casa rural é uma casa com muitos quartos para receber os parentes, “acolher aqueles que vêm de fora”. Ressaltavam que se fosse para construir exatamente como o projeto disponibilizado, eles teriam ficado na cidade, continuariam morando em espaços “apertados”, em “ninhos de pombo”, que aquele recurso mal dava para fazer um “ranchinho”.

Até mesmo a primeira casa feita no lote apresentava para o Seu Pedro e Dona Ana maior satisfação, pois havia um fogão à lenha, um forno de fazer pão, espaço para acomodar algum filho que precisava, a vista que se tinha e espaço para lazer, como jogar bola, elementos que extrapolam esse projeto de quatro cômodos em 40 m<sup>2</sup>.

Ressalta-se que foi possível tratar, em todo esse estudo, de ambas as comunidades em conjunto, pois percebemos ao longo do trabalho de campo que os arranjos realizados pelas famílias para construírem as suas casas bem como as dificuldades enfrentadas eram semelhantes. Essa questão reforça a constatação da ineficiência da atuação do Estado nas casas do Assentamento.

Com isso, podemos dizer que o próprio programa habitacional também influencia na consolidação das soluções provisórias permanentes para as casas, ao impossibilitar a sua construção contínua e feita a partir de projetos que não consideram as necessidades e requerências dessas famílias.



Mas era para estar mais adiantado né, porque o Incra, a reforma agrária era pra ser feito igual foi feito lá perto de Jaú. Aconteceu a reforma agrária lá em 68 parece, os caras pegaram tudo já com casa, casa de tijolo, com tanque, uma arinha de serviço. Aqui não teve nada, foi tudo nós que fizemos, até que veio essa ajudinha da Caixa que nós paramos no meio do caminho. Porque aí você não gasta dinheiro, você entra trabalhando, você entra dentro de uma casa que já tem banheiro, já tem tudo certinho, você entra já com serviço, com força no braço. Agora aqui não, aqui teve que ficar arrancando toco pra fazer a casa, em volta da casa que eu fiz lá embaixo. Arranquei toco no enxadão. (Pedro)

Os Assentamentos Rurais são criados para possibilitarem que as famílias que não conseguem ter acesso à terra possam usufruir da mesma para tirar o seu sustento e constituir a sua moradia. A demora no recebimento do recurso e a ineficácia dessa atuação governamental relacionada à questão habitacional faz com que a família tenha que decidir a todo o momento entre investir na produção e investir na construção de sua casa.

Isso, para o início da família no lote, ocasiona na atenção voltada à construção de um teto que possibilite a proteção da família, mesmo que seja um *rancho*, sendo a primeira luta dos assentados no lote conjuntamente com os esforços em consolidar uma pequena produção para o consumo da família e venda do excedente. Após, é observada a presença da venda de animais para a compra de materiais e pagamento de mão de obra, além do impacto nas atividades relacionadas à produção pelo tempo despendido na construção da casa. Há um conflito, portanto, com o próprio objetivo da proposta de um assentamento, fazendo com que a produção esteja sempre em função dos investimentos necessários à “finalização” da casa. E, mesmo com os esforços da família orientados ao provimento da moradia, essa não é conquistada, resultando em uma insatisfação constante não relatada muitas vezes, porém sentida.

E você vê, assim é o que eu penso: nossa tenho que comprar isso, tenho que comprar aquilo, tenho que melhorar na roça. Mas vale a pena? Você só investe lá e você não tem um gosto de ter uma coisa arrumadinha aqui pra você chegar da roça cansado e tomar um banho, sentar no sofá, assistir televisão, a casa arrumadinha, não é gostoso? Às vezes vale mais a pena isso do que todo o sacrifício que você faz lá fora, não é? (Leni)

Rodulfo *et al.* (2000) *apud* Sánchez e Jimenez (2010) constataram, na atuação com pequenos produtores de uma zona com propensão à emigração no Peru, que os projetos habitacionais aumentaram a produção agropecuária. Constataram que se não há atuação na

questão habitacional não há sustentabilidade produtiva, havendo um investimento próprio perdido na moradia e a migração como consequência.

Para o caso do Assentamento, nos foi relatado que o principal motivo da desistência das famílias é a dificuldade em consolidarem a sua produção no lote, sendo que observamos que a casa era deixada na sua construção inacabada.

Estava levantada, fizemos algumas melhorias nela, mas já estava levantada. As melhorias que a gente fez foi o reboco, foi a varanda, a cobertura e aquela viga que tem na sala, nas divisões da sala pra copa, porque não tinha, estava selando. (Nice, quanto à casa já existente no lote, na transferência da titulação)

É necessário, portanto, uma ação conjunta orientada à produção e à consolidação da moradia para que essas famílias consigam se estabelecer nos lotes dos assentamentos rurais e, como consequência, seus esforços e investimentos estarão centrados no desenvolvimento dessa produção garantindo a estabilidade econômica da família e a sua permanência naquilo que lhe é de direito, após passar por toda a luta pela terra.

Além disso, observamos que há uma insegurança relacionada à possibilidade de permanência no lote e o seu provimento enquanto patrimônio para os filhos.

[...] porque o arrendatário também vive trabalhando na terra de fazendeiro, pagando renda de fazendeiro, correndo todos os riscos, nós estamos idênticos ao arrendatário, não porque estamos assentados que nós podemos valorar, na verdade nós não temos nada aqui, [...] se fosse todo o dinheiro do governo nós estávamos construindo uma casa para morar nela dentro da terra do governo, mas não o contrário, aqui 95% é dinheiro nosso tirado da roça, fazendo uma propriedade, construindo na terra do governo, [...] amanhã ou depois nós podemos sair daqui com as malas do jeito que nós chegamos, [...] Segurança de que isso aqui vai ficar eternamente para os meus netos, para os meus filhos, a gente não tem essa certeza. A gente está tentando (...) (Luis)

Ao considerar que a casa atua na vida desses agricultores como um elemento de fixação na terra, em uma situação que o título da terra não existe e que a garantia é feita através da sua vinculação enquanto assentado de reforma agrária, a questão da segurança de posse entra como uma categoria imprescindível de ser considerada.

Portanto, ao promover a garantia da terra para essas famílias, é preciso garantir que as mesmas alcançam também uma moradia digna, entendendo-a enquanto garantia de segurança de permanência, mas não somente dos agricultores como também de seus filhos. Para tanto, é

preciso considerar que há a reprodução da família no lote dos assentamentos como expressão de sua própria tradição.

A partir dos dados descritivos, foi possível constatar que as casas dos agregados apresentam condições mais precárias de habitação, reforçando a necessidade de afirmá-las como parte dos assentamentos rurais e considerá-las dentro das políticas públicas habitacionais, principalmente pela constatação de que os mesmos estão participando e promovendo a produção agrícola no Assentamento.

Hoje, a política habitacional para os assentamentos rurais passa por grandes mudanças, ao serem transferidas as suas responsabilidades do Incra, em parceria com a Caixa, para o Ministério das Cidades, através de sua inserção no Programa Minha casa, Minha Vida. Portanto, fica o questionamento: será que essa mudança irá sanar todas as dificuldades identificadas, aquelas que permeiam a efetivação dessa política no campo? Quais serão os novos obstáculos a enfrentar? E o que acontecerá com essas famílias que não podem acessar essas novas políticas habitacionais, continuarão na espera pelos ajustes da ineficiência de uma política antiga?

### **7.5.2 Bairro Ribeirão Grande –Ia acontecer uma desgraça aí.**

Para o bairro rural, não houve e não há qualquer atuação de programas habitacionais. Porém, há a presença do Estado através do Ibama e da área ser considerada como parte da APA da Serra da Mantiqueira.

Como já dito no capítulo sobre os dados descritivos, as determinações e os limites colocados ao Bairro impactam a vida de seus moradores, onde foram citados principalmente a mudança nas práticas agrícolas, a impossibilidade de construir novas casas e o limite de casas por metro quadrado (podendo ser uma casa a cada 2 hectares).

[...] já privaram bastante coisa, o pessoal não tem mais aquela liberdade. Não pode fazer um chiqueiro pra criar um porco, diz que não pode mais, vaca não pode estar atravessando rio, está proibido isso daí, mas é que o pessoal não tem outra coisa pra fazer está deixando, aí proibiram um monte de coisa. Não pode queimar lixo. Isso daí vai complicando tudo né. [...] Se você vai plantar nos morros não pode fazer um roçado, não pode queimar, se você vai plantar nas várgeas, não pode mexer, tem que ser longe do rio, as várgeas boas estão perto do rio, aí fica tudo por isso mesmo. A serra era palmitero puro, hoje o pessoal está levando tudinho os palmitos. Não sei quantos anos faz que não sei o que é comer um palmito. Aí vê as polícias indo atrás, mas já nem tem palmito mais. [...]

Pra começar eles não querem que ninguém faça casa, não pode fazer casa, só pode fazer casa de 20 mil metros pra cima, menos você não pode fazer, mas o pessoal está fazendo assim mesmo, então não estão parado quieto não. (Ernestina)

Essa mudança nas atividades agrícolas de consumo e de comercialização impactam a própria cultura dessas famílias, onde veem seus costumes alimentares serem substituídos por outros meios de obtenção de alimento, normalmente vinculados à compra desses produtos. Com isso, o entorno das casas se modifica e transforma a própria casa na ausência de seus elementos desse rural tradicional, mas principalmente ocorre a descaracterização do bairro enquanto local de manutenção de uma certa ordem para essas famílias.

Candido (2010) apresenta que as famílias do meio rural buscam no bloco familiar a coesão para a preservação de sua cultura frente a influência da urbanização no meio rural. Porém, observamos a partir do bairro Ribeirão Grande que é importante considerar que o próprio espaço influencia nessa possibilidade de reprodução dessas normas, das tradições. Caso isso não seja possível, há um afastamento progressivo dessas famílias, um estranhamento de si próprio no seu local, que é mantido somente pelo vínculo entre as próprias famílias.

A única atuação na questão da casa no Bairro é a do próprio poder público, ao caracterizar parte das casas como “Ocupação irregular” por estarem construídas em locais considerados impróprios. A solução colocada pelo mesmo é a demolição dessas casas, trazendo temor para todas as famílias do Bairro (Figura 33).



Figura 33 – Placas identificando áreas de Ocupação irregular ou Loteamento ilegal, nov. 2013, Bairro Ribeirão Grande, Pindamonhangaba-SP.

Autoria: Taísa M. Brosler.

Gouvêa e Ribeiro (2014) citam a falta de uma legislação urbanística e ambiental que considere as APPs como parte integrada à dinâmica urbana. A legislação existente possui muitas restrições inutilizando essas áreas que muitas vezes não conseguem nem realizar a própria função, pois são áreas atualmente ociosas e sujeitas às ocupações e usos ilegais.

No caso do bairro Ribeirão Grande, podemos considerar que o problema é similar, pois o meio rural não é formado por um padrão único de distribuição e uso do solo, de casas longínquas localizadas junto à área de produção. O adensamento ocorrido em partes do Bairro se traduz no próprio processo histórico de sua formação, em que houve a constituição da vila e o desmembramento das fazendas entre seus herdeiros, além da construção das casas para os filhos, netos e bisnetos das famílias dos *sitiantes*.

Porém, esse limitante faz com que os bisnetos já não tenham a possibilidade de construir suas casas no próprio Bairro, na propriedade de seus pais, e quando o fazem se encontram na expectativa de que a sua casa não passe pelo crivo do Estado.

É preciso considerar que esse processo de adensamento de partes do meio rural é intrínseco ao processo natural de formação das comunidades, portanto é preciso ponderar as soluções para reverter as situações já concretizadas, orientando as demandas para a elaboração de planejamentos também para as áreas rurais (assim como há o planejamento e gestão do território para o meio urbano).

Além disso, a antiga proposta de criação do Parque e a atual proposta de Tombamento da Serra da Mantiqueira geram uma forte insegurança nas famílias em poder permanecer em suas casas e no próprio bairro.

Você deve estar sabendo. Parece que vão desativar esse bairro aqui. O que o povo fala é isso daí. Diz que do Edmundo [Restaurante da vila] pra cá não vai ficar nenhuma casa. (Ernestina)

Tem cada história desse parque. Há 40 anos já teve lá pros lados de Itatiaia e inclusive eu conheço gente que morreu por causa disso até. Teve um senhor lá, dessas pessoas que são grudadas na terra, que comprou ali, nasceu, criou, os filhos saíram tudo dali, apesar de ser uma área lá que é até difícil pra chegar, mas a pessoa estava lá. Quando ficou sabendo de um negócio desse aí a pessoa vai ficando doente até que faltou mesmo, não teve jeito, mas justamente por causa disso mesmo, disse que ia indenizar a propriedade e até hoje está lá sem receber nada, há 30 anos atrás. Quê que isso, agora fazer a mesma coisa pro povo aqui inteiro. [...] Quantas mil pessoas que não tem nesse parque aqui. (Dito)

Sarlet (2014) cita que a desapropriação por proteção ambiental gera conflito entre o direito à moradia e outros bens fundamentais, a qual não afeta somente uma pessoa ou famílias, mas uma coletividade impondo um sacrifício a este direito.

Souza (2008) destaca que a propriedade sendo um bem de personalidade não se constitui somente como patrimônio, mas está muito além de um bem material, estando diretamente relacionado à função existencial dos indivíduos.

As famílias entrevistadas relataram com pesar questões relacionadas à história do Bairro, à cultura da população local e ao próprio meio ambiente, apontando frementemente os impactos negativos trazidos por consequência dessas propostas externas ao seu meio.

Essa proposta de Tombamento da Serra da Mantiqueira possui o nome “Mantiqueira Viva”<sup>89</sup> e está sendo promovida principalmente pelo meio acadêmico como uma iniciativa necessária e urgente para a região, utilizando o discurso da constatação realizada pelos mesmos quanto a degradação do ambiente pela população.

Durante a entrega dos livretos no bairro, foi solicitada a nossa participação com apresentação do projeto e dos resultados da pesquisa em uma reunião na Casa da Agricultura de Pindamonhangaba, onde estavam presentes lideranças, agricultores e demais moradores dos bairros que se localizam na APA da Serra da Mantiqueira.

Constatou-se, a partir das falas dos presentes na reunião e a partir da vivência no Bairro, que não há uma construção dialógica e participativa dessa proposta, o que prevalece é uma visão “extremista” mesmo que competente sobre as condições da fauna e flora da região. Porém, outras dimensões se fazem presentes em um dado espaço e precisam ser consideradas.

Há uma questão histórica de exploração das terras do Vale do Paraíba para produção de café e posteriormente de leite. Atualmente, muitas dessas áreas, como foi observado no bairro Ribeirão Grande, foram reflorestadas naturalmente ou com atuação da própria comunidade, como relataram muitas das famílias entrevistadas. Além disso, há a questão sociocultural de formação dessa região, em que as famílias já pertencem ao local e o constroem, atribuindo-lhe identidade. É preciso considerar que qualquer proposta em que classifique legalmente a região traz inúmeras consequências para as famílias dessas áreas.

Nessa pesquisa, se tratando da questão do direito à moradia no meio rural e se tratando também de que essa moradia reflete não somente os seus aspectos físicos, mas também na confluência de relações entre o interior e o exterior, entre as casas, as famílias e o ambiente, a

---

<sup>89</sup> Essa chamada para a proposta de Tombamento da Serra da Mantiqueira pode ser visualizada em <http://mantiqueiraviva.com.br>. Acesso em 15 dez. 2013.

consideração dessas outras dimensões da própria comunidade são ressaltadas. A casa permeia a vida do ser e traz elementos da memória, da trajetória de constituição e transformação do próprio bairro, das inúmeras casas já passadas e compartilhadas com outras famílias que ali viveram ou que ali passarão a viver. Portanto, o ambiente é preenchido e compartilhado pelas casas existentes, pelas famílias viventes e pela fauna e flora circundante, todos esses elementos precisam estar presentes nas propostas realizadas para a região.

[...] imagina a criança, os pais de família que têm criança pequena que não têm pra onde ir, aí é duro né. Você pensa pelos outros. Gente de idade que tem a única casinha morando, vai fazer o quê? Não tem renda pra mó de comprar um outro lugar, não tem renda pra alugar uma casa, fazer o quê? Deus me livre guarde, ia acontecer uma desgraça aí. (Ernestina)

[...] a maioria daqui é gente que trabalha a vida inteira, a única coisa que conseguiu até hoje é isso daí. Chega numa hora dessa a pessoa fica (...) está esquivado não sabe o que faz. (Dito)

Caso as propostas não sejam construídas participativamente e seus limitantes não sejam explicitados para os sujeitos dessas comunidades, o resultado é a presença de insegurança de permanência em suas casas, em seu próprio bairro, influenciando substancialmente a conquista do direito à moradia para essas famílias. Ressalta-se, com isso, que essa questão se fez mais sobressalente no bairro rural do que no Assentamento, ao contrário do que se pensava inicialmente, e de que essa diretriz está estreitamente vinculada a forças externas que atuam constantemente nas duas comunidades.





## 8 O DIREITO À MORADIA E O NÓ DA TERRA<sup>90</sup>

Maricato (2008) utiliza a expressão de José de Souza Martins “A terra é um nó na sociedade brasileira” para trazer novamente a problemática da questão fundiária no nosso País, em que as irregularidades observadas no registro de terras, a forte especulação imobiliária e o loteamento ilegal fazem parte da construção de nossos rurais e de nossas cidades. A autora ressalta que esses preâmbulos da propriedade da terra trazem consequências para a questão habitacional no meio urbano e também um intenso conflito na questão da terra no meio rural, onde o poder do latifúndio ainda se faz presente e, em paralelo, persiste a luta daqueles que querem permanecer ou retornar às suas origens.

Aqueles que foram objetos de tantas leis ignoradas, os desterrados, os acampados, as vítimas da violência das milícias privadas ou mesmo públicas, aqueles que não possuem nada além da roupa do corpo e os instrumentos de trabalho, são acusados de violência porque não aceitam o destino das favelas, do tráfico, das marquises nas ruas. Insistem no direito a um pedaço desse imenso território para plantar, principalmente alimentos. (*Idem*, p. 4)

A partir dos dados apontados no capítulo sobre o Assentamento Conquista, percebe-se que as famílias assentadas são migrantes que viviam nos grandes centros urbanos do estado de São Paulo. Algumas estavam ainda morando em casas de aluguel, mas outras conseguiram comprar um terreno e alcançar a “casa própria”. Porém, ambas entraram para a luta pela terra, passaram pelo difícil período de acampamento, vivendo em barracos de lona, com o sonho de conseguirem um pedaço de terra para produzir e viver. Percebe-se, então, que a luta pela conquista da casa é colocado como consequência da conquista da terra, pois só a conquista da casa própria não cumpre com todas as necessidades da família, não sendo a aspiração máxima desse trabalhador, principalmente quando veem na terra a possibilidade de conquista e garantia de moradia também para os filhos.

A casa no Assentamento representa, então, uma conquista desse retorno ao meio rural, participa da (re)construção de sua identidade frente àquele passado que teve que ser deixado pela busca de melhores condições de vida no meio urbano.

No Bairro rural, por sua vez, representa a luta por permanecer no próprio bairro, na própria família, a casa compreendida a partir do espaço, do território, do sentimento e expressão de pertencimento.

---

<sup>90</sup> Esse capítulo foi compilado principalmente a partir das recomendações dos membros da banca de defesa. Agradecemos especialmente à Profa. Dra. Vera Lúcia Botta Ferrante, pela ênfase na colocação dos constrangimentos e conflitos existentes no processo de conquista da moradia para as famílias do meio rural.

Porém, tanto os assentados quanto os sujeitos do Bairro apresentaram insegurança de permanência na propriedade em que vivem por consequência do próprio Estado. Fals Borda (1963), já dizia da importância da posse da terra para que a qualidade da habitação estivesse presente, afirmando que, enquanto não houvesse a conquista da terra por esses camponeses, os recursos que poderiam ser direcionados à moradia seriam orientados a outras necessidades.

Durante todo o Colóquio sobre Habitação no campo, nas águas e nas florestas realizado em maio de 2015, foi colocada a importância e a necessidade urgente de se discutir a garantia de permanência das comunidades tradicionais e dos agricultores em suas terras, em suas localidades. A casa, portanto, será garantida a partir da conquista legítima da terra, enquanto isso não ocorre podemos falar e propor qualquer melhoria na casa, qualquer respeito à ela e se mostrará insignificante quando essas comunidades já não existirem.

Segundo Rolnik (ALFONSIN, 2014), os mais pobres são os que têm o direito à moradia mais violado, sendo que a principal forma de violação constatada por ela, em seu trabalho como Relatora especial da ONU para o Direito à Moradia adequada, é o acesso à terra, representando uma fronteira de discussão dos direitos econômicos e sociais em meio às contradições entre “uma multiplicidade de formas de acesso à terra”. Para a relatora, pior do que as condições precárias em que vivem os indivíduos é quando há a presença de conflito relacionado ao acesso à terra.

As famílias de ambas as comunidades compreendem, como consequência de sua tradição, a relação de propriedade da casa diferentemente da propriedade da terra, fazendo com que a ausência da posse da terra no Assentamento e no Bairro não influencie nos investimentos realizados na casa e na representação da casa no seio familiar. Porém, quando essa relação com a terra é permeada por determinações do Estado, a insegurança de posse se faz presente na vida dessas famílias, onde a relação anteriormente estabelecida com o sujeito proprietário da terra é substituída por uma entidade ausente de personificação, que se apresenta como um órgão regulador e punitivo e não representativo e garantidor de seus direitos.

Essa insegurança não se traduz numa preocupação diária, mas na relação de consideração da casa como patrimônio. Os recursos necessários à construção e reforma da casa são realizados da mesma forma, porém todos os entrevistados tanto do Assentamento

quanto do Bairro citaram que as “outras”<sup>91</sup> famílias já não orientavam seus investimentos a suas casas e realizavam até mesmo casas fora da comunidade.

O projeto de assentamento é expressão da luta frente a opressão histórica que viveram os agricultores familiares, porém sem garantir o direito à moradia este projeto não alcança seus princípios fundamentais, na garantia e promoção da dignidade desses indivíduos. Bergamasco e Norder (1996) apontam que a questão habitacional nos assentamentos rurais sempre foi uma demanda urgente, mas impulsionada por poucos.

Assim, as famílias continuarão na luta por investir o pouco recurso que tem na produção agrícola e a casa continuará inconclusa por muitos e muitos anos. Ressalta-se ainda que o problema enfrentado inicialmente pelas famílias para a construção da habitação, sendo principalmente a provisão de comida e de vestuário, viola outros direitos fundamentais desses indivíduos.

Como há a ausência do Estado nas ações relacionadas à promoção do direito à moradia no bairro Ribeirão Grande, ou mesmo da simples habitação, a presença da insegurança de permanência relacionada diretamente à possível demolição das casas faz com que o próprio Estado atue na violação desse direito, não cumprindo com a sua dupla função de promover e respeitar o direito à moradia, além de outros direitos consequentemente violados.

Rolnik (ALFONSIN, 2014) aponta que o direito à moradia ainda não se faz presente nos programas habitacionais, sendo de suma importância a proposta de políticas de direito à moradia, responsáveis por formular políticas públicas da área habitacional, da organização do território, do planejamento e da gestão territorial. Para ela, o principal desafio para que esse direito seja efetivado é o seu reconhecimento jurídico no país.

Bonduki (2014) reconhece a criação do Ministério das Cidades, e as demais propostas políticas resultantes desta, como um marco na questão habitacional do País e que é cedo ainda para avaliar os resultados das propostas promissoras do PNH. No entanto, ele destaca a perceptível inexistência da compreensão da habitação ao desconsiderar a sua dimensão fundiária, urbana, arquitetônica e ambiental, sendo tratada ainda tanto pelo governo quanto pelo setor privado “como uma mera questão de produção de unidades habitacionais ou de geração de crescimento econômico, emprego e crédito”, e ressalta a importância da criação de um “amplo leque de programas” que daria conta da diversidade existente no país. Frente a

---

<sup>91</sup> Citamos “outras”, pois era um discurso presente nos entrevistados, mas esses sujeitos não foram identificados durante as atividades do trabalho de campo.

isso, nos questionamos sobre os impactos do atual programa no meio rural, onde as suas particularidades estariam sendo consideradas a partir de um Ministério das Cidades.

Esse mesmo autor aponta para a importância dada à habitação social durante o trajeto das ações governamentais na questão da habitação através do Programa de Habitação Social do Município de São Paulo (1989-1992), em que a habitação foi considerada como elemento fundamental para a produção da cidade.

Portanto, apontamos que a moradia no meio rural, entendendo-a enquanto a consolidação da casa e do seu entorno, também se apresenta como elemento fundamental para a produção do rural, no reconhecimento do território de representatividade da comunidade. Wanderley (2001) considera que o continuum rural-urbano não se faz com a sobreposição de um meio ao outro, mas na sua complementação e reconhecimento do meio rural como um espaço entendido enquanto um lugar de vida, sendo “o lugar onde se vive”, com seus modos de vida e a referência identitária, e “o lugar de onde se vê e se vive o mundo”, no qual se projeta a consideração do “indivíduo rural” como parte da sociedade e na efetivação de sua própria cidadania<sup>92</sup>.

Fernandes e Alfonsin (2014) falam sobre a produção capitalista da cidade e suas consequências negativas para a garantia do direito à moradia adequada. Podemos considerar que há também uma produção capitalista do meio rural, ao atribuir a este novas características funcionais advindas da própria cidade, mas também com diretrizes e normativas construídas a partir das necessidades do meio urbano, principalmente ao considerar que a problemática habitacional, bem como o desrespeito ao direito à moradia, é algo intrínseco aos nossos centros urbanos.

Fals Borda (1963) há 50 anos atrás já explicitava as necessidades do meio rural brasileiro quanto à questão da moradia, afirmando a importância da criação de um setor especializado em habitação rural, em que os arquitetos extensionistas passariam por capacitações, para que as ações tivessem êxito.

Este nuevo tipo de “arquitecto extensionista”, producto de contactos con las disciplinas sociales, es el que se necesita en los programas de vivienda del Brasil y de muchos otros países en todo el mundo.” (*Idem*, p. 145)

Além disso, dizia que era preciso considerar, além dos espaços necessários no interior da casa, aqueles espaços “indispensáveis ao mundo rural” com a mesma importância que os

---

<sup>92</sup> Ou a confirmação de que este indivíduo não é considerado parte da sociedade e, como consequência, há a violação de sua cidadania.

outros, além de sincronizar as atividades de construção com as atividades agrícolas. E, principalmente, considerar reformas nas casas já existentes ao invés de se construir novas unidades.

Para tanto, as atuações não podem estar relacionadas a simples construção da habitação, é preciso considerar a comunidade rural como lugar de dignidade, de orgulho de estar e morar, nas relações entre as famílias e estas com a sociedade.

Houve uma valorização da agricultura familiar nos últimos 10 anos por parte do Estado, conforme destaca Wanderley (2014), porém os programas e as políticas públicas estiveram centrados, principalmente, na questão da produção agrícola ante a constante fragilidade econômica vinculada às atividades produtivas desses agricultores familiares.

Contudo, há que considerar que a estabilidade econômica requerida para que se garanta a qualidade de vida dessas famílias é uma proposta a longo prazo. Assim, durante este processo as famílias se veem sem alcançar sequer as condições mínimas de seus direitos, dependendo diretamente de outras atuações públicas, como de habitação, saúde e educação. Portanto, é preciso considerar ações dentro dos programas para a agricultura familiar que foquem também a questão da garantia à moradia digna.

O fato das responsabilidades pela construção de habitações nos assentamentos rurais ter passado do Incra para o Ministério das Cidades faz com que as ações no campo sejam realizadas por órgãos públicos distintos, dificultando a comunicação e a adequação das propostas às particularidades do meio, principalmente quando se considera que a moradia está inserida no contexto da produção, como já relatado. Além disso, a responsabilidade da infraestrutura continua sendo do Incra, reforçando, portanto, a consideração da habitação desvinculada ao seu meio, ao todo o que representa o direito à moradia.

Nossa reflexão leva a crer que a responsabilidade da ação voltada à conquista do direito à moradia no meio rural tem que estar vinculada à construção política feita para a agricultura familiar, sendo representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que seja possível discutir a própria função social da propriedade, na regularização e garantia da terra para essas famílias e, a partir disso, promover a garantia a outros direitos e também a promoção de ações relacionadas ao meio ambiente. Assim, o PNHR estaria inserido no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, sendo permeada por todos os ganhos já obtidos na construção participativa e pedagógica dessas atuações no campo (BROSLER, OLIVEIRA e BERGAMASCO, 2010).

### **8.1.1 Repensando o próprio Indicador**

As estratégias qualitativas permitiram discutir a profundidade requerida para avaliar o direito à moradia presente nas famílias de ambas as comunidades, principalmente para identificar os seus entraves e os arranjos realizados pela família no processo de construção da casa. A partir disso, apontamos os principais elementos considerados importantes para a construção desse Indicador de direito à moradia para o meio rural, além daqueles que já participam dos modelos obtidos.

Pudemos observar que é preciso considerar a intensa mobilidade presente nas comunidades rurais, que já não é representada somente pela migração campo-cidade, mas há o retorno e a presença da “multiresidência”. Isso precisa estar nos estudos referentes ao direito à moradia para compreender os motivos das partidas e dos retornos e se há algum investimento na casa e no lote, ou na compra de propriedade, quando a família está fora da comunidade ou apenas alguns de seus membros.

Outra constatação de suma importância está na autonomia no construir. Se por um lado o meio rural traz a liberdade para a decisão de como se construir a casa e as demais benfeitorias, pela ausência de normas e regras que são colocadas às construções na zona urbana, por outro lado as limitações financeiras e da própria política pública, quando o caso, fazem com que essa autonomia não seja possibilitada.

A presença da autonomia faz com que a família possa expandir a sua representação cultural na casa, na escolha do projeto, dos materiais construtivos, mas também de seus móveis, de seus enfeites e no seu entorno, na constituição do jardim e dos elementos do rural que a rodeiam. Além disso, a autonomia possibilita também a escolha do uso ou não da própria mão de obra e da família.

Essa constatação justifica a ausência da materialização dos elementos do rural nas casas “inacabadas”, fazendo com que as famílias representem esses elementos no inconcluso, na conformação, na satisfação com a realidade presente, reproduzindo a simplicidade e rusticidade de sua lógica camponesa.

A consequência da ausência ou ineficácia do Estado na promoção da moradia digna no meio rural faz com que não haja esta autonomia, não garantindo a conquista do direito à moradia principalmente quanto à diretriz de Adequação Cultural.

Ressalta-se, com isso, que essa diretriz tem que estar atrelada a constatação da presença ou não dessa autonomia no construir, em que a pessoa pode escolher se quer ou não participar dos processos de decisão e construção da casa, se a pessoa pôde realizar o projeto

que gostaria, tanto nos aspectos da reprodução dos espaços quanto dos materiais utilizados, e se a pessoa utilizou o tempo que gostaria para construir e a forma como gostaria.

[...] debemos reconocerla como una prueba de la versatilidad y de la adaptabilidad del hombre a su ambiente, para de ello aprender algunas lecciones y proceder a un planeamiento inteligente de mejoras. Muchas veces tratamos de imponer soluciones foráneas y, por lo mismo, con bastantes posibilidades de ser desadaptadas y pasamos por alto las respuestas que el mismo hombre del campo nos da para la construcción parsimoniosa y funcional de su habitación. (FALS BORDA, 1956, p. 7-8)

O Indicador proposto neste trabalho foi feito a partir das diretrizes da ONU, portanto as questões relacionadas à localidade e disponibilidade de infraestrutura estavam vinculadas às necessidades do meio urbano. Frente a isso, é preciso reforçar na elaboração desse Indicador as necessidades próprias do meio rural, considerando a participação do entorno nesta avaliação.

Para as famílias agricultoras, é preciso questionar sobre os meios necessários para que possam realizar o seu trabalho na terra, não somente a infraestrutura existente, mas a disponibilidade de terra para trabalho, de bens materiais, equipamentos, o acesso aos insumos necessários à produção, além da comercialização de seus produtos.

Além disso, observamos que a relação de propriedade da terra e da casa era permeada por um sentimento de dúvida que ocasionava a presença da insegurança de permanência da família na casa e na propriedade, mesmo que esse sentimento não fosse retratado como uma insegurança de posse.

Essa constatação de que havia uma insegurança não retratada nas respostas dos questionários foi constatada tanto no Bairro quanto no Assentamento. Pois, a insegurança existente remete a um sentimento que não impacta o dia a dia dessas famílias e nem os investimentos realizados tanto na casa quanto no terreno, mas essa dúvida era sempre relatada principalmente frente à descrença no Estado como entidade representativa e defensora de seus direitos.

Assim, é preciso questionar sobre a possibilidade de permanecer na própria comunidade, em que as distintas relações com a propriedade da terra ou da casa sejam caracterizadas pela segurança de permanência das famílias no local, se fazendo mais importante do que a constatação da segurança de posse.

Então nós nunca tivemos uma propriedade assim e aí agora pra mim está bom demais. Não tenho vida de marajá, porque a gente não tem um investimento pra investir, mas pra viver está tranquilo, sossegado, a casa da gente, tudo certinho pra gente, bom demais. Fase boa eu acho. Diferente do que nós passamos, que não tinha onde morar, morava em fazenda lá no norte, no vale do Jequitinhonha, fazenda, no sítio dos outros, então era só sofrimento. Tinha que trabalhar praquela pessoa lá, quando não tinha serviço mandava embora, você não sabia pra onde é que ia. (Cícero, 59 anos, titular, Assentamento Conquista)



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados dos questionários, foi possível realizar a análise estatística e identificar o que está influenciando a conquista do direito à moradia para o Assentamento Conquista e para o bairro Ribeirão Grande. Os fatores extraídos apresentam variáveis que contêm sentidos comuns e representam cinco das sete diretrizes da ONU. Ao comparar as duas realidades estudadas, observa-se que muitas das variáveis de saída são as mesmas ou apresentam similaridades entre os modelos obtidos, constatando que a atuação do Estado no Assentamento não influenciou consubstancialmente no processo de construção da moradia.

As variáveis relacionadas à habitabilidade são os principais determinantes dessa conquista. A insegurança de posse não apareceu no modelo do Assentamento e foi posicionado como último fator para o Bairro, porém constatou-se que há a insegurança de permanência das famílias nas suas casas. Além disso, a diretriz referente à Adequação Cultural e à “Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis” não conseguiram ser representados em ambos os modelos.

A análise do processo de conquista da casa se apresentou de suma importância para avaliarmos as saídas deste método quantitativo, atribuindo ao mesmo elementos que extrapolam a compreensão considerada inicialmente a partir das diretrizes da ONU.

Através da trajetória de vida dessas famílias e, conseqüentemente, do processo de conquista da moradia, foi possível trazer aspectos importantes para se refletir sobre o que é atualmente essa casa rural, quais as suas características e quais são as particularidades da conquista desse direito. Sua projeção no espaço e no tempo tem que ser analisada no entrelaçamento entre o presente, o passado e as pretensões futuras dessas famílias, observando que há a intenção de se reproduzir modelos trazidos do meio urbano, os quais são transformados pelo passado no meio rural fortemente presente nesses sujeitos e pelo próprio meio em que esta casa se insere.

Como há a constante precariedade no fator econômico dessas famílias, tampouco este projeto de casa é conquistado, resultando no sonho e na luta diária entre investir na produção e esperar que a mesma gere lucro suficiente para ser invertido na casa. Com isso, as famílias assentadas e também aquelas originárias dos antigos sitiamentos atribuem as suas marcas nas casas “inconclusas”. Caracterizadas por seus aspectos rústico e de simplicidade, representam as lógicas familiares nos elementos provisórios permanentes e nos elementos transitórios, fazendo com que esta casa se mostre em constante transformação.

Existe um sujeito, ou múltiplos sujeitos, representado na casa, em que não é o indivíduo que influencia nas decisões relacionadas à esta, que atribui a ela seus elementos, mas a família e não somente a família que vive na casa, mas a família estendida, conjurando aqueles que estão fisicamente habitando-a, mas aqueles que moram fora, aqueles que vão e voltam, aqueles que nascem e aqueles que já morreram.

No caso do bairro Ribeirão Grande encontramos uma diversidade de situações de propriedade da terra e da casa. As famílias estão em constante adaptação aos espaços “impostos” e o processo de conquista da casa se faz através de outras relações que não se limitam somente à construção de sua casa. As casas trazem em si a identidade sociocultural do bairro, fazendo com que as relações sejam reforçadas e mantidas através da memória, em que o passado faz parte da própria noção de localidade. Observamos que há uma luta anterior ao processo de conquista da casa própria, sendo uma luta por se manter no próprio bairro, no seu local de origem, com garantia de trabalho e renda.

Constatamos, portanto, que é preciso considerar nos estudos sobre a conquista da moradia no meio rural a questão histórica do processo de obtenção de terras no próprio local e a relação de trabalho na terra, pois essa se traduz nas desigualdades existentes no território.

Em ambas as comunidades, a relação com a própria casa, e também com a reprodução dos filhos na propriedade dos pais, estava permeada pela insegurança de permanência como consequência da precariedade do acesso à terra e da ineficácia do Estado quanto a sua garantia, fazendo com que o direito à moradia esteja sendo violado antes mesmo da garantia a uma habitação de qualidade.

No caso do Assentamento, há a atuação de um programa habitacional, porém este é insuficiente para que se consiga construir uma casa de acordo com as necessidades e requerências da família assentada. O tempo em que permanecem sem garantir condição habitacional adequada e os arranjos realizados pela família mostram-se como elementos chave para se refletir sobre a eficácia desse programa e propor mudanças específicas para o meio rural.

Ao comparar as duas realidades, observamos que as famílias que construíram suas casas passaram pelas mesmas dificuldades para conseguir construí-las, portanto esse apoio do Estado não está resultando em melhoria no processo de conquista do direito à moradia nem tampouco do direito de habitação.

Para tanto, é preciso elaborar uma política pública habitacional para o meio rural que considere a casa a partir de seus sujeitos, nos seus elementos históricos e culturais, e que

consiga sanar as dificuldades enfrentadas por essas famílias no processo de construção da casa. Isso se apresenta de suma importância quando se observa que as condições atuais da casa causam impactos nas condições de vida dessas famílias e que o próprio processo de conquista da moradia infringe outros direitos humanos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, B. Entrevista com a relatora especial da ONU para a moradia adequada, Raquel Rolnik. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, p. 27-38.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Indicadores para o cálculo do déficit e da demanda habitacional no Brasil e as mudanças nos questionários do censo demográfico 2010 do IBGE**. 2010. 09 p. Disponível em

<[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/indicadores\\_demanda\\_habitacao\\_19abr10.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/indicadores_demanda_habitacao_19abr10.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2011.

AZEVEDO, N. J. D. *et al.* Uma ferramenta da gestão da qualidade como indicativo da sustentabilidade da habitação popular – pesquisa de satisfação do usuário. In: SIMPEP, 2006, Bauru, **Anais...** Bauru, 2006. p. 1-12.

BARBO, A. R. C; SHIMBO, I. Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro – estudo dos métodos de cálculo da Fundação João Pinheiro e da Fundação Seade. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 75-94, nov. 2006.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política**. 3 ed. Editora brasiliense, 1987, p. 197-221.

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88 p.

\_\_\_\_\_. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: dos primeiros debates as atuais reflexões. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.33, n.2, p.203 - 226, 2006.

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Novel, 1985. 332 p.

BOILS, G. El envío de remesas como factor de cambio en la vivienda de la Mixteca Alta oaxaqueña. **Dimensión Antropológica**, v. 49, p. 143-178, 2010.

BONDUKI, N. Habitação e família, porque casa própria. In: KOWARICK, L. (org.). **Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais na região metropolitana de São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 1986, p. 317-383.

\_\_\_\_\_. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

\_\_\_\_\_. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008.

BOURDIEU, P. A casa ou o mundo às avessas. In: CORREA, M. (Org.) **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p.89-112.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n.º26**, de 14 de fevereiro de 2000. Dá nova redação ao art. 6 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCidades Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. 103 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2013. 78 p.

BROSLER, T. M. **Materiais não convencionais na construção civil**: presente, passado e futuro no processo de conhecimento dos assentados de Mogi Mirim-SP. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BROSLER, T. M., BERGAMASCO, S. M. P. P. O campo-cidade-campo representado no Assentamento Dom Tomás Balduino. **Retratos de Assentamentos**, v. 1, n. 13, p.263 - 284, 2010.

\_\_\_\_\_. Novas concepções da moradia no meio rural: uma reflexão a partir de assentamentos rurais no estado de São Paulo. **Temáticas**, v. 1, n. 42, p.13-43, 2013.

BROSLER, T. M.; OLIVEIRA, E. R. L.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Métodos na Nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 48., 2010, Campo Grande. **Anais**, 2010.

- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 336 p.
- CARDOSO, F. P. *et al.* Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária. **Labor & Engenho**, v.1, n.3, p.70-81, 2009.
- CARDOSO, L. **Crônica da casa assassinada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 518 p.
- DAMATTA, R. **A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991. 177 p.
- FALS BORDA, O. Aspectos psico-sociológicos de la vivienda rural colombiana. **Revista de Psicología**, v. 1, n. 2, 1956, p. 206-229.
- \_\_\_\_\_. **El Brasil. Campesinos y vivienda**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1963. 167 p.
- FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014. 359 p.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Lutas & Resistências**, n. 1, p. 76-90, set. 2006.
- FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, n.20/21, p. 121-147, 1997/1998.
- FIADZO, E. D.; HOUSTON, J. E.; GODWIN, D. Estimating housing quality for poverty and development policy analysis: Cwiq in Ghana. **Social Indicators Research**, n. 53, p. 137-162, 2001.
- FREYRE, G. **Oh de casa!** Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 188 p.
- GARCIA JR, A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 263 p.

\_\_\_\_\_. **O sul: caminho do roçado:** estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989. 285 p.

GOUVÊA, D. C.; RIBEIRO, S. B. A política de regularização fundiária – Programa Papel Passado avanços e desafios. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada:** o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, p. 319-339.

GROSSI, M.; SILVA, J. G. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas**, v. 11, n. 22, p. 201-216, 2006.

HABIS. **Síntese das discussões e propostas do II Colóquio habitat e cidadania:** habitação social no campo. São Carlos: Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – IAU/USP e UFSCar, Universidade de São Paulo, 2011. 23 p.

HAIR JR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados.** 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

HALBWACHS, M. A memória coletiva e o espaço. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990, p. 131-160.

HENKES, S. L. Dos reflexos jurídicos, políticos, sociais e ambientais da constitucionalização do direito à moradia. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 815, set. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7327>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 7, 1979. 164 p.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil.** 4 ed. Campinas: Editora Alínea, 2009. 141 p.

LEITE, M. M. A imagem através das palavras. In: LEITE, M. M. **Retratos de família**, São Paulo: Edusp, 1993.

LENNOY, C. P. **O descompasso das políticas públicas para a solução do déficit habitacional.** 150 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. A noção de casa. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Minhas palavras.** São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 185-187.



MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. **Mana**, v.5, n.2, p.31-60, 1999.

MARCONDES, R. L. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira**: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX. 285 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARICATO, E. O nó da terra. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, v. 15, p. 191-196, 2008. Disponível em: <http://revistapiuii.estadao.com.br/edicao-21/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-no-da-terra>. Acesso em 22 jul. 2015.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012. 172 p.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013. 206 p.

MARTINS, V. S. **Lugar da morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos de reforma agrária. 235 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAUAD, A. M. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010). **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 141-151, jan/jun. 2010.

MILAGRES, M. O. **Direito à moradia**. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, p. 5-28, out. 1999.

NUDH; ONU-HABITAT. **El derecho a una vivienda adecuada**. Folleto informativo sobre los derechos humanos n. 21/Rev. 1. Ginebra: Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2010. 56 p.

OLIVEIRA, Z. M. **Alcance e limites de uma política setorial de âmbito estadual**: a política de habitação de interesse social do estado de São Paulo, de 1984 a 2000. 232 f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos**, n. 74, p. 67-85, mar. 2006.

OLIVEIRA, J. T. A. **Segurança alimentar no campo**: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamentos e de remanescentes de quilombos. Relatório Final – Projeto Edital MCT/CNPq N.019/2010, 2013. 77 p.

OSÓRIO, L. M. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada**: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, p. 39-68.

ÖZDEMİR E.; WARD, T. **Housing and Social Inclusion**. Research note n.1 European Commission: Directorate-General "Employment, Social Affairs and Equal Opportunities", Unit E1 - Social and Demographic Analysis. Manuscript, November 2009, 23 p.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, C. A. *et al.* (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v.1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 203-216.

PÉ NA terra. Produção e Coordenação de Ana Dinorah Rodrigues. Taubaté: Unitau, 1997. 1 fita de vídeo (60 min.), VHS, son., color.

PICCINI, A. **A casa de Babilônia**: estudo da habitação rural no interior paulista. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 165 p.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. 188 p.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 242 p.

\_\_\_\_\_. Das entrevistas e de sua transcrição. In: QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2 ed. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, Coleção Textos, 4, p. 75-86. 1983.

\_\_\_\_\_. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. V. (Org.) **Experimentos com histórias de vida**: Itália – Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

SANCHEZ Q., C.; JIMENEZ R., E. O. La vivienda rural: su complejidad y estudio desde diversas disciplinas. **Luna Azul**, n. 30, p. 174-196, ene.-jun. 2010.

SANTOS, B. S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, p. 139-172, mar. 1988.

SARLET, I. W. O direito fundamental à moradia na constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte, ano. 1, n.02, p. 65-119, jul./set. 2003.

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a eficácia e efetividade do direito à moradia como direito de defesa aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada**: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, p. 261-292.

SAULE JR, N.; OSÓRIO, L. M. **Direito à moradia no Brasil**. Relatório Nacional. 2003. 43 p. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>>. Acesso em 15 mar. 2012.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. 410 p.

SHIMBO, L. Z.; INO, A. O diálogo entre moradores e arquitetos sobre materiais construtivos sustentáveis para habitação: analisando um processo de pesquisa-ação. **Ambiente construído**, v.5, n.2, 2005, p. 7-19.

SILVA, I. A. **A crise da moradia**; a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: UFPA, 1987. 136 p.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação**: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. 366 p.

THOMPSON, P. A entrevista. In: THOMPSON, P. **A voz do passado; história oral**. Paz e terra, 1992, p. 254-278.

UN-HABITAT; OHCHR. **Monitoring housing rights**: developing a set of indicators to monitor the full and progressive realization of the human right to adequate housing. Nairobi: UN-Habitat; OHCHR, 2003. 109 p.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. 123 p.

WESTAWAY, M. S. A longitudinal investigation of satisfaction with personal and environmental quality of life in an informal South African housing settlement. Doornkop, Soweto. **Habitat International**, n. 30, p. 175–189, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20.; 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 1-18.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, p. 31-44.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256 p.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. **Anuário antropológico**, v. 80, p. 119-150, 1982.

*Páginas acessadas:*

APEP <<http://apeporganicos.com.br/historico/>>. Acesso em 24 mai. 2015.

CBIC <<http://www.cbicdados.com.br/menu/materiais-de-construcao/cimento>>. acesso em 04 ago. 2015.

Direito à moradia ; ONU-Habitat. <[http://direitoamoradia.org/?page\\_id=46&lang=pt](http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt)>. Acesso em: 16 jun. 2012.

Incra <<HTTP://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4023-serra-da-mantiqueira-incia-levantamento-para-o-plano-de-manejo.html>>. Acesso em 12 ago. 2013.

Mantiqueira Viva <<http://mantiqueiraviva.com.br>>. Acesso em 15 set. 2014.



# APÊNDICES

## Apêndice 1 – Questões de percepção do Questionário das famílias assentadas

Projeto de Pesquisa (FAPESP N<sup>o</sup> 2011/21082-0; Edital MCTI /CNPq /MEC/CAPES N<sup>o</sup> 07/2011)

DIREITO À MORADIA NO MEIO RURAL

Entraves e possibilidades para a sua conquista

## FORMULÁRIO DE PESQUISA

### Fase 1 – FAMÍLIAS ASSENTADAS

Em relação às condições atuais da sua casa, qual é a avaliação de vocês quanto ao:

	Bom	Regular	Ruim	Não sabe/ não respondeu
1. Tamanho da casa/ quantidade de cômodos	3	2	1	9999
2. Qualidade da construção: paredes, telhado e piso				
3. Qualidade da construção: portas e janelas				
4. Qualidade da construção: instalação elétrica				
5. Qualidade da construção: instalação hidráulica				

6. A água que abastece a sua casa é suficiente para atender as necessidades da família?

1  Sim      0  Não      99999  não sabe / não respondeu

7. Se pagam pela água, Vocês consideram que o valor da conta de água que vocês pagam é:

1  Alta      2  Normal      3  Baixa  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

8. Se pagam pela água, Nesse último ano, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/ importante, ou pagar alguma dívida ou fazer investimento no lote para pagar a conta de água?

1  Mais de uma vez      2  Uma vez      3  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

9. Vocês consideram que o valor que vocês pagam/gastam no consumo de energia é:

1  Alto      2  Normal      3  Baixo  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

10. Nesse último ano, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer investimento no lote para pagar para ter energia?

1  Mais de uma vez      2  Uma vez      3  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

11. Qual a qualidade da energia que abastece a casa?

1  Boa      2  Regular      3  Ruim  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**12. Vocês estão satisfeitos com o tipo de tratamento do esgoto da sua casa?**

3  Sim      2  Mais ou menos      1  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**13. Vocês consideram que esse tipo de tratamento está poluindo o meio ambiente em volta da sua casa?**

1  Sim      0  Não      55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**14. Se não for coleta direta pública, Vocês estão satisfeitos com esse tipo de destino dado ao lixo da sua casa?**

3  Sim      2  Mais ou menos      1  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**15. Se não for coleta direta pública, Vocês consideram que esse tipo de destino dado ao lixo está poluindo o meio ambiente em volta da sua casa?**

1  Sim      0  Não      55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**16. O que vocês consideram quanto à qualidade do ar aqui na região onde moram?**

3  Boa      2  Regular      1  Ruim      99999  não sabe / não respondeu

**17. A casa de vocês fica perto de alguma fonte de poluição (lixão, indústria, etc.)?**

1  Sim      2  Não      99999  não sabe / não respondeu

Qual? \_\_\_\_\_

Como vocês avaliam o serviço público local de:

	Bom	Regular	Ruim	Não tem	Não utiliza
18. Coleta de lixo	3	2	1	0	55555
19. Transporte municipal e intermunicipal					
20. Transporte escolar					
21. Iluminação pública					
22. Telefone público					
23. Correio					
24. Estrada de acesso à sua propriedade					
25. Estrada de acesso ao centro da cidade					
26. Creche e Pré-escola					
27. Escola de Ensino Fundamental					
28. Escola de Ensino Médio					
29. Posto de saúde ou hospital					
30. Locais para lazer e esporte					

99999  não sabe / não respondeu



Como vocês avaliam a distância da casa de vocês da:

	Perto	Médio	Longe	Não tem	Não utiliza
31. Creche e Pré-escola	3	2	1	0	5555
32. Escola de Ensino Fundamental					
33. Escola de Ensino Médio					
34. Posto de saúde público ou hospital					
35. Ponto de ônibus (transporte público)					
36. Farmácia					
37. Locais para lazer e esporte					
38. Locais para compra de alimentos ou produtos de limpeza					
39. Local de trabalho (caso trabalhe fora)					

99999  não sabe / não respondeu

40. Qual é o grau de dificuldade de se achar emprego próximo à sua casa?

1  Alta      2  Média      3  Baixa

55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

41. Durante esse período de construção da casa, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer investimento no lote para colocar recurso na construção casa?

1  Sim, Mais de uma vez  
 2  Sim, Uma vez  
 3  Não, mas poderia ter feito uma casa melhor ou concluído se tivesse recurso  
 4  Não

55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

42. Se sim, o que?

1  Comprar comida      5  Medicamento  
 2  Produtos de higiene pessoal      6  Transporte  
 3  Material escolar      7  Investir na produção agrícola  
 4  Roupas      8  Manutenção de equipamentos  
 9  Outros. Quais? \_\_\_\_\_

55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

Como vocês avaliam a casa quanto ao:

	Bom	Regular	Ruim	Não sabe/ não respondeu
43. Resultado final da casa – projeto final				
44. Tempo de construção da casa				

55555  não se aplica

45. Vocês acham que esse valor do aluguel é:

1  Alto      2  Médio      3  Baixo

55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu



59. Se há idoso, **A casa está adequada aos idosos?** (é preciso modificar algo?)

3  Sim

2  Mais ou menos

1  Não

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

	Sempre	Às vezes	Nunca	Não sabe/não respondeu
60. Há a presença de umidade dentro da casa?	1	2	3	99999
61. E de goteiras?	1	2	3	99999
62. Aparecem insetos, ratos, etc. dentro da casa?	1	2	3	99999
63. Vocês se sentem seguros quanto à estrutura da casa (mesmo quando chove, venta)?	3	2	1	99999
64. Vocês se sentem seguros no lugar onde moram?	3	2	1	99999
65. Vocês consideram violento o local onde moram?	1	2	3	99999

66. Vocês estão satisfeitos com a paisagem/jardim em volta da casa?

3  Sim

2  Mais ou menos

1  Não

99999  não sabe / não respondeu

67. E com a vista da região em volta da casa?

3  Sim

2  Mais ou menos

1  Não

99999  não sabe / não respondeu

68. Nesse último ano, vocês foram ameaçados de remoção de sua casa?

1  Mais de uma vez

2  Uma vez

3  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

69. E do Assentamento?

1  Mais de uma vez

2  Uma vez

3  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

70. No dia a dia, vocês se sentem ameaçados com relação à possível remoção de sua casa?

1  Sempre

2  As vezes

3  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

71. E do Assentamento?

1  Sempre

2  As vezes

3  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

72. No dia a dia, vocês se sentem seguros de sua permanência na propriedade?

1  Sempre

2  As vezes

3  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

73. Caso seus filhos decidam continuar morando na propriedade, vocês se sentem seguros da permanência deles?

1  Sim

2  Mais ou menos

3  Não

99999  não sabe / não respondeu

74. Nesse último ano, vocês se sentiram protegidos pela lei contra a remoção de vocês da sua casa?

2  Sempre

1  As vezes

0  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

75. E do Assentamento?

2  Sempre

1  As vezes

0  Nunca

99999  não sabe / não respondeu

**76. Para a preparação dos alimentos, nesse último ano, vocês tiveram dificuldades para:**

1  Comprar gás

2  Conseguir lenha

3  Não

99999  não sabe / não respondeu

**77. Vocês estão satisfeitos com a sua vida aqui no assentamento (condições de vida)?**

3  Sim

2  Mais ou menos

1  Não

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**78. O que aconteceu com as condições de vida de vocês, em comparação com a sua vida antes de vir para o assentamento?**

3  Melhorou

2  Está igual

1  Piorou

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**79. E o que aconteceu com as condições de vida de vocês, em comparação com a sua vida no início do assentamento?**

3  Melhorou

2  Está igual

1  Piorou

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**80. O que falta para que esta casa esteja perfeita para vocês?**

---

---

---

99999  não sabe / não respondeu

## Apêndice 2 – Questões de percepção do Questionário das famílias dos bairros rurais

Projeto de Pesquisa (FAPESP N° 2011/21082-0; Edital MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011)

DIREITO À MORADIA NO MEIO RURAL  
Entraves e possibilidades para a sua conquista

# FORMULÁRIO DE PESQUISA

## Fase 2 – FAMÍLIAS DOS BAIRROS RURAIS

Em relação às condições atuais da sua casa, qual é a avaliação de vocês quanto ao:

	Bom	Regular	Ruim	Não sabe/ não respondeu	Não se aplica
1. Tamanho da casa/ quantidade de cômodos	3	2	1	9999	55555
2. Qualidade da construção: paredes, telhado e piso					
3. Qualidade da construção: portas e janelas					
4. Qualidade da construção: instalação elétrica					
5. Qualidade da construção: instalação hidráulica					

6. Qual é a qualidade dessa água que abastece a casa?

- 1  Boa      2  Regular      3  Ruim  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

7. A água que abastece a sua casa é suficiente para atender as necessidades da família?

- 1  Sim      0  Não      99999  não sabe / não respondeu

8. Se pagam pela água, **Vocês consideram que o valor da conta de água que vocês pagam é:**

- 1  Alta      2  Normal      3  Baixa  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

9. Se pagam pela água, **Nesse último ano, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/ importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para pagar a conta de água?**

- 1  Mais de uma vez      2  Uma vez      3  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

10. Vocês consideram que o valor que vocês pagam/gastam no consumo de energia é:

- 1  Alto      2  Normal      3  Baixo  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

11. **Nesse último ano, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para pagar para ter energia?**

- 1  Mais de uma vez      2  Uma vez      3  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**12. Qual é a qualidade da energia que abastece a casa?**

1  Boa      2  Regular      3  Ruim  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**13. Se tem telefone fixo ou fixo rural, Qual é a qualidade desse serviço?**

1  Boa      2  Regular      3  Ruim  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**14. Vocês estão satisfeitos com o tipo de tratamento do esgoto da sua casa?**

3  Sim      2  Mais ou menos      1  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**15. Vocês consideram que esse tipo de tratamento está poluindo o meio ambiente em volta da sua casa?**

1  Sim      0  Não      55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**16. Se não for coleta direta pública, Vocês estão satisfeitos com esse tipo de destino dado ao lixo da sua casa?**

3  Sim      2  Mais ou menos      1  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**17. Se não for coleta direta pública, Vocês consideram que esse tipo de destino dado ao lixo está poluindo o meio ambiente em volta da sua casa?**

1  Sim      0  Não  
55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**18. O que vocês consideram quanto à qualidade do ar aqui na região onde moram?**

3  Boa      2  Regular      1  Ruim  
99999  não sabe / não respondeu

**19. A casa de vocês fica perto de alguma fonte de poluição (lixão, indústria, etc.)?**

1  Sim      2  Não      99999  não sabe / não respondeu

Qual? \_\_\_\_\_

**Como vocês avaliam o serviço público local de:**

	Bom	Regular	Ruim	Não tem	Não utiliza
20. Coleta de lixo	3	2	1	0	55555
21. Transporte municipal e intermunicipal					
22. Transporte escolar					
23. Iluminação pública					
24. Telefone público					
25. Correio					
26. Estrada de acesso ao seu sítio					
27. Estrada de acesso ao centro da cidade					
28. Creche e Pré-escola					
29. Escola de Ensino Fundamental					
30. Escola de Ensino Médio					
31. Posto de saúde					
32. Hospital					
33. Atendimento domiciliar - PSF					
34. Locais para lazer e esporte					

99999  não sabe / não respondeu

**Como vocês avaliam a distância da casa de vocês da(o):**

	Perto	Médio	Longe	Não tem	Não utiliza
35. Creche e Pré-escola	3	2	1	0	5555
36. Escola de Ensino Fundamental					
37. Escola de Ensino Médio					
38. Ponto de ônibus					
39. Posto de saúde público					
40. Hospital					
41. Farmácia					
42. Locais para lazer e esporte					
43. Locais para compra de alimentos ou produtos de limpeza					
44. Local de trabalho (caso trabalhe fora)					

99999  não sabe / não respondeu

**45. Qual é o grau de dificuldade de se achar emprego próximo à sua casa?**

1  Alta

2  Média

3  Baixa

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**46. Durante esse período de construção da casa, vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para colocar recurso na construção casa?**

- 1  Sim, Mais de uma vez      2  Sim, Uma vez      3  Não  
 55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**47. Se sim, o que?**

- 1  Comprar comida      5  Medicamento  
 2  Produtos de higiene pessoal      6  Transporte  
 3  Material escolar      7  Investir na produção agrícola  
 4  Roupas      8  Manutenção de equipamentos  
 9  Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**Como vocês avaliam a casa quanto ao:**

	Bom	Regular	Ruim	Não sabe/ não respondeu	Não se aplica
48. Resultado final da casa – projeto final	3	2	1	99999	55555
49. Tempo de construção da casa					

**50. Vocês acham que esse valor pago na casa foi:**

- 1  Alto      2  Normal      3  Baixo  
 55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**51. Vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para pagar a casa?**

- 1  Mais de uma vez      2  Uma vez      3  Não  
 55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu

**52. Se sim, O que?**

- 1  Comprar comida      5  Medicamento  
 2  Produtos de higiene pessoal      6  Transporte  
 3  Material escolar      7  Investir na produção agrícola  
 4  Roupas      8  Manutenção de equipamentos  
 9  Outros. Quais? \_\_\_\_\_ 55555  não se aplica 99999  não sabe / não respondeu

**53. Vocês acham que esse valor do aluguel é:**

- 1  Alto      2  Normal      3  Baixo  
 55555  não se aplica      99999  não sabe / não respondeu



**54. Vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para pagar o aluguel da casa ou da área?**

- 1  Mais de uma vez                      2  Uma vez                      3  Não  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**55. Se sim, O que?**

- 1  Comprar comida                      5  Medicamento  
 2  Produtos de higiene pessoal                      6  Transporte  
 3  Material escolar                      7  Investir na produção agrícola  
 4  Roupas                      8  Manutenção de equipamentos  
 9  Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**56. Vocês gostam desta casa?**

- 3  Sim                      2  Mais ou menos                      0  Não  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**57. Vocês deixaram de comprar alguma coisa necessária/importante, ou pagar alguma dívida ou fazer algum investimento para fazer reforma na casa?**

- 1  Mais de uma vez                      2  Uma vez                      3  Não  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**58. Se sim, o que?**

- 1  Comprar comida                      5  Medicamento  
 2  Produtos de higiene pessoal                      6  Transporte  
 3  Material escolar                      7  Investir na produção agrícola  
 4  Roupas                      8  Manutenção de equipamentos  
 9  Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**59. Vocês acham que esta casa tem conforto?**

- 1  Sim                      2  Mais ou menos                      3  Não  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**Como vocês avaliam a casa de vocês quanto ao:**

	Bom	Regular	Ruim	Não sabe/ não respondeu
60. Conforto quanto à temperatura	3	2	1	99999
61. Conforto quanto à iluminação interna				
62. Conforto quanto à circulação de ar (casa arejada)				
63. Organização do espaço da casa (repartição dos cômodos, varanda, área de serviço)				
64. Formato da casa (aspectos arquitetônicos)				
65. Localização da casa dentro do sítio				

**66. E sobre a localização do sítio?**

- 1  Bom                      2  Regular                      3  Ruim  
 55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**67. Se há pessoa com deficiência ou doença que precisa de cuidados, A casa está adequada à pessoa com deficiência ou doença que precisa de cuidados? (é preciso modificar algo?)**

3  Sim            2  Mais ou menos            1  Não

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

**68. Se há criança, A casa está adequada às crianças? (é preciso modificar algo?)**

3  Sim            2  Mais ou menos            1  Não

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

**69. Se há idoso, A casa está adequada aos idosos? (é preciso modificar algo?)**

3  Sim            2  Mais ou menos            1  Não

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

	Sempre	Às vezes	Nunca	Não sabe/não respondeu
70. Há a presença de humidade dentro da casa?	1	2	3	99999
71. E de goteiras?	1	2	3	99999
72. Aparecem insetos, ratos, etc. dentro da casa?	1	2	3	99999
73. Vocês se sentem seguros quanto à estrutura da casa (mesmo quando chove, venta)?	3	2	1	99999
74. Vocês se sentem seguros no lugar onde moram?	3	2	1	99999
75. Vocês consideram violento o local onde moram?	1	2	3	99999

**76. Vocês estão satisfeitos com o jardim em volta da casa?**

3  Sim            2  Mais ou menos            1  Não

5  Não tem jardim, mas eu gostaria de ter            4  Não tem jardim e eu não quero ter

99999  não sabe / não respondeu

**77. E com a vista da região em volta da casa?**

3  Sim            2  Mais ou menos            1  Não

respondeu

99999  não sabe / não

**78. Caso o entrevistado seja proprietário, Vocês sofrem algum tipo de ameaça de retirada de vocês desse sítio?**

1  Sim            2  Não

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

**79. Nesse último ano, vocês foram ameaçados de remoção de sua casa?**

1  Mais de uma vez            2  Uma vez            3  Nunca

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

**80. No dia a dia, vocês se sentem ameaçados com relação à possível remoção de sua casa?**

1  Sempre            2  As vezes            3  Nunca

55555  não se aplica            99999  não sabe / não respondeu

**81. No dia a dia, vocês se sentem seguros de que vocês possam permanecer no sítio?**

1  Sempre                      2  As vezes                      3  Nunca  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**82. Caso seus filhos decidam continuar morando no sítio, vocês se sentem seguros de que eles possam permanecer?**

1  Sim                      2  Mais ou menos                      3  Não  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**83. Caso haja alguma situação de risco de remoção de vocês do sítio, vocês se sentem protegidos pela lei (governo) contra a retirada de vocês do sítio?**

2  Sim                      1  Mais ou menos                      0  Não  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**84. Vocês estão satisfeitos com a vida de vocês neste sítio (condições de vida)?**

3  Sim                      2  Mais ou menos                      1  Não  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**85. Vocês querem continuar morando neste sítio?**

1  Sim                      0  Não                      55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu  
respondeu

**86. Caso não, E nesse bairro?**

1  Sim                      0  Não  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**87. Caso não, E no campo (meio rural)?**

1  Sim                      0  Não  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**88. O que aconteceu com as condições de vida de vocês, em comparação com a sua vida antes de vir para esse sítio?**

3  Melhorou                      2  Está igual                      1  Piorou  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**89. E para esse bairro?**

3  Melhorou                      2  Está igual                      1  Piorou  
55555  não se aplica                      99999  não sabe / não respondeu

**90. E o que aconteceu com as condições de vida de vocês, em comparação com a sua vida quando vocês chegaram nesse bairro ou bairros vizinhos?**

3  Melhorou

2  Está igual

1  Piorou

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**91. Caso morem nesse bairro ou nos bairros vizinhos desde criança, O que aconteceu com as condições de vida de vocês, em comparação com a vida que levava com os pais quando vocês tinham 12 anos?**

3  Melhorou

2  Está igual

1  Piorou

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**92. O que falta para que esta casa esteja perfeita para vocês?**

---

---

---

99999  não sabe / não respondeu

**93. Esta casa está conservada?**

3  Sim

2  Mais ou menos

1  Não

55555  não se aplica

99999  não sabe / não respondeu

**94. Caso não seja proprietário, Se vocês pudessem mexer na casa, investir nela, o que vocês fariam para deixar a casa perfeita para vocês?**

---

---

---

99999  não sabe / não respondeu

Apêndice 3 – Tabelas de saída da última análise fatorial para o banco de dados do Assentamento Conquista

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,629
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	884,041
	df	105
	Sig.	,000

Anti-image Matrices

	V17	V18	V31	V19	V11	V12	V5	V25	V9	V28	V26	V13	V14	V8	V27	
Anti-image Correlation	V17	,750 <sup>a</sup>	,132	-,091	,019	-,084	-,013	-,030	-,041	,129	,045	,064	-,112	-,210	-,237	-,306
	V18	,132	,551 <sup>a</sup>	-,749	-,253	-,067	,075	-,050	,019	,044	-,069	,052	,085	,042	,024	,024
	V31	-,091	-,749	,601 <sup>a</sup>	-,048	,070	-,087	,030	-,010	-,022	,005	-,061	-,139	-,107	-,027	-,029
	V19	,019	-,253	-,048	,771 <sup>a</sup>	-,071	,145	-,094	,064	,032	,024	-,020	-,046	-,052	-,075	,019
	V11	-,084	-,067	,070	-,071	,516 <sup>a</sup>	-,046	,034	,078	-,448	-,069	-,140	,085	-,075	,055	,078
	V12	-,013	,075	-,087	,145	-,046	,546 <sup>a</sup>	-,847	,043	-,116	,046	-,118	-,126	-,069	,021	,054
	V5	-,030	-,050	,030	-,094	,034	-,847	,544 <sup>a</sup>	-,035	,068	-,103	,114	,117	,072	,002	-,125
	V25	-,041	,019	-,010	,064	,078	,043	-,035	,638 <sup>a</sup>	-,332	-,578	,049	-,023	-,050	,050	-,032
	V9	,129	,044	-,022	,032	-,448	-,116	,068	-,332	,610 <sup>a</sup>	,021	,102	,026	-,004	-,090	-,037
	V28	,045	-,069	,005	,024	-,069	,046	-,103	-,578	,021	,642 <sup>a</sup>	-,145	,001	,146	-,277	-,068
	V26	,064	,052	-,061	-,020	-,140	-,118	,114	,049	,102	-,145	,523 <sup>a</sup>	-,508	,153	,012	-,092
	V13	-,112	,085	-,139	-,046	,085	-,126	,117	-,023	,026	,001	-,508	,599 <sup>a</sup>	-,006	-,023	-,041
	V14	-,210	,042	-,107	-,052	-,075	-,069	,072	-,050	-,004	,146	,153	-,006	,721 <sup>a</sup>	-,305	-,210
	V8	-,237	,024	-,027	-,075	,055	,021	,002	,050	-,090	-,277	,012	-,023	-,305	,765 <sup>a</sup>	-,057
	V27	-,306	,024	-,029	,019	,078	,054	-,125	-,032	-,037	-,068	-,092	-,041	-,210	-,057	,812 <sup>a</sup>

**Communalities**

	Initial	Extraction
V17	1,000	,666
V18	1,000	,850
V31	1,000	,801
V19	1,000	,522
V11	1,000	,830
V12	1,000	,922
V5	1,000	,919
V25	1,000	,800
V9	1,000	,721
V28	1,000	,806
V26	1,000	,805
V13	1,000	,759
V14	1,000	,679
V8	1,000	,596
V27	1,000	,560

**Total Variance Explained**

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,205	21,370	21,370	3,205	21,370	21,370	2,337	15,577	15,577
2	2,150	14,333	35,702	2,150	14,333	35,702	2,115	14,100	29,678
3	1,739	11,596	47,298	1,739	11,596	47,298	1,885	12,565	42,243
4	1,612	10,746	58,044	1,612	10,746	58,044	1,829	12,194	54,437
5	1,468	9,790	67,834	1,468	9,790	67,834	1,626	10,842	65,279
6	1,062	7,080	74,914	1,062	7,080	74,914	1,445	9,635	74,914
7	,676	4,507	79,421						
8	,615	4,099	83,520						
9	,548	3,654	87,174						
10	,490	3,268	90,441						
11	,466	3,110	93,551						
12	,369	2,461	96,013						
13	,275	1,837	97,849						
14	,191	1,277	99,126						
15	,131	,874	100,000						

**Rotated Component Matrix<sup>a</sup>**

	Component					
	1	2	3	4	5	6
V17	,800					
V18	,792					
V31	,699					
V19	,689					
V11		,916				
V12		,862				
V5		,696				
V25			,944			
V9			,942			
V28				,869		
V26				,867		
V13					,890	
V14					,847	
V8						,907
V27						,740

**Reliability Statistics – Fator 1**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,741	,753	4

**Reliability Statistics – Fator 2**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,782	,775	3

**Reliability Statistics – Fator 3**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,918	,918	2

**Reliability Statistics – Fator 4**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,787	,789	2

**Reliability Statistics – Fator 5**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,668	,715	2

**Reliability Statistics – Fator 6**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,610	,634	2

**Apêndice 4 – Tabelas de saída da última análise fatorial para o banco de dados do bairro Ribeirão Grande**

**KMO and Bartlett's Test**

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,619
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	1164,459
	df
	120
	Sig.
	,000

**Anti-image Matrices**

	V17	V34	V19	V31	V11	V12	V13	V27	V26	V8	V10	V9	V25	V3	V1	V2
Anti-image Correlation V17	,688 <sup>a</sup>	,135	-,061	,003	,079	-,091	-,064	,086	-,068	-,243	-,156	-,441	,015	-,042	,157	-,167
V34	,135	,567 <sup>a</sup>	-,850	-,051	,075	-,023	,035	,177	-,196	-,064	,017	-,013	,052	,044	-,078	-,266
V19	-,061	-,850	,561 <sup>a</sup>	,013	-,041	-,056	-,096	-,159	-,106	,059	-,051	,015	-,041	-,100	,112	,259
V31	,003	-,051	,013	,626 <sup>a</sup>	-,195	,166	-,526	,030	,065	,032	,000	-,058	,070	,003	-,117	-,181
V11	,079	,075	-,041	-,195	,547 <sup>a</sup>	-,907	,116	,215	,068	-,091	-,001	-,113	,057	-,164	,097	-,147
V12	-,091	-,023	-,056	,166	-,907	,570 <sup>a</sup>	-,121	-,181	,070	,064	-,045	,077	-,028	,064	-,067	,080
V13	-,064	,035	-,096	-,526	,116	-,121	,616 <sup>a</sup>	-,271	,041	,044	,033	,072	-,072	,064	,041	,083
V27	,086	,177	-,159	,030	,215	-,181	-,271	,583 <sup>a</sup>	,133	-,056	-,079	-,109	-,074	-,033	,031	-,590
V26	-,068	-,196	-,106	,065	,068	,070	,041	,133	,845 <sup>a</sup>	-,108	,111	-,036	,073	-,106	-,119	-,071
V8	-,243	-,064	,059	,032	-,091	,064	,044	-,056	-,108	,713 <sup>a</sup>	-,322	-,108	,005	,151	-,098	,021
V10	-,156	,017	-,051	,000	-,001	-,045	,033	-,079	,111	-,322	,777 <sup>a</sup>	-,084	-,087	,047	-,037	,109
V9	-,441	-,013	,015	-,058	-,113	,077	,072	-,109	-,036	-,108	-,084	,722 <sup>a</sup>	-,138	,089	-,043	,060
V25	,015	,052	-,041	,070	,057	-,028	-,072	-,074	,073	,005	-,087	-,138	,633 <sup>a</sup>	-,286	-,251	,042
V3	-,042	,044	-,100	,003	-,164	,064	,064	-,033	-,106	,151	,047	,089	-,286	,663 <sup>a</sup>	-,292	-,105
V1	,157	-,078	,112	-,117	,097	-,067	,041	,031	-,119	-,098	-,037	-,043	-,251	-,292	,585 <sup>a</sup>	-,025
V2	-,167	-,266	,259	-,181	-,147	,080	,083	-,590	-,071	,021	,109	,060	,042	-,105	-,025	,548 <sup>a</sup>



**Communalities**

	Initial	Extraction
V17	1,000	,641
V34	1,000	,895
V19	1,000	,871
V31	1,000	,566
V11	1,000	,937
V12	1,000	,931
V13	1,000	,610
V27	1,000	,635
V26	1,000	,678
V8	1,000	,601
V10	1,000	,514
V9	1,000	,588
V25	1,000	,595
V3	1,000	,656
V1	1,000	,608
V2	1,000	,531

**Total Variance Explained**

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,173	19,832	19,832	3,173	19,832	19,832	2,378	14,865	14,865
2	2,569	16,059	35,891	2,569	16,059	35,891	2,352	14,702	29,567
3	1,972	12,325	48,215	1,972	12,325	48,215	2,320	14,501	44,068
4	1,594	9,963	58,178	1,594	9,963	58,178	2,056	12,852	56,919
5	1,549	9,681	67,860	1,549	9,681	67,860	1,750	10,940	67,860
6	,934	5,838	73,698						
7	,755	4,719	78,417						
8	,733	4,580	82,997						
9	,542	3,385	86,383						
10	,504	3,151	89,533						
11	,443	2,766	92,300						
12	,411	2,567	94,866						
13	,388	2,423	97,289						
14	,277	1,728	99,017						
15	,092	,576	99,593						
16	,065	,407	100,000						

**Rotated Component Matrix<sup>a</sup>**

	Component				
	1	2	3	4	5
V17	,780				
V34	,771				
V19	,754				
V31	,694				
V11		,939			
V12		,916			
V13		,733			
V27			,772		
V26			,757		
V8			,740		
V10			,699		
V9				,948	
V25				,942	
V3					,763
V1					,746
V2					,727

**Reliability Statistics – Fator 1**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,748	,753	4

**Reliability Statistics – Fator 2**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,836	,841	3

**Reliability Statistics – Fator 3**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,740	,742	4

**Reliability Statistics – Fator 4**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,935	,960	2

**Reliability Statistics – Fator 5**

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,596	,630	3